



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 77.998.276/0001-35 DUNS®: 910938146  
Razão Social: CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **30/12/2021**  
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE SIMPLES PURA**  
MEI: **Não**  
Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno**

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: **Consta**  
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

**Níveis cadastrados:**

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

**I - Credenciamento (Possui Pendência)**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	01/03/2021
FGTS	Validade:	20/02/2021
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	28/05/2021

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital	Validade:	23/02/2021
Receita Municipal	Validade:	05/03/2021

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 31/05/2021

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 05/02/2021 14:15

CPF: 583.682.999-34 Nome: MARCOS ALCIDIO DE CHAVES

Ass: \_\_\_\_\_

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**MARCOS ALCÍDIO DE CHAVES**, brasileiro, natural de Curitiba, Paraná casado pelo regime de comunhão parcial de bens, contador, domiciliado em Curitiba, Paraná, na Rua Mateus Leme, 2004, 1º andar, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80530-010, com registro no CRC/PR nº 035.507/O-8, portador da cédula de identidade civil RG nº 3.932.947-6/SSP/PR e CPF (MF) nº 583.682.999-34;

**PAULO SÉRGIO DA SILVA**, brasileiro, natural de Londrina, Paraná, casado pelo regime de comunhão universal de bens, contador, inscrito no CRC/PR nº 029.121/O-0, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, na Rua Bogumil Radomski, nº 343, sobrado 01, CEP 82100-020, Bairro Vista Alegre, portador da cédula de identidade civil RG nº 4.318.575-6/SSP/PR e CPF (MF) nº 672.690.529-72;

**PARAÍLIO DOMINGUES DA SILVA FILHO**, brasileiro, natural de Siqueira Campos, Paraná, solteiro, nascido em 31/01/1968, contador, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, na Rua Hilário Moro, nº 71, CEP 82600-030, Bairro Tingui, com registro no CRC/PR 035.538/O-4, portador da cédula de identidade civil RG nº 4.591.150-0 e CPF (MF) nº 729.580.819-15;

**IRINEU HOMAN**, brasileiro, natural de Curitiba, solteiro, nascido em 14/11/1971, contador, inscrito no CRC/PR 043.061/O-0, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 4.910.506-1/SSP/PR e do CPF(MF) nº 834.263.889-87, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, na rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.100, Bl 7, ap. 304, CEP 81200-100, Mossunguê; e

**GILMAR JOSÉ RICHETTI**, brasileiro, natural de Cascavel, Paraná, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 15/02/1980, contador, inscrito no CRC/PR nº 047.820/O-9, residente e domiciliado em Cascavel/PR à Rua Imigração, nº 310, CEP 85.803-030, Bairro Nova Cidade, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7217840-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.183.729-00;

Sócios que representam a totalidade do capital social da sociedade simples denominada **CONSULT – Auditores Independentes**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Paraná, na Rua Mateus Leme, nº 2004, Térreo, CEP 80.530-010, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 77.998.276/0001-35, com Contrato Social devidamente registrado no Cartório 1º Ofício, Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Capital sob nº 5.889 e apontado sob nº 381.042 em 07 de maio de 1979,

**RESOLVEM**, através deste instrumento particular de alteração de contrato, **ALTERAR** e **CONSOLIDAR** seu contrato Social de acordo com as cláusulas e disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Neste ato, retira-se da sociedade o sócio **GILMAR JOSÉ RICHETTI**, já qualificado, cedendo e transferindo, onerosamente através de venda e compra, a totalidade de suas 250 (duzentas e cinquenta) quotas, pelo valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para a sócia ingressante **ANA PAULA DE MORAES**, brasileira, natural de Curitiba, Paraná, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, contadora, inscrito no CRC/PR nº 050.999/O-6, residente e domiciliada em Curitiba/PR à Rua Alferes Ângelo Sampaio, nº 2.434, CEP 80.730-460, Bairro Mercês, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 28.526.465-5 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 264.046.558-96.

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Neste ato, o sócio Marcos Alcídio de Chaves, já qualificado, cede e transfere, onerosamente através de venda e compra, 250 (duzentas e cinquenta) quotas, pelo valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais, para o sócio ingressante **MARLOS NANONI REINERT**, brasileiro, natural de Curitiba, Paraná, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, contador, inscrito no CRC/PR nº 050.998/O-9, residente e domiciliado em Curitiba/PR à Rua Embaixador Assis Chateaubriand, nº 45, CEP 80.740-480, Bairro Seminário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.139.138-8 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.938.369-21;

**Parágrafo Primeiro.** O sócio retirante, os demais sócios e a sociedade se dão ampla e total quitação entre si, para não reclamar em tempo algum e sob qualquer pretexto.

**Parágrafo Segundo.** Os demais sócios renunciam expressamente a qualquer eventual direito de preferência resultante das transferências de quotas ora realizadas.

**Parágrafo Terceiro:** Os sócios ingressantes se declaram conhecedores da situação atual econômico-financeira da sociedade, ficando sub-rogados nos direitos e nas obrigações decorrentes do presente instrumento.

**Parágrafo Quarto:** Os sócios ingressantes declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedades por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou ainda por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Parágrafo Quinto.** Como consequência das deliberações anteriores, altera-se a Cláusula Quinta deste Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUINTA: DO CAPITAL E DAS QUOTAS**

*O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, na importância de R\$ 294.231,00 (duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e um reais) divididos em quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:*

Sócios	Ingresso	% Partic.	Quotas	Capital R\$
Marcos Alcídio de Chaves	15/12/2019	99,23%	291.981	291.981,00
Paulo Sérgio da Silva	01/02/1999	0,25%	750	750,00
Parailio Domingues da Silva Filho	24/07/2000	0,17%	500	500,00
Irineu Homan	11/10/2001	0,17%	500	500,00
Marlos Nanoni Reinert	31/08/2020	0,09%	250	250,00
Ana Paula de Moraes	31/08/2020	0,09%	250	250,00
<b>TOTAL</b>		<b>100,00%</b>	<b>294.231</b>	<b>294.231,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em consequência das deliberações anteriores, altera-se a Cláusula Sexta, Parágrafo Primeiro, deste Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3005 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**"CLÁUSULA SEXTA: DOS SÓCIOS SUAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES**

(...)

**Parágrafo Primeiro:** Os sócios exercerão suas atividades profissionais nos seguintes escritórios:

1. Paulo Sérgio da Silva, Marcos Alcídio de Chaves, Paraílho Domingues da Silva Filho, Irineu Homan, Marlos Nanoni Reinert e Ana Paula de Moraes, no Escritório Sede em Curitiba, Paraná;

(...)

**CLÁUSULA QUARTA:** Por este instrumento de alteração contratual, a sociedade resolve consolidar seu Contrato Social e posteriores alterações, revogando expressamente todas as disposições contratuais anteriores que colidirem com a seguinte Consolidação do Contrato Social.

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

**MARCOS ALCÍDIO DE CHAVES**, brasileiro, natural de Curitiba, Paraná casado pelo regime de comunhão parcial de bens, contador, domiciliado em Curitiba, Paraná, na Rua Mateus Leme, 2004, 1º andar, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80530-010, com registro no CRC/PR nº 035.507/O-8, portador da cédula de identidade civil RG nº 3.932.947-6/SSP/PR e CPF (MF) nº 583.682.999-34;

**PAULO SÉRGIO DA SILVA**, brasileiro, natural de Londrina, Paraná, casado pelo regime de comunhão universal de bens, contador, inscrito no CRC/PR nº 029.121/O-0, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, na Rua Bogumil Radomski, nº 343, sobrado 01, CEP 82100-020, Bairro Vista Alegre, portador da cédula de identidade civil RG nº 4.318.575-6/SSP/PR e CPF (MF) nº 672.690.529-72;

**PARAÍLHO DOMINGUES DA SILVA FILHO**, brasileiro, natural de Siqueira Campos, Paraná, solteiro, nascido em 31/01/1968, contador, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, na Rua Hilário Moro, nº 71, CEP 82600-030, Bairro Tingui, com registro no CRC/PR 035.538/O-4, portador da cédula de identidade civil RG nº 4.591.150-0 e CPF (MF) nº 729.580.819-15;

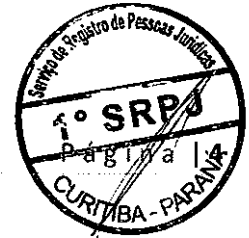
**IRINEU HOMAN**, brasileiro, natural de Curitiba, solteiro, nascido em 14/11/1971, contador, inscrito no CRC/PR 043.061/O-0, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 4.910.506-1/SSP/PR e do CPF(MF) nº 834.263.889-87, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, na rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.100, Bl 7, ap. 304, CEP 81200-100, Mossunguê;

**ANA PAULA DE MORAES**, brasileira, natural de Curitiba, Paraná, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, contadora, inscrito no CRC/PR nº 050.999/O-6, residente e domiciliada em Curitiba/PR à Rua Alferes Ângelo Sampaio, nº 2.434, CEP 80.730-460, Bairro Mercês, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 28.526.465-5 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 264.046.558-96;

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**MARLOS NANONI REINERT**, brasileiro, natural de Curitiba, Paraná, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, contador, inscrito no CRC/PR nº 050.998/O-9, residente e domiciliado em Curitiba/PR à Rua Embaixador Assis Chateaubriand, nº 45, CEP 80.740-480, Bairro Seminário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.139.138-8 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.938.369-21;

Sócios que representam a totalidade do capital social da sociedade simples denominada **CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Paraná, na Rua Mateus Leme, nº 2004, Térreo, CEP 80.530-010, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 77.998.276/0001-35, com Contrato Social devidamente registrado no Cartório 1º Ofício, Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Capital sob nº 5.889 e apontado sob nº 381.042 em 07 de maio de 1979,

**RESOLVEM**, através deste instrumento particular de alteração de contrato, **ALTERAR e CONSOLIDAR** seu contrato Social de acordo com as cláusulas e disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO**

A sociedade denomina-se **CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**, sendo regida pelas disposições dos artigos **997 a 1.038** da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) referentes às sociedades simples, e disposições atinentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA SEDE E SEUS ESCRITÓRIOS**

A sociedade tem sua sede e foro na Rua Mateus Leme, 2.004, térreo, Bairro Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, CEP: 80.530-010, podendo abrir e fechar escritórios em qualquer parte do território nacional a critério dos seus sócios, possuindo atualmente os seguintes escritórios:

1. **Escritório Sede:** na Rua Mateus Leme, 2.004, térreo, Bairro Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Paraná, CEP: 80.530-010;
2. **Escritório Cascavel:** na Rua Paraná, 2.361, 8º andar, Centro, Cascavel, Paraná, CEP 85.812-011.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem característica uniprofissional com o objetivo social de disciplinar a colaboração profissional recíproca destinada à disciplina de expediente e resultados auferidos com a **prestação de serviços de Auditoria** e demais serviços inerentes à profissão de Contador, prestados diretamente pelos sócios ou por profissionais vinculados como empregados.

**Parágrafo Primeiro:** Não poderão ser sócios pessoas que não tenham qualificação e formação superior de **Contador**, segundo legislação específica, especialmente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**Parágrafo Segundo.** Em atendimento ao disposto no artigo 3º da Resolução CFC nº 1555/18, todos os sócios são considerados responsáveis técnicos pelos serviços que exercerem em nome ou em proveito da sociedade.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO**

A sociedade tem seu contrato social arquivado no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Capital, sob o nº. 5.889 e apontado sob o nº. 381.042 em 07 de maio de 1979, e, seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUINTA: DO CAPITAL E DAS QUOTAS**

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, na importância de **R\$ 294.231,00** (duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e um reais) divididos em quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Ingresso	% Partic.	Quotas	Capital R\$
Marcos Alcídio de Chaves	15/12/2019	99,23%	291.981	291.981,00
Paulo Sérgio da Silva	01/02/1999	0,25%	750	750,00
Parailio Domingues da Silva Filho	24/07/2000	0,17%	500	500,00
Irineu Homan	11/10/2001	0,17%	500	500,00
Marlos Nanoni Reinert	31/08/2020	0,09%	250	250,00
Ana Paula de Moraes	31/08/2020	0,09%	250	250,00
<b>TOTAL</b>		<b>100,00%</b>	<b>294.231</b>	<b>294.231,00</b>

**Parágrafo Primeiro:** O capital social está inteiramente subscrito e integralizado, conforme instrumentos contratuais anteriores.

**Parágrafo Segundo:** As quotas sociais são indivisíveis perante a sociedade, e sua transferência não é livre. Só poderá ser feita à sociedade ou aos sócios remanescentes.

**Parágrafo Terceiro:** É vedada a constituição pelos sócios, de qualquer gravame sobre suas quotas, sem prévia autorização da unanimidade dos sócios. A sociedade deliberará sobre a eventual decisão judicial sobre penhor de quotas, bem como definirá suas condições. Neste sentido, salvo deliberação em contrário, tomada pela unanimidade das quotas do capital social, excluído o sócio que ensejou a situação, o penhor se dará apenas sobre os resultados financeiros produzidos pelas quotas, tais como resultados, dividendos e restituição em caso de redução de capital ou dissolução da sociedade, sendo que em nenhuma hipótese, o favorecido pela garantia será admitido aos quadros sociais ou exercerá direitos de sócio, como o de voto, inclusive não sendo admitido a assinar alterações do contrato social.

**Parágrafo Quarto:** Será nula de pleno direito e inoperante em relação à sociedade, qualquer transferência ou oneração feita em desacordo com o disposto nesta cláusula.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3005 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**CLÁUSULA SEXTA: DOS SÓCIOS SUAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES**

A sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de eventuais danos que causar a terceiros por culpa, imperícia ou dolo no exercício da atividade profissional, e, os sócios responderão solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais depois de esgotados os recursos e bens da sociedade.

**Parágrafo Primeiro:** Os sócios exercerão suas atividades profissionais nos seguintes escritórios:

1. Paulo Sérgio da Silva, Marcos Alcídio de Chaves, Paraílho Domingues da Silva Filho, Irineu Homan, Marlos Nanoni Reinert e Ana Paula de Moraes, no Escritório Sede em Curitiba, Paraná;

**Parágrafo Segundo:** O sócio *Paulo Sérgio da Silva* ficará responsável pela prestação de quaisquer esclarecimentos à Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do inciso IX, Artigo 6º, da Instrução CVM 308, de 14/05/99.

**Parágrafo Terceiro:** Todo sócio será justo e leal com os demais, em todas as operações relativas à sociedade e delas prestará conta, fiel e exatamente, abstendo-se de atos que possam comprometer o bom nome da sociedade perante clientes, funcionários, órgão de classe e coletividade em geral.

**Parágrafo Quarto:** Os sócios deverão dedicar seu tempo e atividades, a trabalhos próprios de sua profissão contábil e no interesse comum de todos os participantes da sociedade.

**Parágrafo Quinto:** Por convenção de todos os sócios, ficam eles proibidos de prestar individualmente e pessoalmente, avais, fianças ou cauções de favor a terceiros, podendo-lhes ser aplicada, em caso de infração, a pena de exclusão da sociedade, prevista no "Parágrafo Quarto" da "Cláusula Décima" deste contrato.

**Parágrafo Sexto:** A prestação de serviços profissionais será contratada diretamente pela sociedade com seus clientes, sendo designado um sócio responsável pela orientação e desenvolvimento da atividade caso a caso.

**Parágrafo Sétimo:** Será nula de pleno direito e inoperante em relação à sociedade, qualquer responsabilidade assumida por quaisquer sócios ou colaboradores da sociedade em desacordo com o disposto nesta cláusula.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO**

A sociedade será administrada por todos os sócios, na qualidade de administradores, competindo-lhes, o uso da firma, a representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, dentro dos limites estabelecido nos parágrafos seguintes, sendo-lhes, no entanto, vedado o seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3005 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**Parágrafo Primeiro:** Qualquer ato, representação ou documento que obrigue a Sociedade ou que isente qualquer terceiro de responsabilidades perante a Sociedade somente será válido quando assinado:

- (a) Pelo sócio **Marcos Alcídio de Chaves**, isoladamente; ou
- (b) Por qualquer outro sócio **sempre em conjunto com Marcos Alcídio de Chaves**.

**Parágrafo Segundo:** Para a realização, pelos administradores, dos atos a seguir descritos, é necessária a concordância expressa por escrito de sócios que representem a maioria absoluta do capital social:

- (a) Empregar fundos, bens ou recursos da sociedade, salvo no curso regular dos objetivos sociais por conta e em benefício da própria sociedade;
- (b) Contratar ou contrair qualquer obrigação ou emitir letras, obrigações, ordem de pagamento ou quaisquer outros documentos por conta ou em nome da sociedade, salvo no curso normal, ordinário e regular das atividades e das operações sociais;
- (c) Dar fiança, aval ou garantia qualquer em nome da sociedade;
- (d) Fazer, mandar fazer ou permitir algum ato em virtude do qual os bens da sociedade possam ser embargados ou sequestrados.

**Parágrafo Terceiro:** Os sócios poderão receber uma remuneração mensal a título de pró-labore, que poderá ser diferenciado entre eles, e cuja quantia terá por base o valor de até um salário mínimo mensal por sócio.

**Parágrafo Quarto:** O Sócio Administrador, mesmo aquele nomeado no contrato social, poderá ser destituído pela aprovação de titulares de quotas que representem a maioria absoluta do capital social.

**Parágrafo Quinto:** Os administradores ficam dispensados da prestação de caução.

**Parágrafo Sexto:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade e perante terceiros, os atos de quaisquer sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios e operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fiança, avais, endossos ou quaisquer outras garantias prestadas em favor de terceiros, ressalvando o previsto nos parágrafos anteriores.

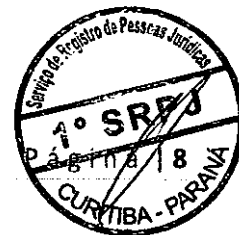
**CLÁUSULA OITAVA: DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS E ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL**

Os sócios são soberanos para introduzir ou decidir sobre quaisquer modificações ou alterações do contrato social e poderão fazê-lo mediante celebração de documento escrito de alteração de contrato social.

**Parágrafo Primeiro:** Com exceção das matérias indicadas no artigo 997 da Lei 10.406/02, as deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem à maioria absoluta do capital social, consoante a faculdade deferida pela disposição do artigo 999 da mesma Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3005 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**Parágrafo Segundo:** Para qualquer deliberação, a cada quota corresponderá o direito a 1 (um) voto.

**CLÁUSULA NONA: DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

O exercício social se estenderá de 1º de janeiro até 31 de dezembro de cada ano e, a seu término, os administradores procederão à elaboração do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico da sociedade. Os resultados apurados, com a concordância de todos os sócios, poderão ser distribuídos entre os mesmos, de forma proporcional ou não à participação no capital social, ou ficarem em conta de reserva na sociedade.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade poderá elaborar balanços patrimoniais e de resultado intermediários, inclusive mensais, e, a critério de sócios que representem a maioria absoluta do capital social, distribuir resultados apurados nestas demonstrações.

**Parágrafo Segundo:** Os resultados apurados mensalmente serão distribuídos entre os sócios de forma parcial ou total, mediante deliberação de sócios consignada em instrumento próprio.

**Parágrafo Terceiro:** Por deliberação dos sócios poderá ser estabelecida a retenção de resultados ao final do exercício social, mantendo-se os montantes não distribuídos em conta de reserva, para futura distribuição ou capitalização.

**Parágrafo Quarto:** Os resultados de que tratam os parágrafos anteriores, poderão ser rateados em proporção diferente da participação de cada sócio no capital social, mediante deliberação de sócios consignada em instrumento próprio.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO**

O falecimento, incapacidade permanente, insolvência civil ou inabilitação profissional, de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade que remanescerá com os demais sócios, a menos que estes, representando a maioria absoluta do capital social, resolvam liquidá-la, ocasião em que farão a divisão do acervo de acordo com a participação societária.

**Parágrafo Primeiro:** Será considerada incapacidade permanente, para os efeitos deste contrato, a incapacidade que não permita ao sócio o exercício normal de suas atividades na sociedade por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

**Parágrafo Segundo:** No caso de permanecer apenas um sócio, a sociedade terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o ingresso de um novo sócio.

**Parágrafo Terceiro:** Na incapacidade permanente ou falecimento de quaisquer dos sócios, seus herdeiros e sucessores poderão ingressar na sociedade desde que possuam habilitação técnica e legal (com formação em ciências contábeis) e sejam aceitos pela maioria do capital social, não considerando para efeito de deliberação as quotas do sócio falecido ou incapacitado, ou receberão os haveres (capital, lucros e demais créditos) do sócio incapacitado permanentemente ou falecido, com observância das normas estabelecidas nos parágrafos "Nono", "Décimo" e "Décimo Primeiro" desta cláusula.

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 604  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
**60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



**Parágrafo Quarto:** O sócio pode ser excluído judicialmente, mediante iniciativa de sócios que representem 2/3 (dois terços) do capital social, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou ainda, por incapacidade superveniente.

**Parágrafo Quinto:** Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Parágrafo Sexto:** Também o sócio pode ser excluído, pela ausência da "affectio societatis", pela inabilitação profissional ou qualquer impedimento legal para participar em sociedades.

**Parágrafo Sétimo:** As quotas do sócio excluído serão transferidas a um ou mais sócios já existentes na sociedade. O sócio excluído não terá direito aos honorários dos contratos pendentes de conclusão, considerando que todos os sócios desde já concordam que a realização dos trabalhos e o recebimento do valor dos contratos pendentes será fruto do trabalho dos sócios remanescentes.

**Parágrafo Oitavo:** Além dos casos previstos em lei ou neste contrato social, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação à sociedade ou aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo Nono:** Os haveres do sócio falecido, incapacitado permanentemente, inabilitado profissionalmente, excluído judicialmente ou retirante, serão apurados com base na situação patrimonial da sociedade, à data do evento, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Décimo:** Os haveres do sócio falecido, incapacitado permanentemente, inabilitado profissionalmente, excluído judicialmente ou retirante serão reembolsados pelo valor das quotas que possui na sociedade, apuradas conforme estabelecido no parágrafo anterior e serão pagas em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem nenhum juro ou correção monetária, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias depois do evento ou da sentença judicial, quando será assinada a respectiva alteração contratual.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** Por acordo entre os sócios, estes valores poderão ser pagos de forma diferente, inclusive com bens móveis e/ou imóveis, desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO**

A sociedade será dissolvida nos demais casos previstos em lei ou por deliberação de sócios que representem a maioria absoluta do capital social, cabendo aos sócios, em qualquer hipótese, estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e tomar as demais medidas necessárias para promover a liquidação.

**Parágrafo Primeiro:** No caso de dissolução da sociedade, os sócios elegerão dentre eles, por decisão da maioria, 2 (dois) liquidantes, que a representarão sempre conjuntamente. Os liquidantes prestarão contas da liquidação, semestralmente, aos demais. Durante a fase de liquidação, a sociedade passará adotar sua denominação social acrescida das palavras **em liquidação**.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES  
CNPJ (MF) nº. 77.998.276/0001-35  
60ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL



**Parágrafo Segundo:** Encerrada a liquidação, o ativo social líquido será partilhado entre os sócios, na proporção da participação no capital social de cada um deles.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO DESIMPEDIMENTO**

Os sócios e/ou administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos nos termos da legislação em vigor, ficando eleito, de comum acordo entre os sócios, o foro da Comarca de Curitiba, Paraná, para resolução dos casos que possam surgir na sociedade.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros e sucessores, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba, Paraná, 31 de agosto de 2020.

Marcos Alcídio de Chaves

Paulo Sérgio da Silva

Parailio Domingues da Silva Filho

Gilmar José Richetti

Marlos Naroni Reinert

Ana Paula de Moraes

Visto do Advogado: Ademar Cardec Sedcatto  
OAB/PR nº 44.904

Testemunhas:

Nome: *Luiz A. D. Machado*  
RG: 9.961.8002  
CPF: 083.434.019-48.

Nome: *Uma Condição de Caneles*  
RG: 8333 6365  
CPF: 080 976 069 09



Este documento foi vistado pelo CRCPR, encontra-se apto para arquivamento, conforme a lei n.º 6.839/80

Funcionário:

*11/10/2020*  
**VALMIR CORREA DOS SANTOS**  
 Assistente Administrativo

**1 TABELIONATO DE NOTAS**  
**MARCELO DE AMORIM SALES - TABELIADO**  
 Av. Brasil, 3807 - Maringa-PR  
 Fone: 44 3033 5754

---

**SELO DIGITAL - FUNARPEN**  
 P9eT3 . HRL5X . Iv3Gy - YIHwA . zy5s2  
 Valide em: <http://funarpen.com.br>

---

Reconheço e dou fe a(s) firma(s) de:  
**[02819377]-GILMAR JOSE RICHETTI.....**  
 pela força VERDADEIRA, LPO

Em testemunho da verdade,  
**MARINGÁ-PR, 29 de Setembro de 2020.**

**LURDES FALASZ RIAS**  
 ESCRIVENTE INDICADA  
 SINAL PUBLICO EM [WWW.CENSEC.ORG.BR](http://WWW.CENSEC.ORG.BR)

**1**

**SERVIÇO**  
 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
 JOSÉ MENDES CAMARGO - Titular

Rua Marechal Deodoro, 869 - 5º andar  
 sl 504 - Centro - CEP 80.060-010  
 Curitiba - PR - Tel./Fax: (41) 3016-9007  
[www.lsrtdcamargo.com.br](http://www.lsrtdcamargo.com.br)

**PROTOCOLADO SOB Nº 872.784**  
**REGISTRADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.178.499**  
**AVERBADO À MARGEM DO Nº DE ORDEM 5.889 Livro "A"**  
 Curitiba-PR, 13 de outubro de 2020.

Emolumento: 196,86 (VRC 1.029,00) Funrejus: 8,67 Selo 1,17



José Mendes Camargo Michelle Mendes Camargo  
 Audrey Mansur Nejm Diomar Ajala Balleiro  
 Lisete Mendes Camargo Paola Mendes Camargo

**SELO DIGITAL Nº e8bZD VcmKD.IvDVE. Controle:**  
 47HNa.v649W

Consulte em <http://funarpen.com.br>

**Cartório Distrital de Taboão**  
 Rua Marechal Deodoro, 869 - Centro - CEP 80204-110 - Curitiba - PR - Fone: (41) 3352-3212  
 José Marcelo Lucas de Oliveira - Tabelião  
 CPF Nº 54.721.999-15

---

**SELO: yw55D.PEGvX.Iv8rM-yaHxC.R6Kv3**  
 Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

---

Reconheço por autenticidade as assinaturas de  
**MARCOS ALCIDIO DE CHAVES (477358), MARLOS**  
**NANONI REINERT (415110) e ANA PAULA DE MORAES**  
**(351784) . Dou Fe \*F3KBWDK2W-152535C-11\***  
 Curitiba-PR, 01 de outubro de 2020 - 11:05:32h.

Em Testemunho da Verdade  
 Luciano Buneck  Wagner Luiz  
 Gaspar Corrêa da Silva



**Cartório Distrital do Taboão**  
 Rua Marechal Deodoro, 869 - Centro - CEP 80204-110 - Curitiba - PR - Fone: (41) 3352-3212  
 José Marcelo Lucas de Oliveira - Tabelião  
 CPF Nº 54.721.999-15

---

**SELO: yw55D.PEGvX.Iv8rM-yaHxC.R6Kv3**  
 Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

---

Reconheço por autenticidade as assinaturas de  
**PARALIO DOMINGUES DA SILVA FILHO (301157),**  
**PAULO SÉRGIO DA SILVA (448583), IRINEU HOMAN**  
**(470850) . Dou Fe \*F1JNNZH22-2470043-81\***  
 Curitiba-PR, 01 de outubro de 2020 - 11:05:23h.

Em Testemunho da Verdade  
 Luciano Buneck  Wagner Luiz  
 Gaspar Corrêa da Silva



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
 Registro de Títulos e Documentos  
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
 Rua Marechal Deodoro, 869 - Sala 504  
 (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**DISTRIBUIDO SOB Nº 113-138 AO 1º OFÍCIO**  
 Selo Digital: v5N7v . yRsyq . IvuLI - GRPJ - SJwvf  
 Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

**CUSTAS**  
 Lei Estadual nº 11860/97, Tabela XVI - Distrib. It. III, IV e nota 2.  
 Cobrança selo em cumprimento ao Ofício de FUNARPEN VRCs 0.193

DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$ 16,21  
 AVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 8,01  
 SELO R\$ 2,34

Curitiba, 02/10/2020



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>77.998.276/0001-35</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>17/04/1979</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>EPP</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>69.20-6-01 - Atividades de contabilidade</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>223-2 - Sociedade Simples Pura</b>		
LOGRADOURO <b>R MATEUS LEME</b>	NÚMERO <b>2004</b>	COMPLEMENTO <b>TERREO</b>
CEP <b>80.530-010</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO CIVICO</b>	MUNICÍPIO <b>CURITIBA</b>
		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/01/2021** às **13:31:41** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

## Simplex Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 20/01/2020

### Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **77.998.276/0001-35**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**

### Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2020**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

### Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

### Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

### Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

### Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

## Termo de Deferimento da Opção pelo Simples Nacional

CNPJ: 77.998.276/0001-35

NOME EMPRESARIAL: CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES

Sua opção pelo Simples Nacional está confirmada com efeitos a partir de 01/01/2020.

A confirmação desta opção não exclui a responsabilidade do contribuinte quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para o ingresso no Simples Nacional previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006.

Resguarda-se às Administrações Tributárias o direito de anular esta opção na hipótese de declaração falsa por parte da pessoa jurídica.

Sua opção pelo Simples Nacional implica aceitação obrigatória de sistema de comunicação eletrônica (DTE-SN), destinado, dentre outras finalidades, a:

- I – identificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção pelo Simples Nacional, à exclusão desse Regime e a ações fiscais;
- II – encaminhar notificações e intimações; e
- III – expedir avisos em geral.

O DTE-SN não exclui outras formas de notificação, intimação ou avisos previstos nas legislações dos entes federados, incluídas as eletrônicas.

O sistema de comunicação eletrônica implicará o seguinte:

- I - as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;
- II - a comunicação será considerada pessoal para todos os efeitos legais;
- III - a ciência com utilização de certificação digital ou de código de acesso possui os requisitos de validade;
- IV - considerar-se-á realizada a ciência da comunicação na data em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação;
- V - na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte;
- VI - a consulta às comunicações do sistema deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Número Validador: 00.00.11.40.87.95



Prefeitura Municipal de Curitiba  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Situação Cadastral

EMIÇÃO ONLINE ISS CURITIBA

SITUAÇÃO CADASTRAL Nº 13080562

FINALIDADE: DEMONSTRATIVO DE CADASTRO - ISS CURITIBA  
INFORMAÇÕES CADASTRAIS EM: 05/06/2020

Inscrição Municipal: 17 19 00106493-0 CPF/CNPJ: 77.998.276/0001-35 (J) Principal  
Nome/Razão Social: CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES  
Localização: R. MATEUS LEME Nº 002004 - CM 00 - - SÃO FRANCISCO - Curitiba PR  
Ramo Principal: ESCRITÓRIO - Atividades de contabilidade - Estabelecimento  
Início Atividades: 16/04/1979 Encerramento: Início IS Auto: 16/04/1979 Fim IS Auto:  
Alvará Nº: 1.209.992 Expedido em: 22/01/2015 Válido até:  
Processo: 01-007660/2015 AIDF: Normal e Eletrônica

Revisão de ISS - Revisado até: 12/2014

Enquadramento de Regime Especial:

ISS Fixo - Início: 01/01/2014

ISS Fixo - Início: 02/01/1995 Fim: 31/12/2013

Simples Nacional - Início: 01/01/2020

simples1.pdf x +

Arquivo | C:/Users/paulo.sergio/Documents/CORREIOS%20-%202020/CONTRARRAZOES/simples1.pdf

3 de 7

— + 🔍 | A) Ler em voz alta | Desenhar | Realçar | Apagar | 🖨️ 📄 📧

 **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

<small>NUMERO DE INSCRIÇÃO</small> 77.998.276/0001-35 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<small>DATA DE ABERTURA</small> 17/04/1979
--	---	---

NOME EMPRESARIAL  
CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTO  
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
223-2 - Sociedade Simples Pura

<small>LOGRADOURO</small> R MATEUS LEME	<small>NUMERO</small> 2004	<small>COMPLEMENTO</small> TERREO
--	-------------------------------	--------------------------------------

<small>CEP</small> 80.530-010	<small>BAIRRO/DISTRITO</small> CENTRO CIVICO	<small>MUNICIPIO</small> CURITIBA	<small>UF</small> PR
----------------------------------	---	--------------------------------------	-------------------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

<small>SITUAÇÃO CADASTRAL</small> ATIVA	<small>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</small> 03/11/2005
--	---

simples1.pdf x +

Arquivo | C:/Users/paulo.sergio/Documents/CORREIOS%20-%202020/CONTRARRAZOES/simples1.pdf

1 de 7

— + 🔍 | A) Ler em voz alta | Desenhar | Realçar | Apagar | 🖨️ 📄 📧

Boa tarde, já atualizou no SICAF para EPP.

### Nível I – Credenciamento

#### Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação d
77.998.276/0001-35	CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES	Não consta na RFB ⓘ	Credencia
Data de Vencimento do Cadastro	Situação do Nível I		
30/12/2020	Cadastrado - Possui pendência ⓘ		

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa	Data de Abertura da Empresa	* Inscrição Estadual	* In
Empresa de Pequeno Porte	17/04/1979	ISENTA <input type="button" value="↑"/>	70
Natureza Jurídica	Capital Social (R\$)		
SOCIEDADE SIMPLES PURA	294.231,00		
Cnae Primário			
6920-6/02 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA			

#### Cnaes Secundários

6920-6/01 - ATIVIDADES DE CONTABILIDADE

**FILTROS APLICADOS:**

CPF / CNPJ: 77998276000135

Data da consulta: 08/01/2021 18:35:22

Data da última atualização: 08/01/2021 12:00:03

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**

**CNPJ: 77.998.276/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:56:06 do dia 28/01/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/07/2021.

Código de controle da certidão: **8E5C.8F65.7123.CEF9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 77.998.276/0001-35  
**Razão Social:** CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES  
**Endereço:** RUA MATEUS LEME 2004 TERREO / CENTRO CIVICO / CURITIBA / PR / 80530-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/02/2021 a 11/03/2021

**Certificação Número:** 2021021003082198495842

Informação obtida em 22/02/2021 13:38:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES  
CNPJ/CPF: 77.998.276/0001-35  
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	210140023438565
Data de emissão:	23/02/2021 10:16:44
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	24/04/2021

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 022853439-42

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **77.998.276/0001-35**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 24/02/2021 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ 77.998.276/0001-35	
NOME EMPRESARIAL CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 35
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) C4.C5.AD.E8.FA.E5.69.FC.F8.33.3B.A5.03.A8.7E.8A.8C.7B.DD.07	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	77998276000135	CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES:77998276000135	168993641055290590 764822310751768622 003	31/01/2020 a 30/01/2021	Não
Diretor	58368299934	MARCOS ALCIDIO DE CHAVES:58368299934	100626653209218540 010673308860710706 124	17/10/2019 a 16/10/2020	Sim
Contador	67269052972	PAULO SERGIO DA SILVA	881479995065741447 114825269890481337 61	10/07/2018 a 09/07/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

C4.C5.AD.E8.FA.E5.69.FC.F8.33.3B.A5  
.03.A8.7E.8A.8C.7B.DD.07-0

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 30/04/2020 às 17:15:48

09.B6.54.C0.8C.6B.88.6F  
28.31.25.51.88.D1.87.16

## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB  
Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 77.998.276/0001-35  
Número de Ordem do Livro: 35  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

### TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB

NIRE

CNPJ 77.998.276/0001-35

Número de Ordem 35

Natureza do Livro Livro Diário Geral

Município Curitiba

Data do arquivamento dos atos constitutivos 17/04/1979

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2019

Quantidade total de linhas do arquivo digital 21585

### TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB

Natureza do Livro Livro Diário Geral

Número de ordem 35

Quantidade total de linhas do arquivo digital 21585

Data de inicio 01/01/2019

Data de término 31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C4.C5.AD.E8.FA.E5.69.FC.F8.33.3B.A5.03.A8.7E.8A.8C.7B.DD.07-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

## BALANÇO PATRIMONIAL



**Entidade:** CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB  
**Período da Escrituração:** 01/01/2019 a 31/12/2019 **CNPJ:** 77.998.276/0001-35  
**Número de Ordem do Livro:** 35  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>ATIVO</b>		R\$ 2.109.618,19	R\$ 2.131.742,63
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		R\$ 1.039.388,33	R\$ 1.092.545,57
DISPONÍVEL		R\$ 260.165,25	R\$ 257.066,27
CAIXA		R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 258.065,25	R\$ 253.966,27
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
DIREITOS REALIZÁVEIS		R\$ 748.110,47	R\$ 808.554,17
CLIENTES		R\$ 722.286,31	R\$ 779.606,72
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R\$ 3.221,86	R\$ 4.389,05
ADIANTAMENTOS PARA VIAGENS		R\$ 22.602,30	R\$ 24.558,40
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 31.112,61	R\$ 26.925,13
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 31.112,61	R\$ 26.925,13
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		R\$ 1.070.229,86	R\$ 1.039.197,06
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		R\$ 210.717,68	R\$ 179.448,88
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 210.007,67	R\$ 178.738,87
CRÉDITOS COM PESSOAS INTERLIGADAS		R\$ 710,01	R\$ 710,01
INVESTIMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 236,00
INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		R\$ 0,00	R\$ 236,00
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>		R\$ 641.253,71	R\$ 641.253,71
IMOBILIZADO		R\$ 1.029.759,75	R\$ 1.029.759,75
(-) (-) DEPREC/AMORTIZACAO ACUMULA		R\$ (388.506,04)	R\$ (388.506,04)
<b>INTANGÍVEL</b>		R\$ 218.258,47	R\$ 218.258,47
BENS INTANGÍVEIS		R\$ 344.698,22	R\$ 344.698,22
(-) (-) AMORTIZAÇÃO		R\$ (126.439,75)	R\$ (126.439,75)
<b>PASSIVO</b>		R\$ 2.109.618,19	R\$ 2.131.742,63
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		R\$ 185.995,97	R\$ 228.657,41
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR		R\$ 18.878,33	R\$ 18.851,84
FORNECEDORES		R\$ 18.539,25	R\$ 18.539,25
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R\$ 339,08	R\$ 312,59
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 167.117,64	R\$ 174.774,53
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A REC		R\$ 167.117,64	R\$ 174.774,53

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C4.C5.AD.E8.FA.E5.69.FC.F8.33.3B.A5.03.A8.7E.8A.8C.7B.DD.07-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 1 de 2

## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 77.998.276/0001-35

Número de Ordem do Livro: 35

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CONTAS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 35.031,04
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 35.031,04
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 355.702,13	R\$ 321.425,05
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		R\$ 355.702,13	R\$ 321.425,05
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 355.702,13	R\$ 321.425,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.567.920,09	R\$ 1.581.660,17
CAPITAL SOCIAL		R\$ 294.231,00	R\$ 294.231,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 294.231,00	R\$ 294.231,00
RESEVAS		R\$ 0,45	R\$ 0,45
RESERVAS DE LUCRO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESERVA DE CAPITAL		R\$ 0,45	R\$ 0,45
RESULTADO ACUMULADO		R\$ 1.273.688,64	R\$ 1.287.428,72
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.273.688,64	R\$ 1.287.428,72

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C4.C5.AD.E8.FA.E5.69.FC.F8.33.3B.A5.03.A8.7E.8A.8C.7B.DD.07-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 2 de 2

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: **CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB**

Período da Escrituração: **01/01/2019 a 31/12/2019**

CNPJ: **77.998.276/0001-35**

Número de Ordem do Livro: **35**

Período Selecionado: **01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019**

Descrição	Nota	Valor Inicial	Valor Final
RECEITA BRUTA		R\$ 5.135.335,28	R\$ 4.244.893,66
RECEITA BRUTA DE SERVICOS		R\$ 5.135.335,28	R\$ 4.244.893,66
(-) IMPOSTOS INCIDENTES		R\$ (309.098,47)	R\$ (174.730,15)
(-) IMPOSTOS INCID. S/SERVICOS		R\$ (309.098,47)	R\$ (174.730,15)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (1.687.932,94)	R\$ (1.744.826,64)
(-) PROVENTOS		R\$ (949.607,50)	R\$ (976.056,07)
(-) ENCARGOS SOCIAIS		R\$ (378.365,57)	R\$ (401.921,06)
(-) OUTROS GASTOS COM PESSOAL		R\$ (153.180,60)	R\$ (171.626,38)
(-) PROVISÕES TRABALHISTAS		R\$ (206.779,27)	R\$ (195.223,13)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (380.238,59)	R\$ (443.878,30)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS		R\$ (380.238,59)	R\$ (443.878,30)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ 813.728,11	R\$ (119.878,46)
(-) TRIBUTOS E CONTRIBUICOES		R\$ (265.505,78)	R\$ (119.878,46)
(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS TRIBUTARIA		R\$ 1.079.233,89	R\$ (0,00)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 4.847,14	R\$ 4.700,47
JUROS E RENDIMENTOS		R\$ 4.847,14	R\$ 4.700,47
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (9.077,75)	R\$ (21.811,19)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (9.077,75)	R\$ (21.811,19)
(-) PROVISÃO DE CSLL		R\$ (145.533,88)	R\$ (120.566,31)
(-) PROVISÃO DE CSLL		R\$ (145.533,88)	R\$ (120.566,31)
(-) PROVISÃO DE IRPJ		R\$ (380.260,76)	R\$ (310.906,40)
(-) PROVISÃO DE IRPJ		R\$ (380.260,76)	R\$ (310.906,40)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 3.041.768,14	R\$ 1.312.996,68

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C4.C5.AD.E8.FA.E5.69.FC.F8.33.3B.A5.03.A8.7E.8A.8C.7B.DD.07-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



**Entidade:** CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - CWB  
**Período da Escrituração:** 01/01/2019 a 31/12/2019      **CNP** 77.998.276/0001-35      **Número de Ordem do Livro:** 35  
**Período Selecionado:** 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido				LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (R\$)	Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL (R\$)	RESERVAS DE LUCRO (R\$)	RESERVA DE CAPITAL (R\$)			
Saldo Inicial em 01.01.2019	294.231,00	0,00	0,45		1.273.888,64	1.567.920,09
Lucro líquido do exercício					1.312.996,68	1.312.996,68
Distribuição de Lucros					(-)1.299.256,60	(-)1.299.256,60
Saldo Final em 31.12.2019	294.231,00	0,00	0,45		1.287.428,72	1.581.680,17
Notas						

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C4.C5.AD.E8.FA.E5.69.FC.F8.33.3B.A5.03.A8.7E.8A.8C.7B.DD.07-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**

77.998.276/0001-35

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Valores expressos em Reais (R\$ 1,00)

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	257.066,27	260.165,25	Fomecedores		18.539,25	18.539,25
Contas a receber de clientes	5	779.606,72	722.286,31	Obrigações tributárias	11	174.774,53	167.117,64
Tributos a recuperar	7	26.925,13	31.112,61	Lucros a pagar		35.031,04	-
Adiantamentos a empregados	6	28.947,45	25.824,16	Outras obrigações		312,59	339,08
		<u>1.092.545,57</u>	<u>1.039.388,33</u>			<u>228.657,41</u>	<u>185.995,97</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Obrigações tributárias	11	321.425,05	355.702,13
Depósitos judiciais	8	178.738,87	210.007,67			<u>321.425,05</u>	<u>355.702,13</u>
Créditos com pessoas ligadas		710,01	710,01				
		<u>179.448,88</u>	<u>210.717,68</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos				Capital social	12	294.231,00	294.231,00
Imobilizado	9	236,00	-	Reserva de Capital		0,45	0,45
Intangível	10	641.253,71	641.253,71	Lucros Acumulados		1.287.428,72	1.273.688,64
		218.258,47	218.258,47			<u>1.581.660,17</u>	<u>1.567.920,09</u>
		<u>1.039.197,06</u>	<u>1.070.229,86</u>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<u>2.131.742,63</u>	<u>2.109.618,19</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u>2.131.742,63</u>	<u>2.109.618,19</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

25

**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**

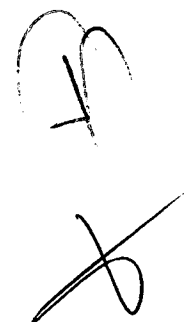
77.998.276/0001-35

Demonstração de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em Reais (R\$ 1,00)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Operações continuadas</b>			
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>4.244.893,66</b>	<b>5.135.335,28</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>			
Tributos e contribuições		(174.730,15)	(309.098,47)
		<u>(174.730,15)</u>	<u>(309.098,47)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>		<u><b>4.070.163,51</b></u>	<u><b>4.826.236,81</b></u>
Custos dos produtos vendidos		(1.744.826,64)	(1.687.932,94)
<b>Lucro bruto</b>		<u><b>2.325.336,87</b></u>	<u><b>3.138.303,87</b></u>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(443.878,30)	(380.238,59)
Despesas tributárias	13	(119.878,46)	813.728,11
		<u>(563.756,76)</u>	<u>433.489,52</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u><b>1.761.580,11</b></u>	<u><b>3.571.793,39</b></u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receitas financeiras		4.700,47	4.847,14
Despesas financeiras		(21.811,19)	(9.077,75)
		<u>(17.110,72)</u>	<u>(4.230,61)</u>
<b>Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u><b>1.744.469,39</b></u>	<u><b>3.567.562,78</b></u>
Imposto de renda e contribuição social		(431.472,71)	(525.794,64)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>1.312.996,68</b></u>	<u><b>3.041.768,14</b></u>
<b>Prejuízo (lucro) diluído por quota (em Reais)</b>		4,46	10,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**

77.998.276/0001-35

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em Reais (R\$ 1,00)

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>294.231,00</b>	<b>0,45</b>	<b>1.038.015,84</b>	<b>1.332.247,29</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	3.041.768,14	3.041.768,14
Distribuição de lucros		-	-	(2.806.095,34)	(2.806.095,34)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>294.231,00</b>	<b>0,45</b>	<b>1.273.688,64</b>	<b>1.567.920,09</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	1.312.996,68	1.312.996,68
Distribuição de lucros		-	-	(1.299.256,60)	(1.299.256,60)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>294.231,00</b>	<b>0,45</b>	<b>1.287.428,72</b>	<b>1.581.660,17</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**

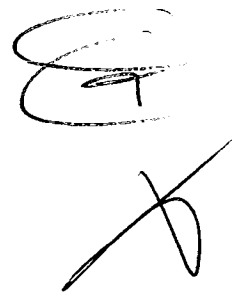
77.998.276/0001-35

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

Valores expressos em Reais (R\$ 1,00)

	Nota	2019	2018
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo (lucro) do exercício</b>		1.312.996,68	3.041.768,14
<b>Ajustes por:</b>			
<b>Prejuízo (Lucro) líquido do exercício ajustado</b>		1.312.996,68	3.041.768,14
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>		<b>(24.987,42)</b>	<b>(89.715,60)</b>
Contas a receber de clientes		(57.320,41)	(44.689,76)
Tributos a recuperar		4.187,48	(4.165,98)
Adiantamentos a empregados		(3.123,29)	4.135,08
Depósitos judiciais		31.268,80	(44.994,94)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		<b>(26.646,68)</b>	<b>(56.276,54)</b>
Obrigações tributárias		(26.620,19)	(54.754,39)
Outras obrigações		(26,49)	(1.522,15)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>1.261.362,58</b>	<b>2.895.776,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do ativo imobilizado/investimentos		(236,00)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(236,00)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Obrigações com partes relacionadas		35.031,04	-
Distribuição de lucros		(1.299.256,60)	(2.806.095,34)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(1.264.225,56)</b>	<b>(2.806.095,34)</b>
<b>Fluxo líquido gerado (aplicado) no exercício</b>		<b>(3.098,98)</b>	<b>89.680,66</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.098,98)</b>	<b>89.680,66</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		260.165,25	170.484,59
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		257.066,27	260.165,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES**

CNPJ: 77.998.276/0001-35

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019  
(Valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado)

---

### **1. Contexto operacional**

A Consult Auditores Independentes é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná, tendo como objeto social prestação de serviços de auditoria e demais serviços inerentes à profissão de contador, prestados diretamente pelos sócios ou por profissionais vinculados à sociedade como empregados.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a legislação societária e são preparadas apenas para o uso de seus sócios e administradores, sendo que em sua elaboração foram seguidas as orientações contidas no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs).

#### **b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

Entre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações financeiras, ressaltamos os seguintes aspectos:

#### **a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros e variação cambial.

#### **b) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a



## **CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES**

CNPJ: 77.998.276/0001-35

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado)

---

cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores nacionais e tributos a recolher.

### **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste.

### **d) Caixa e equivalentes de caixa**

Este grupo está composto pelo saldo que permanece no caixa e recursos mantidos com instituições bancárias, representados por depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, cujos saldos não estão expostos a riscos significativos de mudanças de valores. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado".

### **e) Contas a receber de Clientes**

As contas a receber englobam os créditos com clientes faturados até a data de encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

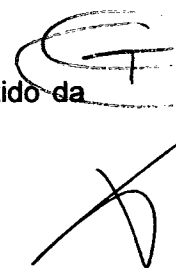
É demonstrado o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

### **f) Depósitos Judiciais**

São vinculados a passivos contingentes relacionados com ações judiciais de natureza tributária decorrentes do curso normal dos negócios, e mensurados pelos valores efetivamente depositados.

### **g) Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

## **CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES**

CNPJ: 77.998.276/0001-35

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado)

---

As despesas com manutenção e reparos são assim contabilizadas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou então são agregadas ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

### **h) Outros ativos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário são classificados como ativos não circulantes.

### **i) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, incluindo, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais, incorridos até a data do balanço.

### **j) Outros passivos circulantes e não circulantes**

Um passivo é reconhecido no balanço quando há uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até as datas dos balanços.

### **k) Tributação**

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- PIS – 0,65%
- Cofins – 3,00%

A administração adotou, em 2019 e 2018, a prerrogativa de calcular o Imposto de Renda e Contribuição Social com base no Lucro Presumido. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a Contribuição Social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro presumido.



## CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES

CNPJ: 77.998.276/0001-35

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	2.100,00	2.100,00
Bancos – conta corrente	253.966,27	258.065,25
Bancos – aplicações	1.000,00	-
<b>Total</b>	<b><u>257.066,27</u></b>	<b><u>260.165,25</u></b>

### 5. Clientes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de clientes	779.606,72	722.286,31
<b>Total</b>	<b><u>779.606,72</u></b>	<b><u>722.286,31</u></b>

Os valores de contas a receber de clientes tem origem nos faturamentos dos serviços prestados bem como nos valores a receber dos reembolsos de despesas de viagens.

### 6. Adiantamentos



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos para empregados	4.389,05	3.221,86
Adiantamentos para viagens	24.558,40	22.602,30
<b>Total</b>	<b><u>28.947,45</u></b>	<b><u>25.824,16</u></b>

### 7. Tributos a Recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pis retido na fonte sobre faturamento	4.603,24	4.534,54
Cofins retido na fonte sobre faturamento	14.061,66	18.902,60
Csll retido na fonte sobre faturamento	8.260,23	7.675,47
<b>Total</b>	<b><u>26.925,13</u></b>	<b><u>31.112,61</u></b>

### 8. Depósitos Judiciais/Cauções

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos Judiciais - Tributos	152.588,85	152.588,85
Depósitos e Cauções - Garantias	26.150,02	57.418,82
<b>Total</b>	<b><u>178.738,87</u></b>	<b><u>210.007,67</u></b>

## CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES

CNPJ: 77.998.276/0001-35

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019  
(Valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado)

### 9. Imobilizado

Descrição	2019			2018	
	Taxa anual de depreciação	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Instalações	10%	58.728,81	(4.859,13)	53.869,68	53.869,68
Moveis e utensílios	10%	159.908,36	(62.915,45)	96.992,91	96.992,91
Equipamentos de informática	20%	811.122,58	(320.731,46)	490.391,12	490.391,12
<b>Total</b>		<b>1.029.759,75</b>	<b>(388.506,04)</b>	<b>641.253,71</b>	<b>641.253,71</b>

### 10. Intangível

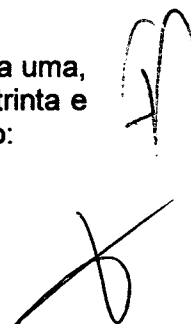
Com o custo de aquisição acumulado de R\$ 344.698,22 e amortização acumulada de R\$ 126.439,75, em 2019, é representado apenas por softwares e sistemas utilizados no curso normal da prestação dos serviços ou para rotinas administrativas.

### 11. Obrigações Tributárias

	2019	2018
Pis a Recolher	-	1.048,84
Cofins a Recolher	-	4.840,92
ISS a Recolher	274,40	376,10
Inss a Recolher	31.173,42	30.053,49
Fgts a Recolher	17.362,04	17.033,17
Irrf a Recolher	7.379,91	5.479,93
Irpj a Recolher	68.521,79	55.767,65
Csll a Recolher	22.268,62	18.084,59
Parcelamentos Tributários	349.219,40	390.135,08
<b>Total Geral</b>	<b>496.199,58</b>	<b>522.819,77</b>
Passivo Circulante	174.774,53	167.117,64
Passivo Não Circulante	321.425,05	355.702,13
<b>Soma</b>	<b>496.199,58</b>	<b>522.819,77</b>

### 12. Capital social

O capital social está composto por 294.231 quotas, com valor nominal de R\$ 100 cada uma, perfazendo o total de R\$ 294.231,00 (duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e um reais). Todas as quotas estão integralizadas, apresentando a seguinte composição:



## CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES

CNPJ: 77.998.276/0001-35

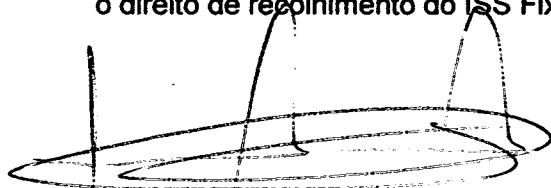
Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019  
(Valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado)

Sócios	Nº de quotas Integralizadas	2019	2018
		Valor Integralizado	Valor Integralizado
Jacó Moacir Schreiner Maran	0	0,00	286.586,00
Marcos Alcídio de Chaves	286.586	286.586,00	0,00
Paulo Sergio da Silva	500	500,00	500,00
João Raimundo Klein	500	500,00	500,00
Parailio Domingues da Silva Filho	250	250,00	250,00
Irineu Homan	250	250,00	250,00
Ana Paula de Moraes	250	250,00	250,00
Gilmar José Richetti	250	250,00	250,00
Marlos Nanoni Reinert	250	250,00	250,00
Bill Augusto Rizzon	250	250,00	250,00
Quotas disponíveis	5.145	5.145,00	5.145,00
<b>Total</b>	<b>294.231</b>	<b>294.231,00</b>	<b>294.231,00</b>

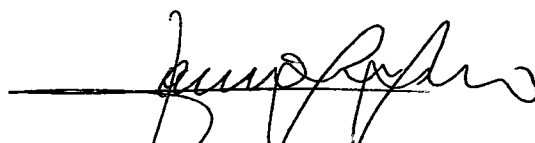
Pela 57ª Alteração e Consolidação de Contrato Social o sócio Jacó Moacir Schreiner Maran retira-se da sociedade, cedendo e transferindo, onerosamente através de contrato particular de compra e venda, a totalidade de suas 286.586 quotas para o sócio ingressante Marcos Alcídio de Chaves.

### 13. Recuperação de Despesas Tributárias

O valor do ano de 2018 é representado pela reversão de provisões operacionais tributárias resultante do trânsito em julgado favorável à Empresa da ação judicial na qual era discutido o direito de recolhimento do ISS Fixo Anual.



Marcos Alcídio de Chaves  
Sócio-Diretor  
CPF: 583.682.999-34



Paulo Sergio da Silva  
Contador  
CRC-PR – 029.121/O-0



SANDRA LUCIA PELIKI  
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI  
ISABEL ANGELA WYPYCH  
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI  
CHRISTIANNE SOARES MOREIRA  
KARINA BAVARO ALVES  
FERNANDA GALLASSINI  
VANESSA MANENTE

PEDIDO DE CERTIDÕES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO

TITULAR

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL  
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

RECUPERAÇÃO JUDICIAL \* FALÊNCIA \* CONCORDATA \* CRIME \* CIVEL  
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS  
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI  
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

**CERTIDÃO NEGATIVA  
FEITOS AJUIZADOS**

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

**# CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES #**

CNPJ.77.998.276/0001-35

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 05/01/2021 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 07 de janeiro de 2021 .

FERNANDA GALLASSINI

Escrevente Juramentada

Emitida por: MAURI  
Lei nº19.803 de 21/Dez/18  
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R\$ 33.66)

\*\*\* Se impressa, verificar sua autenticidade no <http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica> usando o código 96BE80E5 \*\*\*

**1º**  
OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Digitally signed  
by 1 OFÍCIO DE  
DISTRIBUIDOR  
DO FORO  
CENTRAL DA  
COMAR:751552  
67000157  
Date:  
2021.01.07  
15:51:37 GMT-  
03:00



## CONSULT AUDITORES

LIQUIDEZ CORRENTE	<u>1.092.545,57</u>		<u>1.092.545,57</u>		
	228.657,41		228.657,41	=	4,78
LIQUIDEZ GERAL	<u>1.092.545,57</u>	+ 179.448,88	<u>1.271.994,45</u>		
	228.657,41	+ 321.425,05	550.082,46	=	2,31
SOLVÊNCIA GERAL	<u>2.131.742,63</u>		<u>2.131.742,63</u>		
	228.657,41	+ 321.425,05	550.082,46	=	3,88

PAULO SERGIO DA SILVA  
CRC/PR 29.121/O-0  
CPF 672.690.529-72



## Conselho Regional de Contabilidade do PARANÁ

### ALVARÁ DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL DE SOCIEDADE

O Conselho Regional de Contabilidade do PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto-Lei nº. 9.295/46, expede o presente Alvará de Organização Contábil, para que surta os efeitos legais.

**REGISTRO Nº PR-002906/O-5**

**VÁLIDO ATÉ: 31/03/2021**

#### IDENTIFICAÇÃO:

DENOMINAÇÃO..... : CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES

NOME DE FANTASIA... :

CATEGORIA ..... : SOCIEDADE SIMPLES PURA

CNPJ ..... : 77.998.276/0001-35

ENDEREÇO ..... : R MATEUS LEME, 2004 TÉRREO, CENTRO CIVICO - CURITIBA PR - 80530-010

ATIVIDADES : CONTABILIDADE, AUDITORIA

#### TITULAR / SÓCIOS / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

REGISTRO	NOME	CATEGORIA	TIPO DE VÍNCULO
PR-029121/O-0	PAULO SERGIO DA SILVA	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico
PR-035507/O-8	MARCOS ALCIDIO DE CHAVES	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico
PR-035538/O-4	PARAILIO DOMINGUES DA SILVA FILHO	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico
PR-043061/O-0	IRINEU HOMAN	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico
PR-050998/O-9	MARLOS NANONI REINERT	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico
PR-050999/O-6	ANA PAULA DE MORAES	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 16/10/2020 as 15:05:30.

Válido até: 31/03/2021.

Código de Controle: 628084.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.



## **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ CERTIDÃO DE REGULARIDADE CADASTRAL DE SOCIEDADE SIMPLES PURA**

**O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ** certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se em situação regular.

### **IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

DENOMINAÇÃO.... :	CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES
NOME FANTASIA.. :	
REGISTRO..... :	PR-002906/O-5
CATEGORIA..... :	SOCIEDADE SIMPLES PURA
CNPJ..... :	77.998.276/0001-35

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 05/02/2021 as 14:02:52.

Válido até: 06/05/2021.

Código de Controle: 626618.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários  
Protegendo quem investe no futuro do Brasil

## ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 14.094, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara **REGISTRADO** na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 19/12/2014, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:


### Auditor Independente - Pessoa Jurídica

#### Nova Denominação Social

**CONSULT - AUDITORES  
INDEPENDENTES**  
CNPJ: 77.998.276/0001-35

#### Anterior Denominação Social

**RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ: 77.998.276/0001-35

  
José Carlos Bezerra da Silva  
SUPERINTENDENTE DE NORMAS CONTÁBEIS  
E DE AUDITORIA



# Central de Sistemas

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## DADOS CADASTRAIS DE AUDITORES INDEPENDENTES

### CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES

Código CVM : 2755  
Endereço : R MATEUS LEME 2004 ,TÉRREO CENTRO CIVICO  
Cidade : CURITIBA  
UF : PR  
CEP : 80530-010  
DDD : 41  
FAX : 3350-6101  
TEL : 196474344  
E-mail : paulo.sergio@consult.com.br  
CNPJ : 77.998.276/0001-35  
Data de Registro : 03/10/1984

Responsáveis  
Técnicos do  
Auditor

Filiais

Cias que  
audita

Fale com a CVM

Aviso Legal: A fim de preservar a disponibilidade das informações ao público em geral, este serviço possui limites de acessos simultâneos e quantidade de consultas ao site em um determinado período de tempo. Caso seja percebido algum tipo de bloqueio, o intervalo entre as consultas deve ser ampliado. Além disso, o serviço controla dinamicamente a liberação ou bloqueio de acesso e consulta através de uma lista de endereços IP ou domínios Internet, classificando a origem como confiável ou não-confiável.

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ sob nº 77.998.276/0001-35, estabelecida à Rua Mateus Leme, 2004, térreo, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, na categoria de prestadora de serviço, prestou para a **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS**, inscrita no CNPJ sob nº 72.300.122/0001-04, os serviços especificados abaixo:

- **SERVIÇOS EXECUTADOS:** Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, para o exercício findo em 31/12/2019, incluindo exames de controles internos e auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis, segundo as normas publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e/ou dos padrões IFRS.

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os mesmos, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Para efeitos meramente cadastrais em processos licitatórios, informamos que as Demonstrações Financeiras da Sulgas de 31/DEZ/2019 apresenta (em R\$ MIL):

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Ativo Circulante	150.416
Ativo Não-Circulante	255.201
Ativo Total	405.617
Passivo Circulante	175.971
Passivo Não-Circulante	37.917
Patrimônio Líquido	191.730
Passivo Total	405.617
Receita Líquida de Vendas/Serviços	898.710

Porto Alegre, 10 de junho de 2020.



**Heraldo Rui Espindola**  
**Gerente Executivo de Finanças e Contabilidade**  
**CRC/RS n.º 064753/O-1**



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA n° TLB-ACT-2020/00022**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRAS**, com sede no SIG Quadra 04 Bloco A Ed. Capital Financial Center, Sala 217, Brasília - DF - CEP: 70.610-440, CNPJ 00.336.701/0001-04, ATESTA para os devidos fins, que a empresa **CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES**, com sede à Rua Mateus Leme, 2004, térreo, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP: 80.530-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o número 77.998.276/0001-35, na categoria de prestadora de serviço, prestou os serviços especificados abaixo, conforme contrato 26/2400/2019 - TB:

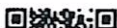
- **SERVIÇOS EXECUTADOS:**

Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, incluindo exames de controles internos e auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis, segundo as normas publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e/ou dos padrões IFRS.

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os mesmos, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Para efeitos meramente cadastrais em processos licitatórios, informamos que as Demonstrações Financeiras da TELEBRAS de 31/DEZ/2019 apresentam (em R\$ MIL):

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Ativo Circulante	1.179.149
Ativo Não-Circulante	280.475
Ativo Total	4.297.986
Passivo Circulante	233.786
Passivo Não-Circulante	2.417.467
Patrimônio Líquido	1.646.733
Passivo Total	4.297.986
Receita Bruta de Vendas/Serviços	264.543



TLBACT202000022A



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

Brasília, 11 de agosto de 2020.

**HELDER ALEXANDRE DE AVILA FARIAS**  
Gerente  
Gerência de Contabilidade






## ATESTADO DE APTIDÃO TÉCNICA

Atestamos para fins de prova, que a Sociedade Civil RUSSEL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES, CNPJ n.º 77.998.276/0001-35, com sede em Curitiba – Paraná, na Rua Mateus Leme, n.º 2004, prestou-nos, a contento, serviços profissionais de auditoria contábil e financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, através do contrato n.º 4157729701.

Declaramos que a empresa demonstrou capacidade técnica na execução dos trabalhos de Auditoria Contábil, Fiscal e Avaliação de Controles Internos, dentro dos critérios e padrões que inicialmente requeremos, cumprindo com eficiência e regularidade as obrigações assumidas nos prazos acordados.

Outrossim, informamos que o Patrimônio Líquido da Companhia do Metrô de São Paulo – Metrô, era de R\$ 7.952.131 mil, (7.255.953 mil em 2006) bem como a Receita Operacional Bruta foi de R\$ 1.014.697 mil, (853.314 mil em 2006) sendo de 7.416 o número de empregados efetivos em 31 de dezembro de 2007 (7.552 em 2006) e que os trabalhos foram desenvolvidos sob a responsabilidade técnica dos Srs. Sidnei Gomes de Avelar – Sócio-Gerente de Auditoria, Fernanda Henrique Racau – Auditora Senior, Karen Ceschin – Auditora Júnior e Ricardo Fonseca - Assistente de Auditoria

São Paulo, 9 de abril de 2008

  
MARCELO MONTEIRO PRAÇA  
Gerente de Auditoria e Segurança da  
Informação

  
JOSÉ JORGE FAGALI  
Presidente em Exercício



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ sob nº 77.998.276/0001-35, estabelecida à Rua Mateus Leme, 2004, térreo, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, na categoria de prestadora de serviço, prestou para a **Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCempa**, inscrita no CNPJ sob nº 89.398.473/0001-00, os serviços especificados abaixo:

- **SERVIÇOS EXECUTADOS:** Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, para o exercício findo em 31/12/2019, incluindo exames de controles internos e auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis, segundo as normas publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e/ou dos padrões IFRS.

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os mesmos, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Para efeitos meramente cadastrais em processos licitatórios, informamos que as Demonstrações Financeiras da Procempa de 31/DEZ/2019 apresentam (em R\$ MIL):

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Ativo Circulante	32.071
Ativo Não-Circulante	28.162
Ativo Total	60.233
Passivo Circulante	23.692
Passivo Não-Circulante	12.736
Patrimônio Líquido	23.805
Passivo Total	60.233
Receita Líquida de Vendas/Serviços	123.679

Porto Alegre, 12 de junho de 2020.

**THIAGO PACHECO**

**DO**

**PRADO:00641719060**

Assinado de forma digital por

THIAGO PACHECO DO

PRADO:00641719060

Dados: 2020.06.12 12:01:34

-03'00'

**THIAGO PACHECO DO PRADO**

Fiscal do Contrato 18.12.000001492-2

Analista Administrativo – Contador – CRCRS 080971/O

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES (razão social anterior RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES)**, inscrita no CNPJ sob nº 77.998.276/0001-35, estabelecida à Rua Mateus Leme, 2004, térreo, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, na categoria de prestadora de serviço, prestou para a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT**, inscrita no CNPJ sob nº 34.028.316/0001-03, os serviços especificados abaixo, conforme contrato 389/2013:

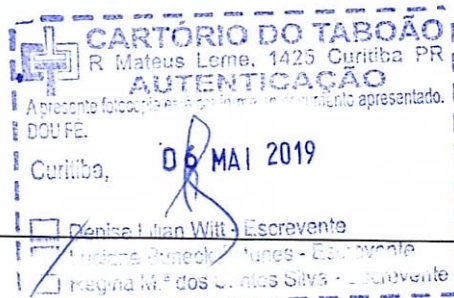
- **SERVIÇOS EXECUTADOS:** Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, incluindo exames de controles internos e auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis, segundo as normas publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e/ou dos padrões IFRS.

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os mesmos, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Para efeitos meramente cadastrais em processos licitatórios, informamos que as Demonstrações Financeiras da ECT de 31/DEZ/2013 apresenta (em R\$ MIL):

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Ativo Circulante	3.758.989
Ativo Não-Circulante	6.158.982
Ativo Total	9.917.971
Passivo Circulante	3.158.284
Passivo Não-Circulante	3.069.989
Patrimônio Líquido	3.689.698
Passivo Total	9.917.971
Receita Bruta de Vendas/Serviços	15.380.898

Também para efeitos cadastrais, informamos que para os serviços de auditoria foram utilizadas mais que 1.200 (mil e duzentas) horas de trabalho, e participaram dos serviços os seguintes profissionais (dentre outros):



- PAULO SERGIO DA SILVA – Gerente - Responsável Técnico;
- ALICE FERREIRA DA CRUZ – atuando como auditor sênior;
- MARLOS NANONI REINERT – atuando como auditor sênior;
- IRINEU HOMAN – atuando como auditor sênior;
- WILLIAN PILANTIL – atuando como auditor sênior;
- PEDRO WITTE ALVES – atuando como auditor sênior;


Brasília, 15 de Abril de 2015.

  
**VANESSA SANDRI BARBOSA**  
CONTADORA CRC/DF – 014297/O  
Gerente da GCOS/CEOFI/BSB

  
**ISAÍAS LERBACK**  
Gerente da GGCS/CECOM

  
**ROGÉRIO SIMONATO BOTELHO**  
Chefe da CECOM

ARQUIVADO NO CRCPR, SOB N.º 1493  
NOS TERMOS DA LEI N.º 8666/93,  
COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º  
8883/94.  
CURITIBA, 06 DE 05 DE 2015

  
DIVISÃO DE REGISTRO

**JUAREZ CÉSAR DE CARVALHO**  
COORDENADOR DE REGISTRO

Lei: 13.226 de 18/07/2001  
**SELO FUNARPEN**

Tabelionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia

**FPT86150**

Apresente fotocópia do documento apresentado.  
DOUFÉ.

Curitiba, 06 MAI 2015

Denise Lillian Vitti - Escrevente  
 Luciane Buneck Antunes - Escrevente  
 Regina M.º dos Santos Silva - Escrevente



PATROCINADOR OFICIAL

TM Rio 2016.

Carta 13887/2011-GGCS/CECOM  
Ref.: CONTRATOS 233/2010, 286/2010 e 154/2011  
Assunto: ENCAMINHA ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Brasília/DF, 16 de novembro de 2011.

À  
**RUSSEL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES.**  
Rua Mateus Leme, 2004, Térreo, Centro Cívico  
80530-010 – Curitiba/PR  
Fone/Fax: (41) 3350-6000 / 6101

A/C Sr. Paulo Sergio da Silva

Prezado Senhor,

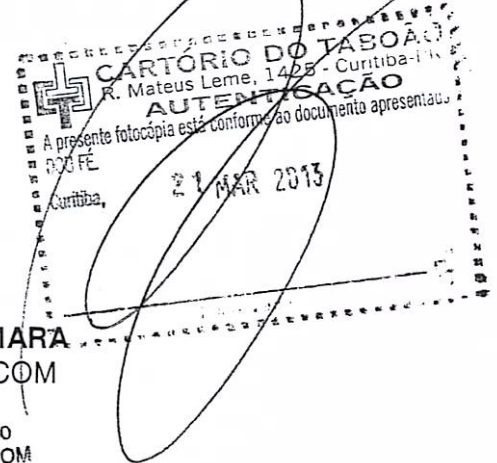
Em atenção à solicitação contida na Carta s/nº, encaminhamos, anexo, atestado de capacidade técnica referente aos Contratos 233/2010, 286/2010 e 154/2011 cujo objeto é a Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de auditoria independente das demonstrações financeiras da ECT, relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Informamos que o atestado de capacidade técnica em comento foi emitido de acordo com as normas internas da ECT.

Atenciosamente,

  
**ARIOVALDO APARECIDO DA CAMARA**  
Chefe da Central de Compras - CECOM

**Eliete Maria Gasperotto**  
Gerente Corp. GGCS/CECOM  
Mat. 8.889.280.8



C/ANEXO: Atestado de capacidade técnica.  
MLPS/mlps



Correios 40 anos – Sua confiança, nossa marca

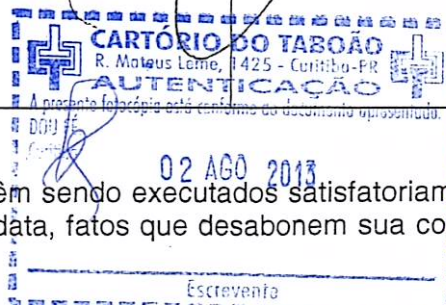


**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa **RUSSEL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.998.276/0001-35, estabelecida à Rua Mateus Leme, 2004, térreo, Centro Cívico – CEP 80530-010 – Curitiba/PR, executa para esta **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT**, CNPJ/MF nº. 34.028.316/0001-03, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco “A” - Brasília/DF, os serviços, abaixo especificados, relativos aos Contratos 233/2010, 286/2010 e 154/2011.

Contrato	Serviço Executado	Período	Valor Global (R\$)
233/2010	Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras da ECT, referente ao exercício de 2009, incluindo exames de controles internos e auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis.	25/10/2010 a 25/10/2011	275.814,06
286/2010	Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras da ECT, referentes ao exercício de 2008, incluindo exames de controles internos e auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis.	22/12/2010 a 22/12/2011	275.814,06
154/2011	Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras da ECT, referentes ao exercício de 2010, incluindo exames de controles internos e auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis.	28/06/2011 a 28/06/2012	298.390,40

Atestamos ainda, que tais serviços vêm sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.





Para efeitos meramente cadastrais em processos licitatórios, informamos que as Demonstrações Financeiras da ECT de 31/DEZ/2010 foram publicadas no D.O.U, seção 3, de 13/MAIO/2011, e apresentava (em Milhares de Reais):

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Ativo Circulante	2.757
Ativo Não-Circulante	5.013
Ativo Total	7.770
Passivo Circulante	2.233
Passivo Não-Circulante	1.937
Patrimônio Líquido	3.600
Passivo Total	7.770
Receita Bruta de Vendas/Serviços	12.687

Brasília/DF, 14 de novembro de 2011.

*Rosilene T. dos Reis*  
**ROSILENE TIMÓTEO DOS REIS**  
 Analista de Correios Jr  
 Mat. 8.132.336-0 - GGCS/CECOM

*Eliete Maria Gasperotto*  
**ELIETE MARIA GASPEROTTO**  
 Gerente Corporativo de Gestão de Contratos de  
 Serviço - GGCS/CECOM

*amonto*  
**ARIOVALDO APARECIDO DA CÂMARA**  
 Chefe da Central de Compras – CECOM

**CARTÓRIO DO TABOÃO**  
 R. Mateus Lopes, 425 - Curitiba-PR  
**AUTENTICAÇÃO**  
 A presente fotocópia está conforme ao documento apresentado  
 DOU DE  
 Curitiba,  
 21 MAR 2013

Lei: 13.228 de 18/07/2001  
**SELO FUNARPEN**  
**TABELIONATO DE NOTAS**  
 DE # DOU FE  
 Curitiba  
 ETJ14906

**CARTÓRIO DO TABOÃO**  
 R. Mateus Lopes, 425 - Curitiba-PR  
**AUTENTICAÇÃO**  
 A presente fotocópia está conforme ao documento apresentado.

02 AGO 2013

*[Handwritten signature]*

Escritor

Lei: 13.228 de 18/07/2001  
**SELO FUNARPEN**  
**TABELIONATO DE NOTAS**  
 EPR64358



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, localizada na Rua Mateus Leme, 2.004, São Francisco – CEP 80530-010, inscrita no CNPJ nº 77.998.276/0001-35, prestou serviços especializados de auditoria das demonstrações financeiras, envolvendo, avaliações dos controles internos e aspectos tributários (lucro real e tributos indiretos), à **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, localizada na Rua Mateus Leme, 1561, Bom Retiro – CEP 80520-174, inscrita no CNPJ nº 76.545.011/0001-19, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, integrando a equipe de auditores (dentre outros) os quais desenvolveram as seguintes atividades:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE		
NOME		ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
João Raimundo Klein	GERENTE	
Paraíllo Domingues da Silva Filho	SÊNIOR	Lucro Real, Demonstrações Financeiras e Tributarista
Alice Ferreira da Cruz		Avaliação de Controles Internos
Paulo Sérgio da Silva		Avaliação de Controles Internos, Lucro Real, Demonstrações Financeiras e Tributarista
Ismael Silva	ASSISTENTE	Avaliação de Controles Internos e Demonstrações Financeiras

A auditoria do exercício social de 2012 envolveu, inclusive, a avaliação da adequação da aplicação dos pronunciamentos técnicos do CPC e, nas demonstrações consolidadas, a aplicação do IFRS.

Os serviços foram prestados dentro da carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas anuais, conforme previsão contratual.



Atestamos, ainda, que a contratada prestou de maneira satisfatória e eficiente os serviços, não havendo nada que desabone a referida empresa até o momento.

Por ser verdade firmamos o presente atestado.

Curitiba, 16 de março de 2017.

Eli Margarete Winter  
Coordenação de Contabilidade e Planejamento Tributário  
Tel.: (41) 3200-6174  
e-mail: [ewinter@celepar.pr.gov.br](mailto:ewinter@celepar.pr.gov.br)

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, localizada na Rua Mateus Leme, 2.004, São Francisco – CEP 80530-010, inscrita no CNPJ nº 77.998.276/0001-35, prestou serviços especializados de auditoria das demonstrações financeiras, envolvendo, avaliações dos controles internos e aspectos tributários (lucro real e tributos indiretos), à **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, localizada na Rua Mateus Leme, 1561, Bom Retiro – CEP 80520-174, inscrita no CNPJ nº 76.545.011/0001-19, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, integrando a equipe de auditores (dentre outros) os quais desenvolveram as seguintes atividades:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE		
NOME		ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
João Raimundo Klein	GERENTE	
Parailio Domingues da Silva Filho	SÊNIOR	Lucro Real, Demonstrações Financeiras e Tributarista
Alice Ferreira da Cruz		Avaliação de Controles Internos
Paulo Sérgio da Silva		Avaliação de Controles Internos, Lucro Real, Demonstrações Financeiras e Tributarista
Ismael Silva	ASSISTENTE	Avaliação de Controles Internos e Demonstrações Financeiras

A auditoria do exercício social de 2011 envolveu, inclusive, a avaliação da adequação da aplicação dos pronunciamentos técnicos do CPC e, nas demonstrações consolidadas, a aplicação do IFRS.

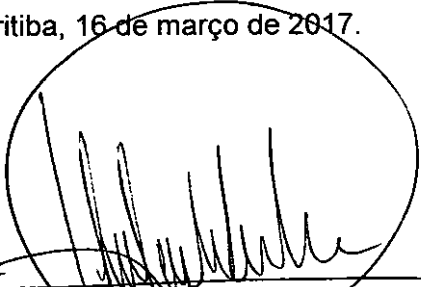
Os serviços foram prestados dentro da carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas anuais, conforme previsão contratual.



Atestamos, ainda, que a contratada prestou de maneira satisfatória e eficiente os serviços, não havendo nada que desabone a referida empresa até o momento.

Por ser verdade firmamos o presente atestado.

Curitiba, 16 de março de 2017.



Eli Margarete Winter  
Coordenação de Contabilidade e Planejamento Tributário  
Tel.: (41) 3200-6174  
e-mail: [ewinter@celepar.pr.gov.br](mailto:ewinter@celepar.pr.gov.br)

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



Lactícnios Tirol LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.011.2147/0001-30, sediada à Rua Domingos Perondi nº 36, por intermédio de seus representantes legais os Srs. Adalberto Rofner, portador da identidade nº 10/R 3.282.808 – SESP/SC e CPF nº 029.645.589-06 e Tarso Dresch portador da identidade nº 1.301.181 SESPDC/SC e CPF nº 448.257.739-15, atesto a capacidade técnica da **CONSULT – Auditores Independentes**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/PR, na Rua Mateus Leme, nº 2004, térreo, inscrita no CNPJ (MF) nº 77.998.276/0001-35, a qual exerceu (ou) vem exercendo as seguintes atividades:

### SERVIÇOS EXECUTADOS

Prestação de serviços especializados de Auditoria Contábil, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade e segundo os padrões usuais de trabalho desta natureza, e demais exigências legais pertinentes.

### OUTRAS INFORMAÇÕES:

#### FATURAMENTO

Em 2014: R\$ 1.569.589.748,00

#### DATA DE INÍCIO E TÉRMINO DA CONTRATAÇÃO

Exercício de 2014

#### CARGA HORÁRIA ANUAL

800 horas

#### OBJETO SOCIAL DA EMPRESA

Industrialização de leite pasteurizado e de outros produtos lácteos.

Treze Tílias, 11 de janeiro de 2017.

ADALBERTO ROFNER  
Diretor Executivo Comercial

TARSO DRESCH  
Diretor Executivo Industrial

Unidade I  
Fone (49) 3537-7000  
Rua Três Barras, 36 - Centro  
CEP 89.650-000  
Treze Tílias - SC

Unidade II  
Fone (49) 3322-2166  
Rua Jose Linhares, 437E  
Bairro Jardim América  
CEP 89.803-440  
Chapecó - SC

Unidade III  
Fone (49) 3537-7100  
Rodovia SC, 454, Km 08  
Linha Caçador  
CEP 89.650-000  
Treze Tílias - SC

[www.tirol.com.br](http://www.tirol.com.br)



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

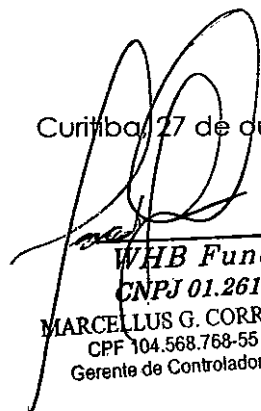
Atestamos para os devidos fins; que a empresa RUSSELL BEDFORD BRASIL – AUDITORES INDEPENDENTES, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, localizada na Rua Mateus Leme, 2.004, inscrita no CNPJ nº 77.998.276/0001-35, prestou serviços especializados de auditoria das demonstrações financeiras, envolvendo, inclusive, avaliações dos controles internos e aspectos tributários (lucro real e tributos indiretos), à nossa empresa, no período de 2005 a 2011, integrando a equipe de auditores (dentre outros):

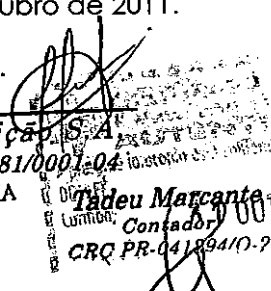
- Pedro Nunes de Gouveia (Sócio-Diretor)
- Parailio Domingues da Silva (gerente contábil, controles internos, lucro real e tributarista)
- Alice Ferreira da Cruz (sênior experiência Contábil, Demonstrações Financeiras e Avaliação dos Controles Internos)

Todos os trabalhos são preconizados pelas normas expedidas pelos órgãos de fiscalização do exercício profissional e outros órgãos e entidades em conformidade com a legislação atualmente em vigor. Salientamos que ficamos satisfeitos com os serviços prestados, uma vez que são realizados dentro do prazo e qualidade esperados, nada havendo que desabone sua conduta profissional.

Para fins cadastrais, declaramos no último exercício social (31/DEZ/10): a Receita Bruta foi de R\$/Mil 713.724, o Patrimônio Líquido foi de R\$/Mil 85.752 e o Ativo Total foi de R\$/Mil 492.028.

Curitiba, 27 de outubro de 2011.

  
WFB Fundição S/A  
CNPJ 01.261.681/0001-04  
MARCELLUS G. CORREIA  
CPF 104.568.768-55  
Gerente de Controladoria

  
Tadeu Marcante  
Contador  
CRQ PR-04189410-9





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a Empresa RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES, inscrita no CNPJ sob nº 77.998.276/0001-35, estabelecida à Rua Mateus Leme, 2004, térreo, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, na categoria de prestadora de serviço, prestou para a WHB Fundação S/A, inscrita no CNPJ sob nº 01.261.681/0001-04, na condição de cliente usuária, os serviços especificados abaixo:

• **SERVIÇOS EXECUTADOS:** Serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, incluindo exames de controles internos operacionais e revisões tributárias, bem como auditoria dos sistemas informatizados que dão suporte aos registros contábeis, desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

Integraram a equipe de auditores (dentre outros):

- Pedro Nunes de Gouveia (Sócio-Diretor);
- Paraílho D. Silva Filho (Gerente de auditoria contábil e tributária, de análise das Demonstrações Financeiras e de auditoria de controles internos);
- Bill Augusto Rizzon (Sênior de auditoria contábil e tributária, Demonstrações Financeiras e Avaliação dos Controles Internos);
- Pedro Witte Alves (Assistente de auditoria contábil e tributária, e de Avaliação dos Controles Internos).

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os mesmos, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Curitiba, 02 de agosto de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**Marcio Luiz Lahn**  
Gerente de Controladoria  
Contador – CRC PR-053078/O-0

**WHB FUNDAÇÃO S/A**  
Rua Wiegando Olsen 1600 – CEP 81460-070  
CIC – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 3341-1800/ Fax: 3341-1835





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa Russell Bedford Brasil – Auditores Independentes, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, localizada na Rua Mateus Leme, 2.004, inscrita no CNPJ Nº 77.998.276/0001-35, prestou serviços especializados de auditoria das demonstrações financeiras, envolvendo, inclusive, avaliações dos controles internos e aspectos tributários (lucro real e tributos indiretos), às nossas empresas, no período de 2012 e 31/DEZ/13, integrando a equipe de auditores (dentre outros):

- Paraíllo Domingues da Silva Filho;
- Paulo Sérgio da Silva;
- Alice Ferreira da Cruz;
- Bill Augusto Rizzon;
- Pedro Witte Alves.

As auditorias dos exercícios sociais de 2012 e 2013 envolveram, inclusive, a avaliação da adequação da aplicação dos pronunciamentos técnicos do CPC e, nas demonstrações consolidadas, a aplicação do IFRS.

Salientamos que ficamos satisfeitos com os serviços prestados, uma vez que são realizados dentro do prazo e qualidade esperados, nada havendo que desabone sua conduta profissional.

Para fins cadastrais, declaramos que a contratação da auditoria foi realizada com uma quantidade superior a 1.500 (mil e quinhentas) horas anuais para a execução dos serviços.

Curitiba, 14 de abril de 2015

  
**WHB FUNDAÇÃO S/A**  
**Tadeu Marcante**  
**Contador CRC PR-041294/O**



**WHB FUNDAÇÃO S/A**  
Rua Wiegando Olsen 1600 – CEP 81460-070  
CIC – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 3341-1800/ Fax: 3341-1835

ARQUIVADO NO CRCPR, SOB N.º 1478  
NOS TERMOS DA LEI N.º 8666/93,  
COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º  
8883/94.  
CURITIBA, 15 DE 4 DE 2015

DIVISÃO DE REGISTRO

**VALMIR CORREIA DOS SANTOS**  
AGENT. DE REGISTRO I



**REGISTRO DO TABOÃO**  
R. Moraes Leite, 1425 - Curitiba-PR  
**AUTENTICAÇÃO**  
A presente fotocópia está conforme ao documento apresentado.  
DOUT. E.  
Curitiba,  
**16 ABR 2015**  
Escrevente

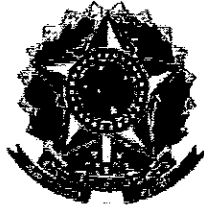


**CONSULT AUDITORES**

## RELAÇÃO DE PESSOAL – EQUIPE TÉCNICA

EQUIPE DE AUDITORES	RG	CPF	CRC	CNAI	CARGO	VÍNCULO CONSULT
PAULO SERGIO DA SILVA	4.318.575-6	672.690.529-72	PR 29.121/O-0	601	RESPONSÁVEL TÉCNICO	Contrato Social
IRINEU HOMAN	4.910.506-1	834.263.889-87	PR 43.061/O-0	1103	RESPONSÁVEL TÉCNICO	Contrato Social
PARAILIO DOMINGUES DA SILVA FILHO	4.591.150-0	729.580.819-15	PR 35.538/O-4	1260	GERENTE	Contrato Social
ELOÁ BECKENKAMP CORDEIRO	7.537.562-0	044.435.059-46	PR 56.011/O	3417	AUDITOR	CLT

PAULO SERGIO DA SILVA  
SÓCIO GERENTE  
CPF: 672.690.529-72



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ  
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: PAULO SERGIO DA SILVA
REGISTRO.....	: PR-029121/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 672.690.529-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 09/12/2020 as 15:19:29.

Válido até: 09/03/2021.

Código de Controle: 689450.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
 SAS – Quadra 5 – Bloco J – Edifício CFC  
 Brasília/DF – 70070-920  
 Telefone: (61) 3314-9600  
 www.cfc.org.br



**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI**

**CERTIDÃO DE REGISTRO**

Nome:	PAULO SERGIO DA SILVA
Registro CNAI nº:	601
CRC Nº:	PR-029121/O
CPF:	672.690.529-72

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <https://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/menu.aspx>

Código de controle da Certidão: A749P65730

**FINALIDADE: Atendimento à Resolução CFC nº 1495/15 (CNAI)**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CERTIFICA, para os devidos fins, que o(a) contador(a) acima identificado(a) está inscrito(a) no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) com habilitação para atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e com habilitação para atuar em auditoria de instituições reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Emitida em: 09/12/2020 15:25:00

Situação cadastral em: 09/12/2020 15:25:00

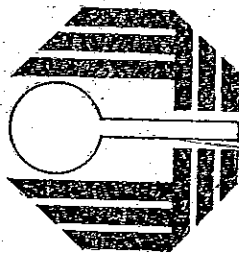
Certidão válida por 90 (noventa) dias

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI**



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA PARANÁ



O Reitor da Universidade Estadual de Londrina,  
no uso de suas atribuições, e tendo em vista a conclusão do curso de  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
em 04 de julho de 1992, confere o título de  
**Bacharel em Ciências Contábeis**

a

## Paulo Sergio da Silva,

brasileiro, natural do Estado do Paraná, nascido a 08 de maio de 1968, RG 48185756/PR  
e outorga-lhe o presente Diploma,

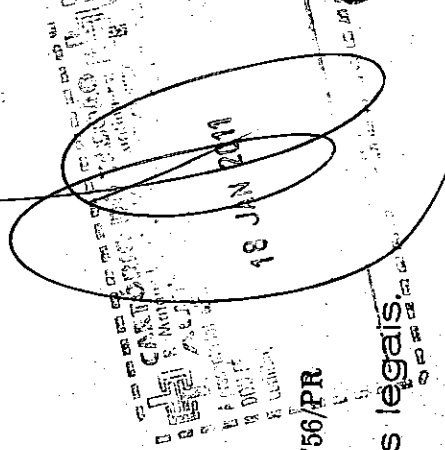
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Londrina, 10 de agosto de 1992.

Prof. Luiz Carlos Bruschi  
Coordenador de Assuntos de Ensino de Graduação

  
Diplomado

Prof. Dr. João Carlos Thomson  
Reitor



**UEL-CAE/DCA/DDC**

Diploma n.º 22.861 ..... notado  
no Livro 10 Fls. 099-V

**Curso reconhecido pelo**

Decreto Federal n.º 78.469/76  
publicado no D.O.U. de 28/09/76

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

**REITORIA**  
**C. A. E. - D. E. U. D.**  
**PARA REGISTRO**

Londrina, 27/11/92

*Carvalho*

PROF. OSWALDO JUBHEIN GARCIZARDES  
Chefe de Serviço Especial de Registro  
de Diplomas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**  
**REITORIA**

COORDENADORIA DE ASSUNTOS DE ENSINO E GRADUAÇÃO

Divisão Especial de Registro de Diplomas

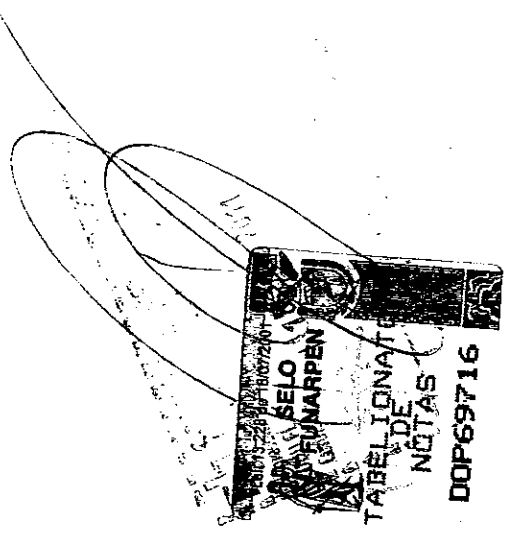
Por Delegação de competência do DAU/MEC e da  
SISU/MEC, Portarias n.º 71 de 21-10/77 e n.º 30 de  
28/08/79, nos termos da Portaria Ministerial n.º 428 de  
11 de outubro de 1977.

Diploma registrado sob n.º - 19739 -  
no UEL-28 Folha 35 V Processo nº 1482/92

em Londrina, 27 de NOVEMBRO de 1992

*Luiza M. Yamashita*  
Prof. LUÍZA M. YAMASHITA DELIBERADOR  
REITORIA EM EXERCÍCIO

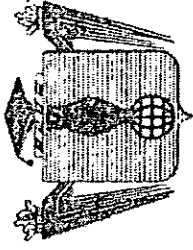
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO  
ESTADO DO PARANÁ  
Inscrição sob nº 29.121  
Curtida 30/05/95  
*Rosa*  
ROSA FERNANDA DA ROSA  
Chefe de Divisão de Registro  
Por subdelegação de competência nos  
termos da Portaria nº 20/94, do  
Presidente do CRC-PR.





GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

# Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopío



Reconheçtia pelo Governo Federal - Decreto Nº 70.745 de 21/06/72 - DOU de 22/6/72

## CERTIFICADO

A Diretora da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de  
Cornélio Procopío, no uso de suas atribuições legais, faz expedir a

- PAULO SERGIO DA SILVA -

o presente Certificado de frequência e aproveitamento, por ter concluído o  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE GERENCIAL E AUDITORIA**  
em nível de pós-graduação "lato sensu", promovido no período de abril de 1993 a dezembro de 1994  
com carga horária de trezentas e noventa horas, de conformidade com a Resolução nº 12/83, do  
Conselho Federal de Educação.

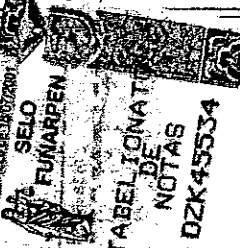
Cornélio Procopío, 10 de dezembro de 1994

Profª Cleonice Zerbini da Cunha  
Diretora de Pesquisa, Pós  
Graduação e Extensão

Ajuízo (a)

Profª Maria Aparecida Ribeiro de Oliveira  
Diretora Geral

28 NOV 2011



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SECRETARIA DE TRANSPORTES  
SECRETARIA DE CULTURA  
SECRETARIA DE TURISMO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS  
SECRETARIA DE INFORMÁTICA  
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
SECRETARIA DE LEGISLAÇÃO  
SECRETARIA DE JURISDIÇÃO  
SECRETARIA DE FISCALIAÇÃO  
SECRETARIA DE CONTABILIDADE  
SECRETARIA DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS  
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS MATERIAIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS IMOBILIÁRIOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS CULTURAIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS AMBIENTAIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS HISTÓRICOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS PATRIMONIAIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS MÓVEIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS IMÓVEIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS CULTURAIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS AMBIENTAIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS HISTÓRICOS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS PATRIMONIAIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS MÓVEIS  
SECRETARIA DE GESTÃO DE BENS IMÓVEIS

# CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE GERENCIAL E AUDITORIA

Curso programado em conformidade com a Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação

DISCIPLINAS	CORPO DOCENTE	CARGA HORÁRIA	APROV TAMBEM
ENGENHARIA ECONOMICA	LUIZ OMAR SETUBAL GABAUDDO - Mestre/UFSC	50	7,5
CONTABILIDADE DE CUSTOS	OLÍRIO SPERANDIO - Mestre/USP	60	8,5
ADMINISTRAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	MOISÉS PRATES SILVEIRA - Mestre/UFRRGS	20	9,0
MODELOS DINÂMICOS DE ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA	PAULO SCHULZ - Mestre/PUC-SP	30	7,0
SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTÁBEIS	NARDIR ANTONIO SPERANDIO - Mestre/FGV-RJ	30	9,4
MARKETING PARA EXECUTIVO FINANCEIRO E CONTÁBIL	SÉRGIO BULGACOV - Doutor/FGV-SP	20	9,0
AUDITORIA	HAMILTON LUIZ FAVEIRO - Mestre/FGV-RJ	40	8,6
SISTEMAS CONTÁBEIS	ANTÔNIO DE DEUS MAGALHÃES FILHO - Mestre/FGV-RJ	20	7,0
PERÍCIA CONTÁBIL	OLÍRIO SPERANDIO - Mestre/USP	20	9,0
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	LUIZ ANTÔNIO FÉLIX - Mestre/USP	10	8,5
MÉTODOS E TÉCNICAS DIDÁTICO PEDAGÓGICAS	GEORFÁVIA MONTOZA ALVARENGA - Doutora/USP	60	9,0
CONTROLADORIA	HAMILTON LUIZ FAVEIRO - Mestre/FGV-RJ	30	8,0

**PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA: 93%**

**TOTAL DE CARGA HORÁRIA: 390 HORAS**

OBS.: Escala de avaliação utilizada: 0 (zero) a 10 (dez). A avaliação foi feita através de provas escritas e trabalhos de pesquisa.

**MÉDIA FINAL: 8,4**

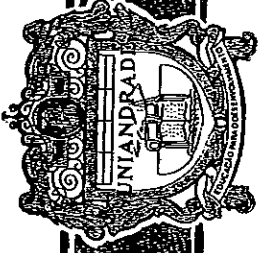
Registro no Livro	As Fólios	Sub nº
- 01 -	- 001v -	- 0040 -

*R. Rodrigues*

Luíza Aparecida da Cruz Rodrigues  
Chefe Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação

28 NOV 2011

*[Assinatura]*  
**Prof. Hideharu Carlos Ikehara**  
COORDENADOR PEDAGÓGICO

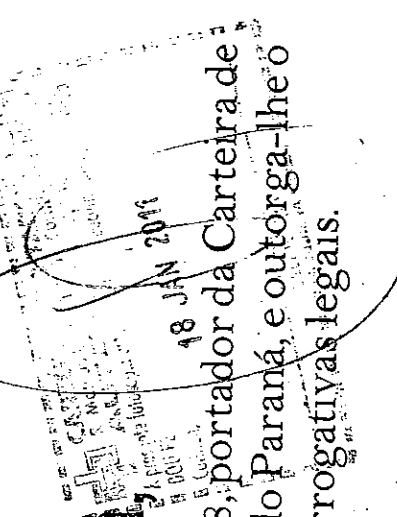


# CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE

O Reitor do Centro Universitário Campos de Andrade, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Direito em 23 de fevereiro de 2007, confere o título de **Bacharel em Direito** a

## Paulo Sergio da Silva,

brasileiro, natural do Estado do Paraná, nascido a 08 de maio de 1968, portador da Carteira de Identidade nº 4.318.575-6, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.



Curitiba, 02 de março de 2007.

*Imy S. Chudzikiewicz*  
Diplomada

Imy Salete Chudzikiewicz  
Secretária

*José Campos de Andrade*  
Reitor

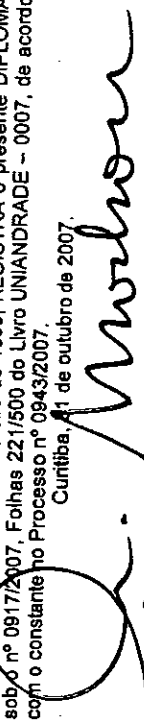
José Campos de Andrade  
Reitor

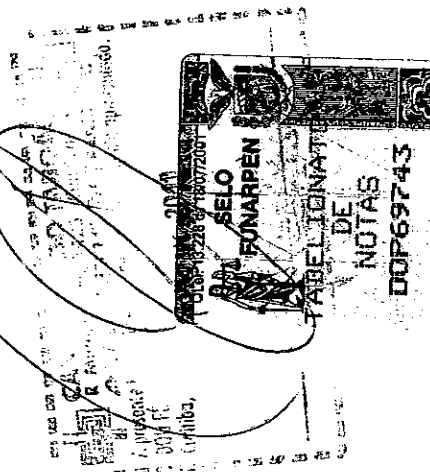
DIPLOMA PROTOCOLADO

SOB N.º 3470

FLS. 16 LIVRO 002

EM 25 / 09 / 2007

<b>União</b>	MINISTERIO DA EDUCACAO CENTRO UNIVERSITARIO CAMPOS DE ANDRADE SETOR DE REGISTRO GERAL
REGISTRO Nº 0917/2007, FOLHAS 221/500, LIVRO UNIANDRADE-0007	
Curso de Direito, bacharelado, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.089, de 14 de dezembro de 2006, publicado no DOU nº 242, Seção I, pág. 37, em 19 de dezembro de 2006.	
Considerando o disposto no § 4º do Art. 2º do Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006, publicado no DOU nº 99, Seção I, em 25 de maio de 2006, o Centro Universitário Campos de Andrade, credenciado pelo Decreto de 11 de fevereiro de 1999 do Presidente da República Federativa do Brasil, publicado no DOU nº 30-E, Seção I, em 12 de fevereiro de 1999, REGISTRA o presente DIPLOMA sob o nº 0917/2007, Folhas 221/500 do Livro UNIANDRADE - 0007, de acordo com o constante no Processo nº 0943/2007. Curitiba, 1 de outubro de 2007.	
	
Antonio Mochoh Coste Diretor do Setor de Registro Geral	
Por delegação do Reitor do Centro Universitário Campos de Andrade, Portaria nº 0004/2003-Reitoria, de 30 de junho de 2003.	



## ***CURRICULUM VITAE***

**PAULO SÉRGIO DA SILVA**

### **• DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1 - Nome: **PAULO SÉRGIO DA SILVA**
- 1.2 - Endereço: Rua Bogomil Radomski, 343, casa 1
- 1.3 - Data de nascimento/localidade: 08/05/68 em Londrina/PR
- 1.4 - Estado Civil: Casado
- 1.5 - Cédula de Identidade/Identificação no SSP: 4.318.575-6 PR
- 1.6 - CPF: 672.690.529-72
- 1.7 - Registro no Órgão de Classe: CRC/PR Nº 029121/O-0
- 1.8 - Categoria: Contador
- 1.9 - Data Diplomação: 04/07/1992
- 1.10 - Data de Registro: 30/05/1995

### **• CURSO SUPERIOR**

#### **Bacharel em Ciências Contábeis**

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Data da Diplomação: 04/07/1992

Registro no Órgão de Classe: CRC/PR nº 29121 em 30/05/1995

#### **Bacharel em Direito**

Uniandrade – Centro Universitário Campos de Andrade

Data da Diplomação: 23/02/07

Registro no Órgão de Classe: OAB/PR 44.619

### **• CURSO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

#### **Pós Graduação em: Contabilidade Gerencial e Auditoria**

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio

### **• FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

#### **Consult Auditores Independentes**

Período: 10/94 até a presente data

A partir Fevereiro/99 passou a fazer parte da empresa como sócio.

#### **Santa Bárbara Agro-Pastoril S/C Ltda.**

Londrina/PR

Período: 11/92 a 5/94

Nº de anos e meses: 1 ano e 6 meses

Cargo: 11/92 a 12/93 - Auxiliar de Contabilidade

01/94 a 05/94 - Sub-Contador

Setor: Contabilidade

**Atividades:**

*Contábil:* Acompanhamento e execução das atividades contábeis tais como: conferência, classificação e elaboração de lançamentos contábeis: conciliações; encerramento contábil mensal inclusive com cálculos e recolhimentos de tributos e contribuições incidentes sobre o lucro; encerramento contábil anual com preenchimento da Declaração de Ajuste.

*Fiscal:* Escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR; escrituração dos livros de ICMS bem como o preenchimento de guias para recolhimento desde imposto; cálculo e recolhimento dos tributos incidentes sobre o lucro e sobre o faturamento (PIS, COFINS, IRPJ, Contribuição Social).

*Departamento Pessoal:* Conferência da folha de pagamento para futura contabilização e conferência das contribuições sobre ela incidente (INSS e FGTS).

*Custos:* Análise e acompanhamento da movimentação dos componentes de custo para contabilização.

**Moinho Londrina S/A**

Londrina/ PR

Período: 12/88 a 10/92

Nº de anos e meses: 3 anos e 10 meses

Cargo: Sub-Contador

Setor: Contabilidade

Atividades: As mesmas da atividade anterior, pois exercia o mesmo cargo.

• **ATIVIDADES:**

**CONTÁBIL:** Acompanhamento e execução das atividades contábeis tais como: conferência, classificação e elaboração de lançamentos contábeis: conciliações; encerramento contábil mensal inclusive com cálculos e recolhimentos de tributos e contribuições incidentes sobre o lucro; encerramento contábil anual com preenchimento da Declaração de Ajuste.

**FISCAL:** escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR; escrituração dos livros de ICMS e IPI bem como preenchimento de guias para recolhimento destes impostos; cálculo e recolhimento dos tributos incidentes sobre o lucro e sobre o faturamento (PIS; COFINS; IRPJ; CONTRIBUIÇÃO SOCIAL).

**CONTABILIDADE GERENCIAL:** Auxílio na implantação de relatórios de desempenho mensal (comparando o resultado realizado com o previsto no orçamento) através de planilhas eletrônicas, com as avaliações de cada oscilação relevante.

**DEPARTAMENTO PESSOAL:** Conferência da folha de pagamento para futura contabilização e conferência das contribuições sobre ela incidente (INSS e FGTS).

**CUSTOS:** Análise e acompanhamento da movimentação dos componentes de custo para contabilização.

**AUDITORIA:** Auditoria externa independente na área contábil (inclusive com emissão de Parecer), tributária (IRPJ e C.S.), fiscal (ICMS e IPI), financeira (Compras e Contas a Pagar), Estoque, Departamento de Pessoal.

**CONTROLES INTERNOS:** Caixa; Duplicatas a Receber; Controle de Estoque; Imobilizado; Bancos; Financiamentos, etc...

INFORMÁTICA: A nível de usuário em sistemas contábeis, bons conhecimentos em Excel, Word, ambiente WINDOWS, Internet, etc.

CURSOS/TREINAMENTOS – Participante em vários cursos/treinamentos vinculados as normas internacionais de contabilidade e Auditoria, tais como: Atualização das Normas Brasileiras de Contabilidade (CRC/PR); Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Fipecafi); Curso Avançado sobre a Lei das Sociedades Anônimas ( Zappa Hoog); Tópicos de Contabilidade Internacional (Fipecafi), Normas Internacionais de Auditoria I, II e III; Avaliação de Empresas (Fipecafi); Palestrante em diversos treinamentos internos na Russell Bedford.

- **CURSOS EXTRA CURRICULARES**

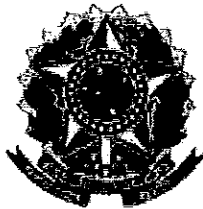
Em atendimento ao Programa de Educação Profissional Continuada e para atender às Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e às necessidades de conhecimento em atividades específicas relativas à auditoria independente em instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, em atendimento às exigências do Banco Central do Brasil (BCB) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), são realizados diversos cursos de aperfeiçoamento e atualização de acordo com a legislação vigente do Conselho Federal de Contabilidade e do

#### **4. RELAÇÃO DE ALGUMAS EMPRESAS EM QUE PARTICIPOU NO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE AUDITORIA: todos os trabalhos desenvolvidos como GERENTE / RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS  
2010 a 2014  
Contato: Flaviane Gomes da Nóbrega Silva  
Brasília
- Telecomunicações Brasileira S/A – Telebras  
2019 e 2020  
Contato: Gilson Souza dos Santos  
Brasília
- Companhia de Aguas e Esgotos de Rondônia - CAERD  
2013  
Contato: Jacira Terezinha  
Porto Velho - RO
- Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS  
2019  
Contato: Jacira Terezinha  
Porto Velho - RO

- Grupo WHB Automotive S/A  
Curitiba
- Grupo Positivo;  
Contato: Cezar Teixeira - Diretor  
R: Candido Hartman 1400, Curitiba – Paraná
- Grupo Deville;  
Contato: Nivaldo Ramalho – Diretor  
R: Visconde de Nacar 1440, Curitiba –Paraná.
- Grupo Opet.  
Contato: Daniele Karan – Diretora  
R: Nilo Peçanha 1635, Curitiba – Paraná.

**DEZEMBRO/2020**



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ  
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: IRINEU HOMAN
REGISTRO.....	: PR-043061/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 834.263.889-87

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 09/12/2020 as 15:19:55.

Válido até: 09/03/2021.

Código de Controle: 360488.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS – Quadra 5 – Bloco J – Edifício CFC  
Brasília/DF – 70070-920  
Telefone: (61) 3314-9600  
www.cfc.org.br

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI****CERTIDÃO DE REGISTRO**

Nome:	IRINEU HOMAN
Registro CNAI nº:	1103
CRC Nº:	PR-043061/O
CPF:	834.263.889-87

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <https://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/menu.aspx>

Código de controle da Certidão: R86946I317

**FINALIDADE: Atendimento à Resolução CFC nº 1495/15 (CNAI)**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CERTIFICA, para os devidos fins, que o(a) contador(a) acima identificado(a) está inscrito(a) no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) com habilitação para atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e com habilitação para atuar em auditoria de instituições reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Emitida em: 09/12/2020 15:26:00

Situação cadastral em: 09/12/2020 15:26:00

Certidão válida por 90 (noventa) dias

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI**

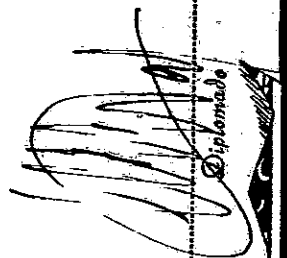
República Federativa do Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

## Diploma de Bacharel em Ciências Contábeis

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Ciências Contábeis, em 16 de abril de 1997, confere o título de Bacharel em Ciências Contábeis a Irineu Roman, brasileiro, natural do Estado do Paraná, nascido a 14 de novembro de 1971, portador da Carteira de Identidade n.º 4.910.506-1, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 16 de abril de 1997.

  
Diplomado





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
Gabinete do Reitor - Divisão de Registro Geral

Por delegação de competência do D.A.U., Portaria nº 71, de 21/10/77, Portaria da SESU, nº 30, de 23/05/79, e nos termos da Portaria Ministerial nº 726, de 21/10/77, o Diploma registrado sob nº 46631 no livro DF-104, Fls. 447, Proc. 31588/9762

Curitiba, 06 de 10 de 19 97

*Rajsa Misuta Bianchi*

Rajsa Misuta Bianchi  
Diretora da Divisão de Registro Geral

Por subdelegação de competência, de acordo com o art. 6º do Decreto nº 83.937/79 e nos termos da Portaria nº 50/94, do Reitor da UFPR.

**Conselho Regional de Contabilidade**

— DO PARANÁ —

INSCRITO SOB Nº 43064

CURITIBA, 26 DE Dezembro DE 19 99

*[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_  
Presidente do Conselho

## ***CURRICULUM VITAE***

### **1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

1.1 - Nome: **IRINEU HOMAN**

1.2 – Endereço: Rua Pedro Viriato P. de Souza, 1100 - Ecoville - Curitiba/PR.

Fone: (41) 3285-2504

1.3 - Data de nascimento: 14/11/71 em Curitiba/PR

1.4 - Estado Civil: solteiro

1.5- Cédula de Identidade/Identificação no SSP: 4.910.506-1

1.6- CPF: 834.263.889-87.

### **2-FORMAÇÃO ACADÊMICA**

#### **2.1 – CURSO SUPERIOR**

##### **Ciências Contábeis**

Curitiba/PR

Faculdade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Data da Diplomação: 16/04/1997

Registro Diploma no MEC: 06/10/1997

Registro no Órgão de Classe: 43061/O-0 em 28/12/1999

#### **2.2 – CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

##### **Pós Graduação em Controladoria**

Curitiba/PR

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Período: 07/03/1998 a 18/01/1999 com 360 horas/aulas

### **3-FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

#### **Consult Auditores Independentes (antiga:Russell Bedford Brasil – Auditores Independentes)**

Curitiba/PR

Período: 01/99 até a data atual

A partir 01/10/01 passou a fazer parte da empresa como sócio.

Setor: Auditoria

Atividades: Orienta Auditores na área de auditoria operacional/gestão, independente e de tributos. Planeja, distribui e gerencia a programação dos trabalhos, cuida das equipes sob sua responsabilidade. Realiza trabalhos de campo, quando necessário, sendo responsável por liberar relatórios, assinar pareceres e relatórios de Auditoria.

#### **Westaflex Tubos Flexíveis Ltda**

Araucária/PR

Período: 07/98 a 1/99

Nº de meses: 6 meses

Cargo: Técnico em Controladoria

Setor: Contabilidade

Atividades: Estudo e análises na implantação de melhoria e redução de custos, relativos aos processos administrativos e de controles internos. Execução de trabalhos de auditoria em diversos departamentos da companhia. Responsável pela realização mensal de inventário físico. Suporte aos departamentos financeiro, fiscal e faturamento, custos e recursos humanos.

#### **Eletrofrio Ltda**

Curitiba/PR

Período: 05/97 a 04/98

Nº de meses: 11 meses

Cargo: 05/97 a 12/97 - Analista Contábil Pleno

01/98 a 04/98 - Coordenador de Auditoria Interna

Atividades: Diversos trabalhos de auditoria visando melhoria na gestão administrativa, incluindo análise de planejamento estratégico, análise orçamentária, fluxo de caixa, análise de operações objetivando redução de custos, maximização de receitas e proteção de ativos.

#### **Ernst & Young Auditores Independentes S/C**

Curitiba/PR

Período: 07/93 a 04/97

Nº de anos: 3 anos e 9 meses

Cargos: 07/93 a 09/95 - Assistente Auditoria

09/95 a 04/97 - Auditor Sênior

Atividades: Auditoria completa das demonstrações financeiras de acordo com as normas da CVM, inclusive para fins de publicação. Atuação no processo de auditoria em Instituições Financeiras; Auditoria de Controles Internos com emissão de relatório de recomendações.

#### **4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- Docente da Faculdade OPET e da Fundação Getúlio Vargas ISAE –FGV. Nas áreas de Contabilidade e Controladoria.
- Ministrante do curso Básico e Intermediário de Contabilidade  
Instituição: Russell Bedford Brasil – Auditores Independentes  
Promovido para a Educação Profissional Continuada
- Conhecimento em Inglês  
Instituição: Cultura Inglesa  
Período: 03/97 a 11/00  
Nível: Intermediário
- Conhecimentos em Informática: Word e Excel.

**4. RELAÇÃO DE ALGUMAS EMPRESAS EM QUE PARTICIPOU NO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE AUDITORIA: todos os trabalhos desenvolvidos como GERENTE:**

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS

Contato: Flaviane Gomes da Nóbrega Silva

Brasilia

- Telecomunicações Brasileira S/A – Telebras

Contato: Gilson Souza dos Santos

Brasilia

- Grupo Positivo;

Contato: Cezar Teixeira - Diretor

R: Candido Hartman 1400, Curitiba – Paraná

- Grupo Deville;

Contato: Nivaldo Ramalho – Diretor

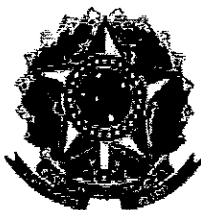
R: Visconde de Nacar 1440, Curitiba –Paraná.

- Grupo Opet.

Contato: Daniele Karan – Diretora

R: Nilo Peçanha 1635, Curitiba – Paraná.

**DEZEMBRO/2020**



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ  
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: PARAILIO DOMINGUES DA SILVA FILHO
REGISTRO.....	: PR-035538/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 729.580.819-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 09/12/2020 as 15:20:18.

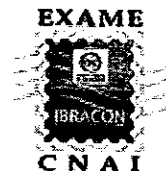
Válido até: 09/03/2021.

Código de Controle: 803320.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS – Quadra 5 – Bloco J – Edifício CFC  
Brasília/DF – 70070-920  
Telefone: (61) 3314-9600  
www.cfc.org.br

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI****CERTIDÃO DE REGISTRO**

Nome:	PARAILIO DOMINGUES DA SILVA FILHO
Registro CNAI nº:	1260
CRC Nº:	PR-035538/O
CPF:	729.580.819-15

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <https://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/menu.aspx>

Código de controle da Certidão: A510P10392

**FINALIDADE: Atendimento à Resolução CFC nº 1495/15 (CNAI)**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CERTIFICA, para os devidos fins, que o(a) contador(a) acima identificado(a) está inscrito(a) no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) com habilitação para atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Emitida em: 09/12/2020 15:27:00

Situação cadastral em: 09/12/2020 15:27:00

Certidão válida por 90 (noventa) dias

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI**

REPÚBLICA

FEDERATIVA

DO BRASIL



# FACULDADE CATÓLICA DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

O Diretor da Faculdade Católica de Administração e Economia no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Ciências Contábeis em 15 de Julho de 1993, confere o título de **BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS** a

## Paralio Domingues da Silva Filho,

brasileiro, natural do Estado do Paraná, nascido a 31 de Janeiro de 1968, portador da Carteira de Identidade n.º 4.591.150-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 27 de agosto de 1993.

*[Signature]*  
SECRETÁRIO

*[Signature]*

DIPLOMADO



SELO  
FUNAPPEN  
ESTABELIÇÃO DE NOTAS  
FEB 87 976

FAZULDADE CATÓLICA DE  
ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

Diploma registrado sob

n.º 6709 - Lei n.º 0-7

Curitiba, 17-08-1993

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Reconhecido pelo Decreto n.º  
81809 de 03/02/78

Pelror: BÉRGIO SEBASTIÃO PAGAN  
Secretaria: LUIZ RENATO XAVIER

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

*Substitui ao Rector - Distado de registro Geral*  
*Por delegação de competência do D.A.U., Portaria*  
*n.º 71, de 21/10/77, Portaria da SEU, n.º 80, de*  
*23/05/79, e nos termos da Portaria Ministerial*  
*n.º 728, de 21/10/77.*

Diploma registrado sob n.º 94950, no livro  
114-208 Fls. 299, Proc. 82235-35674/93-11

*Curitiba, 29 de Setembro de 1993*  
*Emerseu Carlos Viellas Medeiros*

*Emerseu Carlos Viellas Medeiros*  
Chefe de Gabinete do Rector/UFPR

Por subdelegação de competência, de acordo com  
o art. 6.º do Decreto n.º 83.937/79 e nos termos  
da Portaria n.º 65/90, do Rector da UFPR.

Conselho Regional de Contabilidade

DO PARANÁ

INSCRITO SOB N.º 35538

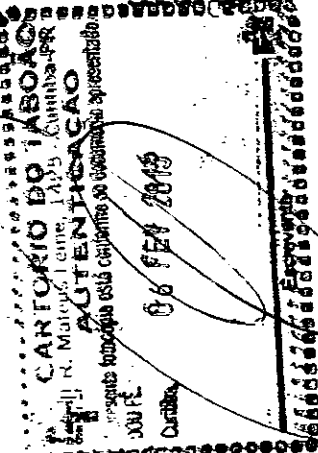
CURITIBA, 29 DE JULHO DE 1994

Alois Carlos Mustol

Membro do Conselho Regional

AO TOCADOR

0117 6416 511 2001100 018169



***CURRICULUM VITAE***  
***PARÁLIO DOMINGUES DA SILVA FILHO***  
***CARGO ATUAL: GERENTE DE AUDITORIA***

## ***CURRICULUM VITAE***

### **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

- Nome: **PARAÍLIO DOMINGUES DA SILVA FILHO**
- Endereço: Rua Hilário Moro, 71 - Bacacheri, Curitiba/PR, CEP 82600-030
- Fone: (41) 99914-6699
- Cédula de Identidade/Identificação no SSP: 4.591.150-0
- CPF: 729.580.819-15
- Registro no Órgão de Classe: CRC/PR N° 035538/O-4
- Categoria: Contador

### **2 - FORMAÇÃO ESCOLAR**

#### **2.1 - CURSO SUPERIOR**

**Ciências Contábeis**

Curitiba/PR

Faculdade Católica de Administração e Economia - FAE

#### **2.2 – CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**Pós –Graduação em Desenvolvimento Gerencial**

Curitiba/PR

FAE Business School

**Pós-Graduação em Direito Tributário**

Curitiba-PR

Universidade Federal de Santa Catarina.

### **3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Atividades: Apuração de ICMS, IPI e Registro de Serviços Prestados; Cálculo de ICMS, IPI, ISS, PIS e COFINS; Registro de Inventário; Legislação Fiscal e Estadual; Conciliação de Contas; Fechamento de Balanço de Lucro Presumido e Lucro Real Mensal; Apuração de IRPJ e Contribuição Social de Lucro Real Mensal e Escrituração no LALUR.

Auditoria de Balanço (fechamento); Auditoria nas áreas: de Pessoal, Financeira, Estoques. Auditoria na área Fiscal compreendendo os impostos indiretos - ICMS, IPI, PIS, COFINS, ISS e demais operações.

Auditoria de Impostos Diretos compreendendo cálculo do lucro estimado e lucro real acumulado; inspeção livro de apuração do lucro real - LALUR, observando as formalidades exigidas.

Auditoria para fins de emissão de Relatório de Auditoria Independente, Relatórios Individuais e Consolidados. Ramo Industrial e Comercial.

Atividades de Due-Dilligence.

Atividades: Escrituração e conferência do faturamento e seus respectivos impostos.

Atividades de Coach com colaboradores.

Análise de perfil para contratação de profissionais.

#### **4. DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE AUDITORIA:**

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT – Brasília – 2008 a 2015 - **(Empresa com Receita Bruta de R\$ 16.658.797 Bilhões em 2014);**
- Hospital Santa Cruz – Curitiba/PR **(Empresa com Receita Bruta de R\$ 5.090.136 Bilhões em 2010)**
  
- Grupo Fibrosa S/A - Vitória/ES;
- Isdralit S/A - Porto Alegre/RS e Curitiba/PR;
- Moinhos Unidos Brasil Mate S/A - Curitiba/PR;
- Nutrimental S/A - São José dos Pinhais/PR;
- Grupo Positivo - Curitiba/PR;
- Renar Maças e Renar Móveis S/A - Fraiburgo/SC;
- Grupo Videplast Indústria e Comércio – Videira/SC;
- WHB Automotive S/A – Curitiba/PR;
- WHB Automotive International, INC – Detroit / USA;
- FOXLUX S/A – Pinhais/PR;
- PB Lopes & Cia. LTDA. – Londrina/ PR
- Metalúrgica Schwarz S/A. – Quatro Barras/PR
- Barigüi Veículos LTDA. - Curitiba/PR;
- Distribuidora de Medicamentos Sta. Cruz LTDA.. - Curitiba/PR;

Curitiba, 27 de Janeiro de 2021.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS – Quadra 5 – Bloco J – Edifício CFC  
Brasília/DF – 70070-920  
Telefone: (61) 3314-9600  
www.cfc.org.br

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI****CERTIDÃO DE REGISTRO**

Nome:	ELOÁ BECKENKAMP CORDEIRO
Registro CNAI nº:	3417
CRC Nº:	PR-056011/O
CPF:	044.435.059-46

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <https://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/menu.aspx>

Código de controle da Certidão: L6428E4112

**FINALIDADE: Atendimento à Resolução CFC nº 1495/15 (CNAI)**

**O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CERTIFICA**, para os devidos fins, que o(a) contador(a) acima identificado(a) está inscrito(a) no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Emitida em: 09/12/2020 15:29:00

Situação cadastral em: 09/12/2020 15:29:00

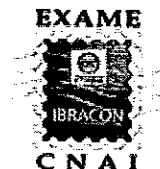
Certidão válida por 90 (noventa) dias

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI**



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS – Quadra 5 – Bloco J – Edifício CFC  
Brasília/DF – 70070-920  
Telefone: (61) 3314-9600  
www.cfc.org.br

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI****CERTIDÃO DE REGISTRO**

Nome:	ELOÁ BECKENKAMP CORDEIRO
Registro CNAI nº:	3417
CRC Nº:	PR-056011/O
CPF:	044.435.059-46

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <https://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/menu.aspx>

Código de controle da Certidão: L6428E4112

**FINALIDADE: Atendimento à Resolução CFC nº 1495/15 (CNAI)**

**O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CERTIFICA**, para os devidos fins, que o(a) contador(a) acima identificado(a) está inscrito(a) no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

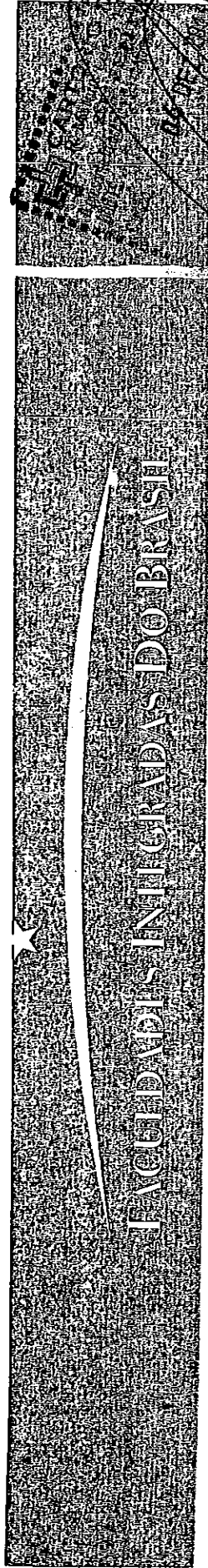
Emitida em: 09/12/2020 15:29:00

Situação cadastral em: 09/12/2020 15:29:00

Certidão válida por 90 (noventa) dias

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

**CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI**





O Diretor Geral das Faculdades Integradas do Brasil, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Enclosed do curso de Ciências Contábeis em 28 de abril de 2007 confere o título de Bacharel a

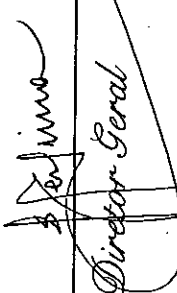
**Eloá Beckenkamp Cordeiro**

de nacionalidade Brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida em 21 de junho de 1988, portadora da Carteira de identidade nº. 7.537.562-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e outorga-lhe o presente diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 28 de abril de 2007.

  
Secretário Geral

  
Diplomado

  
Diretor Geral

SECRETARIA DE CONTABILIDADE  
CURITIBA - PR  
26-04-2007  
26-04-2007  
SECRETARIA DE CONTABILIDADE  
CURITIBA - PR  
26-04-2007

Curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 3635/05, publicada no D.O.U de 20/10/2005.

Faculdades Integradas do Brasil  
Secretaria Acadêmica

Registrado sob o nº 1567, às folhas 12 do livro nº 03.

Curitiba, 31 de março de 2009.

Secretário Geral

Prof. Dr. Sérgio Ferraz de Lima  
Diretor Geral

Marcos José Valle  
Secretário Geral



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Pró-Reitoria de Graduação  
NAA - Unidade de Diplomas

Por delegação de competência do D.A.U., Portaria nº 71, de 21/10/77, Portaria da SESU, nº 30, de 23/05/79, e nos termos da Portaria Ministerial nº 726, de 21/10/77.

Diploma registrado sob nº 191407  
Livro DIV-401, Fls 256, Proc. 78221/09-61, no  
Curitiba, 8 de junho de 2009

João Nilton Fagundes de Oliveira  
Diretor da Unidade de Diplomas

Por delegação de competência, de acordo com art. 6º do Decreto nº 83.937/79 e nos termos da Portaria nº 1.646, de 01/08/2005 do Reitor da UFPR.

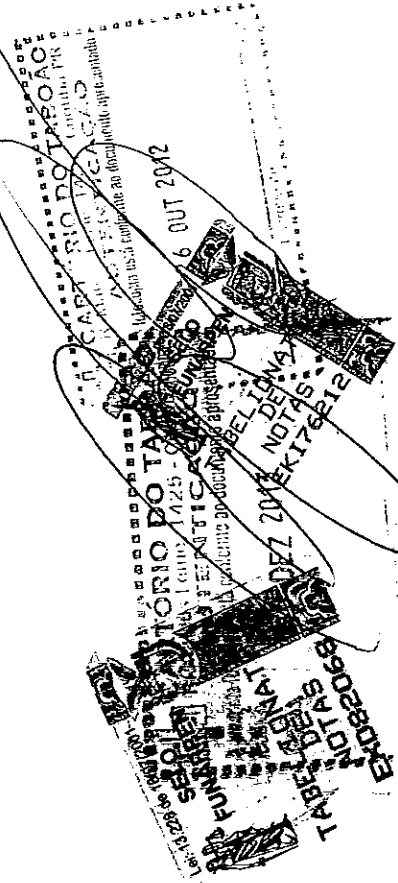
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DO ESTADO DO PARANÁ

Profissional sob. Nº 56011

Curitiba: 13.11.2009

DIVISÃO DE REGISTRO

VALMIR CORTEZ DOS SANTOS  
ARQUIST DE REGISTRO I



# ***CURRICULUM VITAE***

***ELOÁ BECKENKAMP CORDEIRO***

***CARGO/CATEGORIA QUE DESEMPENHARÁ NA LICITAÇÃO***  
***AUDITOR SENIOR***

## *CURRICULUM VITAE*

### **1 -DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

1.1 – Nome:**Eloá Beckenkamp Cordeiro**

1.2– Endereço: Rua Alexandre Gugelmin, 105 – Vila Juliana - CEP: 83.306-090 Piraquara-PR

- Fone: (41) 92326577

1.3– Data de Nascimento/localidade: 21/06/1985 em .Curitiba - PR

1.4- Estado Civil: Solteira

1.5- Cédula de Identidade/Identificação no SSP: 7.537.562-0

1.6- CPF: 044.435.059-46

### **2 – FORMAÇÃO ACADÊMICA**

CURSO SUPERIOR

**Ciências Contábeis**

Curitiba/PR

Faculdades do Brasil - Unibrasil

Data da Diplomação: 2007

### **3 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**Consult Auditores Independentes (antiga:Russell Bedford Brasil – Auditores Independentes)**

Curitiba/PR

Período: Mar/12 – até a data atual

Cargo(s): Auditora Senior

Auditoria Contábil em diversas áreas, operacionais de controles internos em áreas financeiras, estoques, etc., revisão de demonstrações contábeis e elaboração de relatórios de recomendação. Serviços elaborados em empresas de diversos ramos de médio e grande portes.

**PricewaterhouseCoopers – Auditores Independentes**

Curitiba/PR

Período: Mar/11 – Mar/12

Cargo(s): Senior

Auditoria Contábil em diversas áreas, operacionais de controles internos em áreas financeiras, estoques, etc., revisão de demonstrações contábeis e elaboração de relatórios de recomendação. Serviços elaborados em empresas de diversos ramos de médio e grande portes.

#### **4. RELAÇÃO DE ALGUMAS EMPRESAS EM QUE PARTICIPOU NO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE AUDITORIA: todos os trabalhos desenvolvidos como sênior:**

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS

Contato: Flaviane Gomes da Nóbrega Silva

Brasília

Senior nos trabalhos de auditoria

- Telecomunicações Brasileira S/A – Telebras

Contato: Gilson Souza dos Santos

Brasília

Senior nos trabalhos de auditoria

- Grupo Positivo;

Contato: Cezar Teixeira - Diretor

R: Candido Hartman 1400, Curitiba – Paraná

Senior nos trabalhos de auditoria

- Grupo Deville;

Contato: Nivaldo Ramalho – Diretor

R: Visconde de Nacar 1440, Curitiba –Paraná.

Senior nos Trabalhos de Auditoria

- Grupo Opet.

Contato: Daniele Karan – Diretora

R: Nilo Peçanha 1635, Curitiba – Paraná.

Senior nos Trabalhos de Auditoria

- Grupo Votorantim;

- Xerox do Brasil;

- Noma do Brasil.

#### **5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- Conhecimento avançado em Windows, Word, Excell, Power Point

**DEZEMBRO/2020**

## FICHA DE REGISTRO

MEMORIAL DESCRITIVO DO SISTEMA INFORMATIZADO NR:

Estabelecimento	: CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES	CNPJ/CEI	: 77.998.276/0001-35
Fantasia	: CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES		
Endereço	: R MATEUS LEME 2004 TERREO	Bairro	: CENTRO CIVICO
Cidade/UF	: CURITIBA PR	CEP	: 80.530-010
CNAE	: 6920602	Código Município	: 4106902
Centro de custo	: 002101 AUDITORIA OPERACIONAL		
DEPARTAMENTO	: 211 AUDITORIA OPERACIONAL		

## REGISTRO DE EMPREGADO NR: 10



Nome	: ELOA BECKENKAMP CORDEIRO	Estado Civil	: Casado
Nome do Pai	: ADON DE SOUZA CORDEIRO	Grau de Instrução	: Superior completo
Nome da Mãe	: CLARICE DE BECKENKAMP CORDEIRO	Sexo	: F
Endereço	: Estrada das Olarias 550	Nacionalidade	: Brasileiro
Telefone	: ()	Celular	: (41) 992326577
Bairro	: Atuba	Ano Chegada	:
Cidade/Estado/CEP	: Curitiba PR 82.630-160	Vínculo Empregatício	: Trabalhador urbano vinc.e
Data de Nascimento	: 21/06/1985	Cidade de Nascimento	: CURITIBA
UF de Nascimento	: PR	Certificado Militar	:
CTPS	: 0845532 001-0/PR	CPF	: 044.435.059-46
RG/Orgão/UF/Emiss.:	7.537.562-0 SSP PR 10/07/1995	PIS/PASEP/Emissão	: 128.37987.51-6
Título Eleitoral	: 081587410647 155 319	Habilitação	: 03790472580
Horas Semanais	: 44,00	Salário Admissional	: 2.731,34
Data de Admissão	: 01/03/2012	CBO	: 252205
Data Opção FGTS	: 01/03/2012	Função Admissional	: AUDITOR JUNIOR
Data Desligamento	:	Data Aviso Prévio	:
Motivo Desligamento:			
Horário	: Segunda-feira 08:00 às 12:00 / 13:30 às 18:18		
	: Terça-feira 08:00 às 12:00 / 13:30 às 18:18		
	: Quarta-feira 08:00 às 12:00 / 13:30 às 18:18		
	: Quinta-feira 08:00 às 12:00 / 13:30 às 18:18		
	: Sexta-feira 08:00 às 12:00 / 13:30 às 18:18		
Descanso Semanal	: Domingo		

## ALTERAÇÕES SALARIAIS

Data: 01/06/2012	Motivo: CCT	Salário: 2.949,85/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/04/2013	Motivo: AVALIAÇÃO	Salário: 3.343,37/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/06/2013	Motivo: CCT	Salário: 3.627,56/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/04/2014	Motivo: AVALIAÇÃO	Salário: 3.993,52/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/06/2014	Motivo: CCT	Salário: 4.313,00/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/04/2015	Motivo: AVALIAÇÃO	Salário: 4.732,53/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 02/06/2015	Motivo: CCT	Salário: 5.147,10/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/06/2016	Motivo: CCT	Salário: 5.652,55/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/06/2017	Motivo: CCT	Salário: 5.856,04/M	Horas Semanais: 44,00
Data: 01/06/2018	Motivo: CCT	Salário: 6.031,72/M	Horas Semanais: 44,00

## ALTERAÇÕES DE FUNÇÃO

Data: 01/03/2012	Função: AUDITOR JUNIOR	CBO: 252205
Data: 01/04/2013	Função: AUDITOR PLENO	CBO: 252205
Data: 01/04/2015	Função: AUDITOR SÊNIOR	CBO: 252205

## DEPENDENTES

NOME	PARENTESCO	DATA NASCIMENTO
------	------------	-----------------

CLARICE BECKENKAMP CORDEIRO  
 JOAO PEDRO BECKENKAMP DOS SANTOS

Outros Dependentes IR  
 Filho/Filha não Dependente

18/08/1957  
 07/01/2019

### FÉRIAS

De: 02/09/2013 a 01/10/2013	Referente ao período de: 01/03/2012 a 28/02/2013
De: 05/05/2014 a 03/06/2014	Referente ao período de: 01/03/2013 a 28/02/2014
De: 11/05/2015 a 25/05/2015	Referente ao período de: 01/03/2014 a 28/02/2015
De: 13/10/2015 a 27/10/2015	Referente ao período de: 01/03/2014 a 28/02/2015
De: 16/05/2016 a 25/05/2016	Referente ao período de: 01/03/2015 a 29/02/2016
De: 26/12/2016 a 14/01/2017	Referente ao período de: 01/03/2015 a 29/02/2016
De: 19/06/2017 a 28/06/2017	Referente ao período de: 01/03/2016 a 28/02/2017
De: 26/12/2017 a 14/01/2018	Referente ao período de: 01/03/2016 a 28/02/2017
De: 11/06/2018 a 30/06/2018	Referente ao período de: 01/03/2017 a 28/02/2018
De: 26/12/2018 a 04/01/2019	Referente ao período de: 01/03/2017 a 28/02/2018

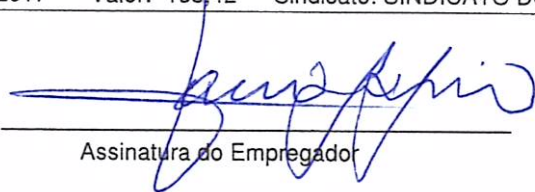
### AFASTAMENTOS

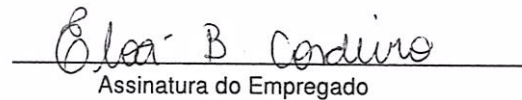
Data: 07/01/2019 Motivo: MATERNIDADE

Data de Retorno: 07/05/2019

### CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Em: 03/2012	Valor: 91,04	Sindicato: SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CURITIBA
Em: 03/2013	Valor: 98,33	Sindicato: SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CURITIBA
Em: 03/2014	Valor: 120,92	Sindicato: SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CURITIBA
Em: 03/2015	Valor: 143,77	Sindicato: SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CURITIBA
Em: 03/2016	Valor: 171,57	Sindicato: SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CURITIBA
Em: 03/2017	Valor: 188,42	Sindicato: SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CURITIBA

  
 Assinatura do Empregador

  
 Assinatura do Empregado





**CONSULT AUDITORES**

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

A CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES, inscrita no CNPJ sob nº. 77.998.276/0001-35 e Insc. Municipal 17 19 106.493-0, sediada na Rua Mateus Leme, 2004, Curitiba, Paraná, por seu Sócio Gerente, portador da cédula de Identidade nº. 4.318.575-6, e CPF/MF nº. 672.690.529-72, **DECLARA:**

1) Para efeitos do atendimento às normas legais e editalícias, que atende plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste edital.

2) Comprometer-se a não divulgar ou transferir a terceiros, sob qualquer pretexto, bem como manter em absoluta confidencialidade, as informações e outros dados técnicos confidenciais, que a SCPAR Porto de Imbituba S.A. transmitir a nossa equipe técnica, prepostos ou empregados, desde que necessárias para execução dos trabalhos objeto deste edital, tomando para isso as providências cabíveis para a proteção das informações e dados técnicos confidenciais recebidos.

3) Que inexistem impedimentos à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei Estadual nº 16.493/14, não estando suspensa de participar de licitações e declarando não haver nada que a impeça de contratar com a Administração Pública.

4) Para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para participar deste procedimento Licitatório, por mim entregues, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época). Fico ciente através desse documento declaratório que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.

5) Que têm conhecimento das normas previstas na legislação dentre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

6) Que se compromete em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;



## CONSULT AUDITORES

7) Que se compromete em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

8) Que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021

---

PAULO SÉRGIO DA SILVA  
Sócio Gerente  
RG. 4.318.575-6

## MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE - CNPJ 92.675.255/0001-72

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

## Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## A Diretoria.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018. (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	31/12/19	31/12/18	PASSIVO	Notas	31/12/19	31/12/18
<b>Circulante</b>		<b>8.170</b>	<b>10.269</b>	<b>Circulante</b>		<b>57.726</b>	<b>54.433</b>
Disponibilidades		1.792	4.551	Fornecedores	3.10	6.870	6.656
Caixas e equivalentes de caixa	3.3	1.792	4.551	Empréstimos e financiamentos	3.11	4.108	5.008
Direitos Realizáveis		6.378	5.718	(-) Encargos financeiros a apropriar		(523)	(741)
Devedores - atividades de transporte		1.035	275	Obrigações sociais e trabalhistas	3.13	5.913	5.839
Ônibus mantido para venda	3.8	2	102	Obrigações tributárias	3.14	306	397
Adiantamentos		416	458	Antecipação receita de transporte	3.17	12.021	11.874
Tributos a recuperar		207	119	Credores - atividades de transporte	3.15	18.561	14.623
Estoques	3.4	4.718	4.764	Provisões trabalhistas	3.13	10.470	10.777
<b>Não Circulante</b>		<b>60.961</b>	<b>67.678</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>30.972</b>	<b>41.015</b>
Realizável a Longo Prazo		5.245	4.421	Empréstimos e financiamentos	3.11	7.430	11.504
Partes relacionadas - PMPA		884	884	(-) Encargos financeiros a apropriar		(423)	(944)
(-) Provisão para liquidação duvidosa		(578)	(578)	Contribuições sociais parceladas		3.643	5.544
Depósitos judiciais	3.5	4.882	3.825	Credores - atividades de transporte	3.15	774	3.605
Valores a recuperar		57	290	Tributos a homologar		-	237
Investimentos		2	2	Tributos diferidos		3.074	3.074
Outros investimentos		2	2	Provisões judiciais	3.16	16.474	17.995
Imobilizado	3.9	55.667	63.236	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>(19.567)</b>	<b>(17.501)</b>
Imóveis de uso próprio		13.330	13.493	Capital social	3.18	298.219	283.719
Bens móveis		7.082	7.586	Reserva de reavaliação patrimonial	3.9	5.968	5.968
Veículos de passageiros		32.919	39.544	Prejuízos acumulados		(323.754)	(307.188)
Outras imobilizações		2.336	2.613	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>69.131</b>	<b>77.947</b>
Intangível	3.9	47	19	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>69.131</b>	<b>77.947</b>
Outros intangíveis		47	19				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL E RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018. (Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Capital social	Reservas de reaval. patrimonial	Prejuízos acumulados	PL total	Dem. resultado abrangente
<b>Saldos em 31/12/2017</b>		<b>264.719</b>	<b>5.968</b>	<b>(277.161)</b>	<b>(6.474)</b>	<b>(43.534)</b>
Aumento e Integralização de capital social	3.18	19.000	-	-	19.000	-
Ajustes exercício anterior	3.24	-	-	(10.823)	(10.823)	(10.823)
Resultado do exercício		-	-	(19.204)	(19.204)	(19.204)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>		<b>283.719</b>	<b>5.968</b>	<b>(307.188)</b>	<b>(17.501)</b>	<b>(30.027)</b>
Aumento e Integralização de capital social	3.18	14.500	-	-	14.500	-
Resultado do exercício		-	-	(16.566)	(16.566)	(16.566)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>298.219</b>	<b>5.968</b>	<b>(323.754)</b>	<b>(19.567)</b>	<b>(16.566)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018. (Em milhares de Reais)

	2019	% AV	2018	% AV
<b>(+) Receitas</b>	<b>172.040</b>		<b>165.223</b>	
(+) Vendas de passagens	169.310		162.714	
(+) Outras vendas da continuidade	2.730		2.509	
<b>(-) Insumos e despesas adquiridos de terceiros</b>	<b>(69.893)</b>		<b>(66.496)</b>	
(-) Mercadorias consumidas no processo dos serviços	(54.636)		(52.408)	
(-) Outros custos de produtos e serviços vendidos	(3.580)		(3.375)	
(-) Custos e despesas com energia, serviços e outros	(11.260)		(10.400)	
(-) Perda na realização de ativos	(417)		(313)	
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>	<b>102.147</b>		<b>98.727</b>	
<b>(-) Retenções</b>	<b>(8.400)</b>		<b>(8.037)</b>	
(-) Depreciação e amortização	(8.400)		(8.037)	
<b>(=) Valor adicionado líquido produzido pela Empresa</b>	<b>93.747</b>		<b>90.690</b>	
<b>(+) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>478</b>		<b>817</b>	
(+) Receitas financeiras e var monet ativas	478		817	
<b>(=) Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>94.225</b>	<b>100,00</b>	<b>91.507</b>	<b>100,00</b>
(-) Distribuição do valor adicionado	(94.225)	-100,00	(91.507)	-100,00
<b>(-) Pessoal</b>	<b>(95.353)</b>	<b>101,20</b>	<b>(95.924)</b>	<b>104,83</b>
(-) Remuneração direta	(71.715)	76,11	(72.508)	79,24
(-) Benefícios	(18.092)	19,20	(17.894)	19,55
(-) Fgts	(5.546)	5,89	(5.522)	6,03
<b>(-) Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(13.260)</b>	<b>14,07</b>	<b>(12.528)</b>	<b>13,69</b>
(-) Federais	(7.620)	8,09	(7.266)	7,94
(-) Estaduais	(540)	0,57	(370)	0,40
(-) Municipais	(5.100)	5,41	(4.892)	5,35
<b>(-) Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>(2.178)</b>	<b>2,31</b>	<b>(2.259)</b>	<b>2,47</b>
(-) Juros	(2.178)	2,31	(2.259)	2,47
<b>(+) Remuneração de capitais próprios</b>	<b>16.566</b>	<b>-17,58</b>	<b>19.204</b>	<b>-20,99</b>
(=) Resultado do exercício	16.566	-17,58	19.204	-20,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018. (Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
<b>(+) Receita bruta das vendas</b>	<b>3.19</b>	<b>170.992</b>	<b>163.924</b>
(-) Tributos Sobre Vendas		(3.432)	(3.291)
<b>(=) Receita líquida de vendas</b>		<b>167.560</b>	<b>160.633</b>
(-) Custo dos serviços prestados	3.20	(150.727)	(148.735)
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>16.833</b>	<b>11.898</b>
(-) Administrativas	3.20	(25.484)	(26.923)
(+) Ganhos de capital no imobilizado		(417)	(313)
(+) Venda de bens patrimoniais		-	120
(-) Custo dos bens baixados		(417)	(433)
(+) Outras receitas e desp das operações continuadas	3.21	(5.797)	(2.423)
<b>(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(14.865)</b>	<b>(17.761)</b>
(-) Resultado financeiro líquido	3.22	(1.701)	(1.443)
(+) Receitas financeiras		478	816
(-) Despesas financeiras		(2.178)	(2.259)
<b>(=) Resultado líquido do exercício</b>		<b>(16.566)</b>	<b>(19.204)</b>
(f) Quantidade de ações	3.18	904.640	860.700
<b>(=) Resultado líquido por ação (em reais)</b>		<b>(18,31)</b>	<b>(22,31)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC (Método Indireto)

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018. (Em milhares de Reais)

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	(16.566)	(19.204)
Ajustes exercício anterior	-	(10.823)
<b>(=) Ajustes do resultado do exercício</b>	<b>8.817</b>	<b>16.012</b>
Depreciações	8.400	15.699
Ganhos ou perdas de capital no imobilizado	417	313
<b>(=) Variações das contas de ativo e passivo operacional</b>	<b>(4.001)</b>	<b>1.629</b>
Devedores atividades de transporte	(759)	(260)
Adiantamentos	(69)	(76)
Tributos a recuperar	22	701
Estoques	46	(1.311)
Depósitos judiciais	(1.058)	2.613
Valores a recuperar	(3)	(3)
Ativo não circulante mantido para venda	100	377
Fornecedores	213	552
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.826)	(271)
Obrigações tributárias	(90)	217
Antecipação receita transporte	146	291
Outros Credores	3.938	(5.651)
Provisões trabalhista de férias	(307)	934
Credores atividade de transporte	(2.832)	3.030
Obrigações provisionadas	(1.522)	486
<b>(=) Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(11.750)</b>	<b>(12.386)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento na venda de ativo imobilizado	-	120
Pagamento aquisição de bens permanentes	(1.275)	(1.044)
<b>(=) Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(1.275)</b>	<b>(924)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Financiamentos bancários	(4.234)	(11.445)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.500	19.000
<b>(=) Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>10.266</b>	<b>7.555</b>
Variação do caixa e equivalente de caixa	(2.759)	(5.755)
Caixa equivalente início do exercício	4.551	10.306
<b>(=) Caixa equivalente final do exercício</b>	<b>1.792</b>	<b>4.551</b>
<b>(=) Variação das contas caixa/bancos e equivalentes</b>	<b>(2.759)</b>	<b>(5.755)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1. Contexto Operacional

A Companhia Carris Porto-Alegrense, sociedade de economia mista sob o controle acionário do Município de Porto Alegre, foi fundada em 19/06/1872. Seu objeto principal é a prestação de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, especificamente, da Bacia Pública de Porto Alegre, linhas de ônibus que são de responsabilidade, única e exclusivamente, do Município, tendo sido tal serviço delegado pelo Decreto nº 8.852, de 25/12/1986.

Possui uma frota operacional de 347 ônibus e detém 22,44% do mercado de transporte de passageiros por ônibus de Porto Alegre.

Em 2017, a nova direção da companhia implantou um plano de gestão, incluindo o desenvolvimento e implementação de um plano orçamentário para os próximos exercícios visando a recuperação e o reequilíbrio econômico financeiro da companhia, interrompendo a sequência de aumento dos resultados negativos dos últimos anos e reduzindo a necessidade de aportes dos acionistas.

## 2. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

## 2.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

## 2.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações financeiras, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são apresentadas a seguir:

## 2.2.1 Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas judiciais cíveis e trabalhistas. A avaliação da

probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.2.2 Redução do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar indicadores de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 27/01/2020 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6404/76 e alterações produzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, pelas normas contábeis emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## 3.1 Moeda Funcional

A Companhia Carris Porto-Alegrense utiliza em suas transações correntes a moeda vigente em circulação "Real".



## **Demonstrações Contábeis**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRAS**

**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**



Assinado digitalmente por HELDER ALEXANDRE DE AVILA FARIAS, EMILIO CARLOS ACOCELLA, ANDRE LUIS GOMES MONTEIRO, RODRIGO MARTINS PRATES, BRAULIO DE PAULA MACHADO e WALDEMAR GONCALVES ORTUNHO JUNIOR.  
Documento Nº: 28247-7568 - consulta à autenticidade em <http://extranet.telebras.com.br/sigaex/autenticar.action>



TLBAS202004225

## Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis Individuais do exercício de 2019</b>	<b>2</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do Valor Adicionado</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>12</b>



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da  
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS  
Brasília - DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



## Ativo Imobilizado e Análise de Recuperabilidade (Impairment)

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui registrado no imobilizado o montante de R\$ 2.737.349 mil, conforme nota explicativa nº12. A Administração avalia periodicamente ou quando há indícios acerca do risco de impairment de seus ativos mediante a avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e definição prevista para a Unidade Geradora de Caixa. O processo incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômico financeiras como o fluxo de caixa descontado. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação das processos adotados pela Companhia, através de teste documental, análise do Plano de Negócios do satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas – SGDC, considerando a receita projetada, confirmação da taxa de desconto utilizada, a qual está de acordo com a determinada pela Anatel para o setor de telecomunicações e o cálculo do fluxo de caixa descontado.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados para a análise da receita projetada, validação da taxa de desconto utilizada e o cálculo do fluxo de caixa descontado contido no Plano de Negócios do Satélite adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

### Ênfase

#### Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº15, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no Passivo Circulante e Não Circulante em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 3.825 mil e R\$ 31.591 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.



## Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis", saldo de R\$ 1.472.856 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

Conforme divulgado em Fato Relevante de 30 de setembro de 2019 a Companhia, em cumprimento à legislação vigente, em especial a Instrução da CVM nº 358/2002 e alterações subsequentes, em continuidade ao fato relevante divulgado no dia 11 de julho de 2019, informou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital de R\$ 1.594.667 mil para R\$ 3.107.389 mil.

Em 31 de outubro de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária de nº 105 aprovou o aumento de capital da Companhia mediante a capitalização de créditos da União no valor de R\$ 1.512.722 mil, em conformidade com o Decreto nº 9.909/2019. Esse montante foi reclassificado para o Patrimônio Líquido em conta específica, pelo fato de já atender as condições para o reconhecimento como um instrumento de patrimônio líquido e será incorporado ao capital social quando da homologação desse capital pela Assembleia Extraordinária. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

## Inclusão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

Conforme Nota Explicativa nº 1.8 a Companhia foi declarada dependente do orçamento fiscal e da Seguridade Social, conforme sanção da Lei nº 13.978 de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentaria Anual - LOA).

## Outros Assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



### **Auditoria do Ano Anterior por Outros Auditores**

As Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 01 de fevereiro de 2019, o qual não conteve qualquer modificação, mas parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório, exceto o parágrafo relacionado a Inclusão da Companhia nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

### **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor:**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 04 de março de 2020.

Paulo Sergio da Silva  
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-DF

Irineu Homan  
Contador CRCPR Nº 043.061/O-0 S-DF

**CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC/PR Nº 2906/O-5**



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	852.137	156.119	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14	11.366	12.500
Contas a Receber de Clientes	5	92.575	57.314	Fornecedores	17	47.214	84.280
Tributos a Compensar/Recuperar	6	122.452	81.000	Receitas Diferidas	23	82.172	36.481
Depósitos Judiciais	7	7.413	9.085	Tributos Indiretos	18	16.836	15.275
Dividendos a Receber	9	5.456	11.547	Empréstimos e Financiamentos	22.1	28.273	-
Superávit - Previdência Privada	1.10	67.516	-	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	22.2	6.179	-
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	4.804	4.786	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	11.442	14.318
Outros Ativos Realizáveis	8.2	26.796	25.950	Credores por Perdas Judiciais	20	16.578	16.008
<b>Total do Circulante</b>		<b>1.179.149</b>	<b>345.801</b>	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	3.825	-
				Outras Obrigações	24	9.901	12.817
<b>Não Circulante</b>				<b>Total do Circulante</b>		<b>233.786</b>	<b>191.679</b>
Aplicações Financeiras	10	63.237	59.950				
Tributos a Compensar/Recuperar	6	6.651	196.622	<b>Não Circulante</b>			
Depósitos Judiciais	7	32.925	32.319	Empréstimos e Financiamentos	22.1	235.419	255.937
Superávit - Previdência Privada	1.10	129.407	-	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	22.2	4.592	-
Outros Ativos Realizáveis	8.2	48.255	50.000	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	34.582	31.574
		<b>280.475</b>	<b>338.891</b>	Credores por Perdas Judiciais	20	168.431	307.277
				Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	31.591	47.431
Investimentos	11	80.841	74.086	Grupamento de Ações	16	13.766	13.998
Imobilizado	12	2.737.349	2.806.288	Receitas Diferidas	23	456.230	492.488
Intangível	13	20.172	20.203	Recursos Capitalizáveis	21	1.472.856	1.874.451
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>3.118.837</b>	<b>3.239.468</b>	<b>Total do Não Circulante</b>		<b>2.417.467</b>	<b>3.023.156</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	25		
				Capital Social		1.594.667	1.594.667
				Prejuízos Acumulados		(1.476.803)	(1.238.288)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		16.258	14.166
				Ações em Tesouraria		(111)	(111)
				Recursos Capitalizáveis		1.512.722	-
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.646.733</b>	<b>370.434</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.297.986</b>	<b>3.585.269</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>4.297.986</b>	<b>3.585.269</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações do Resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	26	<b>204.253</b>	<b>199.652</b>
Custos dos Serviços Prestados	27	(417.905)	(317.886)
<b>Lucro Bruto</b>		<b><u>(213.652)</u></b>	<b><u>(118.234)</u></b>
<b>Receitas / (Despesas) Operacionais</b>		<b><u>90.755</u></b>	<b><u>(71.261)</u></b>
Comercialização dos Serviços	27	(30.574)	(26.173)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(61.527)	(63.684)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(1.034)	(1.716)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	28	183.890	20.312
Outras Receitas Operacionais		204.898	33.811
Outras Despesas Operacionais		(21.008)	(13.499)
<b>Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b><u>(122.897)</u></b>	<b><u>(189.495)</u></b>
<b>Resultado Financeiro</b>	29	<b><u>(114.629)</u></b>	<b><u>(35.356)</u></b>
Receitas Financeiras		18.904	11.615
Despesas Financeiras		(133.533)	(46.971)
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b><u>(237.526)</u></b>	<b><u>(224.851)</u></b>
<b>Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:</b>	25.6		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(4,7908)	(4,5329)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(4,7908)	(4,5329)

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(237.526)</b>	<b>(224.851)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>2.092</b>	<b>5.660</b>
<b>Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:</b>	<b>1.698</b>	<b>5.690</b>
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	1.698	5.690
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-
<b>Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:</b>	<b>394</b>	<b>(30)</b>
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	394	(30)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>(235.434)</b>	<b>(219.191)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Eventos</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>Recursos Capitalizáveis</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.594.667</b>	<b>(1.013.437)</b>	<b>8.702</b>	<b>(111)</b>	<b>-</b>	<b>589.821</b>
<b>Resultados Abrangentes Total:</b>	-	<b>(224.851)</b>	<b>5.464</b>	-	-	<b>(219.387)</b>
Prejuízo do Exercício	-	(224.851)	-	-	-	<b>224.851</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>	-	-	<b>5.464</b>	-	-	<b>5.464</b>
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	5.690	-	-	5.690
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(30)	-	-	(30)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	(196)	-	-	(196)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.594.667</b>	<b>(1.238.288)</b>	<b>14.166</b>	<b>(111)</b>	<b>-</b>	<b>370.434</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.594.667</b>	<b>(1.238.288)</b>	<b>14.166</b>	<b>(111)</b>	<b>-</b>	<b>370.434</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores - Adoção Inicial CPC6 R(2)/IFRS16	-	<b>(989)</b>	-	-	-	<b>(989)</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>1.594.667</b>	<b>(1.239.277)</b>	<b>14.166</b>	<b>(111)</b>	<b>-</b>	<b>369.445</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas:</b>	-	-	-	-	<b>1.512.722</b>	<b>1.512.722</b>
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	-	-	-	1.512.722	1.512.722
<b>Resultados Abrangentes Total:</b>	-	<b>(237.526)</b>	<b>2.092</b>	-	-	<b>(235.434)</b>
Prejuízo do Exercício	-	(237.526)	-	-	-	<b>(237.526)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>	-	-	<b>2.092</b>	-	-	<b>2.092</b>
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	1.698	-	-	1.698
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	394	-	-	394
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.594.667</b>	<b>(1.476.803)</b>	<b>16.258</b>	<b>(111)</b>	<b>1.512.722</b>	<b>1.646.733</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(237.526)</b>	<b>(224.851)</b>
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e Amortização	191.266	126.688
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.115)	(1.471)
Varição Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.091	5.924
Receita Diferida	(36.480)	(78.240)
Equivalência Patrimonial	1.034	1.716
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	110.547	45.325
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.660	220
Varição Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	20.871	15.993
Varição Monetária de Depósitos Judiciais	(2.323)	(2.511)
Despesas Financeiras - Juros a Apropriar CPC (R2)/IFRS 15	822	-
Apropriação de Juros - Empréstimos e Financiamentos	8.402	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	9.024	3.048
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(137)	(105)
Ganho na Baixa de Passivo	(8.850)	(15.949)
Perda na Baixa de Ativo - Tributos a Recuperar	13.616	-
Superávit de Previdência Privada	(202.549)	-
Reversão de Provisão de Encargos Financeiros	(13.847)	(32.733)
Receita da Alienação de Investimentos	-	(9.547)
Baixa de Ajuste de Avaliação Patrimonial - Baixa de Investimentos	-	(253)
Baixa de Valor Contábil de Investimentos	-	297
	<b>95.032</b>	<b>58.402</b>
<b>Mutações Patrimoniais:</b>		
Contas a Receber de Clientes	(44.285)	(27.397)
Tributos a Recuperar	13.201	19.067
Depósitos Judiciais	3.389	1.522
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	(1.134)	1.938
Fornecedores	(37.303)	27.508
Outras Contas Ativas e Passivas	(4.640)	(51.780)
	<b>(70.772)</b>	<b>(29.142)</b>
<b>Caixa Proveniente das Atividades Operacionais</b>		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	137	105
Recebimento de Parcela de Superávit - Previdência Privada	5.626	-
Recebimento de Receitas Diferidas	45.913	-
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(14.675)	-
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	(822)	-
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(647)	(3.114)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas e Cíveis	(845)	(7.348)
Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	(9.272)	(5.344)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(14.326)	(18.592)
	<b>11.089</b>	<b>(34.293)</b>
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(202.177)</b>	<b>(229.884)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(106.041)	(262.825)
Recebimento de Receita de Alienação de Investimento - Empresas de Cabos	9.547	-
Integralização de Capital em Coligada	-	(995)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>(96.494)</b>	<b>(263.820)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	1.000.580	450.000
Pagamento de Principal - Arrendamento Mercantil Financeiro	(5.659)	-
Recebimento de Acionistas - Leilão de Fração de Grupamento de Ações	-	906
Pagamento a Acionistas - Fração de Grupamento de Ações	(232)	(5)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>994.689</b>	<b>450.901</b>
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>696.018</b>	<b>(42.803)</b>
<b>Demonstração da Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	852.137	156.119
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	156.119	198.922
<b>Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>696.018</b>	<b>(42.803)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas</b>	<b>441.969</b>	<b>217.551</b>
Prestação de Serviços	216.335	168.834
Outras Receitas	218.907	32.595
Construção de Ativo Próprio	15.751	19.170
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.024)	(3.048)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(171.376)</b>	<b>(154.835)</b>
Custos dos Serviços Vendidos	(154.746)	(127.381)
Materiais	(343)	(614)
Serviços de Terceiros	(7.654)	(7.778)
Serviços Técnicos Administrativos	(4.712)	(10.722)
Perdas	(439)	(36)
Outras Despesas	(3.482)	(8.304)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>270.593</b>	<b>62.716</b>
<b>Retenções</b>	<b>(191.266)</b>	<b>(126.688)</b>
Depreciação	(189.786)	(125.226)
Amortização	(1.480)	(1.462)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>79.327</b>	<b>(63.972)</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>64.321</b>	<b>97.107</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	(1.034)	(1.716)
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre AAP	-	253
Receitas Financeiras	17.811	7.904
Aluguéis	47.407	90.561
Dividendos	137	105
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>143.648</b>	<b>33.135</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>143.648</b>	<b>33.135</b>
<b>Empregados</b>	<b>86.809</b>	<b>82.845</b>
Remuneração Direta	51.899	50.419
FGTS	4.688	5.301
Benefícios Sociais	11.644	11.551
Outros Encargos Sociais	14.833	14.354
Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.660	220
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.085	1.000
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>105.481</b>	<b>75.545</b>
Federais	46.241	24.629
Estaduais	58.968	50.541
Municipais	272	375
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>188.884</b>	<b>99.596</b>
Remuneração do Capital de Terceiros	132.470	46.137
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	50.572	51.051
Seguros	5.842	2.408
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(237.526)</b>	<b>(224.851)</b>
Prejuízos do Exercício	(237.526)	(224.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: [www.telebras.com.br](http://www.telebras.com.br), CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

#### 1.2 Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018

No Diário Oficial da União (DOU) do dia 18 de dezembro de 2018 foi publicado o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que define novas disposições referentes às políticas públicas de telecomunicações.

O novo Decreto revoga o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. Entretanto, no art. 12, a Telebras mantém todas as atribuições estabelecidas no art. 4º do Decreto nº 7.175/2010. São elas:

- (i) Implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal;
- (ii) Prestação de apoio e suporte às políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público;
- (iii) Provisão de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por entidades sem fins lucrativos; e
- (iv) Prestação de serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

A Telebras continua, também, usufruindo da autorização de usar, fruir, operar e manter a infraestrutura e as redes de suporte de serviços de telecomunicações de propriedade ou posse da administração pública federal. Além de ter o poder de firmar contratos de cessão na hipótese de uso de infraestrutura detida por entidade da administração pública federal indireta.

O art. 5º prevê o credenciamento de prestadoras de serviços de telecomunicações pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para atendimento às localidades remotas, às localidades com prestação inadequada e à população em situação de vulnerabilidade social.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O art. 6º faz referência à implantação de cidades digitais e inteligentes.

O Decreto também destaca que ações executadas ou em execução com fundamento no Programa Nacional de Banda Larga e no Programa Brasil Inteligente não serão prejudicadas pela entrada em vigor do novo ato.

### 1.3 Projeto SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

O satélite SGDC, lançado em maio de 2017, está totalmente operacional, tanto na banda X quanto na banda Ka, desde abril de 2018. Os equipamentos de banda base na banda Ka estão instalados nas 5 estações de acesso (gateways). Ao final de 2019, a Telebras já tinha mais de 12.000 VSAT instaladas em escolas públicas, postos de fronteira do Exército Brasileiro e unidades de saúde em todo território brasileiro.

As obras de infraestrutura da Estação de Controle Secundário (COPE-S), localizada no Rio de Janeiro, já foram finalizadas e a estação está totalmente operacional. As obras de infraestrutura da Estação de Controle Principal (COPE-P), localizada em Brasília, já foram finalizadas e estamos procedendo a migração dos equipamentos de missão das instalações provisórias para o prédio definitivo, com previsão de operação normal a partir de abril de 2020.

### 1.4 Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC

Em 13 de dezembro de 2017, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) assinou contrato com a TELEBRAS para prestação de serviços em regime continuado de transmissão bidirecional de dados, em âmbito nacional, para atendimento do Programa GESAC.

O prazo do contrato é de 60 (sessenta) meses com início em 13 de dezembro de 2017 e encerramento em 13 de dezembro de 2022 e o valor total contratado é de R\$ 663.575. Do total do contrato, o MCTIC realizou a antecipação de R\$ 60.000, que servirá como garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

O objetivo principal é conectar milhares de escolas rurais, o que beneficiará cerca de três milhões de alunos, além das Unidades de Fronteira do Exército, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2019, a Telebras tinha 11.112 circuitos ativos dentro do programa GESAC em 2.749 municípios. Desse total, 11.104 já foram homologados pelo MCTIC e estão aptos à geração de receita.

### 1.5 Contrato estratégico para uso comercial da capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) – Telebras e Viasat

A Telebras, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), tem sua parcela de responsabilidade pública na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como nos Programas do Governo Brasileiro, como o Gesac (Eletrônico Governo - Serviço de Atendimento ao Cidadão), Educação Conectada e Internet para Todos. A Telebras é proprietária do SGDC 1 – o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o maior satélite HTS (High Throughput Satellite) com cobertura em todo o território brasileiro e áreas costeiras, com aproximadamente 58 Gbps, o que representa sozinho a soma da capacidade de todos os satélites atualmente cobrindo o Brasil. A Viasat é uma das maiores operadoras de satélites do mundo, com vasta experiência e liderança neste mercado. Com sede na cidade de Carlsbad, Califórnia, EUA, a Companhia oferece serviços de banda larga residencial, empresarial e governamental, usando seus próprios satélites.

O contrato de parceria Telebras-Viasat compreende serviços e equipamentos fornecidos pela Viasat e o uso de 100% da capacidade da banda Ka do SGDC-1, operado pela Telebras, oferecendo acesso à banda larga de qualidade em todo o Brasil. A colaboração permitirá que a Telebras desempenhe seu papel na implementação de políticas públicas, aumentando a sua eficiência tecnológica para promover a integração social e o desenvolvimento econômico no País, assegurando conectividade de banda larga rápida e acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam. A colaboração combinará o uso da capacidade da banda Ka do SGDC-1 com comprovada implantação de rede terrestre e de infraestrutura da Viasat e a habilidade única recentemente registrada da Viasat para oferecer serviços de banda larga acessíveis e escaláveis para comunidades onde o serviço de internet tem sido historicamente carente, ou não disponível.

Além disso, nos termos do contrato, a Viasat alavancará a rede satelital do SGDC-1 para explorar serviços de satélite para mercados empresariais e de aviação, além de lançar WiFi Hotspots e serviços residenciais habilitados via satélite para comunidades do Brasil que carecem de alta qualidade de serviços acessíveis de internet. A cooperação estratégica da Telebras-Viasat proporcionará maior competitividade ao mercado brasileiro de internet de banda larga, via satélite, à medida que a Viasat antecipar sua entrada no Brasil, gerando uma maior oferta de serviços, produtos e preços em qualquer região do País.

O modelo de contrato adotado pela Telebras atende às premissas definidas pela diretoria executiva da Companhia, aprovadas em seu Plano de Negócios. De acordo com a base jurídica, o contrato estratégico entre empresas visa explorar uma oportunidade de negócio associada à singularidade do parceiro estratégico, que é permitido pela legislação brasileira que rege as empresas estatais (Lei nº 13.303/2016, art. 28, parágrafo 3, inciso II e parágrafo 4), através de esforços conjuntos, obrigações recíprocas, completando benefícios econômicos para todas as partes, compartilhando receitas.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os termos específicos do contrato não foram tornados públicos; no entanto, o arranjo foi fundamentado em um modelo bem sucedido de compartilhamento de receita, no qual a Telebras espera que oportunidades de mercado recém-habilitadas possam gerar mais de US\$ 1 bilhão em receitas para a empresa nos próximos 10 anos.

### 1.6 Proposta de rescisão amigável do contrato de Direito Irrevogável de Uso de conexão entre Brasil e Europa via cabo submarino.

Em 26 de dezembro de 2019, a Telebras encaminhou carta à empresa Ellalink Ireland propondo rescindir amigavelmente o contrato de Direito Irrevogável de Uso de conexão via cabo submarino entre o Brasil e a Europa, anteriormente anunciado no Fato Relevante “Primeira etapa de permuta de participação acionária por IRU no cabo submarino”, de 02 de janeiro de 2019.

Dentre outros motivos, a razão para o envio da carta está consolidada no fato de que não foram apresentadas as garantias contratuais acordadas e necessárias ao pagamento das contraprestações assumidas pela Telebras ainda em 2019. Com isso, as partes iniciaram tratativas para postergar o cumprimento de suas obrigações para 2020.

Conforme informado em Fato Relevante de 18 de dezembro, em 2020, a Telebras passará a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), com status de empresa estatal dependente. Todavia, não consta a rubrica orçamentária necessária para os investimentos na conexão via cabo submarino entre o Brasil e Europa na LOA 2020. Sem revisão de tal rubrica orçamentária, a Companhia ficará impossibilitada de assumir qualquer pagamento relativo ao projeto no ano de 2020.

Assim, até o momento não foi possível encontrar uma solução capaz de satisfazer simultaneamente as necessidades das duas partes no ano de 2019; e considerando a iminente impossibilidade de fazê-lo no exercício seguinte, a Telebras não vê condições para prosseguir com o projeto e, por isso, propôs a rescisão amigável nesta data.

A Telebras aguardará a resposta da Ellalink acerca da proposta de rescisão amigável e manterá informados seus acionistas, o mercado e o público em geral acerca do fato acima relatado, em especial, na hipótese de extinção do contrato.

### 1.7 Autorização para aumento de capital social

Em 11 de julho de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 9.909/2019, o qual autorizou a Companhia a aumentar seu capital social mediante a capitalização de créditos da União derivados de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Tais adiantamentos foram aportados na Companhia nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.

O montante da capitalização autorizado pelo referido Decreto e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de setembro de 2019, em valores nominais, foi de R\$ 1.175.440.606,22 (um bilhão, cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil seiscentos e seis reais e vinte e dois centavos). Tais recursos foram atualizados, desde o dia das respectivas transferências até a data autorizada para a efetiva capitalização, que foi a de 31 de agosto de 2019, pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, nos termos do disposto no artigo 2º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. O montante atualizado para a capitalização foi de R\$ 1.512.722.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Com o aumento de capital, serão emitidas 18.259.272 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e duas) ações. Desse total, 10.184.492 (dez milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e duas) ações ordinárias e, 8.074.780 (oito milhões, setenta e quatro mil e setecentos e oitenta) ações preferenciais, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal.

Ao final do exercício de 2019, o processo de capitalização ainda se encontrava em andamento e a expectativa para a sua conclusão é que ocorra no primeiro trimestre de 2020.

### 1.8 Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente para exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Economia (ME), informando que a Telebras seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deve-se à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (“SIOP”), referente ao PLOA de 2020.

Ainda, como consequência desse fato, foi solicitado pela SEST que a Companhia realizasse a avaliação da conveniência e oportunidade de realizar o fechamento do capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Telebras, em 15 de agosto de 2019, apresentou nos autos do processo TC 007.142/2018-8 uma peça ao Tribunal de Contas da União (TCU), na qual requereu, além de seu ingresso no processo, que fosse esclarecido à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à SEST que, na tomada de decisão quanto à dependência da Telebras, avaliasse os impactos com tempo razoável antes de qualquer enquadramento, de forma a tomar uma decisão bem informada. A Telebras foi admitida como *amicus curie*, entretanto, até o momento, não houve resposta daquela Corte de Contas.

Também, em 23 de agosto de 2019, a Telebras encaminhou carta ao Secretário Executivo da SEST chamando a atenção para a ausência de ato administrativo declaratório e requerendo nova consideração dos impactos decorrentes da transformação da Telebras em estatal dependente já para o exercício de 2020.

Diante da impossibilidade de fechamento do capital da Telebras, previamente ao status de dependência, a Telebras encaminhou ao MCTIC um comunicado, datado de 25 de outubro de 2019, que tratava de avaliar a configuração da empresa como estatal dependente, bem como o fechamento de seu capital, a partir do exercício de 2020, mediante um cronograma para a implantação de fases e procedimentos que tornassem a empresa dependente, considerando, ainda, que estudos estão sendo realizados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI).





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No âmbito desse processo, encaminhado pelo MCTIC ao ME, a Telebras enviou consulta ao controlador, a União, acerca de eventual intenção de fechar o capital da Companhia, pois, em uma análise preliminar, foi verificado que eventual fechamento de capital deve ser precedido por uma oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, nos termos do § 4º do Art. 4º da Lei 6.404/76.

A referida oferta pode ser feita pela própria Companhia ou por seu controlador, sendo que, no caso da formulação da oferta pública de aquisição ser feita pela própria Companhia, esta deve possuir saldo de lucros ou reservas suficientes para a operação (alínea 'b' do § 1º do Art. 30 da Lei 6.404/76). Em virtude de a Telebras, até a presente data, não possuir os referidos recursos, a decisão por eventual fechamento de capital somente poderia ser efetivada mediante deliberação do acionista controlador a quem caberia formular a oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado. Até o momento, não houve resposta à consulta formulada.

Em 17 de janeiro de 2020, foi sancionada a Lei nº 13.978 (Lei Orçamentaria Anual para o Exercício Financeiro de 2020), a qual incluiu a Telebras no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

### **1.9 Inclusão da Telebras no programa de parcerias de investimentos da presidência da república.**

Em 29 de agosto de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução nº 27, de 21 de agosto de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. A Resolução formaliza a decisão do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, ocorrida em sua 10ª reunião, de opinar pela qualificação da Telebras para estudos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A Resolução submete ao Presidente da República a deliberação pela qualificação da Telebras no âmbito do PPI.

A qualificação da Telebras tem a finalidade de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como propor ganhos de eficiência e resultado para a Companhia, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira. É prevista a constituição de um Comitê Interministerial para a conclusão dos trabalhos, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da contratação dos estudos de que trata a resolução de qualificação da Companhia pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

### **1.10 Superavit dos planos PBS-A e PBS Telebras**

Em dezembro de 2019, a PREVIC aprovou a distribuição do superavit dos planos de Benefícios PBS-A e PBS Telebras, que são patrocinados pela Telebras e outras Companhias que foram criadas a partir do processo de privatização do Sistema Telebras. A parte do superavit destinada à Telebras foi de R\$ 202.549 e será repassada pela administradora dos planos (SISTEL) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais. O pagamento das parcelas teve início em dezembro de 2019, e o valor repassado à Telebras foi de R\$ 5.626, sendo R\$ 1.830 do plano PBS-A e R\$ 3.796 do plano PBS Telebras.

As parcelas vincendas serão corrigidas com base na rentabilidade dos planos.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 1.11 Plano de Integridade – Integra +

A Telebras lançou em 1º de julho o seu Plano de Integridade, o Integra +, que contempla ações para o biênio 2019-2020 por meio de 53 iniciativas. Seu objetivo é implementar melhores práticas de combate aos atos de fraude, corrupção e má gestão dos recursos públicos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais.

### 2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças relevantes nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2018, exceto: i) pelas adoções em 1 de janeiro de 2019 ao IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, ii) adoção ao IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e iii) Mudança de política contábil quanto à forma de reconhecimento das Perdas Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa.

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento, que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriunda dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente alugueis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A interpretação técnica IFRIC 23/ ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, quando há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal. Nessas circunstâncias, deve ser reconhecido e mensurado o tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32.

Para as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa, a Companhia passou a reconhecer o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado.

As notas explicativas 2.4.1 e 2.4.2 apresentam novas informações sobre os impactos.

### **2.1.1 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 04 de março de 2020.

### **2.2 Resumo das principais políticas contábeis**

#### **2.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas Demonstrações Contábeis.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

### **2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Esta rubrica é representada pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

### **2.2.3 Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: i) valor justo por meio do resultado; ii) custo amortizado; e iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo por meio do resultado, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações classificadas pelo custo amortizado são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações da categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 4 e 10)

### **2.2.4 Contas a receber**

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e alugueis de equipamentos e meios de conexão. (Nota Explicativa 5)





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.2.5 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Na avaliação do valor a ser constituído de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como e os prazos estimados para recuperações futuras, são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado. (Nota Explicativa 5)

### 2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 11)

### 2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando, diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual é revisada anualmente pela Companhia. (Nota Explicativa 12)

### 2.2.8 Ativo de direito de uso

Representam os imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país e locação de equipamentos de informática. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (Nota Explicativa 22.2), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

### 2.2.9 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- (ii) A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- (iv) Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- (v) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. (Nota Explicativa 13).

### 2.2.10 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (*Impairment test*)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização ajustando, o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital “The Capital Asset Pricing Model” (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(i) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

(ii) **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(iii) **Avaliação do valor em uso:** As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

**Receitas:** as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;

**Custos e despesas operacionais:** os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

**Investimentos de capital:** os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

### 2.2.11 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na Companhia o ajuste a valor presente é aplicado nas operações de arrendamento mercantil (Direito de Uso de Ativos) conforme CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Não há na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2.12 Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 10), Superavit – Previdência Privada (Nota Explicativa 1.10), Dividendos a receber (Nota Explicativa 9), Fornecedores (Nota Explicativa 17), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22.1), Operações de Arrendamento Mercantil (Nota Explicativa 22.2) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 20), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

#### **2.2.12.1 Ativos financeiros**

##### **2.2.12.1.1 Classificação, reconhecimento, mensuração e baixas**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

##### **2.2.12.1.2 Categorias**

###### **2.2.12.1.2.1 Custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros classificados pelo custo amortizado compreendem o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Superavit – Previdência Privada (Nota Explicativa 1.10), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 9) e Aplicações Financeira – Garantia (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

###### **2.2.12.1.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais em que, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Essa categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### 2.2.12.1.2.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

### 2.2.12.2 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

### 2.2.12.3 Passivos financeiros

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em Outros Resultados Abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22.1), Operações de Arrendamento Mercantil (Nota Explicativa 22.2), fornecedores (Nota Explicativa 17) e outras contas a pagar.

### **2.2.13 Instrumentos financeiros derivativos**

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### **2.2.14 Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 17).

### **2.2.15 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 22.1)

### **2.2.16 Operação de arrendamento mercantil**

Os passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. (Nota Explicativa 22.2)

### **2.2.17 Provisões**

#### **2.2.17.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 19)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 29)





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2.17.2 Benefícios a empregados**

#### **2.2.17.2.1 Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

#### **2.2.17.2.2 Benefícios pós-emprego**

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo quando reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2.17.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)**

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebras em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 15).

O programa ainda em vigor contempla benefícios aos colaboradores, a serem concedidos quando se desligarem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- i) indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebras;
- ii) indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- iii) indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde; e
- iv) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

### **2.2.18 Demais ativos e passivos**

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### **2.2.19 Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

#### **2.2.19.1 Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

#### **2.2.19.2 Ações preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2.19.3 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como “Dividendos adicionais propostos”, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

### **2.2.20 Reconhecimento de receitas**

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas de alugueis e locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e a alugueis e locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### **2.2.21 Reconhecimento de despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

### **2.2.22 Receitas e Despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 29)

### **2.2.23 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6).

### **2.2.24 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 25.6).

### **2.2.25 Demonstrações do Valor Adicionado**

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

### **2.2.26 Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

### 2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

#### 2.3.1 Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

#### 2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 12 e 13, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

### 2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 19. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto, resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

### 2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

### 2.3.6 Benefícios a pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 30)

### 2.4 Normas e interpretações vigentes e não vigentes

#### 2.4.1 CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamentos mercantil

Esta norma substitui as orientações existentes na IAS 17/CPC 6 (R1), e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou os contratos de arrendamento da Companhia e reconheceu os seguintes contratos aderentes à norma: i) contrato de aluguel de imóvel, ii) contrato de aluguel de terrenos onde estão instalados equipamentos ligados a prestações dos serviços (Estações); e iii) contratos de locação de equipamentos de informática.

Na análise realizada, a Companhia não identificou contratos que atendessem às exceções da norma, ou seja, contratos de curto prazo ou de baixo valor. Também foram identificados contratos em que a Telebras não controla o ativo e nem direciona o uso, assim, esses contratos continuarão sendo reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

A Companhia passou a adotar o CPC 6 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada, que resulta na aplicação prospectiva da norma. Com relação ao efeito cumulativo da adoção da CPC 6 (R2) / IFRS 16, esse foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2019. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior.

Na adoção do CPC 6 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem à definição de arrendamento, de acordo com os princípios da nova norma. Esses passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados a uma taxa de 6% ao ano em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades foram mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas de acordo com o valor presente dos passivos mensurados.

Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

Reo 1-02/20 OS N: 4837

36



Assinado digitalmente por HELDER ALEXANDRE DE AVILA FARIAS, EMILIO CARLOS ACOCELLA, ANDRE LUIS GOMES MONTEIRO, RODRIGO MARTINS PRATES, BRAULIO DE PAULA MACHADO e WALDEMAR GONCALVES ORTUNHO JUNIOR.  
Documento Nº: 28247-7568 - consulta à autenticidade em  
<http://extranet.telebras.com.br/sigaex/autenticar.action>



TLBAS202004225



## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- a) O uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes;
- b) Os contratos de arrendamento cujo prazo de vencimento ocorrerá em até 12 meses da data de adoção inicial da norma, a contabilização será como arrendamentos de curto prazo (diretamente no resultado);
- c) A contabilização de pagamentos de arrendamento como despesas no caso de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor; e
- d) O uso da percepção passada na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir a locação.

A adoção da norma resultou no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no montante R\$ 15.644 e R\$ 16.633, respectivamente, em 1º de janeiro de 2019. O valor reconhecido em prejuízos acumulados com a adoção da norma foi uma perda de R\$ 989, sendo que não foram reconhecidos tributos diferidos sobre essa perda, pois a Companhia não vem apresentado lucro tributável sustentável.

### 2.4.2 ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro

A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre: (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações contábeis. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e, com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações contábeis.

### 2.4.3 CPC 50 / IFRIC 17 – Contratos de seguros

Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguros que mantém requisitos das regras locais vigentes. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.





## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4.4 Emendas do CPC 26 / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8 – Definição de Materialidade**

As emendas do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entrarão em vigência em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulgando somente informações relevantes.

## **3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **3.1. Fatores de risco**

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### **3.1.1. Gestão de capital**

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

#### **3.1.2. Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança; política de negociação de débitos; interrupção dos serviços e negativação do cliente; inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; e cobrança Judicial.

### 3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Administração da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

### 3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Passivos Financeiros não Derivativos	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	47.214	47.214			
Empréstimos e Financiamentos (i)	263.692	28.273	94.167	141.252	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	10.771	5.552	4.128	918	173
Acordo Judicial FUNCEF	60.873	5.293	10.587	15.880	29.113
Acordo Judicial PREVI	124.136	11.285	22.570	33.855	56.426
<b>Total</b>	<b>506.686</b>	<b>97.617</b>	<b>131.452</b>	<b>191.905</b>	<b>85.712</b>

(i) Valor total dos empréstimos e financiamentos sem considerar a conta retificadora de custos da transação no valor de R\$ 26.869.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.1.4. Risco de mercado

#### 3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais rubricas das informações contábeis intermediárias sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros: Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

#### 3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) com vistas a ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além da rede terrestre, a Telebras também viabilizou o segmento satelital com a utilização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual vai potencializar a geração de receita através da prestação de serviços neste segmento.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2020, o INPC será de 3,96%, conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil com data base de 2 de janeiro de 2020. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados – 31/12/2020		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			3,96%	4,95%	5,94%
<b>Credores por Acordos Judiciais</b>					
PREVI	INPC	124.136	129.052	130.281	131.510
FUNCEF	INPC	60.873	63.284	63.887	64.489
<b>Passivo Exposto</b>		<b>185.009</b>	<b>192.336</b>	<b>194.168</b>	<b>195.999</b>
<b>Efeito da Variação do INPC</b>			<b>(7.327)</b>	<b>(9.159)</b>	<b>(10.990)</b>

### 3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

#### 3.3.1. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas (quando couber), ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas (quando couber) devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus Equivalentes de caixa (Aplicações financeiras de liquidez imediata) pelo seu valor justo. Esses Equivalentes de caixa são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2019		31/12/2018	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Equivalentes de Caixa	VJR (i)	Nível 2	808.700	808.700	155.564	155.564
Caixa e Bancos	VJR (i)	Nível 1	43.437	43.437	555	555
<b>Custo Amortizado</b>						
Contas a Receber	Custo Amortizado		92.575	92.575	57.314	57.314
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	11.547	11.547
Superávit – Previdência Privada	Custo Amortizado		196.923	196.923	-	-
Aplicações Financeiras - Garantia	Custo Amortizado		60.858	60.858	57.965	57.965
<b>Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b>						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA (ii)	Nível 1	2.379	2.379	1.985	1.985
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo Amortizado</b>						
Fornecedores	Custo Amortizado		47.214	47.214	84.280	84.280
Empréstimos e Financiamentos - FINEP (iii)	Custo Amortizado		263.692	263.692	255.937	255.937
Financiamento - Arrendamento Mercantil Financeiro (iv)	Custo Amortizado		10.771	10.771	-	-
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		185.009	185.009	323.285	323.285

(i) VJR – Valor justo por meio do resultado.

(ii) VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Valor dos Empréstimos e Financiamentos líquidos da conta retificadora de custos da transação no valor de R\$ 26.869.

(iv) Valor líquido dos Juros a Incorrer no valor de R\$ 885.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Banco Conta Movimento	43.437	555
Aplicações Financeiras	808.700	155.564
<b>Total</b>	<b>852.137</b>	<b>156.119</b>

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF Extra Comum.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da Companhia, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 6,72% a.a.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	31/12/2019	31/12/2018
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	102.733	63.450
<b>Total a Receber Bruto</b>	<b>125.170</b>	<b>85.887</b>
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(32.595)	(28.573)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>92.575</b>	<b>57.314</b>

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações, nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste Contas a Receber na estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento deste valor.

**5.1. Valores a receber por idade de vencimento**

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>A vencer (Faturados e Não Faturados)</b>	<b>63.750</b>	<b>36.569</b>
<b>Vencidos</b>	<b>61.420</b>	<b>49.318</b>
Até 30 dias	12.616	15.267
31 a 60 dias	13.785	1.488
61 a 90 dias	123	421
91 a 120 dias	168	1.164
121 a 150 dias	1.089	39
151 a 180 dias	521	246
Acima de 180 dias	33.118	30.693
<b>Contas a Receber – Bruto</b>	<b>125.170</b>	<b>85.887</b>
<b>Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(32.595)</b>	<b>(28.573)</b>
<b>Contas a Receber – Líquido</b>	<b>92.575</b>	<b>57.314</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

**5.2. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

Na avaliação do valor a ser constituído de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras, são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de acordo com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Faixas de Vencimentos	Valor a Receber sem Exclusões	Exclusões da Base de Cálculo		Valor a Receber após Exclusões	% Inadimplência por Faixa	Valor da PECLD
		Parceiros (i)	Glosa MCTIC (ii)			
Não Faturado	60.804	(1.382)	-	59.422	3,25%	1.932
A Vencer	2.946	-	-	2.946	3,25%	96
Até 30 dias	12.616	(1.224)	-	11.392	3,25%	370
De 31 a 60 dias	13.785	(333)	-	13.452	11,10%	1.493
De 61 a 90 dias	123	(4)	-	119	18,17%	22
De 91 a 120 dias	168	(3)	-	165	24,94%	41
De 121 a 150 dias	1.089	(854)	-	235	43,80%	103
De 151 a 180 dias	521	(1)	-	520	60,66%	315
+ de 180 dias (2)	33.118	(2.676)	(22.437)	8.005	72,27%	5.786
<b>Totais</b>	<b>125.170</b>	<b>(6.477)</b>	<b>(22.437)</b>	<b>96.256</b>		<b>10.158</b>
<b>(+) Contas a Receber Glosa MCTIC - Copa 2014</b>						<b>22.437</b>
<b>Total PECLD Constituída</b>						<b>32.595</b>

(i) Valor excluído da base de cálculo está relacionado a operações de permutas não monetárias realizadas entre a Telebras e seus parceiros;

(ii) Valor relativo ao contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5(i)).

A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2019 é apresentada no quadro a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>28.573</b>
Constituição de PECLD no exercício	9.671
Reversões de perdas no exercício	(648)
Baixa por perda em processo judicial	(21)
Baixa de contas a receber pelo critério de perdas efetivas	(4.980)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>32.595</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**6. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar (i)	11.303	126.453
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	25.153	24.134
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP(i)	-	22.543
Programa de Integração Social - PIS	5.460	5.415
Contribuição Social sobre Lucro Líquido(i)	1.691	2.594
Instituto Nacional de Previdência Social - INSS	34	28
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTELL	-	24
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	-	19
<b>Tributos Federais:</b>	<b>43.641</b>	<b>181.210</b>
ICMS a Recuperar	85.462	96.412
<b>Tributos Estaduais:</b>	<b>85.462</b>	<b>96.412</b>
<b>Total</b>	<b>129.103</b>	<b>277.622</b>
<b>Circulante</b>	<b>122.452</b>	<b>81.000</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>6.651</b>	<b>196.622</b>

(i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

Em dezembro de 2019, a Companhia realizou a baixa de créditos tributários que estavam vinculados à liquidação da dívida com a empresa VTUM Produções e Empreendimentos Ltda. O montante de créditos baixados foi de R\$ 121.702.

Esses créditos encontravam-se sub judice no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, processo originário da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400, e estavam atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014.

**6.1. Movimento do período**

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos tributos a compensar e/ou a recuperar no exercício de 2019.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ocorrências no Período							Saldo em 31 de dezembro de 2019
		Ingressos		Transferências	Compensação de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	Baixa para Resultado	
		Adições	Retenções						
Pagamento a maior ou Indevido	98.833	-	-	-	(98.832)	-	-	-	1
Retenções de Órgãos Públicos	4.462	-	7.987	(4.462)	-	-	-	-	7.987
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.074	-	3.208	(2.003)	35	-	-	-	3.314
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.556	-	1	(14)	(22.543)	-	-	-	-
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	21.072	-	-	6.478	(26.557)	-	593	(1.584)	2
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	-	(172.263)
<b>Subtotal - Imposto de Renda</b>	<b>148.996</b>	<b>-</b>	<b>11.196</b>	<b>(1)</b>	<b>(147.897)</b>	<b>-</b>	<b>593</b>	<b>(1.584)</b>	<b>11.303</b>
Pagamento a maior ou Indevido	327	-	-	-	(327)	-	-	-	-
Retenções de Órgãos Públicos	929	-	1.664	(930)	-	-	-	-	1.663
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	1.338	-	-	930	(2.261)	-	75	(54)	28
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	-	(62.015)
<b>Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>	<b>2.594</b>	<b>-</b>	<b>1.664</b>	<b>-</b>	<b>(2.588)</b>	<b>-</b>	<b>75</b>	<b>(54)</b>	<b>1.691</b>
Pagamento a maior ou Indevido	-	-	-	100	-	-	-	-	100
Retenções de Órgãos Públicos	5.247	-	(74)	-	-	-	187	-	5.360
Retenções sobre Serviços	91	-	260	-	(260)	-	-	(91)	-
Retenções sobre Ativo Imobilizado	77	-	189	-	(189)	-	-	(77)	-
<b>Subtotal - PIS</b>	<b>5.415</b>	<b>-</b>	<b>375</b>	<b>100</b>	<b>(449)</b>	<b>-</b>	<b>187</b>	<b>(168)</b>	<b>5.460</b>
Pagamento a maior ou Indevido	-	-	-	460	-	-	-	-	460
Retenções de Órgãos Públicos	24.133	-	(303)	-	-	-	863	-	24.693
Retenções sobre Serviços	-	-	1.344	-	(1.344)	-	-	-	-
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	-	1.065	-	(1.065)	-	-	-	-
<b>Subtotal - COFINS</b>	<b>24.133</b>	<b>-</b>	<b>2.106</b>	<b>460</b>	<b>(2.409)</b>	<b>-</b>	<b>863</b>	<b>-</b>	<b>25.153</b>
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	(19)	-
<b>Subtotal - FUST</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	(24)	-
<b>Subtotal - FUNTEEL</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24)</b>	<b>-</b>
Pagamento a maior ou Indevido	28	-	6	-	-	-	-	-	34
<b>Subtotal - INSS</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34</b>
Pagamento a maior ou Indevido	1.200	-	-	9.427	(102)	450	-	-	10.975
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	5.269	37.331	-	2.362	(34.152)	-	-	-	10.810
Sobre Aquisições do Imobilizado	89.865	1.574	-	(15.536)	(699)	-	-	(11.625)	63.579
Outras - Operações	78	79	-	(59)	-	-	-	-	98
<b>Subtotal - ICMS</b>	<b>96.412</b>	<b>38.984</b>	<b>-</b>	<b>(3.806)</b>	<b>(34.953)</b>	<b>450</b>	<b>-</b>	<b>(11.625)</b>	<b>85.462</b>
<b>TOTAL</b>	<b>277.621</b>	<b>38.984</b>	<b>15.347</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(188.296)</b>	<b>450</b>	<b>1.718</b>	<b>(13.474)</b>	<b>129.103</b>

**6.2. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Composição:	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Resultado contábil antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(237.644)</b>	<b>(237.644)</b>	<b>(228.099)</b>	<b>(228.099)</b>
<b>Adições/(Exclusões) Permanentes:</b>	<b>(18.481)</b>	<b>(18.481)</b>	<b>99</b>	<b>99</b>
<b>Adições permanentes</b>	<b>1.258</b>	<b>1.258</b>	<b>1.889</b>	<b>1.889</b>
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.034	1.034	1.215	1.215
Outras Adições	224	224	674	674
<b>Exclusões permanentes</b>	<b>(19.739)</b>	<b>(19.739)</b>	<b>(1.790)</b>	<b>(1.790)</b>
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	-	-	(695)	(695)
Dividendos Recebidos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(137)	(137)	(53)	(53)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(19.602)	(19.602)	-	-
Outras Exclusões	-	-	(1.042)	(1.042)
<b>Adições/(Exclusões) Temporárias:</b>	<b>12.196</b>	<b>12.196</b>	<b>21.352</b>	<b>21.352</b>
<b>Adições temporárias:</b>	<b>19.367</b>	<b>19.367</b>	<b>21.877</b>	<b>21.877</b>
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	7.499	7.499	1.471	1.471
Provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestado	2.137	2.137	(299)	(299)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	9.671	9.671	3.292	3.292
Provisões - Custeio	60	60	12.793	12.793
Outras Adições	-	-	4.620	4.620
<b>Exclusões temporárias:</b>	<b>(7.171)</b>	<b>(7.171)</b>	<b>(525)</b>	<b>(525)</b>
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.523)	(6.523)	(169)	(169)
Outras Exclusões	(648)	(648)	(356)	(356)
<b>Base de Cálculo Negativa</b>	<b>(243.929)</b>	<b>(243.929)</b>	<b>(206.648)</b>	<b>(206.648)</b>

**6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados**

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Composição:	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	46.159	50.816	16.136	17.812
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	9.399	7.143	3.384	2.572
Provisão PISP	12.392	11.858	4.461	4.269
Provisões - Custeio	1.606	4.151	578	1.494
Prejuízo fiscal/base negativa	511.879	450.897	182.255	160.301
<b>Total</b>	<b>581.435</b>	<b>524.865</b>	<b>206.814</b>	<b>186.448</b>

(i) A Companhia está reapresentando os valores divulgados em 31 de dezembro de 2018, referente à provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP) para adequação dos valores dos tributos diferidos ao montante da provisão.

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**7. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza:	31/12/2019			31/12/2018		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	2.812	36.075	38.887	4.313	34.403	38.716
Trabalhista	952	381	1.333	828	335	1.163
Tributária	43	75	118	41	1.484	1.525
<b>Total</b>	<b>3.807</b>	<b>36.531</b>	<b>40.338</b>	<b>5.182</b>	<b>36.222</b>	<b>41.404</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.043</b>	<b>4.370</b>	<b>7.413</b>	<b>4.563</b>	<b>4.522</b>	<b>9.085</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>764</b>	<b>32.161</b>	<b>32.925</b>	<b>619</b>	<b>31.700</b>	<b>32.319</b>

**7.1. Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.182</b>
Adições	95
Transferências entre vinculados e não vinculados	(1.464)
Baixas	(190)
Atualização Monetária	184
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.807</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.043</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>764</b>

**7.2. Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>36.222</b>
Adições	136
Transferências entre vinculados e não vinculados	1.464
Baixas	(3.513)
Atualização Monetária	2.222
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>36.531</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.370</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>32.161</b>

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a Telebras figura como ré ou autora.

Do total de R\$ 36.532 em 31 de dezembro de 2019, R\$ 31.505 (R\$ 21.005 era o valor original quando do acordo parcial com a PREVI) refere-se a depósito realizado em litígio com a PREVI, que foi parcialmente firmado e que gerou um valor controverso em relação ao valor total para liquidação do processo. A Telebras entendeu, à época, que o valor cobrado pela PREVI era superior àquele que ela entendia como correto. Assim, efetuou um depósito judicial no valor corresponde à diferença apurada (R\$ 21.005) e avaliou o risco de perda da ação como remota.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

#### 8.1. Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da Telebras às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

Órgãos/Entidades:	31/12/2019	31/12/2018
Órgãos Governamentais	3.714	3.709
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	1.090	1.077
<b>Total</b>	<b>4.804</b>	<b>4.786</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.804</b>	<b>4.786</b>

#### 8.2. Outros ativos realizáveis

Composição:	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção (i)	47.257	52.113
Cauções e Retenções	3.152	9.853
Despesas Pagas Antecipadamente	18.325	3.709
Adiantamento a Empregados	563	728
Alienação de Ativos	-	9.547
Tributos Retidos de Órgãos Públicos a Recuperar de Clientes	4.166	-
Glosas sobre Serviços a Recuperar de Clientes	1.588	-
<b>Total</b>	<b>75.051</b>	<b>75.950</b>
<b>Circulante</b>	<b>26.796</b>	<b>25.950</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>48.255</b>	<b>50.000</b>

(i) inclui o valor de R\$ 46.666 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2018) correspondente ao valor adiantado à empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicação Ltda (subsidiária da Viasat Inc.), cujo objetivo foi o de acelerar o início da prestação dos serviços em banda larga, conforme acordo contratual firmado entre a Telebras e a Viasat.

### 9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 11.547 em de dezembro de 2018).

No segundo trimestre de 2019, a coligada Visiona transferiu para o Patrimônio Líquido (Dividendos Obrigatórios não Distribuídos) o valor de R\$ 12.430, referente aos dividendos declarados no exercício de 2017, conforme deliberação dos acionistas da coligada.

Como consequência da transferência, a Telebras reclassificou o valor dos dividendos a receber, que estava registrado no Ativo Circulante para a rubrica de Investimento (Participação Societária), no Ativo Não Circulante. O valor da transferência foi de R\$ 6.091



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	32.233	30.814
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	28.625	27.151
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	2.379	1.985
<b>Total</b>	<b>63.237</b>	<b>59.950</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>63.237</b>	<b>59.950</b>

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF, de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 22).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

**11. INVESTIMENTOS****11.1. Informações das investidas**

A Companhia detém participação societária na coligada Visiona, cujas informações são apresentadas a seguir:

**VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A.** (“VISIONA” ou Coligada), Constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A coligada tem como acionistas as empresas Embraer Defesa e Segurança Participações S.A, que detêm 51% do capital social e a Telecomunicações Brasileiras S.A com 49% do capital social. O controle da VISIONA é exercido pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da coligada é de R\$ 75.000 (R\$ 75.000 em 31 de dezembro de 2018), com um total de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias emitidas. Deste montante, a Telebras detém 36.750.000 (trinta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil) ações.

**11.2. Alienação de participações societárias**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia alienou suas participações societárias nas empresas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A. A alienação destas participações faz parte da operação de permuta entre a Telebras e a EulaLink S.L, em que a Telebras aliena suas participações societárias nestas empresas e adquire o Direito Irrevogável de Uso (IRU) no Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Irlanda (subsidiária integral da Eulalink S.L.), e que interligará diretamente o Brasil a Portugal.

O valor da alienação destas participações societárias totalizou R\$ 9.547, sendo R\$ 8.702 pela participação societária na empresa Cabos Brasil Europa S.A e R\$ 845 pela participação na empresa EllaLink Spain S.A..

A Telebras detinha participação societária de 35% no capital social de cada coligada.

**11.3. Composição dos investimentos**

	31/12/2019	31/12/2018
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	80.841	74.086

**11.4. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

Investida	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/12/2019	31/12/2018
Visiona Tecnologia Espacial S.A	75.000	164.982	49,00	49,00	36.750.000	80.841	74.086
<b>Total</b>						<b>80.841</b>	<b>74.086</b>

**11.5. Informações econômicas e financeiras resumidas**

Investida	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Ativo	Passivo	Receita Líquida
Visiona Tecnologia Espacial S.A	187.699	22.717	15.643	191.672	40.476	22.263



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**11.6. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

Investidas	31/12/2019		31/12/2018	
	Prejuízo Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(2.110)	(1.034)	(651)	(319)
Cabos Brasil Europa S.A (i)	-	-	(3.819)	(1.337)
EllaLink Spain S.A (i)	-	-	(173)	(60)
<b>Total</b>		<b>(1.034)</b>		<b>(1.716)</b>

(i) Em dezembro de 2018, as participações societárias nas coligadas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A foram alienadas. Nota Explicativa 11.2.

**11.7. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

Composição:	Visiona Tecnologia Espacial S.A
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>74.086</b>
Transferência de Dividendos Declarados 2017 para Reserva de Dividendos Obrigatórios não Declarados – Patrimônio Líquido	6.091
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício	(1.034)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	1.698
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>80.841</b>

**11.8. Informações contábeis das coligadas****11.8.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A**

Balço Patrimonial	31/12/2019	31/12/2018 – Reapresentado
<b>Ativo</b>		
Circulante	65.384	83.011
<b>Não Circulante</b>	<b>122.315</b>	<b>108.661</b>
Realizável a Longo Prazo	15.021	14.390
Investimento	90.465	85.335
Imobilizado	2.827	3.092
Intangível	14.002	5.844
<b>Total</b>	<b>187.699</b>	<b>191.672</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	22.139	27.924
Não Circulante	578	121
Patrimônio Líquido	164.982	163.627
<b>Total</b>	<b>187.699</b>	<b>191.672</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>15.643</b>	<b>21.849</b>
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(11.909)	(14.153)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>3.734</b>	<b>7.696</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(11.273)	(11.587)
Equivalência Patrimonial	1.664	665
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(5.875)</b>	<b>(3.226)</b>
Resultado Financeiro	3.139	2.577
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(2.736)</b>	<b>(649)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	626	(2)
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(2.110)</b>	<b>(651)</b>

No primeiro semestre de 2019, a coligada Visiona realizou a reapresentação do Balanço Patrimonial do exercício de 2018, de forma a refletir os efeitos da transferência dos dividendos declarados no exercício de 2017, do passivo exigível para o Patrimônio Líquido. O valor desses dividendos era de R\$ 12.430 e a transferência foi realizada mediante aprovação dos acionistas da coligada. Os efeitos dessa reapresentação foram refletidos na Telebras no primeiro semestre de 2019.

## 12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.737.349 (R\$ 2.806.288 em 31 de dezembro de 2018).

Em 1º de janeiro de 2019, a Telebras realizou a adoção da norma CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil e reconheceu no Imobilizado, na rubrica direitos de uso de ativos, o valor correspondente aos contratos que atendiam aos critérios de reconhecimento conforme a norma. O valor contábil reconhecido no Imobilizado referente a esses contratos em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 9.851.

No terceiro trimestre de 2018, a Administração da Companhia entendeu que o Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas Satélite (SGDC) já atendia a todas as condições para entrada em operação. Desta forma, foi realizada a mudança do “status” do satélite de “Em andamento” para “Em serviço”. Como consequência, a Telebras, deixou de realizar a capitalização dos encargos financeiros dos recursos que financiaram a construção do satélite e, através dos seus especialistas (Engenheiros), estabeleceu que a vida útil econômica do satélite será de 17 anos.

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos vinculados ao segmento satelital não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (Impairment), uma vez que esses ativos apresentavam valor contábil inferior ao seu valor em uso, conforme o plano de negócio do segmento satelital.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Com relação ao segmento da rede terrestre, a Telebras vem realizado o inventário físico dos ativos, cuja expectativa de conclusão ocorra no primeiro semestre de 2020. Neste processo também está incluída a revisão da vida útil econômica dos ativos, o que poderá resultar em alteração das taxas de depreciação atualmente utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantias do contrato de financiamento junto à FINEP. O valor de liquidação dos bens dados em garantia é de R\$ 64.246, conforme laudo de avaliação.

A Companhia não possui bens dados em garantia relativos à penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

**12.1. Movimentação do imobilizado no exercício - Total**

Composição:	Imobilizado								
	Bens e Instalações em Serviço						Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados			
Custo de Aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	65.219	4.392	88.944	3.118	15.385	2.413.897	1.850	570.643	3.163.448
Adoção Inicial CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	28.145	-	28.145
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Aquisições/Adições	-	-	-	-	-	69	-	105.264	105.333
Transferências Internas no Imobilizado	-	26	-	-	721	6.464	-	(7.211)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	64	64
Saldo em 31 de dezembro de 2019	65.219	4.418	88.944	3.118	16.106	2.420.430	1.850	668.760	3.296.906
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(51.727)	(2.896)	(34.959)	(1.144)	(8.647)	(255.937)	(1.850)	-	(357.160)
Adoção Inicial CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	(12.612)	-	(12.612)
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	(5.598)	-	(5.598)
Depreciação e Amortização	(2.880)	(438)	(7.695)	(624)	(1.512)	(171.038)	-	-	(184.187)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(54.607)	(3.334)	(42.654)	(1.768)	(10.159)	(426.975)	(1.850)	(18.210)	(559.557)
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	10.612	1.084	46.290	1.350	5.947	1.993.455	-	9.851	2.737.349
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2018	13.492	1.496	53.985	1.974	6.738	2.157.960	-	570.643	2.806.288
Taxa Anual de Depreciação	16,60%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	20,00%	De 10,0% a 20,0%	20,00%	De 6,6% a 20,0%	



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.**12.1.1. Movimentação do imobilizado – segmento satelital**

Composição:	Em Serviço		Em Andamento	Total
	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados			
	Artefato Satelital	Outros Equipamentos		
<b>Custo de Aquisição:</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.800.557	259.258	444.658	2.504.473
Adições	-	-	77.910	77.910
Transferências Internas no Imobilizado	-	6.464	(6.464)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.800.557</b>	<b>265.722</b>	<b>516.104</b>	<b>2.582.383</b>
<b>Depreciação Acumulada:</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(52.958)	(12.118)	-	(65.076)
Depreciação do Período	(105.915)	(37.753)	-	(143.668)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(158.873)</b>	<b>(49.871)</b>	<b>-</b>	<b>(208.744)</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.641.684</b>	<b>215.851</b>	<b>516.104</b>	<b>2.373.639</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.747.599</b>	<b>247.140</b>	<b>444.658</b>	<b>2.439.397</b>
<b>Taxa Anual de Depreciação</b>	<b>5,88%</b>	<b>14,29%</b>		

**12.1.2. Movimentação do imobilizado – segmento de rede terrestre**

Composição:	Imobilizado									
	Bens e Instalações em Serviço							Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos			
<b>Custo de Aquisição</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2018	65.219	4.392	88.944	3.118	15.385	354.082	1.850	-	125.985	658.975
Adoção Inicial CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	28.145	-	28.145
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Aquisições/Adições	-	-	-	-	-	69	-	-	27.354	27.423
Transferências Internas no Imobilizado	-	26	-	-	721	-	-	-	(747)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	64	64
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>65.219</b>	<b>4.418</b>	<b>88.944</b>	<b>3.118</b>	<b>16.106</b>	<b>354.151</b>	<b>1.850</b>	<b>28.061</b>	<b>152.656</b>	<b>714.523</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(51.727)	(2.896)	(34.959)	(1.144)	(8.847)	(190.861)	(1.850)	-	-	(292.084)
Adoção Inicial CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(12.612)	-	(12.612)
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(5.598)	-	(5.598)
Depreciação e Amortização	(2.880)	(438)	(7.695)	(624)	(1.512)	(27.370)	-	-	-	(40.519)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(54.607)</b>	<b>(3.334)</b>	<b>(42.654)</b>	<b>(1.768)</b>	<b>(10.159)</b>	<b>(218.231)</b>	<b>(1.850)</b>	<b>(18.210)</b>	<b>-</b>	<b>(350.813)</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10.612</b>	<b>1.084</b>	<b>46.290</b>	<b>1.350</b>	<b>5.947</b>	<b>135.920</b>	<b>-</b>	<b>9.851</b>	<b>152.656</b>	<b>363.710</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>13.492</b>	<b>1.496</b>	<b>53.985</b>	<b>1.974</b>	<b>6.738</b>	<b>163.221</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>125.985</b>	<b>366.891</b>
<b>Taxa Anual de Depreciação</b>	<b>16,60%</b>	<b>10,00%</b>	<b>De 5,0% a 20,0%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>De 10,0% a 20,0%</b>	<b>20,00%</b>	<b>De 6,6% a 20,0%</b>		

**12.2. Bens totalmente depreciados**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem reconhecido no imobilizado o valor de R\$ 133.778 (R\$ 97.062 em 31 de dezembro de 2018) referente a bens totalmente depreciados. Estes bens estão registrados nos seguintes grupos:

Reo 1-02/20 OS N: 4837

56



Assinado digitalmente por HELDER ALEXANDRE DE AVILA FARIAS, EMILIO CARLOS ACOCELLA, ANDRE LUIS GOMES MONTEIRO, RODRIGO MARTINS PRATES, BRAULIO DE PAULA MACHADO e WALDEMAR GONCALVES ORTUNHO JUNIOR.  
Documento Nº: 28247-7568 - consulta à autenticidade em <http://extranet.telebras.com.br/sigaex/autenticar.action>



TLBAS202004225

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Ativos:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	84.965	55.307
Equipamentos de Tecnologia da Informação	7.149	6.873
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	39.814	33.084
Outros Equipamentos	1.850	1.798
<b>Total</b>	<b>133.778</b>	<b>97.062</b>

**12.3. Seguros**

A Telebras tem contratos de seguro e de garantia estendida para cobrir possíveis perdas que venham a ocorrer com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC e com os equipamentos localizados em solo. As características desses contratos são apresentadas a seguir:

<b>Entidades</b>	<b>Natureza</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Valor do Prêmio</b>	<b>Valor Indenizável</b>	<b>Vigência</b>
Mapfre Seguros	Seguro		5.237	1.480.719	03/08/2019 a 03/08/2020
Visiona Internacional BV	Garantia Estendida	15.934			23/01/2020 a 22/01/2022

**13. INTANGÍVEL**

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 20.172 (R\$ 20.203 em 31 de dezembro de 2018), conforme quadro abaixo.

<b>Composição:</b>	<b>Intangível</b>				
	<b>Sistemas Aplicativos</b>	<b>Direitos sobre Autorizações</b>	<b>Sistemas em Andamento</b>	<b>Direitos de Uso</b>	<b>Total</b>
<b>Custo de Aquisição</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>23.407</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>-</b>	<b>34.231</b>
Aquisições	298	-	-	-	298
Transferências	(64)	-	-	1.449	1.385
Baixa	(234)	-	-	-	(234)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>23.407</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>1.449</b>	<b>35.680</b>
<b>Amortização Acumulada</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(13.864)</b>	<b>(164)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.028)</b>
Amortização	(1.087)	(329)	-	(64)	(1.480)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(14.951)</b>	<b>(493)</b>	<b>-</b>	<b>(64)</b>	<b>(15.508)</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.456</b>	<b>3.453</b>	<b>6.878</b>	<b>1.385</b>	<b>20.172</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>9.543</b>	<b>3.782</b>	<b>6.878</b>	<b>-</b>	<b>20.203</b>
<b>Taxa de Amortização</b>	<b>20,00%</b>			<b>20,00%</b>	

Em 31 de dezembro de 2019, estes ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (Impairment).



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. O prazo de amortização é de 15 (quinze) anos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem reconhecido no intangível o valor de R\$ 12.575 (R\$ 12.575 em 31 de dezembro de 2018) referente à licença de uso de software totalmente amortizada.

**14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Encargos Sociais a Pagar	10.947	12.490
Benefícios Sociais a Pagar	386	10
Salários e Honorários a Pagar	27	-
Mão-de-Obra Temporária	6	-
<b>Total</b>	<b>11.366</b>	<b>12.500</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.366</b>	<b>12.500</b>

**15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)**

Desde 2013, a Telebras tem reconhecido no seu passivo exigível provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP). Esta provisão foi constituída para fazer frente à indenização dos colaboradores que são elegíveis para o seu recebimento quando do desligamento da Companhia. Os colaboradores elegíveis ao recebimento são aqueles que não tiveram seus vínculos empregatícios rescindidos após o processo de cisão da Telebras e que fizeram adesão ao plano conforme prazo estabelecido à época. Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado é de R\$ 35.416 (R\$ 47.431 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do PISP no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada no quadro a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>47.431</b>
Atualização da Provisão no Período	2.660
Baixas por Adesão ao Programa	(14.675)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>35.416</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.825</b>
<b>Não circulante</b>	<b>31.591</b>

**16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)**

Representa os valores arrecadados com a realização dos leilões das frações de ações após o grupamento das mesmas. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 13.766 (R\$ 13.998 em 31 de dezembro de 2018) é composto pelos seguintes valores:



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Eventos:</b>	<b>Valores</b>
Valor Arrecadado e Pendente de Pagamento – Grupamento de Ações Realizado no Ano de 2011 (i)	13.097
Valor Arrecadado e Pendente de Pagamento – Grupamento de Ações Realizado no Ano de 2016 (ii)	906
Valor Repassado ao Banco Bradesco (Custodiante) para Pagamento aos Acionistas no Ano de 2018	(5)
Valor Repassado ao Banco Bradesco (Custodiante) para Pagamento aos Acionistas no 1º Trimestre de 2019	(232)
<b>Total</b>	<b>13.766</b>

(i) Valor arrecadado referente ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item “d” divulgado em 3 de dezembro de 2010);

(ii) Valor arrecadado na realização do leilão das sobras (frações) de ações referentes ao grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 2 de março de 2016. O valor arrecadado será creditado aos acionistas detentores dos direitos sobre estas sobras;

**17. FORNECEDORES**

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Fornecedores de Operação	25.958	53.336
Fornecedores de Expansão	21.256	30.944
<b>Total</b>	<b>47.214</b>	<b>84.280</b>
<b>Circulante</b>	<b>47.214</b>	<b>84.280</b>

(i) A redução verificada entre os exercícios de 2019 e 2018 é explicada principalmente pela diminuição do volume de investimentos realizados pela Companhia durante o ano de 2019.

**18. TRIBUTOS INDIRETOS**

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	409	1.402
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	201	131
Programa de Integração Social - PIS	84	302
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTELL	100	66
<b>Tributos Federais</b>	<b>794</b>	<b>1.901</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	15.997	13.274
<b>Tributos Estaduais</b>	<b>15.997</b>	<b>13.274</b>
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	45	100
<b>Tributos Municipais</b>	<b>45</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>16.836</b>	<b>15.275</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.836</b>	<b>15.275</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.**19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

**19.1. Provisão para riscos prováveis****19.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais**

Natureza	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	35.919	2.812	33.107	35.189	4.313	30.876
Trabalhista	10.055	952	9.103	9.686	828	8.858
Tributária	50	43	7	1.017	41	976
<b>Total</b>	<b>46.024</b>	<b>3.807</b>	<b>42.217</b>	<b>45.892</b>	<b>5.182</b>	<b>40.710</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.442</b>	<b>3.043</b>	<b>8.399</b>	<b>14.318</b>	<b>4.563</b>	<b>9.755</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>34.582</b>	<b>764</b>	<b>33.818</b>	<b>31.574</b>	<b>619</b>	<b>30.955</b>

**19.1.2. Natureza das ações judiciais**

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo está a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/12/2019			31/12/2018
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<b>Cíveis</b>				
Illegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.320	1.729	1.591	816
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	12.466	0	12.466	19.890
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	459	141	318	278
Outros Processos	19.674	942	18.732	9.892
<b>Total</b>	<b>35.919</b>	<b>2.812</b>	<b>33.107</b>	<b>30.876</b>
<b>Trabalhistas</b>				
Ganhos de Produtividade	2.990	32	2.958	2.741
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	0	0	0	211
Responsabilidade Subsidiária	1.388	413	975	1.060
Outros Processos	5.677	507	5.170	4.847
<b>Total</b>	<b>10.055</b>	<b>952</b>	<b>9.103</b>	<b>8.859</b>
<b>Tributárias</b>				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	50	43	7	975
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>43</b>	<b>7</b>	<b>975</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>46.024</b>	<b>3.807</b>	<b>42.217</b>	<b>40.710</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.442</b>	<b>3.043</b>	<b>8.399</b>	<b>9.755</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>34.582</b>	<b>764</b>	<b>33.818</b>	<b>30.955</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**19.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>45.892</b>
Constituição de Provisão	2.408
Reversão de Provisões	(6.523)
Juros Incorridos	4.015
Atualização Monetária	1.076
Baixas	(844)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>46.024</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.442</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>34.582</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

**19.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Cível	73.523	76.308
Tributária	22.735	25.750
Trabalhista	5.851	2.870
<b>Total</b>	<b>102.109</b>	<b>104.928</b>

**19.2.1. Natureza das ações judiciais**

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo está a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Natureza/Objeto das Ações:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Cíveis</b>		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.847	7.919
Ilegalidade na Venda de Ações	4.166	3.915
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	21.297	18.402
Cancelamento de Contrato Implementação PNBL	0	38.371
Outros Processos (ii)	39.213	7.701
<b>Total</b>	<b>73.523</b>	<b>76.308</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Responsabilidade Subsidiária	273	420
Progressão Salarial	110	809
Anistia	4.343	0
Outros Processos	1.125	1.641
<b>Total</b>	<b>5.851</b>	<b>2.870</b>
<b>Tributárias</b>		
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	21.556	24.621
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	79	29
Diversas Origens	1.100	1.100
<b>Total</b>	<b>22.735</b>	<b>25.750</b>
<b>Total Geral</b>	<b>102.109</b>	<b>104.928</b>

Situação dos principais processos:

**(i) Processo de cisão Sistema Telebras**

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. Naquele processo, os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos da Telebras foram destinados à Telesp (atual Telefônica) na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas.

A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Telebras obteve decisão favorável em duas instâncias sobre processos que tratam deste litígio, incluindo sentenças de primeiro grau (ainda sem trânsito em julgado) proferidas por juízos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019. Ainda no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. Entretanto, há embargos de declaração pendentes de julgamento naquele Tribunal, que podem dar ensejo à aplicação da tese de prescrição. A Telebras defende em juízo a tese de prescrição ou de inexigibilidade da obrigação por meio de supressão (perda do direito em razão do não exercício de uma pretensão gerando a expectativa na outra parte de que não será exigida). Além do mais, a Companhia alega também a inexecução da obrigação a cargo da Telesp (atual Telefônica) no prazo de 90 dias da desestatização, que era de substituir as garantias prestadas pela Telebras à época da cisão.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### (ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária da Telebras, de 27.04.95, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes no cálculo apresentado pela Previ. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial da metodologia de cálculo por ela utilizada. A perícia não foi concluída; logo, ainda não há decisão judicial a respeito do valor controverso.

### (iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e à Fundação CPqD de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que o CPqD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPqD, bens que foram importados com isenção de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da holding Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção. No recurso pendente de julgamento no CARF, informa-se que havia autorização legislativa para a transferência desses bens, o que afasta a autuação fiscal imposta.

## 20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

Credores:	31/12/2019	31/12/2018
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	-	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	124.136	128.479
Acordo Judicial FUNCEF	60.873	59.257
<b>Total</b>	<b>185.009</b>	<b>323.285</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.578</b>	<b>16.008</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>168.431</b>	<b>307.277</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**20.1. Movimentação da dívida no período**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>323.285</b>
Juros e Variação Monetária	20.871
Amortização de Principal	(9.403)
Pagamento de Juros	(14.195)
Baixa da Dívida VTUM Produções e Empreendimento Ltda	(135.549)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>185.009</b>

**20.2. Cronograma de pagamento da dívida**

Anos:	PREVI	FUNCEF	Total
2020	11.285	5.293	16.578
2021	11.285	5.293	16.578
2022	11.285	5.293	16.578
2023	11.285	5.293	16.578
2024	11.285	5.293	16.578
2025 em diante	67.711	34.408	102.119
<b>Total</b>	<b>124.136</b>	<b>60.873</b>	<b>185.009</b>

**20.3. Descrição resumida dos termos acordados****20.3.1. VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.**

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, “Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou, dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.





**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM.

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativos a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 30 de setembro de 2018, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial da Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2017). Esses direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se sub judice, em razão da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite no Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), processo em sede de apelação, demanda originária da Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças Supramencionado.

Em dezembro de 2019, a Companhia realizou a baixa da dívida com a VTUM. A baixa foi efetivada em razão de tais créditos tributários não pertencerem mais a Telebras. A transferência dos créditos ocorreu com a autorização dada pela Telebras, através de procuração para que a VTUM efetuasse a transferência da titularidade dos créditos tributários objeto do acordo, junto à Receita Federal do Brasil, que estavam em nome da Telebras para sua titularidade. Desta forma, não houve desembolso financeiro, mas somente a baixa da obrigação em contrapartida do ativo onde estavam registrados os créditos vinculados a essa dívida.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 20.3.2. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras de efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

### 20.3.3. Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF)

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou, perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos à Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição, sendo que o saldo remanescente será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê, que em caso de atraso das parcelas semestrais, incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescidos dos 10% previstos no art. 523 do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

## 21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.472.856 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.874.451 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, tem como origem os valores aportados pela União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 11 de julho de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 9.909/2019, o qual autorizou a Companhia a aumentar seu capital social mediante a capitalização de créditos da União derivados de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Tais adiantamentos foram aportados na Companhia nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.

O montante da capitalização autorizado pelo referido Decreto e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de setembro de 2019, em valores nominais, foi de R\$ 1.175.440.606,22 (um bilhão, cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil seiscentos e seis reais e vinte e dois centavos). Tais recursos foram atualizados, desde o dia das respectivas transferências até a data autorizada para a efetiva capitalização, que foi a de 31 de agosto de 2019, pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, nos termos do disposto no artigo 2º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. O montante atualizado para a capitalização foi de R\$ 1.512.722.

Com o aumento de capital, serão emitidas 18.259.272 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e duas) ações. Desse total, 10.184.492 (dez milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e duas) ações ordinárias e, 8.074.780 (oito milhões, setenta e quatro mil e setecentos e oitenta) ações preferenciais, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal. (Nota Explicativa 1.7).

No exercício de 2019, a Companhia recebeu aportes da União no valor de R\$ 1.000.580 (R\$ 450.000 em 2018).

O quadro a seguir apresenta a composição/movimentação do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no exercício de 2019 e 2018 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.256.154</b>	<b>65.038</b>	<b>2.227</b>	<b>6.182</b>	<b>1.329.601</b>
AFAC Recebidos	329.000	121.000			450.000
Variação Monetária	87.698	6.612	143	397	94.850
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.672.852</b>	<b>192.650</b>	<b>2.370</b>	<b>6.579</b>	<b>1.874.451</b>
AFAC Recebidos	148.580	852.000	-	-	1.000.580
Variação Monetária	90.575	19.509	123	340	110.547
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(1.085.282)	(82.972)	(2.187)	(5.000)	(1.175.441)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(325.104)	(10.039)	(283)	(1.855)	(337.281)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>501.621</b>	<b>971.148</b>	<b>23</b>	<b>64</b>	<b>1.472.856</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO****22.1. Empréstimos e financiamentos - FINEP**

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Principal	267.249	267.249
Atualização Monetária	10.459	10.459
Juros	12.853	5.098
<b>Total - Bruto</b>	<b>290.561</b>	<b>282.806</b>
Custo de Transação	(26.869)	(26.869)
<b>Total - Líquido do Custo de Transação</b>	<b>263.692</b>	<b>255.937</b>
<b>Circulante</b>	<b>28.273</b>	-
<b>Não Circulante</b>	<b>235.419</b>	<b>255.937</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos líquido dos custos no exercício de 2019 é apresentada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>255.937</b>
Juros Incorridos no Período	8.402
Juros Pagos	(647)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>263.692</b>

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 é apresentado a seguir:

<b>Vencimentos:</b>	<b>Pagamentos</b>
2020	30.357
2021	52.041
2022	52.041
2023	52.041
2024	52.041
2025	52.040
<b>Total</b>	<b>290.561</b>

**22.1.1. Contrato original**

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniante Arrecadador, Banco do Brasil S.A., que mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

### 22.1.2. Aditivos contratuais

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia e a FINEP assinaram o segundo aditivo ao contrato, o qual estabeleceu novos prazos para o início da amortização do principal e dos juros ora interrompidos, além de novas garantias. As modificações estão assim definidas:

- (i) suspensão do pagamento das parcelas de amortização do principal e dos juros no período de 15 de junho de 2018 a 15 de novembro de 2018;
- (ii) Os juros apurados no período de suspensão serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor de acordo com a metodologia de juros compostos;
- (iii) A Telebras deverá constituir novas garantias idôneas e suficientes para cobrir débito, cujas características serão examinadas pela FINEP em 15 de setembro de 2018. Na hipótese de constituição até a data prevista, a FINEP poderá, a seu exclusivo critério, retomar a cobrança das parcelas de amortização do débito e dos juros sobrestados;
- (iv) A Telebras deverá pagar à FINEP o valor de R\$ 5.471 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, o qual será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato; e
- (v) O valor do principal acrescido dos juros capitalizados e do valor da compensação financeira serão pagos a partir de 15 de dezembro de 2018 em 73 parcelas.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia e a FINEP acordaram um terceiro aditivo ao contrato, o qual estabeleceu a suspensão do pagamento das parcelas de amortização do débito e dos juros compensatórios por tempo determinado, bem como a constituição de novas garantias. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes:





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020;
- (ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019;
- (iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos;
- (iv) Prorrogação do vencimento do contrato em 12 meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025; e
- (v) A Telebras pagará à FINEP o valor de R\$ 21.397 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

### 22.1.3. Covenants

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houver: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantias estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Financiada, das obrigações assumidas.

### 22.1.4. Garantias

A Telebras estabeleceu, como garantia do financiamento, bens do ativo imobilizado cujo valor de liquidação totaliza R\$ 64.246, conforme laudo de avaliação e direitos creditícios do contrato firmado entre a Telebras e a empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (DATAPREV).

### 22.2. Arrendamento mercantil financeiro

A Telebras mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relativos à locação de imóveis (sede da Companhia), terrenos onde estão instalados equipamentos para prestação de serviços (Estações) e equipamentos de informática. Os prazos desses contratos variam entre 5 (cinco) e 15 (quinze anos) e têm vencimentos entre os anos de 2020 a 2027. A taxa de desconto utilizada para esses contratos foi de 6% a.a.

Os valores do imobilizado registrados na rubrica de Direito de Uso de Ativo, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses ativos, estão abaixo demonstrados:



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**22.2.1. Direito de uso de ativo (valor contábil)**

<b>Bens/Direitos:</b>	<b>31/12/2019</b>
Imóveis	5.053
Terrenos (Estações)	4.371
Equipamentos de Informática	426
<b>Total</b>	<b>9.850</b>

**22.2.2. Financiamentos (valor presente)**

<b>Bens/Direitos:</b>	<b>31/12/2019</b>
Imóveis	5.575
Terrenos (Estações)	4.761
Equipamentos de Informática	435
<b>Total</b>	<b>10.771</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.179</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.592</b>

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

<b>Vencimentos:</b>	<b>principal</b>	<b>Juros a Incorrer</b>	<b>Total</b>
2020	6.034	(482)	5.552
2021	3.031	(206)	2.825
2022	1.404	(102)	1.302
2023	571	(49)	522
2024	244	(27)	217
2025 em diante	375	(22)	353
<b>Totais</b>	<b>11.659</b>	<b>(888)</b>	<b>10.771</b>

A movimentação dos financiamentos (Arrendamento mercantil financeiro) no exercício de 2019 está apresentada a seguir;

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019 (Adoção Inicial)</b>	<b>27.717</b>
Baixa para Prejuízo Acumulado Adoção Inicial	(11.623)
Ingressos - Novos/Renovação de contratos	336
Pagamento de Principal	(5.659)
Apropriação de Juros no Período	822
Pagamento de Juros	(822)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10.771</b>

**23. RECEITAS DIFERIDAS**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 538.402 (R\$ 528.969 em 31 de dezembro de 2018), composto pelos valores adiantados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para atender ao Programa GESAC.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A partir do terceiro trimestre de 2018, a Companhia passou a reconhecer no seu resultado a receita realizada referente ao serviço de locação de capacidade Satelital por serviços prestados ao Ministério de Defesa (Banda X). Esta receita será reconhecida no período de 15 (quinze) anos, conforme contrato firmado entre as partes, e o valor mensal a ser reconhecido como receita no resultado da Telebras é de R\$ 3.040.

A movimentação/composição das receitas diferidas em 31 de dezembro de 2019 é apresentada no quadro a seguir:

Movimentação:	Ministério da Defesa	MCTIC	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>528.969</b>	-	<b>528.969</b>
Adiantamento - Programa GESAC	-	45.913	45.913
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Banda X	(36.480)	-	(36.480)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>492.489</b>	<b>45.913</b>	<b>538.402</b>
<b>Circulante</b>	<b>36.481</b>	<b>45.691</b>	<b>82.172</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>456.008</b>	<b>222</b>	<b>456.230</b>

**24. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Composição:	31/12/2019	31/12/2018
Retenções Passivas Tributárias	9.149	12.540
Retenções Passivas não Tributárias	524	48
Outras Obrigações	228	229
<b>Total</b>	<b>9.901</b>	<b>12.817</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.901</b>	<b>12.817</b>

**25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****25.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.594.667, representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

**25.1.1. Composição acionária**

A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	35.115.825	89,42%	União Federal	8.171.173	79,08%	União Federal	43.286.998	87,26%
FINEP	3.231.600	8,23%	FINEP	0	0,00%	FINEP	3.231.600	6,51%
Outros	925.161	2,36%	Outros	2.161.538	20,92%	Outros	3.086.699	6,22%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
<b>Total</b>	<b>39.272.779</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>10.332.711</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>49.605.490</b>	<b>100,00%</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**25.1.2. Valor patrimonial da ação**

<b>Componentes do Cálculo:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Capital total em ações</b>		
Ordinárias	39.272.779	39.272.779
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
<b>Total (A)</b>	<b>49.605.490</b>	<b>49.605.490</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ordinárias	193	193
<b>Total (B)</b>	<b>193</b>	<b>193</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ordinárias	39.272.586	39.272.586
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
<b>Total (A-B)</b>	<b>49.605.297</b>	<b>49.605.297</b>
<b>Patrimônio Líquido (R\$ mil)</b>	<b>1.646.733</b>	<b>370.434</b>
<b>Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)</b>	<b>33,1967</b>	<b>7,4676</b>

**25.2. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e da existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**25.3. Ajuste de avaliação patrimonial**

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial, que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam e por variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registrada na coligada Visiona, na qual a participação societária da Telebras é de 49%.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial no exercício de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

Movimentação	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(169)	14.335	14.166
Ganhos com Instrumentos Patrimoniais Mensurados a VJORA	394	-	394
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa	-	1.698	1.698
Saldo em 31 de dezembro de 2019	225	16.033	16.258

**25.4. Ações em tesouraria**

O valor das Ações em Tesouraria (193 ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

**25.5. Recursos Capitalizáveis – AFAC**

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Telebras, no montante de R\$ 1.512.722 (valor atualizado). Este valor foi transferido do passivo não circulante para o patrimônio líquido, devido ao fato de ter atendido aos critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial.

A capitalização resultará na emissão de 18.259.272 novas ações, sendo, 10.184.492 ações ordinárias e 8.074.780 ações preferenciais (Nota Explicativa 1.7).

**25.6. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído**

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

**Básico**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**Diluído**

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(237.526)</b>	<b>(224.851)</b>
<b>Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação:</b>		
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(188.052)	(178.017)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(49.474)	(46.834)
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações) :</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	39.272	39.272
Ações preferenciais – básicas e diluídas	10.332	10.332
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,7884)	(4,5239)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(4,7884)	(4,5239)

**26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Serviço de Comunicação e Multimídia(i)	217.136	169.442
Locação de Capacidade Satelital(ii)	36.545	78.240
Aluguéis e Locações (iii)	10.862	12.320
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>264.543</b>	<b>260.002</b>
Tributos sobre Receita	(59.489)	(59.743)
Descontos Concedidos	(801)	(607)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(60.290)</b>	<b>(60.350)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>204.253</b>	<b>199.652</b>

(i) O crescimento da receita de Serviço de Comunicação e Multimídia (SCM) é explicado pelo reconhecimento da receita dos contratos da DATAPREV, Ministério do Trabalho (MTB) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que apresentaram um volume maior de receita nos doze meses de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Outro fator que contribuiu para o crescimento da receita foi o reconhecimento das receitas geradas com a utilização do satélite SGDC. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava um total de 11.112 pontos/circuitos instalados. Destes, 11.104 já estavam vinculados à geração de receita, que totalizou nos doze meses de 2019 um montante de R\$ 45.502.

(ii) A partir do terceiro trimestre de 2018, a Telebras passou a reconhecer no resultado da Companhia a receita de locação de capacidade Satelital pela utilização da Banda X pelo Ministério da Defesa. O valor será reconhecido mensalmente por um período de 15 (quinze) anos, conforme contrato firmado entre as partes (Nota Explicativa 23). Em 2019 a Telebras reconheceu receita da Banda X, no montante de R\$ 36.480 (R\$ 18.240 em 2018).



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iii) A receita de alugueis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores. Em 2019 esta receita totalizou R\$ 10.862 (R\$ 12.030 em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita operacional líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

**27. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA**

Os custos e despesas operacionais por natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão apresentados a seguir:

<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Depreciação e Amortização	(184.781)	(124.399)
Meios de Conexão e Transmissão	(78.449)	(77.709)
Serviços de Terceiros	(74.235)	(49.403)
Compartilhamento de Instalações	(45.357)	(42.983)
Pessoal	(19.287)	(16.316)
Alugueis, Locações e Seguros	(10.864)	(4.641)
Tributos	(2.870)	(2.167)
Material	(2.062)	(268)
<b>Total</b>	<b>(417.905)</b>	<b>(317.886)</b>

<b>Despesas Comerciais</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Pessoal	(19.415)	(18.788)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.024)	(3.048)
Serviços de Terceiros	(1.894)	(3.280)
Depreciação e Amortização	(226)	(29)
Material	(20)	(77)
Tributos	(1)	(7)
Alugueis, Locações e Seguros	6	(944)
<b>Total</b>	<b>(30.574)</b>	<b>(26.173)</b>

<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Pessoal	(44.349)	(41.191)
Serviços de Terceiros	(10.142)	(14.668)
Depreciação e Amortização	(6.259)	(2.259)
Material	(317)	(520)
Tributos	(281)	(212)
Alugueis, Locações e Seguros	(179)	(4.834)
<b>Total</b>	<b>(61.527)</b>	<b>(63.684)</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Aglutinado</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Depreciação e Amortização (i)	(191.266)	(126.687)
Serviços de Terceiros (iii)	(86.271)	(67.351)
Pessoal (ii)	(83.051)	(76.295)
Meios de Conexão e Transmissão	(78.449)	(77.709)
Compartilhamento de Instalações	(45.357)	(42.983)
Alugueis, Locações e Seguros	(11.037)	(10.419)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (iv)	(9.024)	(3.048)
Tributos	(3.152)	(2.386)
Material	(2.399)	(865)
<b>Total</b>	<b>(510.006)</b>	<b>(407.743)</b>

(i) Depreciação e Amortização: O aumento é explicado pelos seguintes eventos:

a) entrada em operação do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) no mês de julho de 2018. O montante do custo sujeito a depreciação em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.066.279 e inclui o custo do Artefato Satelital, os equipamentos e a infraestrutura terrestre. A depreciação do projeto SGDC reconhecida no exercício de 2019 totalizou R\$ 143.668 (R\$ 65.076 em 2018); e

b) Adoção do CPC 6 (R2) /IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma substitui as orientações existentes na CPC 6 (R1)/IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Assim esse direito de uso do ativo reconhecido em 1º de janeiro de 2019 passou a gerar depreciação, cujo valor reconhecido nos doze meses de 2019 foi de R\$ 5.568.

(ii) Pessoal: A variação de 8,86% é explicada pelos seguintes eventos: i) concessão de aumento salarial devido às promoções por mérito e antiguidade concedido em dezembro de 2019; e ii) reconhecimento dos custos de pessoal da Gerência de Engenharia e Operação do Satélite, que até o mês de junho/18 eram capitalizados como custo de construção do satélite (projeto SGDC) e, com a entrada em operação do satélite, passaram a ser reconhecidos como Custo dos Serviços Prestados.

(iii) Serviços de Terceiros: apresentaram crescimento de 28,9% na comparação entre os doze meses de 2019 e o mesmo período do ano anterior. O aumento é justificado pelos seguintes eventos: i) elevação dos custos com manutenção da planta, em função da expansão de rede e reajustes contratuais; ii) pelo reconhecimento dos custos vinculados ao contrato com a Viasat; iii) e também pelo aumento dos custos de energia elétrica em decorrência da expansão da rede e instalação das estações de acesso (gateways) do projeto SGDC.

(iv) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa: O aumento é explicado pela mudança na metodológica de cálculo da estimativa de perda, que passou a considerar o histórico de inadimplência do Contas a Receber.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**28. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS**

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Superavit - Planos de Previdência - PBS-A e PBS-TELEBRAS (i)	202.549	-
Ganho sobre Passivo	8.851	16.352
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.523	6.350
Recuperação de Tributos	5.391	2.485
Recuperação de Depósitos Judiciais	966	16
Outras Receitas Operacionais	132	520
Multas sobre Contas a Receber	17	65
Receita da Alienação de Ativos	-	9.547
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais (ii)	(19.531)	(1.524)
<b>Total</b>	<b>204.898</b>	<b>33.811</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		
Baixa por Perdas com Ativo (iii)	(13.616)	(36)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.408)	(4.879)
Tributos	(1.813)	(4.223)
Multas sobre Passivos	(1.089)	(2.733)
Multas sobre Tributos	(1.084)	(820)
Pessoal	(491)	(116)
Patrocínios	(50)	(479)
Perda na Baixa de Ativo fixo	-	(194)
Outras Despesas Operacionais	(457)	(19)
<b>Total</b>	<b>(21.008)</b>	<b>(13.499)</b>
<b>Outras Receita/(Despesas) operacionais, líquida</b>	<b>183.890</b>	<b>20.312</b>

(i) Em dezembro de 2019, a PREVIC aprovou a distribuição do superavit dos planos de Benefícios PBS-A e PBS Telebras, que são patrocinados pela Telebras e outras Companhias que foram criadas a partir do processo de privatização do Sistema Telebras. A parte do superavit destinada à Telebras foi de R\$ 202.549 e será repassada pela administradora dos planos (SISTEL) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais. O pagamento das parcelas teve início em dezembro de 2019, cujo valor repassado à Telebras foi de R\$ 5.626, sendo R\$ 1.830 do plano PBS-A e R\$ 3.796 do plano PBS Telebras.

As parcelas vincendas serão corrigidas com base na rentabilidade dos planos.

(ii) O aumento é explicado pelo reconhecimento dos tributos de PIS e COFINS sobre a receita de Superavit dos Plano PBS-A e PBS Telebras – R\$ 18.736.

(iii) Durante o exercício de 2019, a Companhia realizou a baixa de créditos tributários no montante de R\$ 13.616. A baixa foi realizada em função da impossibilidade de recuperação desses créditos perante os fiscos estaduais e federais, uma vez que houve a prescrição do direito de se creditar e também devido a incorreções na escrituração. Do montante baixado, R\$ 11.951 refere-se a créditos de ICMS de bens do imobilizados (CIAP) escriturados entre janeiro de 2014 e agosto de 2019 e R\$ 1.665 a tributos federais.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**29. RESULTADO FINANCEIRO**

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros sobre Disponibilidades – Aplicações Financeiras (i)	11.504	2.207
Juros sobre Aplicações Financeiras - Garantias	3.512	2.760
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.323	2.512
Juros/Variação Monetária sobre Tributos	1.863	4.186
Juros sobre Contas a Receber	452	402
Outras Receitas Financeiras	20	-
Juros sobre Capital Próprio	6	103
Descontos Financeiros sobre Passivos	-	23
Tributos sobre Receitas Financeiras	(776)	(578)
<b>Subtotal</b>	<b>18.904</b>	<b>11.615</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (ii)	(111.131)	(52.965)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(20.871)	(16.124)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos (iii)	(8.402)	(3.840)
Juros sobre Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.015)	(4.534)
V. M. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.076)	(1.390)
Juros sobre Tributos	(1.052)	(835)
Juros sobre Arrendamento Mercantil Financeiro IFRS 16	(822)	-
Reversão de Encargos Financeiros - Processo de Cisão Sistema Telebras	-	32.733
Reversão de Encargos Financeiros - Dívida VTUM Produções e Empreendimentos Ltda.	13.847	(16)
Outras Despesas Operacionais	(11)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(133.533)</b>	<b>(46.971)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(114.629)</b>	<b>(35.356)</b>

(i) O aumento é explicado pelo maior volume de recursos financeiros disponíveis para aplicação em virtude dos aportes realizados pela União no exercício de 2019 no montante de R\$ 1.000.580 (R\$ 450.000 em 2018).

(ii) O crescimento é justificado pelo fato de que, a partir do mês de julho de 2018, os encargos financeiros de juros gerados pela aplicação da taxa SELIC sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizados pela União deixaram de ser capitalizados e passaram a impactar o resultado da Telebras. Essa mudança no tratamento dos encargos de AFAC ocorreu pela entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

(iii) O aumento é explicado pelo maior período de reconhecimento dos juros no resultado da Companhia, uma vez, que até junho de 2018, estes juros eram capitalizados e incorporados aos custos do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

**30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO****30.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)**

A Telebras e outras empresas do antigo Sistema Telebras patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema Telebras.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “Plano PBS-A” e “Planos de Patrocinadoras”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro de 2000.

### 30.2. Premissas, hipóteses atuariais e financeiras

O método atuarial, premissas, hipóteses financeiras e atuariais utilizadas na presente avaliação são apropriadas e adequadas aos planos de benefícios oferecidos aos empregados da Telebras, sendo as seguintes:

#### 30.2.1 Hipóteses gerais

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do Plano de Saúde é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - Projected Benefit Obligation), de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento CPC nº 33 do IBRACON Instituto Brasileiro de Contadores e normatizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A partir de 2013, segundo a Deliberação CVM 695/2012 não é mais permitido que os ganhos e perdas atuariais sejam diferidos e, portanto, devem ser reconhecidos imediatamente em ORA – Outros Resultados Abrangentes, observadas as limitações quando se tratar de ganhos atuariais.

#### 30.2.2 Hipóteses atuariais e financeiras

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses adotadas na avaliação foram as mesmas adotadas em 2018, adequadas ao plano de previdência da Telebras, sendo estas:

##### 30.2.2.1 Premissas biométricas

Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M desagravada em 10%;

Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável;

Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina; e

Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 30.2.2.2 Taxa de desconto

Para a definição da hipótese da taxa de juros, foi assumido como base a taxa de juros de longo prazo. A taxa para o plano PAMA foi de 13,3% correspondente as taxas de juros, inflação de longo prazo e médica. Para os demais planos foi utilizada a taxa de 7,25% referente a combinação das taxas de juros e inflação de longo prazo.

### 30.2.2.3 Taxa inflação médica

Para hipótese da taxa de inflação médica, a base foi a taxa de longo prazo, de 5,71%, correspondente ao arquivo FIPE Saúde.

### 30.2.2.4 Taxa de juros

A hipótese utilizada para a taxa de juros teve como base a taxa de juros de longo prazo, de 3,54%, correspondente a Tesouro IPCA+ com juros semestrais e vencimento em 15 de agosto de 2050. (AMBIMA NTNB-2050).

### 30.2.2.5 Taxa de inflação de longo prazo

A taxa de inflação de longo prazo utilizada está de acordo com a taxa usada pelas empresas que realizam trabalhos de avaliação para atendimento à Deliberação CVM 695/12 e as projeções de inflação de longo prazo como sendo 3,58%, cuja fonte foi a pesquisa semanal do boletim Focus do Banco Central e esta é adequada para o prazo projetado no estudo em questão.

## 30.3. Planos patrocinados pela Telebras

### 30.3.1 Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema Telebras, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superavit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição, que estão sendo negociadas entre as partes interessadas. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da Telebras com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento (Regulamento do PBS-A), estando vigente desde 2009, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 3.188, de 23 de novembro de 2009.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- (i) Contribuição mensal de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- (ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com 10% sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- (iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- (iv) Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- (v) Dotações das patrocinadoras; e
- (vi) Receitas de aplicação do patrimônio.

Em 31 de dezembro de 2019, o plano contava com 449 assistidos, conforme apresentado abaixo:

Dados:	Assistidos			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Aposentados	Pensionistas	Aposentados	Pensionistas
Quantidade	331	118	341	112
Idade média (anos)	76,0	73,9	75,1	73,9
Benefício médio (R\$)	8.782,76	6.134,73	8.480,59	5.896,39

**30.3.1.1 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial**

Valor justo dos ativos do plano – Valor global:

Valor Justo dos Ativos	31/12/2019	31/12/2018
Valor dos Ativos a Mercado (i)	15.517.349	12.654.633
Exigível Operacional(ii)	(24.409)	(29.882)
Exigível Contingencial (ii)	(753.747)	(702.685)
Fundos (ii)	(2.947.477)	(2.750.576)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>11.791.716</b>	<b>9.171.490</b>

(i) Valor informado pela Sistel

(ii) Valores extraídos dos balancetes da Sistel

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2019	31/12/2018
Renda Fixa	96,20%	94,24%
Investimentos em Imóveis	3,19%	4,26%
Empréstimos a Participantes	0,59%	0,75%
Renda Variável	0,02%	0,72%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,03%



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano vinculados à Telebras é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício</b>	<b>789.954</b>	<b>749.444</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	69.888	70.363
Benefícios Pagos pelo Fundo	(57.804)	(51.944)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	8.053	22.091
<b>Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício</b>	<b>810.091</b>	<b>789.954</b>

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

<b>Investimentos</b>	31/12/2019	31/12/2018
Renda Fixa	96,20%	94,24%
Renda Variável	0,02%	0,72%
Investimentos em Imóveis	3,19%	4,26%
Empréstimos a Participantes	0,59%	0,75%

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício</b>	<b>696.736</b>	<b>602.773</b>
Custo dos Juros	61.640	56.593
Benefícios Pagos pelo Fundo	(57.804)	(51.944)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre Obrigação Atuarial	74.763	89.314
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício</b>	<b>775.335</b>	<b>696.736</b>

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

<b>Origem:</b>	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre a Obrigação	(74.763)	(89.314)
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	8.053	22.091
<b>Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício</b>	<b>(66.710)</b>	<b>(67.223)</b>

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

<b>Receitas/Despesas</b>	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos Juros	(61.640)	(56.593)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	69.888	70.363
<b>Resultado</b>	<b>8.248</b>	<b>13.770</b>

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

<b>Resultado do Plano</b>	31/12/2019	31/12/2018
Valor Justo dos Ativos do Plano	810.091	789.954
Valor Presente da Obrigação	(775.335)	(699.736)
<b>Superavit</b>	<b>34.756</b>	<b>90.218</b>

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

<b>Movimentação:</b>	31/12/2019	31/12/2018
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	<b>93.218</b>	<b>146.671</b>
Despesas do ano	131.528	13.770
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	(66.710)	(67.223)
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício</b>	<b>158.036</b>	<b>93.218</b>





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2020 é a seguinte:

Receita/Despesas Estimadas	31/12/2019
Juros sobre Obrigações Atuariais	(56.186)
Rendimento esperado dos Ativos	58.705
<b>Resultado</b>	<b>2.519</b>

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$775.335 e ativo líquido de R\$ 810.091, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 34.756, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de plano de benefícios patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebras e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superavit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

### 30.3.2 Plano PBS - Telebras

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da Telebras e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da Telebras.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-Telebras, contemplando a distribuição do superavit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-Telebras passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superavit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da Telebras, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, é realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-TELEBRAS oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria de idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- (i) Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- (ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- (iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- (iv) Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de deficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- (v) Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- (vi) Dotação da patrocinadora; e
- (vii) Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebrás contava, em 31 de dezembro de 2019 com 13 participantes ativos e 92 assistidos, conforme apresentado abaixo.

Dados:	Participantes			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	13	92	16	100
Idade média (anos)	63,20	69,70	61,44	68,40
Tempo de serviço médio (anos)	25,10	-	38,25	-
Salário médio (R\$)	9.524,39	-	10.488,78	-
Benefício médio (R\$)	-	9.502,62	-	14.098,27

**30.3.2.1 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial**

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo dos Ativos	31/12/2019	31/12/2018
Valor dos Ativos a Mercado	542.034	451.054
Exigível Operacional(i)	(170)	(265)
Exigível Contingencial (i)	(12.034)	(11.530)
Fundos (i)	(238.359)	(214.021)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>291.471</b>	<b>225.238</b>

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Investimentos</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Renda Fixa	98,40%	98,10%
Investimentos Estruturados	1,43%	1,73%
Empréstimos a Participantes	0,17%	0,17%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

<b>Movimentação:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício</b>	<b>225.238</b>	<b>202.079</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.748	19.814
Benefícios Pagos pelo Fundo	(15.445)	(13.161)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	60.930	16.506
<b>Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício</b>	<b>291.471</b>	<b>225.238</b>

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

<b>Movimentação:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício</b>	<b>198.614</b>	<b>169.905</b>
Custo dos Juros	16.659	16.659
Custo dos Serviços	3	3
Benefícios Pagos pelo Fundo	(15.445)	(13.161)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	33.261	25.208
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício</b>	<b>233.092</b>	<b>198.614</b>

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

<b>Receitas/Despesas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Custo do Serviço Corrente	(3)	(3)
Custo dos Juros	(16.659)	(16.659)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.747	19.814
<b>Resultado</b>	<b>4.085</b>	<b>3.152</b>

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

<b>Origem:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ganhos/(Perdas) Atuariais para ano sobre a Obrigação	(33.261)	(25.208)
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	60.930	16.506
<b>Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício</b>	<b>27.669</b>	<b>(8.702)</b>

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

<b>Resultado do Plano</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Valor Presente da Obrigação	(233.092)	(198.614)
Valor Justo dos Ativos do Plano	291.471	225.238
<b>Superavit</b>	<b>58.379</b>	<b>26.624</b>

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício</b>	<b>26.625</b>	<b>(32.175)</b>
Despesas do ano	(37.407)	(3.152)
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	27.669	8.702
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício</b>	<b>16.887</b>	<b>(26.625)</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2020 é a seguinte:

Receitas/Despesas Estimadas	31/12/2019
Juros sobre Obrigações Atuariais	(16.892)
Custo do Serviço Corrente	(3)
Rendimento esperado dos Ativos	21.122
<b>Resultado</b>	<b>4.227</b>

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 233.092 e ativo líquido de R\$ 291.471, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 58.379, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superavit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

### 30.3.3 Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

O plano tem caráter apenas financeiro, posto que ficam limitadas às contribuições vertidas, desvinculadas em relação aos benefícios descritos e, neste sentido, não seria objeto de avaliação atuarial nos moldes da Deliberação CVM 695/2012.

As taxas utilizadas como premissas na avaliação do plano foram as seguintes: i) a taxa de desconto utilizada de 13,3%, que correspondente a taxa de juros, inflação de longo prazo e médica; e ii) a taxa de inflação médica tomou-se como base a taxa de longo prazo de 5,71%, que corresponde ao arquivo FIPE Saúde.

Composição:	31/12/2019	Projeção 2020
Valor das Obrigações no Início do Exercício	-	(4.895.798)
Custo do Serviço Corrente Bruto	-	(171.730)
Juros sobre a Obrigação Atuarial	-	(171.353)
<b>(Perda)/Ganho Atuarial</b>	<b>(4.895.798)</b>	<b>63.532</b>
(Perda)/Ganho Atuarial Devido a Fatores Financeiros	(4.895.798)	63.532
<b>Valor das Obrigações no Final do Exercício</b>	<b>(4.895.798)</b>	<b>(5.175.349)</b>
<b>Valor Justo dos Ativos no Final do Exercício</b>	<b>5.948.099</b>	<b>6.156.282</b>
<b>Superavit Apurado</b>	<b>1.052.301</b>	<b>980.933</b>

Reo 1-02/20 OS N: 4837

87



Assinado digitalmente por HELDER ALEXANDRE DE AVILA FARIAS, EMILIO CARLOS ACOCELLA, ANDRE LUIS GOMES MONTEIRO, RODRIGO MARTINS PRATES, BRAULIO DE PAULA MACHADO e WALDEMAR GONCALVES ORTUNHO JUNIOR.  
Documento Nº: 28247-7568 - consulta à autenticidade em <http://extranet.telebras.com.br/sigaex/autenticar.action>



TLBASS202004225



## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2020 é a seguinte:

<b>Composição:</b>	<b>31/12/2019</b>
Custo do Serviço Corrente	(171.730)
Custo Líquido de Juros sobre as Obrigações Atuariais	(171.353)
Rentabilidade Líquida sobre os Ativos Financeiros	217.932
<b>Total da (Despesa)/Receita a ser Reconhecida no Próximo Exercício</b>	<b>(125.151)</b>

O plano PAMA contava, em 31 de dezembro de 2019, com aproximadamente 28.700 beneficiários, sendo que apenas 11 (0,04%) destes ainda detinham vínculo com a Telebras. Desse modo, para o exercício de 2020, a estimativa de gasto da Telebras com esse plano é de R\$17 (dezesete mil reais).

### 30.3.4 Plano Telebras PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a: (i) Auxílio-doença; (ii) Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão; e (iii) Pensão por morte de participante.

Os benefícios programados se referem a: (i) Aposentadoria ordinária, reversível em pensão; e (ii) Aposentadoria antecipada, reversível em pensão.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuições de Participante;

- Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).
- Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
- Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
- Contribuições para os benefícios de risco.

(ii) Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzidos destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2019, com 317 participantes ativos e 217 assistidos.

Indicadores:	Participantes			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	317	217	330	223
Idade média (anos)	47,5	66,8	47,33	65,7
Tempo de serviço médio (anos)	17,6	-	19,52	-
Salário médio (R\$)	9.996,62	-	8.853,07	-
Benefício médio (R\$)	-	5.901,80	-	5.801,20

**30.3.4.1 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial**

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo do Plano	31/12/2019	31/12/2018
Valor dos Ativos a Mercado	1.112.041	915.611
Exigível Operacional(i)	(271)	(489)
Exigível contingencial (i)	(30.585)	(27.803)
Fundos (i)	(404.716)	(375.017)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>676.469</b>	<b>512.302</b>

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2019	31/12/2018
Renda Fixa	98,45%	98,11%
Investimentos Estruturados	1,22%	1,50%
Empréstimos a Participantes	0,33%	0,39%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

Movimentação	31/12/2019	31/12/2018
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício</b>	<b>512.302</b>	<b>420.062</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	47.191	42.676
Contribuições Recebidas pelo Fundo	7.145	4.437
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.643)	(16.643)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	126.474	61.770
<b>Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício</b>	<b>676.469</b>	<b>512.302</b>

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

Movimentação	31/12/2019	31/12/2018
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício</b>	<b>432.845</b>	<b>366.805</b>
Custo dos Juros	37.265	37.265
Custo dos Serviços	109	109
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.643)	(16.643)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	15.794	45.309
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício</b>	<b>469.370</b>	<b>432.845</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

<b>Origem:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre a Obrigação	(15.794)	(45.309)
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos do Plano	126.475	61.776
<b>Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício</b>	<b>110.681</b>	<b>16.461</b>

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

<b>Receitas/Despesas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Custo do Serviço Corrente	(109)	(109)
Custo dos Juros	(37.265)	(37.265)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	47.191	42.676
<b>Resultado</b>	<b>9.817</b>	<b>5.302</b>

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

<b>Resultado do Plano</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Valor Presente da Obrigação	(469.370)	(432.845)
Valor Justo dos Ativos do Plano	676.470	512.302
<b>Superavit</b>	<b>207.100</b>	<b>79.457</b>

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício</b>	<b>79.457</b>	<b>53.257</b>
Despesas do ano	84.455	5.302
Pagamento de Contribuições	4.437	4.437
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	110.681	16.461
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício</b>	<b>279.030</b>	<b>79.457</b>

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2020 é a seguinte:

<b>Receitas/Despesas Estimadas</b>	<b>31/12/2019</b>
Juros sobre Obrigações Atuariais	(34.014)
Custo do Serviço Corrente	(118)
Rendimento esperado dos Ativos	49.022
<b>Resultado</b>	<b>14.890</b>

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 469.370 e ativo líquido de R\$ 676.470, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 207.100, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superavit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

### 30.4. Taxas de descontos e rendimentos esperados

A taxa de desconto para os planos no início do exercício (custo dos juros) utilizada foi de 7,25% e a taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos foi de 3,54%.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 31. PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União, que detém 89,42% das ações ordinárias da Companhia (Nota Explicativa 25).

As transações da Companhia com sua controladora e suas coligadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades também são apresentadas.

#### 31.1. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Remunerações/Benefícios	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações	3.231	2.877
Benefícios de Curto Prazo	917	852
<b>Total</b>	<b>4.148</b>	<b>3.729</b>

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**31.2. Transações com partes relacionadas**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Ativo</b>	<b>115.304</b>	<b>108.272</b>
<b>a) Contas a Receber de Serviços</b>	<b>113.864</b>	<b>63.910</b>
Entidades Governamentais:	68.901	45.890
Ministérios	65.739	34.804
Demais Entidades (i)	3.162	11.086
Petróleo Brasileiro S.A	33	188
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	3	3
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	243	93
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.702	2.709
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	41.753	15.027
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	229	-
<b>b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(22.438)</b>	<b>(22.468)</b>
Ministérios e Demais Entidades (i)	(22.438)	(22.453)
Petróleo Brasileiro S.A	-	(15)
<b>c) Cauções</b>	<b>3.152</b>	<b>9.853</b>
Ministérios e Demais Entidades (i)	3.152	9.853
<b>d) Dividendos a Receber</b>	<b>5.456</b>	<b>11.547</b>
Visiona Tecnologia Espacial S.A	5.456	11.547
<b>e) Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>15.270</b>	<b>-</b>
Visiona Internacional BV	15.270	-
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>45.430</b>
<b>f) Capitalização Encargos de AFAC</b>	<b>-</b>	<b>41.886</b>
União Federal	-	41.886
<b>g) Capitalização Encargos de Empréstimos</b>	<b>-</b>	<b>3.544</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	-	3.544
<b>Passivo</b>	<b>1.737.220</b>	<b>2.135.172</b>
<b>h) Fornecedores</b>	<b>672</b>	<b>4.784</b>
Entidades Governamentais:	5	6
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	-	478
Fundação Sistel de Seguridade Social	-	811
Petróleo Brasileiro S.A	-	3.152
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	667	337
<b>i) Empréstimos</b>	<b>263.692</b>	<b>255.937</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	263.692	255.937
<b>j) Recursos Capitalizáveis - AFAC</b>	<b>1.472.856</b>	<b>1.874.451</b>
União Federal	1.472.856	1.874.451



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas</b>	<b>(159.252)</b>	<b>(102.194)</b>
<b>k) Compartilhamento de Instalações</b>	<b>(28.712)</b>	<b>(30.938)</b>
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(7.392)	(6.345)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(6.060)	(5.741)
Eletrobras Furnas	(8.804)	(7.686)
Petróleo Brasileiro S. A	(6.456)	(11.166)
<b>l) Meios de conexão e Transmissão</b>	<b>(10.814)</b>	<b>(14.433)</b>
Amazonas Distribuidora de Energia S. A	-	(27)
Centrais Elétrica de Rondônia S. A	-	(63)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(6.207)	(8.577)
Eletrosul Centrais Elétricas S. A	(4.607)	(5.766)
<b>m) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(113)</b>	<b>(18)</b>
Ministérios	(107)	(10)
Entidade Governamentais	-	(8)
Petróleo Brasileiro S. A	(6)	-
<b>n) Garantia Estendida</b>	<b>(664)</b>	-
Visiona Internacional BV	(664)	-
<b>o) Despesas financeiras - AFAC</b>	<b>(118.949)</b>	<b>(56.805)</b>
União Federal	(110.547)	(52.965)
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	(8.402)	(3.840)
<b>Receitas</b>	<b>107.992</b>	<b>197.024</b>
<b>p) Receitas de Serviços - SCM</b>	<b>68.241</b>	<b>113.619</b>
Entidades Governamentais:	43.712	83.595
Ministérios	21.824	32.812
Demais Entidades (i)	21.888	50.783
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	19.205	18.536
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	3.962	8.708
Petróleo Brasileiro S. A	96	283
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	788	1.477
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	13	29
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	465	991
<b>q) Aluguéis e Locações</b>	<b>39.751</b>	<b>83.405</b>
Entidades Governamentais:	36.549	78.297
Ministérios	36.517	78.274
Demais Entidades (i)	32	23
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	3.199	5.105
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás	3	3

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, Secretarias vinculadas à União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) e pelos Aluguéis e Locações de equipamentos a ministérios, entidades governamentais e empresas das quais a União seja o controlador. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado;

b) Trata-se de estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa sobre o contas a receber pelo fornecimento de Serviços de Comunicações e Multimídia (SCM) e Aluguéis e Locações de Equipamentos. Do montante estimado, R\$ 22.437 refere-se ao contrato nº 10/2013-MC, celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontram pendente de recebimento e passaram a integrar o patrimônio da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa;





**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Trata-se de cauções realizadas junto a órgãos públicos para prestação de serviços conforme contratos firmados;

d) Trata-se de dividendos a receber referente à participação societária na coligada VISIONA;

e) Refere-se a contratação de garantia estendida dos equipamentos vinculados o projeto SGDC. O prazo contratual é de dois anos com vigência de 23 de janeiro de 2020 a 22 de janeiro de 2022. O valor pago pelo serviço foi de R\$ 15.270.

f) Representa encargos financeiros capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados à construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), na expansão e melhorias da Rede Terrestre e no projeto de Cabos Submarinos. Estes encargos têm como indexador a SELIC e são apresentados pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados. O valor corresponde apenas à capitalização do exercício em curso.

g) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), conforme item “j” apresentado abaixo. O valor dos encargos está apresentado pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados.

h) Representa valores a pagar a fornecedores de bens e serviços e entidade de previdência privada;

i) Refere-se à captação de financiamento realizado junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no valor original de R\$ 240.380 (R\$ 263.692 em 31 de dezembro de 2019, devido a aditivos acordados entre as partes), cujo objetivo foi de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); (Nota Explicativa 22.1)

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano;

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano;

O financiamento possui três aditivos, cujo teor se refere a alongamento do prazo para início da amortização do principal e suspensão do pagamento de juros, alteração do vencimento do contrato e estabelecimento de compensação financeira em função da prorrogação; (Nota Explicativa 22)

j) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias da Rede Terrestre, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e Projeto de Cabos Submarino;





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- k) Representa os custos com compartilhamento de instalações. Estes custos incluem: Cessão de Fibras, Postes e Espaços Físicos e estão vinculados a prestações dos serviços;
- l) Trata-se de custos com Meios de Conexão e Transmissão necessários à prestação dos serviços. Estes custos incluem: Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), Locação de Postes, Locação de Dutos e Conduitos e Backbone;
- m) Refere-se à constituição de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa referente ao Contas a Receber pela prestação de serviços e alugueis e locações de equipamento que não foram pagos e atendem aos critérios estabelecidos para constituição de perdas;
- n) Representa a apropriação mensal dos custos incorridos com a contratação da garantia estendida para cobertura dos equipamentos do projeto SGDC, conforme item “e”;
- o) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) da Companhia e sobre os empréstimos e financiamentos captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para aplicação no projeto SGDC. Sobre o financiamento FINEP incidem encargos financeiros com base na Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano e com possibilidade de redução em 2% (dois por cento) ao ano, em caso de não haver inadimplência. Os recursos de AFAC têm como indexador a SELIC;
- p) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet). Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e
- q) Refere-se à receita obtida com a prestação dos Serviços de Alugueis e Locações de Equipamento e Capacidade Satelital. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

### 31.3. Compartilhamento de espaço físico

A Telebras e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP firmaram acordo de compartilhamento de espaço físico nos imóveis localizados nas cidades de Fortaleza (locado em nome da Telebras) e Rio de Janeiro (locado em nome da FINEP). O acordo foi assinado em 25 de agosto de 2018 e prevê a cessão de espaço físico para acomodação de seus escritórios regionais, que considera a equivalência de espaços, serviços e toda a infraestrutura disponibilizada por uma parte à outra, sem contrapartidas adicionais. O acordo teve a anuência dos respectivos proprietários dos imóveis, que não se opuseram e não fizeram restrições quando da cessão. O acordo não prevê remuneração entre as partes pelos espaços cedidos.

### 32. Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa observância ao que determina a Resolução nº 3 de 31 de dezembro de 2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2019, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês, foram de R\$ 25.495,85 e R\$ 2.434,99 reais, respectivamente (R\$ 27.547,42 e R\$ 2.391,46 reais em dezembro de 2018, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 10.962,18 reais (R\$ 10.923,89 reais em dezembro de 2018).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2019, foi de R\$ 38.748,78 reais (R\$ 38.748,78 reais em dezembro de 2018).

**33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

<b>Transações:</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Pagamento de Tributos Federais/Estaduais através de Compensação de Créditos	66.593	48.172
Permutas não monetárias entre a Telebras e Outras Empresas	21.379	20.436
Encargos Financeiros Capitalizados (i)	-	45.619
Rendimentos Financeiros Capitalizados (i)	-	(4.606)
Incorporação Acervo Líquido – Telebras Copa S.A	-	28.769

i) A capitalização dos encargos financeiros, líquidos dos rendimentos vinculados aos recursos que financiaram o projeto SGDC, cessaram em junho de 2018, quando a Administração entendeu que o satélite já se encontrava em condições de operação.

**Brasília DF, 04 de março de 2020**

**WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR**  
Presidente

**EMILIO CARLOS ACOCELLA**  
Diretoria Técnico-Operacional

**ANDRE LUIS GOMES MONTEIRO**  
Diretoria Administrativo-Financeira

**BRAULIO DE PAULA MACHADO**  
Diretoria Comercial

**RODRIGO MARTINS PRATES**  
Diretoria de Governança e de Relações com Investidores

**HELDER ALEXANDRE DE AVILA FARIAS**  
Contador CRC/DF 028186/O





# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

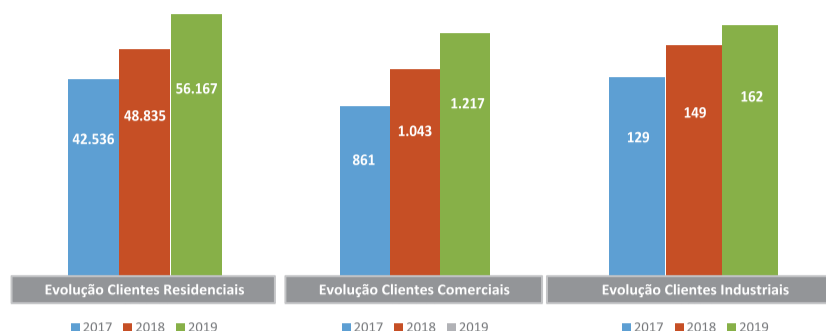
AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

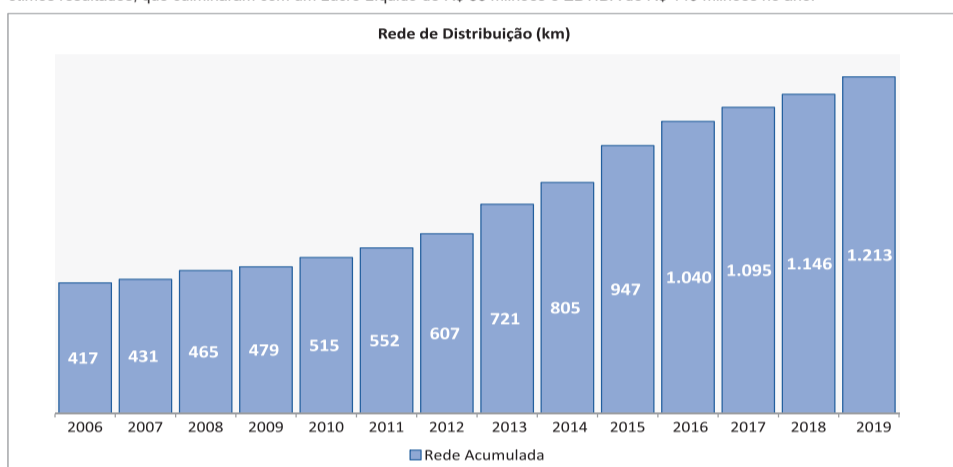
A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2019, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos de 2019. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. A Sulgás é uma sociedade de economia mista, criada em 1993, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Estado pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A - Gaspetro, sendo a composição acionária de 51% Estado e 49% Gaspetro. Tem por objetivo execução de serviços relativos à distribuição, comercialização de gás e/ou subprodutos e derivados e o desenvolvimento de atividades correlatas. Sua carteira de clientes é formada pelos segmentos industrial, cogeração, veicular, comercial, geração de ponta / cogeração / climatização, residencial e termoeletrico. A carteira de clientes da Sulgás cresceu 15% em 2019 com a entrada em operação de 7.527 novos clientes, finalizando o ano em 57.665 clientes ligados a rede de distribuição de gás. Destaque para os segmentos residencial e comercial, os quais registraram, respectivamente, incremento de 7.332 e 174 unidades. Neste ano, o aumento do volume de gás distribuído foi da ordem de 5,0%, se elevando de 2,10 milhões m³/dia para 2,21 milhões m³/dia, refletindo o aumento de consumo em todos os segmentos, em especial nos segmentos veicular, industrial e cogeração. Dentre os fatores para o crescimento do consumo no segmento veicular, destaca-se o crescimento da frota de carros movidos a gás natural no Estado, chegando a 82 mil unidades ao final de 2019. No segmento industrial, concorreram para o crescimento da demanda o aumento de consumo nos atuais clientes, assim como ingresso de novos clientes no segmento. A performance positiva registra-se também nos demais segmentos, Cogeração/Climatização/Geração (+ 121%), Residencial (+ 12%) e Comercial (+ 9,5%). Tal movimento se alinha à estratégia da empresa de ampliação do atendimento ao mercado de varejo, bem como o desenvolvimento de novas aplicações como a utilização do gás natural para climatização de ambientes, geração de energia elétrica em horário de ponta ou mesmo a cogeração.



A conjugação dos esforços e dedicação das equipes caminharam na direção da excelência, permitindo que a Companhia atingisse ótimos resultados, que culminaram com um Lucro Líquido de R\$ 83 milhões e EBTIDA de R\$ 149 milhões no ano.

CARTEIRA DE CLIENTES	2017	2018	2019
Industrial	129	149	162
Comercial	861	1.043	1.217
Veicular	84	85	89
Residencial	42.536	48.835	56.167
Cogeração PPT	2	2	2
Geração Ponta / Cogeração / Climatização	18	23	27
Geração Elétrica	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>43.631</b>	<b>50.138</b>	<b>57.665</b>

Reforçando a importância da companhia como provedora de infraestrutura para o Estado, foram investidos em 2019 R\$ 35 milhões, indicando aumento de 57% em relação ao ano anterior e implantados de 67 km de rede de distribuição, totalizando 1.213 km.



## BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018		NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>150.416.511,00</b>	<b>159.101.588,50</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>175.970.641,78</b>	<b>156.849.485,56</b>
Disponível		74.574.882,22	75.162.188,05	Fornecedores	NOTA 11	108.831.897,47	103.541.822,67
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 04	74.574.882,22	75.162.188,05	Empréstimos e financiamentos	NOTA 13	22.969.691,23	16.559.739,81
<b>Direitos realizáveis até o exercício seguinte</b>		<b>75.841.628,78</b>	<b>83.939.400,45</b>	Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		3.838.715,03	4.080.062,95
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	65.325.444,00	71.725.153,26	Impostos a pagar	NOTA 19c	4.307.107,46	3.618.813,54
Estoques	NOTA 06	6.318.590,09	5.661.717,64	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	NOTA 16	19.170.387,77	16.726.506,66
Impostos a recuperar	NOTA 19	2.751.580,79	3.067.018,88	Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 25	11.320.438,19	9.154.930,02
Despesas antecipadas	NOTA 07	435.195,95	305.761,77	Direito de uso de arrendamentos - CPC 06	NOTA 28	2.225.544,50	-
Outros ativos	NOTA 08	1.010.817,95	3.179.748,90	Outros passivos	NOTA 12	3.306.860,13	3.167.609,91
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>255.200.882,37</b>	<b>217.147.875,01</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>37.917.106,57</b>	<b>41.934.885,13</b>
Realizável a longo prazo		83.980.277,23	62.066.347,77	Empréstimos e financiamentos	NOTA 13	22.969.691,19	33.119.479,71
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	728.073,60	-	Provisão para contingências	NOTA 20	777.712,39	377.859,54
Impostos diferidos ativos	NOTA 19a	1.647.654,14	2.648.283,49	Direito de uso de arrendamentos - CPC 06	NOTA 28	6.065.218,85	-
Impostos a recuperar	NOTA 19b	9.988.265,60	7.951.337,80	Tributos e contribuições diferidos	NOTA 19c	8.104.484,14	8.437.545,88
Depósitos judiciais		1.091.735,11	1.447.859,27	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>191.729.645,02</b>	<b>177.465.092,82</b>
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 25	42.627.255,62	44.529.297,31	<b>Capital Social</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>81.186.711,84</b>
Garantia BNDES	NOTA 09	27.843.513,61	5.435.790,35	Capital subscrito e integralizado	NOTA 15	81.186.711,84	81.186.711,84
Outros ativos		53.779,55	53.779,55	<b>Reserva de Lucros</b>		<b>53.031.769,88</b>	<b>46.098.860,99</b>
<b>Investimentos</b>		<b>13.772,40</b>	<b>13.772,40</b>	Reserva legal	NOTA 15	16.237.342,37	16.237.342,37
Investimentos		13.772,40	13.772,40	Reserva estatutária	NOTA 15	29.861.518,62	29.861.518,62
<b>Intangível</b>	NOTA 10	<b>171.206.832,74</b>	<b>155.067.754,84</b>	Reserva de lucros a realizar	NOTA 15	6.932.908,89	-
Imobilizado da concessão - direito de uso - CPC 06		9.819.638,51	-	<b>Dividendos à disposição da assembleia</b>		<b>57.511.163,30</b>	<b>50.179.519,99</b>
Imobilizado da concessão - terrenos		-	147.400,00	Dividendos adicionais propostos	NOTA 16	57.511.163,30	50.179.519,99
Imobilizado da concessão - equipamentos e instalações operacionais		397.955.252,15	368.468.587,01	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>405.617.393,37</b>	<b>376.249.463,51</b>
Imobilizado da concessão - equipamentos e instalações de escritório		4.395.677,21	3.961.825,15	AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Imobilizado da concessão - equipamentos para processamento de dados		13.142.397,31	10.178.887,07				
Imobilizado da concessão - pesquisa e desenvolvimento		221.720,61	221.720,61				
Imobilizado da concessão em andamento		11.954.386,85	10.416.076,28				
(-) Amortização acumulada		(266.282.239,90)	(238.326.741,28)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>405.617.393,37</b>	<b>376.249.463,51</b>				
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS							

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita líquida - venda de gás e serviços</b>	NOTA 17	<b>898.710.338,54</b>	<b>745.504.657,81</b>
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	NOTA 22	<b>(714.456.178,13)</b>	<b>(613.821.678,72)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>184.254.160,41</b>	<b>131.682.979,09</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>		<b>(65.237.596,42)</b>	<b>(53.144.931,86)</b>
Despesas comerciais	NOTA 22	(19.685.456,00)	(11.051.514,11)
Despesas gerais administrativas	NOTA 22	(55.003.313,21)	(56.367.840,73)
Outras despesas e receitas operacionais		9.451.172,79	14.274.422,98
Receita de construção - CPC 17	NOTA 27	34.852.107,69	22.060.529,51
Custos de construção - CPC 17	NOTA 27	(34.852.107,69)	(22.060.529,51)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>119.016.563,99</b>	<b>78.538.047,23</b>
Receitas financeiras	NOTA 23	7.249.901,00	27.896.129,86
Despesas financeiras	NOTA 23	(4.299.935,63)	(6.953.831,60)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>121.966.529,36</b>	<b>99.480.345,49</b>
IRPJ/CSLL	NOTA 19d	(38.580.566,88)	(17.603.936,08)
IRPJ/CSLL diferidos	NOTA 19d	(667.567,61)	(8.523.345,98)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>82.718.394,87</b>	<b>73.353.063,43</b>
Lucro por ação de capital social		3,84	3,40
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício		82.718.394,87	73.353.063,43
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	NOTA 2C	<b>82.718.394,87</b>	<b>73.353.063,43</b>
Atribuível ao sócio Estado do Rio Grande do Sul - 51%		42.186.381,38	37.410.062,35
Atribuível ao sócio Petrobrás - 49%		40.532.013,49	35.943.001,08
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018 Em Reais

	31/12/2019	31/12/2018
<b>1 - Receitas</b>		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.155.233.421,39	957.494.359,59
1.2. Devoluções e descontos de venda	(12.477.692,22)	(10.110.959,89)
1.3. Outras receitas operacionais	4.717.695,87	13.286.399,07
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.342.880,33	(163.114,36)
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	863.669.115,56	737.919.857,48
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	37.850.222,37	34.084.446,84
<b>3 - Retenções</b>		
3.1. Amortizações	28.372.922,44	25.437.264,08
<b>4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>220.924.045,00</b>	<b>163.065.116,01</b>
<b>5 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		
5.1. Receitas financeiras	7.249.901,00	27.896.129,86
<b>6 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>228.173.946,00</b>	<b>190.961.245,87</b>
<b>7 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>228.173.946,00</b>	<b>190.961.245,87</b>
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	24.370.584,16	24.378.078,08
Benefícios	8.167.900,15	7.708.219,40
FGTS	1.529.767,25	1.499.917,78
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	69.012.624,91	51.894.011,84
Estaduais	36.096.742,72	25.179.421,49
Municipais	65.420,37	64.020,60
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.968.983,42	5.004.134,62
Aluguéis	2.243.528,15	1.880.378,63
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	6.036.843,80	6.447.036,78
Dividendos mínimo obrigatório	19.170.387,77	16.726.506,66
Dividendos adicionais propostos	57.511.163,30	50.179.519,99
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018 Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	RESERVA LUCROS A REALIZAR	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	-	48.532.776,40	-	175.818.349,23
Dividendos adicionais aprovados						(48.532.776,40)		(48.532.776,40)
Lucro líquido do exercício							73.353.063,43	73.353.063,43
<b>Destinações do lucro líquido do exercício:</b>								
Dividendos obrigatórios							(16.726.506,66)	(16.726.506,66)
Dividendo adicional sujeito a aprovação						50.179.519,99	(50.179.519,99)	-
Juros sobre o capital próprio							(6.447.036,78)	(6.447.036,78)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	-	50.179.519,99	-	177.465.092,82
Dividendos adicionais aprovados						(43.246.611,10)		(43.246.611,10)
Lucro líquido do exercício							82.718.394,87	82.718.394,87
<b>Destinações do lucro líquido do exercício:</b>								
Reserva de lucros a realizar	Nota 15				6.932.908,89	(6.932.908,89)	-	-
Dividendos obrigatórios	Nota 16						(19.170.387,77)	(19.170.387,77)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	Nota 16						(57.511.163,30)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 16						(6.036.843,80)	(6.036.843,80)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	6.932.908,89	57.511.163,30	-	191.729.645,02

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Em Reais

#### 1) Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

#### 2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

##### a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

##### b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 5 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

• Nota 10 - Intangíveis

• Nota 20 - Provisões para contingências

##### c. Demonstração do resultado abrangente

Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

#### 3) Resumo das principais políticas contábeis

##### a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

##### • Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

##### • Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Nesse sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho nas operações da Companhia.

##### b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

##### c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

##### d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

##### e. Redução ao valor recuperável (impairment)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

##### f. Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>82.718.394,87</b>	<b>73.353.063,43</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.342.880,33)	163.114,36
Provisões cíveis e trabalhistas	399.852,85	(415.467,59)
Amortização	28.372.922,44	25.437.264,08
<b>108.148.289,83</b>	<b>98.537.974,28</b>	
<b>Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento</b>		
Redução (aumento) de contas a receber de clientes e outras	8.614.663,14	(19.503.025,12)
(Aumento) de estoques	(656.872,45)	(225.219,06)
(Aumento) de outros ativos	(21.059.194,23)	(8.951.841,65)
Aumento de fornecedores	5.290.074,80	36.135.304,51
Aumento de outros passivos	46.056.193,46	34.795.670,17
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.268.714,54)	(28.380.466,05)
Juros pagos	(3.968.983,42)	(5.004.134,62)
Juros recebidos	699.398,07	1.111.602,65
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>103.854.854,66</b>	<b>108.515.865,11</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de intangível	(34.693.076,72)	(22.060.529,51)
Reversão de baixa de intangível	-	(14.102,55)
Baixa de intangível	714,89	3.869,74
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(34.692.361,83)</b>	<b>(22.070.762,32)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(59.973.117,76)	(64.710.368,54)
Juros sobre o capital próprio	(6.036.843,80)	(6.447.036,78)
Recebimento/amortizações de empréstimo	(3.739.837,10)	(16.358.998,94)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(69.749.798,66)</b>	<b>(87.516.404,26)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(587.305,83)</b>	<b>(1.071.301,47)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	75.162.188,05	76.233.489,52
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	74.574.882,22	75.162.188,05

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### Caixa e equivalentes de caixa

Abraçam os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

##### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

##### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

##### Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

##### g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2019 e 2018.

##### h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

##### i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A partir de 31/12/2017, a Companhia passou a registrar Estoque de Gás Natural, conforme nota 6.

##### j. Benefícios a empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 14.

##### l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisões para desvalorização, quando aplicável.

##### m. Imposto de renda e contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 19.

##### n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

#### o. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, sendo parte complementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos constantes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a amortização), e o valor adicionado de receitas financeiras e outras receitas. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4) Caixas e equivalentes de caixas

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	19.395,90	105.791,02
Banco conta movimento	1.865.028,67	1.508.955,82
Aplicações financeiras	72.690.457,65	73.547.441,21
<b>TOTAL</b>	<b>74.574.882,22</b>	<b>75.162.188,05</b>

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 5,96%.

#### 5) Contas a receber de clientes e PECLD

##### a) Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
BRASKEM S.A.	12.382.958,38	13.964.850,54
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	7.060.710,06	7.042.399,81
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.570.365,61	4.452.056,52
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	4.559.014,18	9.352.833,22
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	4.439.224,92	3.059.060,50
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	2.088.349,38	1.444.371,60
PETROBRAS Distribuidora S.A.	1.870.244,15	2.092.947,22
Hospital da ULBRA	1.825.093,19	0,00
OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.697.684,48	1.091.887,44
SAINT GOBAIN Vidros S.A.	1.688.877,57	1.148.769,87
Outros	27.211.251,30	32.786.914,59
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.068.329,22)	(4.710.938,05)
<b>TOTAL</b>	<b>65.325.444,00</b>	<b>71.725.153,26</b>

##### Parcelamento de clientes de longo prazo

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamentos de clientes	728.073,60	2.700.271,50
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(2.700.271,50)
<b>TOTAL</b>	<b>728.073,60</b>	<b>0,00</b>

##### TOTAL do contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
<b>TOTAL do contas a receber</b>	<b>66.053.517,60</b>	<b>71.725.153,26</b>

##### Detalhe - clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas até 30 dias	1.338.735,87	8.792.484,38
De 31 a 60 dias	779.479,47	137.758,14
De 61 a 90 dias	612.486,32	363.264,42
Mais de 90 dias	10.696.670,27	12.256.580,06
<b>Cientes vencidos</b>	<b>13.427.371,93</b>	<b>21.550.087,00</b>

##### A Vencer até 30 dias

	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer até 30 dias	52.267.683,25	52.979.935,22
De 31 a 60 dias	2.976.337,13	2.641.018,25
De 61 a 90 dias	65.418,57	60.622,30
Mais de 90 dias	1.385.035,94	1.904.700,04

##### Cientes a vencer

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Cientes a vencer</b>	<b>56.694.474,81</b>	<b>57.586.275,81</b>

##### Total de clientes vencidos e a vencer

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Total de clientes vencidos e a vencer</b>	<b>70.121.846,82</b>	<b>79.136.362,81</b>

##### b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosos – PECLD

	31/12/2019	31/12/2018
PDD em 31/12/2018	-	7.411.209,55
Reversão no ano	-	(3.342.880,33)
<b>PDD em 31/12/2019</b>	<b>4.068.329,22</b>	<b>4.068.329,22</b>

São computados na formação da PECLD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 4.068.329,22 é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos. Ainda, seguindo o IFRS 9 (CPC 48), não há indicativos de alterações decorrentes de futuras perdas esperadas. No mês de dezembro de 2019 foi baixado da PECLD o valor de R\$ 5.759 mil referente a títulos de 5 (cinco) clientes com falência decretada, relativos a consumos de gás natural dos anos de 2005 a 2012, considerados como créditos de remotas possibilidades de recebimento por parte da Companhia. Tais clientes são BellaGres, Três Portos, Porcelana Del Porto, Westfalen do Brasil e Cerâmica Decorite.

#### 6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoque de gás	550.943,01	471.506,24
Materiais de manutenção	3.867.374,53	3.477.396,92
Materias de conversão	1.824.006,32	1.642.387,57
Outros materiais	76.266,23	70.426,91
<b>Total dos estoques</b>	<b>6.318.590,09</b>	<b>5.661.717,64</b>

#### 7) Despesas antecipadas

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios de seguros a apropriar	31.758,06	31.743,95
Assinaturas e anuidades	98.593,32	52.986,12
Licenças de software a apropriar	199.012,37	179.883,84
IPTU a apropriar	65.735,31	32.808,77
Demais apropriações	40.096,89	8.339,09
<b>Total das despesas antecipadas</b>	<b>435.195,95</b>	<b>305.761,77</b>

#### 8) Outros ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de férias	158.298,06	158.281,94
Vales refeição e transporte a apropriar	279.354,49	298.962,60
Outros adiantamentos de pessoal	3.249,63	3.151,19
Devoluções simbólicas de compra	476.196,51	2.626.972,00
Demais ativos	93.719,26	92.381,17
<b>Total dos outros ativos</b>	<b>1.010.817,95</b>	<b>3.179.748,90</b>

#### 9) Garantia BNDES

Foi aberta conta reserva no Banrisul em novembro de 2015 no valor de R\$ 3,5 milhões, para cumprimento de cláusula do contrato

assinado junto ao BNDES em abril daquele ano. A partir de julho de 2017 (início da amortização do empréstimo), o valor a ser mantido na conta reserva passou a ser equivalente a 3 (três) vezes o valor da última amortização mensal e dos juros e outros encargos. Tendo em vista que o contrato de fornecimento de gás natural não foi renovado até o dia 22 de setembro de 2019, foram acrescidas naquele mês o valor equivalente a 9 (nove) parcelas mensais, totalizando 12 (doze) parcelas. No momento em que a Sulgás apresentar o novo contrato de fornecimento de gás natural ao BNDES, o valor a ser mantido na conta reserva volta a ser equivalente a 3 (três) parcelas, retornando o valor da diferença às disponibilidades da Companhia.

#### 10) Ativos intangíveis

##### a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter ter direito ao total da infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

##### b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo gasodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados de acordo com o contrato de concessão.

##### c) Gastos subsequente

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### d) Amortização

Em consonância com o contrato de concessão, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear pela taxa de 10% ao ano a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia. A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.658.860,96	2.658.860,96
Gasoduto Gás Natural	10%	378.868.495,68	349.468.427,04
Máquinas e Equipamentos Técnicos	10%	2.496.641,89	2.351.961,87
Materiais e Medidores Realocados	10%	874.248,74	1.069.070,43
Ferramentas	10%	149.008,76	149.008,76
Equipamentos de Segurança	10%	580.553,10	587.407,37
Estoque de Cilindros GNV	10%	16.906,07	17.357,97
Cilindros GNV	10%	400.510,15	400.058,25
Sistema Supervisório - Externo	10%	11.703.391,17	11.685.790,06
Sistema Supervisório - Interno	10%	332.084,56	338.597,93
Móveis e Utensílios	10%	1.380.753,82	1.169.857,57
Instalações	10%	1.847.772,88	1.782.624,77
Equipamentos de Escritórios	10%	457.540,71	311.006,01
Equipamentos Telefônicos	10%	621.022,80	617.429,80
Equipamentos Transmissores	10%	23.359,66	15.679,66
Equip Processamento de Dados	10%	4.050.261,76	3.599.747,02
Software	10%	9.092.135,55	6.579.140,05
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	221.720,61	221.720,61
Direito de Uso - Arrendamentos	10%	9.819.638,51	0,00
Outros	10%	65.227,34	65.227,34
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	7.029.106,69	5.557.904,51
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	4.799.831,23	4.747.618,14
(-) Amortização Acumulada	-	(266.282.239,90)	(238.326.741,28)
<b>Total</b>		<b>171.206.832,74</b>	<b>155.067.754,84</b>

Contas	31/12/2018	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2019
Terrenos	147.400,00	0,00	-	(147.400,00)	-	0,00
Equipamentos e Instalações Operacionais	367.509.615,17	8.890.433,81	(16.436,32)	20.816.206,43	397.199.819,09	
Equipamentos e Instalações de Escritório	3.961.825,15	448.740,49	(14.888,43)	-	4.395.677,21	
Equipamentos para Processamento de Dados	10.178.887,07	3.350.324,20	(386.813,96)	-	13.142.397,31	
Imobilizado da Concessão em Andamento	11.596.768,73	22.003.578,22	-	(20.668.806,43)	12.931.540,52	
<b>Total do Custo</b>	<b>393.394.496,12</b>	<b>34.693.076,72</b>	<b>(418.138,71)</b>	<b>-</b>	<b>427.669.434,13</b>	
Direito de Uso - Arrendamentos	<b>0,00</b>	<b>9.819.638,51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.819.638,51</b>	
(-) Amortização Acumulada	(238.326.741,28)	-	(28.372.922,44)	417.423,82	-	(266.282.239,90)
<b>Total Geral</b>	<b>155.067.754,84</b>	<b>44.512.715,23</b>	<b>(28.372.922,44)</b>	<b>(714,89)</b>	<b>-</b>	<b>171.206.832,74</b>

#### 11) Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de Gás Natural	104.654.829,16	99.911.432,80
Fornecedores de Frete de Gás Natural	859.956,41	913.498,52
Fornecedores de Materiais e Serviços Gasoduto	320.421,21	661.944,35
Fornecedores de Outros Materiais	244.813,80	289.787,21
Fornecedores de Serviços	2.751.876,89	1.765.159,79
<b>Total</b>	<b>108.831.897,47</b>	<b>103.541.822,67</b>

##### Detalhe - Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer até 30 dias	74.449.175,90	67.015.291,74
De 31 a 60 dias	34.382.721,57	36.526.530,93
De 61 a 90 dias	-	-
Mais de 90 dias	-	-
<b>Fornecedores a Vencer</b>	<b>108.831.897,47</b>	<b>103.541.822,67</b>

#### 12) Outros passivos

	31/12/2019	31/12/2018
PLR a pagar	1.968.577,18	1.595.952,49
Outras despesas de pessoal a pagar	230.430,93	125.611,62
Cretores diversos	783.862,03	1.134.659,37
Demais passivos	323.989,99	311.386,43
<b>Total dos outros passivos</b>	<b>3.306.860,13</b>	<b>3.167.609,91</b>

#### 13) Financiamentos

A Companhia firmou contrato junto ao BNDES para o financiamento de 50% do portfólio de investimentos previstos para o quinquênio 2014-2018, às taxas SELIC + 2,48% ao ano (50% do valor previsto) e TJLP + 2,48% ao ano (50% do valor previsto). A data de assinatura do contrato foi 20 de abril de 2015 no valor total previsto de R\$ 138,2 milhões. No dia 26 de novembro de 2015 ocorreu o primeiro ingresso no valor de R\$ 38,8 milhões, referente a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no último quadrimestre de 2013, todo o ano de 2014 e os primeiros sete meses de 2015. No ano de 2016 houve ingressos de valores nos meses de abril, julho e outubro, totalizando R\$ 15,5 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 2017 os ingressos ocorreram nos meses de fevereiro, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 17,7 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela companhia de agosto de 2016 a novembro de 2017. No mês de dezembro de 2017 ocorreu o primeiro ingresso, no valor de R\$ 369,3 mil, referente aos projetos sociais realizados pela companhia até o mês de novembro de 2017. Não ocorreram ingressos no ano de 2018. No mês de junho de 2019 ocorreu o último ingresso referente ao contrato, no valor de R\$ 15,9 milhões, relativo a 50% dos investimentos restantes pagos pela Companhia até o mês de dezembro de 2018, encerrando-se o período de subscrições. Todos os depósitos foram realizados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O financiamento teve seu prazo de carência até junho de 2017, com pagamentos trimestrais de juros ocorridos nos dias quinze dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Houve a abertura de uma conta garantia no valor de R\$ 3,5 milhões também junto ao Banrisul. A partir do mês de julho de 2017 os pagamentos passaram a ocorrer mensalmente (principal



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

+ juros), nos dias quinze de cada mês, dando início ao período de amortização do principal que ocorrerá até dezembro de 2021. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 referentes aos financiamentos são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Curto Prazo</b>		
BNDES I - TJLP	11.573.235,64	8.386.526,00
BNDES II - SELIC	11.237.196,19	8.081.826,74
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	159.259,40	91.387,07
	<b>22.969.691,23</b>	<b>16.559.739,81</b>
<b>Longo Prazo</b>		
BNDES I - TJLP	11.573.235,61	16.773.052,06
BNDES II - SELIC	11.237.196,19	16.163.653,50
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	159.259,39	182.774,15
	<b>22.969.691,19</b>	<b>33.119.479,71</b>

## 14) Benefícios a empregados

### Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

### Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrosbras de Seguridade Social - Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

#### I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

#### II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

### Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 3.392.198,26 (três milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais com vinte e seis centavos) relativo ao exercício findo em 2019, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1.423.621,08 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e um reais com oito centavos) em dezembro de 2019, assim restando R\$ 1.968.577,18 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e sete reais com dezoito centavos) a serem pagos em 2020.

## 15) Patrimônio líquido

### a) Capital social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81.186.711,84, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405.223,04
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781.488,80
	<b>21.562.644</b>	<b>100%</b>	<b>81.186.711,84</b>

### b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei n.º 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2017 a Reserva Legal atingiu seu limite ao chegar no valor de R\$ 16.237.342,37.

### c) Reserva estatutária

Constituída para cumprimento da cláusula n.º 18.17 do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos, celebrado entre Sulgás e BNDES em 20 de abril de 2015. O saldo da Reserva Estatutária em 31/12/2019 é de 29.861.518,62.

### d) Reserva de lucros a realizar

Conforme decisão proferida pela AGOE realizada no dia 30/04/2019 e registrada pela ata n.º 117 foi constituída Reserva de Lucros a Realizar referente ao Ajuste a Valor Justo sobre a operações de Ship or Pay entre a Companhia (cliente) e a PETROBRÁS (fornecedora de gás natural para revenda).

### e) Lucro por ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2019 e 2018 foram os seguintes:

Segmentos	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro 2019						
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	Total
Volumes m3 mil	7.017.841	14.127.983	424.488.524	98.632.982	102.094.590	160.626.236	806.988.157
Receita bruta	28.832.455,19	45.855.453,61	798.836.340,32	82.423.856,95	189.129.760,84	10.155.554,48	1.155.233.421,39
Deduções	(6.124.618,82)	(10.012.785,05)	(176.348.174,19)	(17.461.854,15)	(45.331.595,21)	(1.244.055,43)	(256.523.082,85)
Receita líquida	22.707.836,37	35.842.668,56	622.488.166,13	64.962.002,80	143.798.165,63	8.911.499,05	898.710.338,54
Custo	(8.890.289,83)	(17.471.170,92)	(506.107.373,90)	(59.978.233,86)	(121.700.941,14)	(308.168,48)	(714.456.178,13)
Resultado bruto	13.817.546,54	18.371.497,64	116.380.792,23	4.983.768,94	22.097.224,49	8.603.330,57	184.254.160,41
Despesa comerciais							(19.685.456,00)
Despesas gerais e administrativas							(55.003.313,21)
Outras receitas e despesas operacionais							9.451.172,79
Receita de construção							34.852.107,69
Custo de construção							(34.852.107,69)
Receitas financeiras							7.249.901,00
Despesas financeiras							(4.299.935,63)
Resultado financeiro líquido							2.949.965,37
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							121.966.529,36
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>82.718.394,87</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>							
Resultado líquido do exercício							82.718.394,87
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
Resultado financeiro líquido							(2.949.965,37)
Amortizações							28.372.922,44
<b>LAJIDA</b>							<b>147.389.486,43</b>

## Lucro Líquido

### Quantidade de ações ordinárias

Lucro líquido básico diluído por ação ordinária

	2019	2018
Lucro Líquido	82.718.394,87	73.353.063,43
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico diluído por ação ordinária	3,84	3,40

## 16) Dividendos e juros sobre o capital próprio

### a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2019	31/12/2018
<b>VALORES (R\$)</b>	<b>VALORES (R\$)</b>	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82.718.394,87	73.353.063,43
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(6.036.843,80)	(6.447.036,78)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	<b>76.681.551,07</b>	<b>66.906.026,65</b>

### Passivo circulante

DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)

DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)

Total no passivo circulante

	31/12/2019	31/12/2018
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	9.776.897,76	8.530.518,40
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	9.393.490,01	8.195.988,26
Total no passivo circulante	<b>19.170.387,77</b>	<b>16.726.506,66</b>

### Patrimônio líquido

DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS

DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO

Total no patrimônio líquido

	31/12/2019	31/12/2018
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	29.330.693,28	25.591.555,19
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	28.180.470,02	24.587.964,79
Total no patrimônio líquido	<b>57.511.163,30</b>	<b>50.179.519,99</b>

### Total dos dividendos

	<b>76.681.551,07</b>	<b>66.906.026,65</b>
--	----------------------	----------------------

### b) Juros sobre o capital próprio

Em 31/12/2019, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 6.036.843,80 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul - 51%	3.078.790,34	-	3.078.790,34
Petrobrás Gás S/A - 49%	2.958.053,46	443.708,02	2.514.345,44
<b>TOTAL</b>	<b>6.036.843,80</b>	<b>443.708,02</b>	<b>5.593.135,78</b>

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária de R\$ 2.052.526,89 para a Companhia.

## 17) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITA DE VENDAS DE GÁS</b>	<b>1.155.233.421,39</b>	<b>957.494.359,59</b>
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	28.832.455,19	21.742.829,86
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	45.855.453,61	34.715.691,22
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	798.836.340,32	685.841.916,53
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	81.159.829,31	64.141.212,62
RECEITA DE GÁS VEICULAR	189.129.760,84	142.091.837,49
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	1.264.027,64	590.940,07
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	10.155.554,48	8.369.931,80
<b>( - ) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA</b>	<b>(256.523.082,85)</b>	<b>(211.989.701,78)</b>
DEVOLUÇÕES DE VENDA	(193.011,11)	(30.644,29)
DESCONTOS INCONDICIONAIS	(12.284.681,11)	(10.080.315,60)
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	(18.606.042,26)	(15.565.795,28)
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	(85.672.159,60)	(71.698.565,75)
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	(139.462.522,14)	(114.363.282,92)
ISS SOBRE SERVIÇO	(304.666,63)	(251.097,94)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>898.710.338,54</b>	<b>745.504.657,81</b>

## 18) Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da A Companhia não pode ser segregada por segmento pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Segmentos	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro 2019						
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	Total
Volumes m3 mil	7.017.841	14.127.983	424.488.524	98.632.982	102.094.590	160.626.236	806.988.157
Receita bruta	28.832.455,19	45.855.453,61	798.836.340,32	82.423.856,95	189.129.760,84	10.155.554,48	1.155.233.421,39
Deduções	(6.124.618,82)	(10.012.785,05)	(176.348.174,19)	(17.461.854,15)	(45.331.595,21)	(1.244.055,43)	(256.523.082,85)
Receita líquida	22.707.836,37	35.842.668,56	622.488.166,13	64.962.002,80	143.798.165,63	8.911.499,05	898.710.338,54
Custo	(8.890.289,83)	(17.471.170,92)	(506.107.373,90)	(59.978.233,86)	(121.700.941,14)	(308.168,48)	(714.456.178,13)
Resultado bruto	13.817.546,54	18.371.497,64	116.380.792,23	4.983.768,94	22.097.224,49	8.603.330,57	184.254.160,41
Despesa comerciais							(19.685.456,00)
Despesas gerais e administrativas							(55.003.313,21)
Outras receitas e despesas operacionais							9.451.172,79
Receita de construção							34.852.107,69
Custo de construção							(34.852.107,69)
Receitas financeiras							7.249.901,00
Despesas financeiras							(4.299.935,63)
Resultado financeiro líquido							2.949.965,37
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							121.966.529,36
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>82.718.394,87</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>							
Resultado líquido do exercício							82.718.394,87
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
Resultado financeiro líquido							(2.949.965,37)
Amortizações							28.372.922,44
<b>LAJIDA</b>							<b>147.389.486,43</b>



## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

Segmentos	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro 2018						Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	
Volumes m3 mil	6.267.599	12.937.085	432.848.001	83.693.918	90.601.728	131.436.312	757.784.643
Receita bruta	21.742.829,86	34.715.691,22	685.841.916,53	64.732.152,69	142.091.837,49	8.369.931,80	957.494.359,59
Deduções	(4.644.688,51)	(7.732.776,10)	(151.666.124,32)	(13.755.582,54)	(33.165.213,69)	(1.025.316,62)	(211.989.701,78)
Receita líquida	17.098.141,35	26.982.915,12	534.175.792,21	50.976.570,15	108.926.623,80	7.344.615,18	745.504.657,81
Custo	(7.071.718,02)	(14.104.805,00)	(450.626.875,39)	(46.720.328,05)	(94.998.142,17)	(299.810,08)	(613.821.678,72)
Resultado bruto	10.026.423,33	12.878.110,12	83.548.916,82	4.256.242,10	13.928.481,63	7.044.805,10	131.682.979,09
Despesa comerciais							(11.051.514,11)
Despesas gerais e administrativas							(56.367.840,73)
Outras receitas e despesas operacionais							14.274.422,98
Receita de construção							22.060.529,51
Custo de construção							(22.060.529,51)
Receitas financeiras							27.896.129,86
Despesas financeiras							(6.953.831,60)
Resultado financeiro líquido							20.942.298,26
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							99.480.345,49
Imposto de renda e contribuição social							(26.127.282,06)
<b>Resultado líquido do exercício</b>							<b>73.353.063,43</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>							
Resultado líquido do exercício							73.353.063,43
Imposto de renda e contribuição social							26.127.282,06
Resultado financeiro líquido							(20.942.298,26)
Amortizações							25.437.264,08
<b>LAJIDA</b>							<b>103.975.311,31</b>

### 19) Impostos e contribuições sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra impostos e contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

#### a) Impostos e contribuições diferidos

Ativo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
<b>IRPJ e CSLL Diferido sobre:</b>		
Provisão Devedores Duvidosos	4.068.329,22	7.411.209,55
Provisões Cíveis e Trabalhistas	777.712,39	377.859,54
<b>Base de Cálculo</b>	<b>4.846.041,61</b>	<b>7.789.069,09</b>
<b>Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)</b>	<b>1.647.654,15</b>	<b>2.648.283,49</b>

Passivo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
<b>IRPJ e CSLL Diferido sobre:</b>		
Depreciação Acelerada	23.836.718,06	24.816.311,39
<b>Base de Cálculo</b>	<b>23.836.718,06</b>	<b>24.816.311,39</b>
<b>Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)</b>	<b>8.104.484,14</b>	<b>8.437.545,87</b>

#### b) Impostos e contribuições sociais a compensar

Ativo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a compensar	788.398,10	787.923,54
Imposto de renda e contribuição social (retenções)	86.408,13	71.252,79
Imposto de renda e contribuição social (saldo negativo)	561.932,59	1.234.621,68
PIS/COFINS a compensar	1.314.841,97	973.220,87
<b>TOTAL</b>	<b>2.751.580,79</b>	<b>3.067.018,88</b>

Ativo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a compensar	895.380,99	750.773,90
PIS/COFINS a compensar	9.092.884,61	7.200.563,90
IR/CSLL diferidos	1.647.654,14	2.648.283,49
<b>TOTAL</b>	<b>11.635.919,74</b>	<b>10.599.621,29</b>

#### c) Impostos e contribuições sociais a recolher

Passivo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	1.230.861,66	505.772,15
COFINS	1.522.569,20	1.549.520,59
PIS	329.686,12	335.287,77
Outras Obrigações	1.223.990,48	1.228.233,03
<b>TOTAL</b>	<b>4.307.107,46</b>	<b>3.618.813,54</b>

#### d) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes dos impostos	121.966.529,36	99.480.345,49
<b>Adições:</b>		
Provisões trabalhistas	241.004,26	962.699,92
Provisões cíveis	173.126,26	40.708,90
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.391.311,48	2.145.344,08
Participação dos administradores	34.232,14	66.211,67
Incentivos estaduais e federais	2.285.765,05	1.377.250,61
Reversão depreciação acelerada	979.591,24	979.591,24
PECLD fiscal	5.411.601,21	6.366.042,94
Outras despesas não dedutíveis	55.767,36	623.735,54
<b>Total das adições</b>	<b>10.572.399,00</b>	<b>12.561.584,90</b>
<b>Exclusões:</b>		
Reversão de provisões	4.778.039,36	2.410.770,06
Juros sobre capital próprio	6.036.843,80	6.447.036,78
Ajuste a valor justo	1.087.892,93	6.932.908,89
PECLD fiscal	-	6.737.135,09
<b>Total das exclusões</b>	<b>11.902.776,09</b>	<b>22.527.850,81</b>
<b>Base de cálculo da CSLL e IRPJ:</b>	<b>120.636.152,27</b>	<b>89.514.079,58</b>
<b>Cálculo da Contribuição Social</b>		
<b>Alíquota de 9%</b>	<b>10.854.172,81</b>	<b>8.050.308,11</b>
CSLL diferida sobre provisões	264.872,48	22.711,79
Recuperação fiscal anos anteriores	(89.974,00)	(2.893.125,71)
CSLL diferida sobre depreciação acelerada	(88.163,16)	2.233.468,03
<b>Contribuição social do exercício</b>	<b>10.940.908,13</b>	<b>7.413.362,22</b>
<b>Cálculo do Imposto de Renda</b>		
<b>Alíquota de 15%</b>	<b>18.095.422,84</b>	<b>13.427.111,94</b>
<b>Adicional de 10% (menos parcela isenta de R\$ 240.000,00)</b>	<b>12.039.615,23</b>	<b>8.927.407,96</b>
Incentivos federais aproveitados no exercício	(2.071.741,36)	(1.730.974,16)
IRPJ diferido sobre provisões	735.756,87	63.088,31
Recuperação fiscal anos anteriores	(246.928,63)	(8.176.792,04)
IRPJ diferido sobre depreciação acelerada	(244.898,58)	6.204.077,85
<b>Imposto de renda do exercício</b>	<b>28.307.226,36</b>	<b>18.713.919,85</b>
<b>Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>32,18%</b>	<b>26,26%</b>

### 20) Provisões para contingência

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2019, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo.

Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

A companhia também provisiona futuros pagamentos de honorários sucumbenciais nos processos judiciais onde é parte autora e são classificados como remoto ganho.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com possível perda (não provisionados)	1.859.592,09	3.155.241,63	5.014.833,72
Processos com provável perda (provisionados)	178.497,13	594.948,34	773.445,47
Processos com remoto ganho (provisionados)	4.266,92	-	4.266,92
<b>TOTAL</b>	<b>2.042.356,14</b>	<b>3.750.189,97</b>	<b>5.792.546,11</b>

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2018	Reversões 31/12/2019	Adições 31/12/2019	Saldo Final 31/12/2019
Provisões trabalhistas	353.944,08	(29.569,88)	270.574,14	594.948,34
Provisões cíveis	23.915,46	(14.277,67)	173.126,26	182.764,05
<b>TOTAL</b>	<b>377.859,54</b>	<b>(43.847,55)</b>	<b>443.700,40</b>	<b>777.712,39</b>

### 21) Transações com partes relacionadas

#### a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber Petrobras	7.922.018,48	7.042.399,81
<b>Ativo não circulante</b>		
Ship or pay	42.627.255,62	44.529.297,31
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedor de gás - Petrobras	104.654.829,16	99.911.432,80
Pessoal cedido	79.497,60	-
<b>Composição dos saldos</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receitas com partes relacionadas</b>		
Petrobras S/A	138.396.856,48	121.501.248,00
<b>Compra de Gás Natural</b>		
Petróleo brasileiro S/A	860.747.718,74	726.518.508,15

#### b) Remuneração e benefícios – Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	31/12/2019	31/12/2018
Administradores	249.216,69	292.514,85
Conselho de administração	202.764,80	183.321,60
Conselho fiscal	74.994,84	74.994,84
<b>Total</b>	<b>526.976,33</b>	<b>550.831,29</b>

### 22) Despesas por natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Compra de gás e demais insumos	(679.400.826,80)	(579.524.331,28)
Custos de operação e manutenção da rede	(9.632.813,67)	(10.034.508,17)
Amortização operacional	(25.422.537,66)	(24.262.839,27)
Amortização administrativa	(1.421.509,62)	(1.174.424,81)
Despesas com materiais e serviços	(27.418.077,79)	(25.364.547,75)
Despesas com pessoal	(39.239.168,34)	(38.779.062,06)
Despesas tributárias	(850.881,92)	(2.101.320,22)
Perda no recebimento de créditos	(5.759.131,54)	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.342.880,33	(163.114,36)
Outras receitas e despesas operacionais	6.108.292,46	14.437.537,34
<b>Total</b>	<b>(779.693.774,55)</b>	<b>(666.966.610,58)</b>
<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos produtos vendidos	(714.456.178,13)	(613.821.678,72)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(61.845.398,16)	(50.115.025,19)
Participação nos lucros ou resultados	(3.392.198,26)	(3.029.906,67)
<b>Total</b>	<b>(779.693.774,55)</b>	<b>(666.966.610,58)</b>



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.000.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## 23) Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	4.984.278,95	5.320.888,06
Descontos obtidos	183.767,24	213.844,77
Juros recebidos	699.398,07	1.111.602,65
Multa contratual	305.383,09	167.920,72
Variação monetária ativa	1.077.073,65	21.081.873,66
<b>Total</b>	<b>7.249.901,00</b>	<b>27.896.129,86</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Descontos concedidos	(139.599,34)	(88.279,75)
Despesas bancárias	(126.951,92)	(108.852,94)
Juros pagos	(1.667,00)	(53.701,68)
Juros sobre empréstimos	(3.967.316,42)	(4.950.432,94)
Multa por atraso de pagamento	(15.229,34)	(56.676,22)
Variação monetária passiva	(49.171,61)	(1.695.888,07)
<b>Total</b>	<b>(4.299.935,63)</b>	<b>(6.953.831,60)</b>

## 24) Seguros

A Companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR	COBERTURA
Ace Seguradora	Responsabilidade civil	até agosto/2020	R\$ 40.324,08	R\$ 5.000.000,00
Gente Seguradora	Patrimonial	até maio/2020	R\$ 4.922,77	R\$ 4.115.000,00

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

## 25) Créditos (ativo) e débitos (passivo) nas operações de venda e aquisição de gás

O *ship or pay* é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o transporte está obrigada a pagar pelo serviço, mesmo no caso do gás não ser transportado. A Companhia na condição de cliente do fornecedor PETROBRAS, tem registrado em seu ativo, em 31/12/2019, o valor de R\$ 34.606.453,80 a título de *ship or pay*, correspondente a quantidade de 164.648 mil m³ de gás natural, passível de recuperação por parte da Companhia até o ano de 2021. No ano de 2019 ocorreu a recuperação de 15.339 mil m³ de gás natural. Com base no IFRS 9 (CPC 48), relativo a Instrumentos Financeiros, este valor foi acrescido do ajuste a valor justo em R\$ 8.020.801,82, totalizando o montante de R\$ 42.627.255,62. Já nos contratos de venda de gás natural firmados entre a Companhia e seus clientes, estão estabelecidos compromissos de retiradas de gás natural chamados de *take or pay* que é cláusula contratual que estabelece a regra de que o cliente está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Sulgás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada nos prazos previstos em contrato. Até 31/12/2019, o registro no passivo desses valores somam R\$ 11.320.438,19.

## 26) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

- Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

## 27) Receitas e custos de construção

Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	34.852.107,69	22.060.529,51
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	34.852.107,69	22.060.529,51
<b>MARGEM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 28) Operações de arrendamento mercantil - IFRS 16 (CPC 06 R2)

A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais com início em 2019 em substituição ao IAS 17 (Arrendamento - CPC06), IFRIC 4 (Determinar se um acordo contém uma locação - ICPC 03), SIC 15 (Locações Operacionais-Incentivos - ICPC 03) E SIC 27 (Avaliação da Essência de Transações Envolvendo a Forma Legal de um Arrendamento (ICPC 03).

A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro.

A adoção inicial deste pronunciamento alcança os ativos arrendados em contratos com vigência superior a 12 meses e com valores individuais por objeto superiores a US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares).

O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

O impacto estimado para posição patrimonial em 1º de janeiro de 2019 está demonstrado na coluna Previsão em 31/12/18 (abaixo), bem como os valores efetivamente apurados em 01/01/2019 e 31/12/2019 são os seguintes:

	31/12/2019	01/01/2019	Previsão em 31/12/18
<b>Ativo</b>			
Ativos de direitos uso	9.819.638,51	8.430.903,55	8.372.555,85
Amortização de direitos de uso	(1.528.875,16)	-	-
<b>Passivo</b>			
Arrendamento Mercantil	8.290.763,35	8.430.903,55	8.372.555,85
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 29) Eventos subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 05 de março de 2020, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis de 31/12/2019.

Antonio Rafael Cereser Pezzella  
Diretor-Presidente

Walter Fernando Piazza Junior  
Diretor Técnico-Comercial

Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da  
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS  
Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 13 de março de 2019 sem ressalvas.

### Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 5 de março de 2020.

Crowe Consult Auditores Independentes  
CRC PR002906/O

João Henrique Sperling Lubisco  
Contador - CRC-RS067.188/O

Paulo Sergio da Silva  
Contador - CRC PR029.121/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dezesseis dias do mês abril de dois mil e vinte, às quatorze horas, na sede social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS situada na Av. Loureiro da Silva, nº 1940, 13º andar, Bairro Cidade Baixa, Edifício Duo Concept Office Porto Alegre - RS, CEP 90.050-240, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal, através de videoconferência, da Companhia para examinar o Relatório anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Examinados todos os documentos acima citados e em face das informações prestadas pela Diretoria de Administração e Finanças da Companhia e do Parecer elaborado pela Crowe Consultoria Empresarial, emitido sem ressalvas, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

### PARECER

- Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS procederam ao exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes elaborado pela Crowe Consultoria Empresarial, emitido sem ressalvas, datado de 05 de março de 2020, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
- Adicionalmente o Conselho Fiscal opina favoravelmente a proposta encaminhada pelo Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, através das Atas da 230ª RCA, realizada em 19 de março de 2020 e da Ata da 232ª RCA, realizada em 16 de abril de 2020, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício conforme segue:
  - Lucro Líquido do exercício após as participações no valor de R\$ 82.718.394,87 (oitenta e dois milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos); 2.2) Não houve Constituição da Reserva Legal da Companhia, pois o limite de constituição de 20% do capital social foi atingido no exercício de 2019; 2.3) Juros Sobre Capital Próprio, no valor de R\$ 6.036.843,80 (seis milhões, trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos); 2.4) Proposição de aumento da Reserva de Lucros a realizar no valor de R\$ 1.087.892,93 (um milhão, oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e nove e três centavos), totalizando R\$ 8.020.801,82 (oito milhões, vinte mil, oitocentos e um reais e oitenta e dois centavos), referente à atualização a valor justo dos créditos de Ship or Pay - SOP, com base no art. nº 197, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/1976; 2.5) Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 75.593.658,14 (setenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quatorze centavos), sendo: i) 50%, no valor de R\$ 37.796.829,07 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove reais e nove centavos), com previsão de serem pagos até o mês de dezembro de 2020, mediante reavaliação do cenário a partir do momento em que se tiver maior visibilidade acerca do impacto do coronavírus (covid-19); ii) o restante de 50%, no valor de R\$ 37.796.829,07 (trinta e sete milhões, setecentos e noventa e seis mil reais, oitocentos e vinte e nove reais e sete centavos), observadas e superadas as restrições constantes na Cláusula 18.17 do contrato firmado entre BNDES, BNDESPAR e SULGÁS, até o mês de dezembro de 2020, mediante reavaliação do cenário a partir do momento em que se tiver maior visibilidade acerca do impacto do coronavírus (covid-19), e sendo observada a disponibilidade financeira da Companhia.

Marcelo Spilki  
Membro do Conselho

Jeferson Godinho Dutra  
Membro do Conselho

Marcio Musso de Góes  
Membro do Conselho

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tiago Alves Pinto de Lemos - Presidente do Conselho

Conselheiros:

Antônio Rafael Cereser Pezzella

Guilherme de Souza

Sandra Berto

Anderson Gil Ramos Bastos

Luis Felipe Espírito Basso Poli

André Ricardo Milke

Diretoria Executiva:

Antonio Rafael Cereser Pezzella - Diretor-Presidente

Antonio Rafael Cereser Pezzella - Diretor Administrativo e Financeiro (interino)

Walter Fernando Piazza Júnior - Diretor Técnico-Comercial

## **RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA EXERCÍCIO 2012**

**Senhores acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, do parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

### **INSTITUIÇÃO**

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR empresa pública pioneira no segmento de informática no Brasil é uma sociedade de economia mista, de capital fechado cujo maior acionista é o Estado do Paraná. Foi criada pela Lei Estadual 4945 de **30 de outubro** de **1964**, constituída por escritura pública lavrada em **5 de novembro** de 1964. Tem como Missão **prover Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação que permitam melhorar o Desempenho da Gestão Pública e Qualidade de Vida do Cidadão**. Atua fortemente pautada nos seus valores – comprometimento, compartilhamento, respeito ao interesse público e inovação. Os projetos e ações da CELEPAR são agrupados e geridos conforme seu eixo de atuação: colaboradores, clientes, parcerias institucionais, órgãos de controle e sociedade.

Abaixo alguns fatores que diferenciam a CELEPAR das demais empresas que atuam no mesmo segmento:

- Garantia de continuidade na prestação desses serviços;
- Segurança na manutenção e operação das bases de dados;
- Integridade e Integração de sistemas e informações de interesse do **Governo do Estado** e de cada órgão individualmente;
- Integração das diferentes tecnologias de diferentes fornecedores, provendo a melhor solução para o **Governo do Estado**;
- Atuação conjunta com os órgãos públicos na melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão.

### **DESEMPENHO**

### **RECURSOS HUMANOS**

Como atividade relevante no ano de 2012 foi implantado um novo modelo de Gestão de Desempenho que complementou o trabalho realizado em 2011 quando da implantação do PCCR

– Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração.

O trabalho resultou na publicação de Política de Gestão de Desempenho que tem seu foco em competências, evidências e está estruturado em 4 Dimensões: Organizacional, Funcional, Pessoal e Resultados.

Os ciclos de monitoramento abrangem todos os empregados e tem duração máxima de 12 meses, privilegiando o desenvolvimento dos empregados, crescimento na carreira e acompanhamento dos resultados de trabalho da Celepar, estimulando o feedback contínuo nos chamados Pontos de Controle, que são realizados obrigatoriamente entre os gestores e empregados.

## SERVIÇOS

Conforme proposto no plano de Governo, a Celepar está focada na inovação como fator de competitividade e desenvolvimento, despendendo esforços na *coordenação do provimento* das condições necessárias para o avanço da Tecnologia no Estado. Dentro dessa premissa e da busca em prover soluções de TIC que permitam melhorar o desenvolvimento da gestão pública e a qualidade de vida do cidadão, apresenta como principais realizações no ano de 2012:

- REDEFIS – Registro de fiscalização dos fiscais  
Sistema utilizado para a programação e o registro das atividades dos fiscais da ADAPAR (veterinários, agrônomos e técnicos agropecuários). Com o sistema é possível gerenciar e consolidar as atividades programadas e realizadas de todos os fiscais do estado, além de cumprir uma das exigências de convênios e metas formalizadas com o Ministério da Agricultura.
- Sistema de Medidas Socioeducativas  
O sistema serve como ferramenta de organização, padronização e controle da vida de adolescentes infratores que estão cadastrados/alojados nos centros de socioeducação e semiliberdades do Estado do Paraná. Permite padronização no que se refere a aplicação das medidas socioeducativas realizadas pelas unidades e integração com demais sistemas da SESP.  
Adolescentes recuperados e preparados para retornar a sociedade e retomar suas vidas como cidadãos.
- Obras on-line na Secretaria da Educação  
Tem por objetivo possibilitar à escola o registro das informações referentes ao diagnóstico do prédio escolar e seus ambientes, assim como incluir as ações e metas visando o planejamento das intervenções no prédio escolar.

O Diretor da escola, além de registrar o diagnóstico do seu prédio, poderá também propor um plano de ações e metas. Desta forma, seria a abertura de um canal ágil nesta questão entre escolas e SEED. Possibilita à SEED/SUDE obter rapidamente o diagnóstico do prédio escolar no que tange ao seu estado de conservação, desta forma podendo mapear a situação real dos prédios e melhor planejar as próximas intervenções.

- **Equipamentos Culturais**  
Tem por objetivo manter o cadastro das edificações destinadas a práticas culturais (teatro, cinema, biblioteca, museus, entre outros). Além disso, os grupos de produtores culturais, tais como corais, orquestras, grupos de dança também são caracterizados como equipamentos culturais.  
Possibilita o levantamento e divulgação de todos os equipamentos culturais do estado, bem como a divulgação dos equipamentos culturais que são atrações turísticas no Estado (Opera de Arame, Teatro Guaíra etc) e mapeamento cultural do Estado provendo integração com o sistema nacional de Informações e Indicadores de Cultura (SNIIC).
- **Licença de Fretamento Contínuo**  
Tem por objetivo o controle e emissão de Licenças para Fretamento Contínuo de Passageiros, serviço prestado por Empresas registradas no DER.
- **Sistema de Gestão da Fiscalização Setorial de Contribuintes**  
Tem por objetivo prestar apoio ao planejamento e gestão dos serviços da fiscalização de empresas contribuintes do ICMS-PR. A partir das informações da declaração e arrecadação do ICMS, as empresas são avaliadas segundo critérios estabelecidos para o seu segmento econômico, localização geográfica e comportamento fiscal. Este processo amplia significativamente a capacidade de planejamento e execução de serviços de fiscalização em empresas a partir de indícios de sonegação fiscal.
- **GNRE On-line**  
Tem por objetivo a emissão e cadastramento on-line de GNRE - Guia Nacional de Recolhimentos de Tributos Estaduais, via web-services do Portal Nacional da GNRE. Integra o Estado do Paraná ao Portal da GNRE on-line, padronizando tecnologia e procedimentos de validação de informações para a geração do documento de arrecadação do ICMS por empresas localizadas em outras unidades da federação.
- **CTE – Conhecimento de Transporte Eletrônico**  
Tem por objetivo prover a Autorização e Controle de Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTE, compreendendo serviços de Recepção/Autorização, Inutilização, Cancelamento e Consultas. Oferece às empresas maior confiabilidade nos procedimentos de validação de informações prestadas no CTE, além de maior estabilidade operacional do ambiente de autorização.

- **Inteligência do Governo**

O CIIE - Centro Integrado de Informações do Estado - instalado e em operação na CELEPAR, tem como objetivo o desenvolvimento de soluções de inteligência de negócio (cases de BI – Business Intelligence). O objetivo é disponibilizar indicadores de Gestão referentes a cada órgão do Governo para visualização na Sala de Situação do Governador e Salas de Gestão da SEPL, SEFA, SESA e SESP auxiliando assim a tomada de decisão. Durante o ano de 2012 houve grande evolução nestes serviços, beneficiando a maior parte das Secretarias de Estado e outros órgãos do governo do Estado.

- **Rede Executiva**

O principal objetivo desse projeto é disponibilizar aos gestores públicos, em tempo real e em um único sistema, informações estratégicas sobre os aspectos social, político,

econômico e financeiro do Estado para apoiar a tomada de decisão. Tem como missão transformar a Rede Executiva de Gestão na principal ferramenta de trabalho dos Gestores Públicos do Estado. O acesso à Rede Executiva se dá pelo Portal da Rede Executiva – [www.redeexecutiva.pr.gov.br](http://www.redeexecutiva.pr.gov.br). Durante o ano de 2012 foram desenvolvidos novos serviços, acessíveis por dispositivos móveis.

## **INFRAESTRUTURA**

### **Física**

- **Sala de Situação**

Este projeto emprega o conceito de Business Intelligence (BI) como mecanismo de suporte.

É um ambiente construído para concentrar informações estratégicas que ficarão à disposição para consulta do poder executivo em tempo real, com condições de orientar a agenda do governante, manter uma central de relacionamento com a comunidade, realizar pesquisas e fornecer dados atualizados de toda cidade, melhorando os processos decisórios dos administradores públicos. As principais tecnologias adotadas são BI, Geoprocessamento, Inteligência Artificial, aplicações cliente/servidor e Web, tecnologia VOIP e estrutura de comunicação de dados wireless (tecnologia sem fio).

O Gabinete de Gestão de Informações, localizado no Palácio Iguazu entrou em operações no ano de 2012.

## Tecnológica

- **Implementações**

No ano de 2012 foram concretizados e diversos projetos de infraestrutura tecnológica que tiveram seus projetos iniciados ao longo de 2011 e no início de 2012. Estes empreendimentos são fundamentais para assegurar níveis de serviços adequados às atividades do governo e, principalmente aos serviços prestados diretamente à população. A seguir estão relacionados alguns dos empreendimentos citados:

- Início e conclusão parcial da obra do novo Datacenter corporativo do Estado do Paraná;
- Ampliação da capacidade de armazenamento de dados;
- Ativação do novo computador Mainframe IBM, com toda sua plataforma de software contratada e instalada;
- Instalação de equipamento para interconexão do ambiente computacional do Datacenter (switch de core);
- Implantação de Rede Wireless corporativa, integrando as áreas diretivas de todas as Secretarias de Estado;
- Implantação de Sistema de Gestão de Programas, Projetos e Portfólio de Projetos;
- Contratação e implantação de solução para envio de comunicação via SMS integrada a sistemas corporativos.

## RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

### 1. CONTRATOS X FATURAMENTO

Ação	2010	2011	2012
Número contratos	71	86	102
Valor Faturamento	R\$ 126.866.391,56	R\$ 176.501.214,86	R\$ 242.674.468,39

## 2. RECEITA DA EMPRESA

A Receita Bruta consolidada no exercício de 2012 foi de **R\$ 242.674** milhões, resultando em uma ampliação de **37,49%** sobre o exercício de 2011, com Receita Líquida de R\$ 205.113 milhões, com Lucro Operacional Bruto antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 90.155 milhões e Lucro Líquido do Exercício de R\$ 43.575 milhões.

O desempenho do último exercício reflete a boa execução da nossa estratégia de gestão em relação à administração e acompanhamento dos contratos com clientes, e, ao planejamento estratégico, para a execução e inclusão de novos serviços e à geração de recursos financeiros excedentes para novos investimentos.

## 3. CUSTOS E DESPESAS

Os custos dos serviços prestados foram praticamente mantidos em comparação aos períodos anteriores, todavia, com a otimização dos gastos, a empresa conseguiu aumentar a Receita Bruta, com a inclusão de novos serviços e com o resultado do planejamento e da gestão administrativa, incrementou de maneira muito significativa a sua produtividade.

## 4. INVESTIMENTOS

Os investimentos efetivados em 2012 foram da ordem de R\$ 32.460 milhões, sendo: R\$ 3.915 milhões em aquisição de equipamentos de informática; R\$ 8.562 milhões na compra de softwares; R\$ 16.628 milhões em obras e construções diversas e R\$ 3.355 mil em infra-estrutura e outros equipamentos.

Porém, no exercício de 2012, foram aprovados e encontram-se em andamento projetos com investimentos na ordem de **R\$ 53.709 milhões**, que serão concluídos no ano de 2013.

## 5. INCENTIVO CULTURAL

A CELEPAR tem conciliado suas atividades finalísticas com o incentivo ao desenvolvimento cultural do Estado. Desta forma, a empresa tem destinado parte dos recursos devidos ao ISS para o financiamento de projetos culturais.

Em 2012 a empresa destinou **R\$ 2.369.378,44** (Dois milhões trezentos e sessenta e nove mil trezentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) para os projetos aprovados pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (Lei complementar nº 57 de 08 de dezembro de 2005), com um acréscimo de **42 %**, sobre o exercício anterior. A CELEPAR realizou ainda patrocínios de projetos culturais voltados para o Incentivo Fiscal Federal, no valor de **R\$ 50.426,00** (Cinquenta mil quatrocentos e vinte e seis reais), sendo **R\$ 1.426,00** (hum mil quatrocentos e vinte e seis

reais) para Lei nº 11.438/06 (Lei do Esporte), **R\$ 5.000,00** (Cinco mil reais) para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 e **R\$ 44.000,00** (Quarenta e quatro mil reais) destinado a Lei Rouanet – Lei nº 8.313/91.

## **6. ANÁLISE DOS QUOCIENTES**

### **6.1. ÍNDICES DE LIQUIDEZ**

#### **6.1.1. Liquidez Corrente**

Houve uma pequena redução deste índice em relação ao exercício anterior na margem de **0,18**, passando de **2,54** em 2011 para **2,36** em 2012. Este quociente indica que a empresa vem apresentando situação favorável, independente de análise detalhada em relação aos prazos de vencimento das obrigações, indicando existência de Capital Circulante Líquido indispensável para execução de novos investimentos.

#### **6.1.2. Liquidez Geral**

Este índice também apresentou uma pequena redução em relação a 2011, partindo de **2,67** para **2,40** em 2012, significando uma pequena redução de recursos no seu Ativo Circulante, tendo em vista os pagamentos realizados e suas obrigações concentradas a curto prazo.

### **6.2. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO**

#### **6.2.1. Grau de Endividamento**

Este índice apresentou pequeno acréscimo em relação ao Exercício anterior, ou seja, apresentou **38,37%** em 2011 e **39,69%** em 2012, indicando que a empresa adota políticas seguras na gestão de seus compromissos de curto e longo prazos.

### **6.3. ÍNDICES DE RENTABILIDADE**

#### **6.3.1. Margem Bruta**

Este índice apresentou comparativamente ao Exercício anterior um aumento significativo na ordem de **11,78** passando de **32,17%** para **43,95%** tendo em vista o aumento substancial da Receita Bruta (Faturamento) para o ano de 2012.

#### **6.3.2. Margem Operacional**

Este índice apresentou um aumento na ordem de **13,67%** em relação ao Exercício anterior, partindo de **17,89%** em 2011 para **31,56%** em 2012. No Exercício vigente indica que a empresa obteve Lucro Operacional correspondente a **32%** do valor da Receita Operacional Líquida.

### **6.3.3. Margem Líquida**

Este índice apresentou um aumento substancial na ordem de **9,28%** em relação ao Exercício anterior, partindo de **11,96%** para **21,24%**. No Exercício vigente indica que a empresa obteve Lucro Líquido correspondente a **21%** do valor da Receita Operacional Líquida.

### **6.3.4. Rentabilidade dos Capitais Próprios**

No Exercício de 2012 a empresa auferiu **R\$ 0,36** (Trinta e seis centavos) de lucro para cada **R\$ 1,00** (Hum real) de Patrimônio Líquido em relação ao exercício de 2011 que foi na ordem de **R\$ 0,23** (Vinte e três centavos).

Podemos observar que a empresa apresentou um avanço significativo na recuperação do desempenho econômico-financeiro, demonstrando seu acerto na condução da estratégia proposta.

### **6.3.5. Imobilização do Patrimônio Líquido**

Este quociente no Exercício de 2012 foi de **44,37%**, apresentando um aumento de **8,50%** em relação ao exercício anterior que foi de **35,87%**. Este quociente revela que para cada **R\$ 100,00** (Cem reais) do Patrimônio Líquido a empresa imobilizou **R\$ 44,00** (Quarenta e quatro reais), que indica a existência do Capital Circulante Próprio para financiar parte do capital de giro, constituindo ponto muito positivo para a situação financeira da empresa.

## **6.4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

Após a análise e interpretação dos quocientes econômicos e financeiros calculados com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício da CELEPAR, levantados em 31 de dezembro de 2012, temos as seguintes considerações:

### **6.4.1. Endividamento**

A Sociedade demonstra uma preponderância dos Capitais Próprios sobre os Capitais de Terceiros, pela margem existente entre as obrigações de longo prazo e curto prazo e pela não imobilização total dos Capitais Próprios, revelando a existência de relativa liberdade financeira para tomada de decisões. Na composição do Endividamento, a CELEPAR concentrou **98,53%** de suas obrigações a curto prazo, ficando portanto **1,47%** a longo prazo.

### **6.4.2. Liquidez**

Considerando à solvência, a empresa evidencia números que favorecem a governabilidade, apresentando situação financeira sólida que garante o cumprimento de seus compromissos de curto e de longo prazos.

### **6.4.3 Econômica**

Em conformidade com as informações apresentadas e os investimentos em expansão, percebe-se claramente que a sociedade encontra-se no caminho do progresso com uma aguda tendência de crescimento e um panorama favorável que garante de maneira sólida a continuidade de suas operações.

## **CONCLUSÃO**

Em síntese, 2012 foi o ano de continuidade na consolidação pela CELEPAR da oferta de serviços, ampliando seus investimentos, notadamente com a implantação do novo Datacenter, em fase de conclusão, desenvolvimento de novas tecnologias, capacitação de seu quadro técnico, expansão do conhecimento tecnológico e apoio técnico à inclusão dos paranaenses aos meios digitais, seguindo à risca as diretrizes de governo que prevêm a modernização dos serviços prestados pelo Estado e têm na tecnologia da informação e comunicação um meio para o cumprimento das metas estabelecidas. Estas condições foram possíveis, com a instalação do CIIE – Centro Integrado de Informações Estratégicas composto dos seguintes ambientes: GGI - Gabinete de Gestão de Informações, instalado no Palácio Iguazu e as Salas de Situação instaladas na CELEPAR e na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos funcionários e colaboradores, aos acionistas, clientes, fornecedores e todos que contribuíram de algum modo para o atingimento dos resultados ora apontados, agradecemos sinceramente.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em R\$ 1,00)

**ATIVO**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	8.006.009	42.888.522
Contas a Receber de Clientes (nota 5)	95.962.860	30.525.892
Impostos a Recuperar (nota 6)	4.938.012	759.316
Adiantamentos e Empréstimos a Empregados	327.044	534.361
Almoxarifado	553.247	1.039.549
Outros Créditos	330.274	322.486
Despesas Antecipadas	142.460	33.387
	<u>110.259.906</u>	<u>76.103.513</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a Longo Prazo (nota 7)		
Obrigações Eletrobrás	18.438	17.376
Depósitos Judiciais	2.937.950	2.836.659
PR Previdência	640.555	2.037.604
	<u>3.596.943</u>	<u>4.891.639</u>
Investimentos	419.021	413.020
Imobilizado (nota 8)	44.691.365	26.199.454
Intangível (nota 9)	7.881.093	1.732.892
	<u>56.588.422</u>	<u>33.237.005</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><b>166.848.328</b></u>	<u><b>109.340.518</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em R\$ 1,00)

**PASSIVO**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	7.476.578	2.656.509
Obrigações Sociais e Trabalhistas (nota 10)	11.385.448	9.882.902
Obrigações Fiscais e Tributárias (nota 11)	4.107.274	2.974.220
Provisão para Demandas Judiciais (nota 12)	8.805.584	6.585.100
Dividendos e Juros s/Capital Próprio (nota 14 e 16)	14.682.880	7.492.808
Outras Obrigações	248.933	307.945
	<u>46.706.697</u>	<u>29.899.484</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Depósitos em Caução (nota 15)	698.263	419.221
	<u>698.263</u>	<u>419.221</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)</b>		
Capital Social	62.698.100	53.509.360
Reservas de Capital	3.370.358	3.396.433
Reserva Legal	5.113.248	2.934.484
Reserva de Lucros	48.261.662	19.181.536
	<u>119.443.368</u>	<u>79.021.813</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>166.848.328</u></b>	<b><u>109.340.518</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em R\$ 1,00)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Serviços Prestados	242.674.468	176.501.215
(-) Deduções da Receita Bruta	<u>(37.560.646)</u>	<u>(24.088.688)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<u><b>205.113.822</b></u>	<u><b>152.412.527</b></u>
Custo dos Serviços Prestados	<u>(114.958.194)</u>	<u>(103.380.482)</u>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<u><b>90.155.628</b></u>	<u><b>49.032.045</b></u>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Gerais e Administrativas	(23.387.123)	(21.945.685)
Despesas Financeiras	(4.459.872)	(3.321.083)
Receitas Financeiras	5.982.285	3.426.307
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	<u>(3.552.367)</u>	<u>78.955</u>
	<u><b>(25.417.077)</b></u>	<u><b>(21.761.506)</b></u>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	<u><b>64.738.551</b></u>	<u><b>27.270.539</b></u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 13)	(21.163.281)	(9.038.360)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u><b>43.575.270</b></u>	<u><b>18.232.179</b></u>
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio (nota 14)	4.333.753	3.169.787
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u><b>47.909.023</b></u>	<u><b>21.401.966</b></u>
<b>Lucro do Exercício por Lote de Ações do Capital Social (Em reais)</b>	<u><b>0,764</b></u>	<u><b>0,400</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM  
EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em R\$ 1,00)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente Total
		Incentivos Fiscais/JCP	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>53.509.360</b>	<b>3.396.433</b>	<b>2.022.875</b>	<b>6.191.108</b>	<b>-</b>	<b>65.119.776</b>	<b>(4.049.337)</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	21.401.966	21.401.966	21.401.966
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(3.169.787)	(3.169.787)	-
Destinações Propostas:							
Reserva Legal	-	-	911.609	-	(911.609)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(4.330.142)	(4.330.142)	-
Transferência para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	12.990.428	(12.990.428)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>53.509.360</b>	<b>3.396.433</b>	<b>2.934.484</b>	<b>19.181.536</b>	<b>-</b>	<b>79.021.813</b>	<b>21.401.966</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores				(297.396)	-	(297.396)	(297.396)
Integralização de Capital	9.188.740	(3.188.740)	-	(6.000.000)	-	-	-
Reversão de Provisão de Dividendos (nota 16)	-	-	-	4.330.142	-	4.330.142	-
Reversão de JCP para Reserva de Capital (nota 14)	-	3.162.665	-	-	-	3.162.665	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	47.909.023	47.909.023	47.909.023
Juros sobre o Capital Próprio (nota 14)	-	-	-	-	(4.333.753)	(4.333.753)	-
Destinações Propostas:							
Reserva Legal (nota 16)	-	-	2.178.764	-	(2.178.764)	-	-
Dividendos (nota 16)	-	-	-	-	(10.349.126)	(10.349.126)	-
Transferência para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	31.047.380	(31.047.380)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>62.698.100</b>	<b>3.370.358</b>	<b>5.113.248</b>	<b>48.261.662</b>	<b>-</b>	<b>119.443.368</b>	<b>47.611.627</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em R\$ 1,00)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais</b>		
Lucro Líquido do Exercício	47.909.023	21.401.966
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	(297.396)	-
Depreciações e Amortizações (nota 8.b e 9.b)	7.767.610	4.579.970
Valor Residual do Imobilizado Baixado (nota 8.b)	74.082	-
Provisões para Demandas Judiciais	2.220.484	3.378.374
	<b>57.673.803</b>	<b>29.360.310</b>
<b>(Aumento) Diminuição das Contas do Ativo</b>		
Contas a Receber de Clientes	(65.436.968)	(12.548.290)
Impostos a Recuperar	(4.178.696)	2.970.671
Almoxarifado	486.302	(258.274)
Despesas Antecipadas	(109.073)	682.949
Depósitos Judiciais	(101.291)	(416.552)
Outras Contas a Receber	1.595.516	(1.397.079)
<b>Aumento (Redução) das Contas do Passivo</b>		
Fornecedores	4.820.069	(819.509)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.502.546	361.295
Obrigações Fiscais e Tributárias	1.133.054	163.325
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	7.190.072	7.492.808
Outras Obrigações	(59.012)	218.682
Depósito em Caução	279.042	39.964
<b>Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>4.795.364</b>	<b>25.850.300</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aplicação em Investimentos	(6.001)	(5.000)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 8.b)	(23.341.526)	(4.321.408)
Aquisição de Bens Intangíveis (nota 9.b)	(9.140.278)	(1.058.613)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(32.487.805)</b>	<b>(5.385.021)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Reversão de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	7.492.807	-
Juros sobre o Capital Próprio (nota 14)	(4.333.753)	(3.169.787)
Dividendos Propostos (nota 16)	(10.349.126)	(4.330.142)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(7.190.072)</b>	<b>(7.499.929)</b>
<b>(Redução) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(34.882.513)</b>	<b>12.965.350</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>42.888.522</b>	<b>29.923.172</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>8.006.009</b>	<b>42.888.522</b>
	<b>(34.882.513)</b>	<b>12.965.350</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Em R\$ 1,00)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, Sociedade de Economia Mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento, tem como objeto à prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação e de gestão, serviços de rede e de comunicação de dados, administração de ambientes informatizados, operação de sistemas, desenvolvimento e manutenção de sistemas e recursos computacionais. Tais serviços são prestados, preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas, em Reais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pelos órgãos reguladores e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

**3.1 Apuração de resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da transferência de direito e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos deduzidos dos impostos sobre serviços.

**3.2 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuem valor de mercado distinto dos saldos contábeis

### **3.3 Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações. (nota 12).

### **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Esse grupo está composto pelo saldo que permanece nos caixas, saldo de contas correntes e aplicações financeiras com prazos de vencimentos originais de até 90 dias. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado”.

### **3.5 Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na taxa efetiva de inadimplência histórica, constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber de clientes vencidos.

### **3.6 Estoques (Almoxarifado)**

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

### **3.7 Investimentos**

São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

### **3.8 Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção (corrigidos monetariamente até 31/12/1995), deduzidos da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 8.

A Companhia adota procedimentos para assegurar que seus ativos não estejam contabilizados por valor superior àquele passível de recuperação através de uso ou venda, em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo CPC 01.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou agregadas ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (Despesas) Receitas Operacionais", na demonstração do resultado.

### **3.9 Intangível**

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida são amortizados de acordo com tal prazo e, quando apurado algum indício de redução de seu valor recuperável, são submetidos a testes para análise de recuperação. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor recuperável.

### **3.10 Provisão para Recuperação de Ativos**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

### **3.11 Outros Ativos Circulantes e não Circulantes**

Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário são classificados como ativos não circulantes.

Foram classificados os ativos circulantes e não circulantes considerando-se o período de realização.

### **3.12 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### **3.13 Provisão para Demandas Judiciais**

A Companhia adota os conceitos estabelecidos no CPC 25 sobre provisões, passivos, contingências passivas e ativas na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. (nota 12).

As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir:

**Ativos Contingentes:** É um ativo possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

**Passivos Contingentes:** Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. (i) Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações financeiras; (ii) Para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas, e para os passivos contingentes julgados remotos, não são registrados e nem divulgados.

### **3.14 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até a data do balanço.

### **3.15 Tributação**

As receitas de prestação de serviços são tributadas pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), PIS e COFINS.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS, Cofins e ICMS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados de acordo com o regime de tributação do lucro real e quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real são calculados à alíquota de 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R\$ 240.000) para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício.

### **3.16 Lucro por Ação**

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/quantidade de ações em circulação”. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações os lucros podem ser: distribuídos, utilizados para aumento de capital ou composição da reserva de lucros para expansão, com base no orçamento de capital.

### **3.17 Distribuição de Lucros e Juros sobre o Capital Próprio**

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os quotistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

## **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos em Caixa	-	5.179
Recurso em Bancos - conta corrente	447.995	1.421.304
Aplicações Financeiras	7.558.014	41.462.039
	<b>8.006.009</b>	<b>42.888.522</b>

As aplicações financeiras estão compostas por NTN-B- Notas do Tesouro Nacional, na Caixa Econômica Federal e Fundo de Renda Fixas LP e Curto prazo – Administração Supremo (central de viagem) no Banco do Brasil, sendo a mais relevante à aplicação no BB em Fundo de Renda Fixa a longo prazo, no valor de R\$ 5.848.014 (R\$ 39.727.554 em 2011).

## **5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Os créditos estão representados, substancialmente, por operação com órgãos do governo Municipal e Estadual.

Com base na taxa efetiva de inadimplência histórica, a administração acredita que nenhuma provisão para créditos de liquidação é necessária com relação a contas a receber de clientes vencidos.

## **6. IMPOSTOS A RECUPERAR**

São registradas as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social relativos aos recolhimentos em regime de estimativa, de acordo com os dispositivos legais.

As retenções das contribuições 4,65% (PASEP, COFINS e CSSL) estão registradas nessa rubrica e compensadas mensalmente, exceto a CSSL que está sendo compensada nos meses em que a Companhia apresenta lucros tributáveis. (IN 459 de 18/10/04).

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contribuição Social retida	211.746	58.981
CSSL a compensar	-	136.388
IRPJ a compensar	398.357	353.905
Cofins	673.151	171.996
Pis	150.458	36.420
Créditos Fiscais Diferidos	3.375.025	-
Outros impostos a recuperar	129.275	1.626
<b>Total</b>	<b>4.938.012</b>	<b>759.316</b>

## 7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Títulos de Crédito		
Obrigações da Eletrobrás	18.438	17.376
Depósitos para Recursos		
Trabalhistas	2.301.401	2.213.473
Judiciais Diversos	636.549	623.186
Outros Créditos		
PR-Previdência	640.555	2.037.604
<b>Total</b>	<b>3.596.943</b>	<b>4.891.639</b>

## 8. IMOBILIZADO

### a) Composição

		2012			2011
	(*) %	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	286.465	-	286.465	286.544
Edificações	4	11.904.799	(2.041.991)	9.862.808	10.315.401
Instalações	10	17.956.299	(594.713)	17.361.586	592.480
Equipamentos	10 e 20	43.789.413	(30.277.749)	13.511.664	12.028.404
Veículos	20	525.770	(525.770)	-	67.530
Móveis e Utensílios	10	5.714.565	(2.045.723)	3.668.842	2.909.095
		<b>80.177.311</b>	<b>(35.485.946)</b>	<b>44.691.365</b>	<b>26.199.454</b>

(\*) Taxas anuais de depreciação.

### b) Movimentação

	2011	2012				
	Valor Líquido	Adições	Depreciação	Baixa	Transferências	Valor Líquido
Terrenos	286.544	-	-	(79)	-	286.465
Edificações	10.315.401	77.785	(530.361)	(17)	-	9.862.808
Instalações	592.480	16.776.955	(7.847)	(2)	-	17.361.586
Equipamentos	12.028.404	4.639.743	(3.910.658)	(6.594)	760.769	13.511.664
Veículos	67.530	-	(43.726)	(23.804)	-	-
Móveis e Utensílios	2.909.095	1.847.043	(282.941)	(43.586)	(760.769)	3.668.842
	<b>26.199.454</b>	<b>23.341.526</b>	<b>(4.775.533)</b>	<b>(74.082)</b>	<b>-</b>	<b>44.691.365</b>

## 9. INTANGÍVEL

### a) Composição

	%	2012			2011
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Aplicativos para Clientes	20	905.564	899.660	5.904	5.904
Sistemas de Suporte	20	25.723.105	17.860.998	7.862.107	1.713.906
Outros Intangíveis		13.082	-	13.082	13.082
		<b>26.641.751</b>	<b>18.760.658</b>	<b>7.881.093</b>	<b>1.732.892</b>

(\*) - Taxas anuais de amortização.

### b) Movimentação

	2011	2012				Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições	Amortização	Baixa	Transf.	
Aplicativos para Clientes	5.904	-	-	-	-	<b>5.904</b>
Sistemas de Suporte	1.713.906	9.140.278	(2.992.077)	-	-	<b>7.862.107</b>
Outros Intangíveis	13.082	-	-	-	-	<b>13.082</b>
	<b>1.732.892</b>	<b>9.140.278</b>	<b>(2.992.077)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.881.093</b>

## 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2012	2011
Provisão de Férias e Encargos	9.434.735	7.987.173
Previdência Social	1.092.434	1.290.263
Fundo de Garantia por Tempo Serviço	667.997	602.304
Outras Obrigações	190.282	3.162
	<b>11.385.448</b>	<b>9.882.902</b>

## 11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cofins a Pagar	911.364	744.020
Imposto sobre Serviços	1.104.732	864.606
IRRF a Pagar	1.263.145	1.176.151
Previdencia Social sobre a Receita	332.361	-
Outras Obrigações	495.672	189.443
	<b>4.107.274</b>	<b>2.974.220</b>

## 12. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

<u>Contingências</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras Ações</u>
Saldo Exercício 2011	5.766.337	155.603	663.160
Reversão das Provisões	(5.766.337)	(155.603)	(663.160)
<b>Nova Provisão 2012</b>	<b>7.942.812</b>	<b>160.883</b>	<b>701.889</b>

### 12.1 Processos Trabalhistas

A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificados de acordo com a deliberação nº 594 da CVM, estando assim distribuídos:

- a) Provável - R\$ 7.942.812
- b) Possível - R\$ 3.582.000
- c) Remota - R\$ 98.000

### 12.2 Processos Tributários

A provisão para contingência tributária refere-se ao processo nº 23034.000513/2005-41 F.N.D.E., sendo R\$ 61.901 (sessenta e um mil, novecentos e um reais) de valor original mais multas e juros, totalizando R\$ 160.883 (cento e sessenta mil, oitocentos e oitenta e três reais), provisionados em 2005 e sendo atualizado pela tabela Prática de Contribuições em atraso da Previdência Social, até dezembro de 2012.

### 12.3 Provisão para Outras Ações Cíveis

Consideramos também a probabilidade de perda para outras ações, referente à ação cível, processo nº 7958/2010, sobre rescisão de contrato do aluguel do prédio no valor de R\$ 701.889 (setecentos e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais), atualizados pelo IPCA de dezembro de 2012.

### 13. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2012, com base no lucro real, os montantes de R\$ 15.405.231 (R\$ 6.639.500 em 2011) de provisão para o Imposto de Renda e de R\$ 5.758.050 (R\$ 2.398.860 em 2011) de Contribuição Social, totalizando R\$ 21.163.281 (R\$ 9.038.360 em 2011) em obediência à legislação tributária federal.

A seguir demonstrativo do cálculo referente ao exercício de 2012:

Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	64.738.551	58.980.501
(+) Contribuição Social sobre o Lucro	-	5.758.050
(+) Custos e Despesas Indedutíveis	10.023.964	10.023.964
(-) Exclusões	10.784.180	11.131.509
(=) Base de Incidência da Contribuição Social e Imposto de Renda	63.978.335	63.631.006
Contribuição Social e Imposto de Renda no Resultado do Exercício	5.758.050	15.883.752
(-) Incentivo Fiscal de Dedução do Imposto	-	478.521
<b>Contribuição Social e Imposto de Renda no Resultado do Exercício</b>	<b>5.758.050</b>	<b>15.405.231</b>

### 14. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O montante de R\$ 4.333.753 (R\$ 3.169.787 em 2011) refere-se ao crédito para os acionistas a título de remuneração do capital próprio (JCP) no período de janeiro a novembro de 2012. O valor foi calculado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido ajustado nos termos da legislação vigente e da decisão da diretoria da Companhia.

A remuneração do capital próprio (JCP) constituído no exercício de 2011 foi incorporado a reserva de capital para futuro aumento de capital, conforme determinação constante na 49ª assembleia geral ordinária (AGO) em 27/04/2012.

## **15. DEPÓSITOS EM CAUÇÃO**

A Companhia recebe cauções como garantia de contrato, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato.

## **16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **16.1 Capital Social**

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 62.698.100 (sessenta e dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil e cem reais), são representados por 62.698.100 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, conforme 49ª AGO de 27/04/2012.

### **16.2 Reserva de Capital**

Essa reserva foi constituída pela reversão da remuneração do capital próprio (JCP) no valor de R\$ 3.162.665 (três milhões cento e sessenta e dois mil e seiscentos e sessenta e cinco reais), conforme determinação constante na 49ª assembleia geral ordinária em 27/04/2012.

### **16.3 Reserva Legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### **16.4 Dividendos**

De acordo com o art. 46 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2012, conforme determinação constante na 49ª assembleia geral ordinária (AGO) foi efetuada a reversão dos dividendos no valor de R\$ 4.330.142 (quatro milhões trezentos e trinta mil e cento e quarenta e dois reais).

Os dividendos, registrados no passivo, foram calculados como segue:

Lucro Líquido do Exercício	43.575.270	18.232.179
Reserva Legal (5%)	2.178.764	911.609
Dividendos (25%)	10.349.126	4.330.142

#### **16.5 Reserva Especial de Lucros**

Constituída, de acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/07, para futuro aumento de capital no valor de R\$ 53.374.910 (R\$ 22.116.020 em 2011).

#### **17. SEGUROS**

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente.

#### **18. PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída pela Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996, denominada Previcel – Previdência Privada da Celepar, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus funcionários e participantes, por meio do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida.

#### **19. BENEFÍCIOS**

Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os funcionários tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa Alimentação, Auxílio Educação, Auxílio Funeral, Auxílio Portador de Deficiência.

## 20 RECEITA OPERACIONAL BRUTA-AUMENTO EM RELAÇÃO A 2011

a) Dos serviços prestados durante o exercício de 2012, R\$ 29.151.903, referem-se a contratos de 2010 e R\$ 7.931.868, referentes a novos serviços contratados, considerando também o reajuste de 5,8% (IPCA de outubro a setembro de 2012) aplicado aos serviços prestados bem como aumento no volume de serviços já existentes.

b) Demonstrativo de valores a faturar referentes a contratos – posição em 31/12/2012

<u>Contrato</u>	<u>Não Faturado</u>	<u>Faturado/Ajustado</u>	<u>Recebido</u>	<u>A Receber</u>	<u>Saldo a Faturar</u>
<b>Contratos não assinados - 2010 (em Reais)</b>					
19.997.107	13.792.265	13.792.265	399.552	13.392.713	-
<b>Contratos assinados e não faturados</b>					
18.618.530	8.205.018	8.205.018	4.650.634	3.554.384	-
<b>Valor não faturado 2010 - corte de Orçamento Estadual</b>					
139.586.432	9.191.455	9.191.455	2.305.155	6.886.300	-
<b>Total</b>	<b>31.188.738</b>	<b>31.188.738</b>	<b>7.355.341</b>	<b>23.833.397</b>	<b>-</b>

## 21 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Refere-se à retificação referente ao exercício anterior no valor de R\$ 297.396, decorrente de ajustes na apuração do IRPJ e CSL.

## 22 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Do montante de receitas financeiras, R\$ 2.460.633 se refere aos juros sobre aplicações financeiras (nota 4). Do montante de despesas financeiras, R\$ 4.343.511 são referentes aos Juros sobre Remuneração do Capital próprio (JCP).

## 23 TRIBUTOS DIFERIDOS

Foram diferidos tributos de R\$ 2.481.636 para o IRPJ e R\$ 893.390 para CSLL com base nas adições temporárias, tendo como base o valor de R\$ 9.926.543.

## 24 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da Companhia foram aprovadas por unanimidade na 164ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal.

### Conselho de Administração:

Cássio Taniguchi  
Conselheiro

Jacson Carvalho Leite  
Conselheiro

Daniella Gonini de Matos Leão  
Conselheiro

José Richa Filho  
Conselheiro

Luiz Carlos Jorge Haully  
Conselheiro

Edson Casagrande  
Conselheiro

Jan Antonio Pereira  
Conselheiro

### Diretoria Executiva:

Jacson Carvalho Leite  
Diretor Presidente

Lúcio Alberto Hansel  
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Fernando Ballin Ortolani  
Diretor de Operações

José Juracy Macedo  
Diretor de Desenvolvimento

Danilo Scalet  
Diretor de Tecnologia da Informação

Rafael Moura de Oliveira  
Diretora Jurídica

Vera Lucia de Meira  
Contadora  
Reg. CRC/PR.nº 17.441/O-6



**RUSSELL BEDFORD BRASIL**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ -  
CELEPAR**  
Curitiba /PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

Rai 1-04/13 OS 3411  
Formulário RAI. 03

2

**RUSSELL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES**  
Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530 010  
Fone: (41) 3350-6000 Fax: (41) 3350-6101  
www.rbai.com.br





**RUSSELL BEDFORD BRASIL**

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

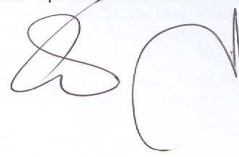
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

**Base para Opinião com Ressalvas**

Conforme pode ser observado no conteúdo na nota 8, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para definição do montante a ser depreciado segundo a NBC TG 27 - ativo imobilizado.

Conforme mencionado na nota 19, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, concede diversos benefícios aos seus empregados, incluindo aposentados, cuja provisão correspondente não está refletida nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012, o que não coaduna com a NBC TG 33 - benefícios a empregados, sendo que não foi possível determinar eventuais ajustes que teriam sido necessários às demonstrações contábeis.

Conforme comentado na nota 20, a administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, embora tenha prestado os serviços para determinados clientes, deixou de emitir as respectivas faturas no exercício social de 2010. Em decorrência desse procedimento, a administração da época não reconheceu o direito realizável em contas a receber de clientes e a correspondente receita no montante de R\$ 31.188.738. Durante o exercício de 2012 foi faturado o montante de R\$ 29.151.903 (R\$ 2.036.833 em 2011), com os correspondentes reflexos, tanto no patrimônio líquido quanto no resultado daquele exercício.





**RUSSELL BEDFORD BRASIL**


**Opinião com Ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo sobre a base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 04 de abril de 2013.



Pedro Nunes de Gouveia  
Contador CRCPR Nº 022.632/O-9



João Raimundo Klein  
Contador CRCRS Nº 041070/O-3 S-PR

**RUSSELL BEDFORD BRASIL – AUDITORES INDEPENDENTES**  
CRCPR Nº 002.906/O-5

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2012, bem como sua escrituração, inventário e balanço patrimonial acompanhado das respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e notas explicativas anexas e, considerando o parecer dos Auditores Independentes, emitido em 04 de abril de 2013, é de parecer que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 17 de abril de 2013.

Ass.

Luiz Eduardo Sebastiani

Jaime Kiochi Nakano

Marcos Elias Traad da Silva

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2015



*Paulo L.*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*


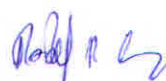
## SUMÁRIO

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	4
Demonstração do Resultado Abrangente – DRA	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	5
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC	7

### NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto operacional	8
NOTA 2 – Resumo das principais práticas e políticas contábeis	8
NOTA 3 – Apresentação retrospectiva de saldos de períodos anteriores modificados	16
NOTA 4 – Caixa e equivalentes de caixa	17
NOTA 5 – Contas a receber	19
NOTA 6 – Estoques	21
NOTA 7 – Créditos com pessoas ligadas	21
NOTA 8 – Outros valores e bens	21
NOTA 9 – Ativo não circulante	25
NOTA 10 – Investimentos	27
NOTA 11 – Imobilizado	28
NOTA 12 – Intangível	29
NOTA 13 – Passivo circulante	29
NOTA 14 – Passivo não circulante	33
NOTA 15 – Patrimônio líquido	45
NOTA 16 – Demonstração do Resultado do Exercício	47
NOTA 17 – Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	49
NOTA 18 – Seguro dos bens	53
NOTA 19 – Partes relacionadas	53
NOTA 20 – Outras informações	55
NOTA 21 – Eventos subsequentes	56



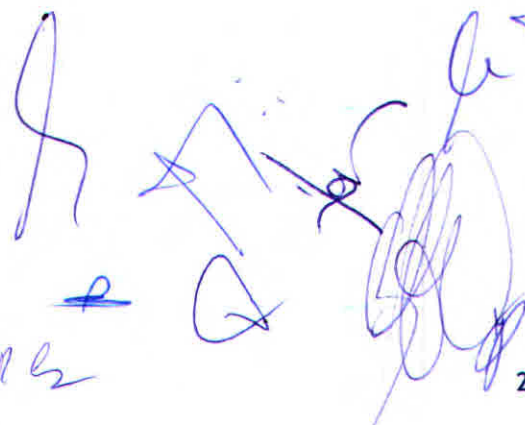
## BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado	
		31 dez 2015	31 dez 2014	01 jan 2014	31 dez 2015	31 dez 2014
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
<b>Circulante</b>		<b>4.372.506</b>	<b>4.030.890</b>	<b>3.758.989</b>	<b>4.404.655</b>	<b>4.060.890</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.164.313	1.375.528	1.402.771	1.196.100	1.405.528
Caixa	4.1	737	568	661	737	568
Bancos	4.2	5.025	8.214	8.520	5.025	38.214
Aplicações	4.3	1.158.551	1.366.746	1.393.590	1.190.338	1.366.746
Contas a Receber	5	2.570.820	2.108.555	1.739.064	2.570.820	2.108.555
Estoques	6	71.777	55.639	50.487	71.777	55.639
Créditos com Pessoas Ligadas	7	61.786	5.125	-	61.704	5.125
Outros Valores e Bens	8	503.810	486.043	566.667	504.254	486.043
Adiantamentos	8.1	122.742	122.268	128.006	122.774	122.268
Valores a Compensar / Restituir	8.2	348.638	337.825	360.442	349.049	337.825
Cobrança Jurídica/Inadimplência	8.3	967	10.557	7.526	967	10.557
Valores a Apurar	8.4	-	-	4.060	-	-
Outros Créditos	8.5	31.463	15.393	66.633	31.463	15.393
<b>Não-Circulante</b>	<b>9</b>	<b>11.136.671</b>	<b>12.797.508</b>	<b>8.259.085</b>	<b>11.104.554</b>	<b>12.767.508</b>
Realizável a Longo Prazo		3.833.721	5.699.828	6.478.773	3.831.868	5.699.828
Aplicações	4.3	790.578	2.066.435	3.142.184	790.578	2.066.435
Investimentos não permanentes	9.1	4.411	4.411	-	4.411	4.411
Imóveis Funcionais Vendidos	9.2	2	571	1.459	2	571
Tributos Diferidos	9.3	2.687.195	3.279.698	3.127.842	2.687.195	3.279.698
Depósitos Judiciais	9.4	107.776	101.639	96.182	107.776	101.639
Valores a Compensar	9.5	139.492	139.492	107.974	139.492	139.492
Convênio Postal Saúde	9.6	100.000	100.000	-	100.000	100.000
Outros	9.7	4.267	7.582	3.132	2.413	7.582
Investimentos	10	556.902	433.289	19.130	526.638	403.289
Investimentos permanentes	10.1	526.672	403.323	19.130	526.672	403.323
(-) Perda ao Valor Recuperável		(34)	(34)	-	(34)	(34)
CorreiosPar	10.2	30.264	30.000	-	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	<b>6.632.705</b>	<b>6.560.893</b>	<b>1.707.841</b>	<b>6.632.705</b>	<b>6.560.893</b>
Imóveis		5.680.945	5.743.878	1.556.410	5.680.945	5.743.878
(-) Depreciação Acumulada		(297.352)	(237.066)	(712.737)	(297.352)	(237.066)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	-	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.104.294	2.876.376	2.751.600	3.104.294	2.876.376
(-) Depreciação Acumulada		(1.804.256)	(1.771.369)	(1.887.432)	(1.804.256)	(1.771.369)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>113.343</b>	<b>103.498</b>	<b>53.341</b>	<b>113.343</b>	<b>103.498</b>
Softwares		363.717	326.178	267.043	363.717	326.178
(-) Amortização		(250.374)	(222.680)	(213.702)	(250.374)	(222.680)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.509.177</b>	<b>16.828.398</b>	<b>12.018.074</b>	<b>15.509.209</b>	<b>16.828.398</b>




Roberto L. S.



## BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	31 dez 2015	Controladora		Consolidado	
			31 dez 2014	01 jan 2014	31 dez 2015	31 dez 2014
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
<b>Circulante</b>	<b>13</b>	<b>4.112.402</b>	<b>3.507.565</b>	<b>3.421.377</b>	<b>4.112.434</b>	<b>3.507.565</b>
Fornecedores	13.1	1.099.131	662.027	658.879	1.099.131	662.027
Salários e Consignações	13.2	1.097.590	1.073.087	1.012.084	1.097.622	1.073.087
Encargos Sociais	13.3	213.097	230.736	201.016	213.097	230.736
Impostos e Contribuições	13.4	154.250	151.705	148.296	154.250	151.705
Arrecadações e Recebimentos	13.5	58.595	56.757	53.459	58.595	56.757
Adiantamentos de Clientes	13.6	3.680	301	4.886	3.680	301
Contas Internacionais a Pagar	13.7	104.460	70.016	59.597	104.460	70.016
Precatórios Judiciais	13.8	87.840	80.134	82.940	87.840	80.134
Empréstimos e Financiamentos	13.9	-	3.358	3.344	-	3.358
Participação nos Lucros e Resultados	13.10	29.667	32.929	46.943	29.667	32.929
Receitas a Apropriar	13.11	17.537	18.932	582.813	17.537	18.932
Benefício Pós Emprego	14.1	331.107	335.270	527.481	331.107	335.270
Obrigações financeiras a pagar	13.12	864.391	701.972	-	864.391	701.972
Convênio Postal Saúde	13.13	20.632	53.491	-	20.632	53.491
Outros Débitos	13.14	30.425	36.850	39.639	30.425	36.850
<b>Não-Circulante</b>	<b>14</b>	<b>9.934.188</b>	<b>10.843.224</b>	<b>9.138.680</b>	<b>9.934.188</b>	<b>10.843.224</b>
Empréstimos e Financiamentos		-	-	2.945	-	-
Benefício Pós Emprego	14.1	7.204.117	7.658.881	7.205.824	7.204.117	7.658.881
Passivos Contingentes	14.2	438.939	447.449	664.158	438.939	447.449
Tributos Compensados	14.3	10.911	10.639	121.800	10.911	10.639
Tributos Diferidos	14.4	1.755.386	1.737.834	-	1.755.386	1.737.834
Mandados e Precatórios	14.5	38.163	15.077	14.233	38.163	15.077
Receitas Recebidas Antecipadamente		-	-	1.129.720	-	-
Obrigações financeiras a pagar	13.12	486.672	973.344	-	486.672	973.344
		-	-	-	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>15</b>	<b>1.462.587</b>	<b>2.477.609</b>	<b>(541.983)</b>	<b>1.462.587</b>	<b>2.477.609</b>
Capital	15.1	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	15.2	3.275.631	3.296.110	-	3.275.631	3.296.110
Reservas de Lucros	15.3	-	308.237	732.298	-	308.237
Reserva Legal	15.3.1	-	274.303	331.501	-	274.303
Reserva de Lucros a Realizar	15.3.2	-	33.934	400.797	-	33.934
Outros Resultados Abrangentes	15.4	(3.036.788)	(4.120.962)	(3.814.549)	(3.036.788)	(4.120.962)
Prejuízos Acumulados	15.5	(1.955.714)	(185.234)	(639.190)	(1.955.714)	(185.234)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>15.509.177</b>	<b>16.828.398</b>	<b>12.018.074</b>	<b>15.509.209</b>	<b>16.828.398</b>



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 dez 2015	31 dez 2014 Reapresentado	31 dez 2015	31 dez 2014 Reapresentado
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	16.1	17.138.728	16.055.019	17.138.728	16.055.019
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	16.2	(14.611.729)	(13.230.830)	(14.611.729)	(13.230.830)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>2.526.999</b>	<b>2.824.189</b>	<b>2.526.999</b>	<b>2.824.189</b>
Despesas com vendas/serviços	16.3	(1.204.293)	(1.111.508)	(1.204.293)	(1.111.508)
Despesas Gerais e Administrativas	16.4	(3.753.241)	(2.316.739)	(3.754.792)	(2.316.739)
Resultado de participação em controlada	16.5	346	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	16.6	248.127	456.420	248.127	456.420
Outras Despesas Operacionais	16.7	(170.206)	(151.790)	(170.302)	(151.790)
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(2.352.268)</b>	<b>(299.428)</b>	<b>(2.354.261)</b>	<b>(299.428)</b>
Receitas Financeiras	16.8	824.918	588.904	827.164	588.904
Despesas Financeiras	16.9	(554.294)	(302.922)	(554.304)	(302.922)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>270.624</b>	<b>285.983</b>	<b>272.860</b>	<b>285.983</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(2.081.644)</b>	<b>(13.445)</b>	<b>(2.081.401)</b>	<b>(13.445)</b>
Imposto de Renda	17.1	(29.113)	(2.453)	(29.291)	(2.453)
Contribuição Social	17.1	(10.481)	(4.411)	(10.546)	(4.411)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(2.121.238)</b>	<b>(20.309)</b>	<b>(2.121.238)</b>	<b>(20.309)</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	31 dez 2015	31 dez 2014 Reapresentado	31 dez 2015	31 dez 2014 Reapresentado
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(2.121.238)</b>	<b>(20.309)</b>	<b>(2.121.238)</b>	<b>(20.309)</b>
<b>Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício</b>				
Aumento/redução da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	1.642.689	(464.263)	1.642.689	(464.263)
Aumento/redução do imposto de renda relacionado com itens de outros resultados abrangentes	(558.514)	157.850	(558.514)	157.850
<b>Aumento/redução em outros resultados abrangentes</b>	<b>1.084.176</b>	<b>(306.414)</b>	<b>1.084.176</b>	<b>(306.414)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.037.063)</b>	<b>(326.723)</b>	<b>(1.037.063)</b>	<b>(326.723)</b>



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

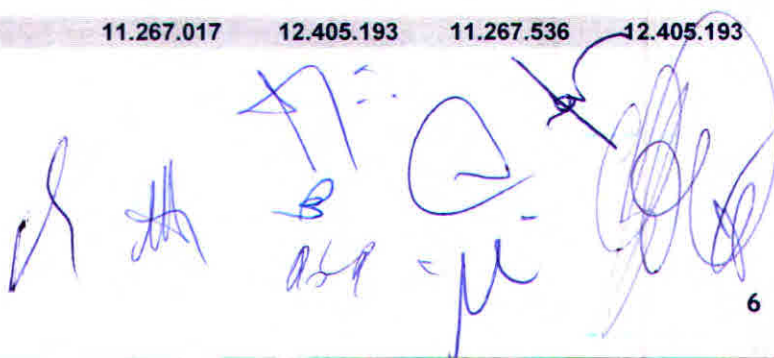
	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS	LUCROS A REALIZAR				
<b>2014</b>									
Saldo em 01/01/2014 (Reapresentado)	3.179.458	-	331.501	-	400.797	(639.190)	(3.814.549)	-	(541.983)
Aumento de Capital:									
Resultado do período	-	-	-	-	-	(20.309)	-	-	(20.309)
Destinação do Lucro/Absorção Prejuízo:									
- Reserva Legal	-	-	(57.198)	-	-	57.198	-	-	-
- Lucros a Realizar	-	-	-	-	(366.863)	366.863	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(306.413)	-	(306.414)
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	-	-	-	-	-	50.204	-	3.296.110	3.346.315
<b>Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)</b>	<b>3.179.458</b>	<b>-</b>	<b>274.303</b>	<b>-</b>	<b>33.934</b>	<b>(185.234)</b>	<b>(4.120.962)</b>	<b>3.296.110</b>	<b>2.477.609</b>
<b>2015</b>									
Aumento de Capital:									
Resultado do período	-	-	-	-	-	(2.121.238)	-	-	(2.121.238)
Destinação do Lucro/Absorção Prejuízo:									
- Reserva Legal	-	-	(274.303)	-	-	274.303	-	-	-
- Lucros a Realizar	-	-	-	-	(33.934)	33.934	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.084.174	-	1.084.174
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	-	-	-	-	-	42.521	-	(20.479)	22.042
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>3.179.458</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.955.714)</b>	<b>(3.036.788)</b>	<b>3.275.631</b>	<b>1.462.587</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and initials 'Nelle' on the left.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

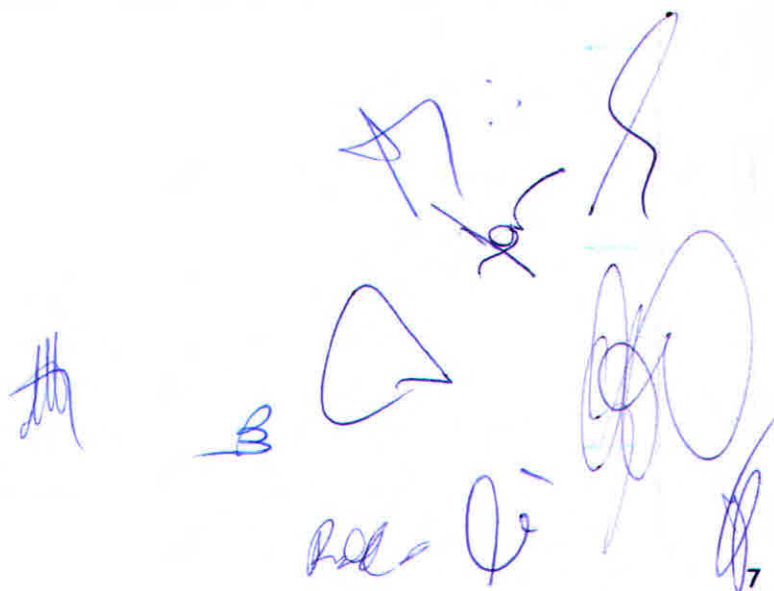
I		Controladora		Consolidado		
		Nota	31 dez 2015	31 dez 2014	31 dez 2015	31 dez 2014
	<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
1	<b>RECEITAS</b>		<b>17.979.035</b>	<b>17.099.148</b>	<b>17.978.689</b>	<b>17.099.148</b>
1.1	Receitas Operacionais		17.765.336	16.647.755	17.765.336	16.647.755
1.2	Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa		(34.774)	(5.027)	(34.774)	(5.027)
1.3	Receitas Não-Operacionais		23.406	31.118	23.406	31.118
1.4	Outras Receitas Operacionais		225.067	425.302	224.721	425.302
2	<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>7.266.378</b>	<b>5.050.192</b>	<b>7.267.759</b>	<b>5.050.192</b>
2.1	Custo dos Serviços Prestados		5.573.290	4.033.217	5.573.378	4.033.217
2.2	Serviços Adquiridos de Terceiros		145.582	1.095.089	145.596	1.095.089
2.3	Materiais Consumidos		12.895	22.492	14.109	22.492
2.4	Propaganda e Comunicação		199.115	199.885	199.179	199.885
2.5	Utilidades e Serviços		6.383	3.276	6.383	3.276
2.6	Provisões diversas		1.329.113	(303.767)	1.329.113	(303.767)
3	<b>VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		<b>10.712.657</b>	<b>12.048.956</b>	<b>10.710.930</b>	<b>12.048.956</b>
4	<b>RETENÇÕES</b>		<b>270.558</b>	<b>232.667</b>	<b>270.558</b>	<b>232.667</b>
4.1	Depreciação/Amortização		270.558	232.667	270.558	232.667
5	<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		<b>10.442.099</b>	<b>11.816.289</b>	<b>10.440.372</b>	<b>11.816.289</b>
6	<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>824.918</b>	<b>588.904</b>	<b>827.164</b>	<b>588.904</b>
6.1	Receitas Financeiras		824.918	588.904	827.164	588.904
	<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		<b>11.267.017</b>	<b>12.405.193</b>	<b>11.267.536</b>	<b>12.405.193</b>
<b>II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
7	<b>REMUNERAÇÃO DO TRABALHO</b>		<b>10.266.423</b>	<b>9.656.286</b>	<b>10.266.423</b>	<b>9.656.286</b>
7.1	Salários, Honorários e Benefícios		9.674.733	9.044.146	9.674.733	9.044.146
7.2	Participações no Lucro e Resultados - PLR		-	40.595	-	40.595
7.3	Encargos Sociais		591.690	571.545	591.690	571.545
8	<b>REMUNERAÇÃO DO GOVERNO</b>		<b>2.765.899</b>	<b>2.545.902</b>	<b>2.766.393</b>	<b>2.545.902</b>
8.1	INSS		1.519.703	1.440.099	1.519.703	1.440.099
8.2	Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSSL)		1.174.137	1.033.340	1.174.253	1.033.340
8.3	Imposto de Renda e Contribuição Social		72.059	72.463	72.437	72.463
9	<b>REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS</b>		<b>355.933</b>	<b>223.314</b>	<b>355.958</b>	<b>223.314</b>
9.1	Aluguéis, juros, variação cambial		336.664	210.773	336.689	210.773
9.2	Outras remunerações a terceiros		19.269	12.541	19.269	12.541
10	<b>REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS</b>		<b>(2.121.238)</b>	<b>(20.309)</b>	<b>(2.121.238)</b>	<b>(20.309)</b>
10.1	Lucro/Reserva Retidos		(2.121.238)	(20.309)	(2.121.238)	(20.309)
10.2	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-
	<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO</b>		<b>11.267.017</b>	<b>12.405.193</b>	<b>11.267.536</b>	<b>12.405.193</b>



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	31 dez 2015	31 dez 2014	31 dez 2015	31 dez 2014
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro Líquido do Período	(2.121.238)	(20.309)	(2.121.238)	(20.309)
<u>Itens de Resultado que não interferem no Caixa</u>				
Depreciação e Amortização	270.558	232.667	270.558	232.667
- Provisões	1.396.351	(89.363)	1.396.351	(89.363)
- Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	26.477	53.302	26.477	53.302
- Receita de Variação Patrimonial	(63.583)	(3.097)	(63.583)	(3.097)
Baixas do Imobilizado/Intangível	14.400	26.632	14.400	26.632
<u>Mutações Patrimoniais</u>				
Aumento do Contas a Receber	(462.264)	(369.491)	(462.264)	(369.491)
Aumento dos Estoques	(16.138)	(5.152)	(16.138)	(5.152)
Aumento do Convênio Postal Saúde	(56.661)	(5.125)	(56.579)	(5.125)
Aumento/Diminuição de Outros Valores e Bens	(17.768)	80.624	(18.212)	80.624
Aumento dos Realizável a Longo Prazo	(2.253)	(140.538)	(399)	(140.538)
Aumento dos Fornecedores	437.104	3.148	437.104	3.148
Aumento dos Salários e Consignações	24.503	61.002	24.534	61.002
Aumento/Diminuição das outras Obrigações	(775.919)	1.881.122	(775.654)	1.881.122
Diminuição das Receitas Recebidas Antecipadamente	(1.395)	(1.693.601)	(1.395)	(1.693.601)
Diminuição das Provisões/Mandados e Precatórios	294.903	(584.772)	294.903	(584.772)
<b>Recursos Líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>(1.052.922)</b>	<b>(572.951)</b>	<b>(1.051.135)</b>	<b>(572.951)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Diminuição das Aplicações Financeiras	1.275.856	1.075.749	1.275.856	1.075.749
Dividendos a Receber	-	-	-	-
Aplicações no Imobilizado/Intangível	(430.791)	(497.110)	(430.791)	(497.110)
Aplicações em Investimentos	-	(30.000)	-	-
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</b>	<b>845.065</b>	<b>548.639</b>	<b>845.065</b>	<b>578.639</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Empréstimos e Financiamentos	(3.358)	(2.931)	(3.358)	(2.931)
<b>Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(3.358)</b>	<b>(2.931)</b>	<b>(3.358)</b>	<b>(2.931)</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de Caixa</b>	<b>(211.215)</b>	<b>(27.243)</b>	<b>(209.428)</b>	<b>2.757</b>



## NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Conforme estatuto, os Correios têm por objeto, nos termos da Lei: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a Correiospar com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020. No exercício de 2015, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias.

## NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

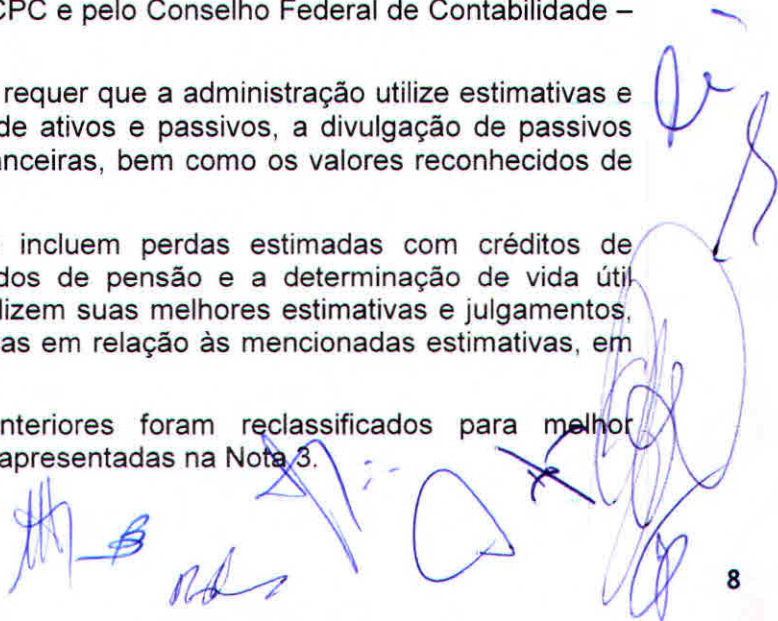
### 2.1 – Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

As estimativas adotadas pela administração incluem perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões passivas, fundos de pensão e a determinação de vida útil econômica dos ativos. Embora os Correios utilizem suas melhores estimativas e julgamentos, os resultados reais podem apresentar diferenças em relação às mencionadas estimativas, em decorrência de possíveis eventos futuros.

Alguns valores relativos aos exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual e estão apresentadas na Nota 3.



As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e benefício pós-emprego e distrato do Banco Postal evidenciados a valor presente, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### **a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A Empresa registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Empresa, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis tais como, consecução de novos negócios e implementação de metas para a redução de despesas, os quais podem não se realizar até o final do período projetado.

#### **b) Plano de pensão**

A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado.

Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

#### **c) Plano de saúde**

A Empresa é patrocinadora do Plano de Saúde e reconhece os custos do plano, repassando recursos financeiros para a operadora com o objetivo de cobrir as despesas com a rede credenciada e demais custos de administrativos. Os compromissos com o plano são provisionados com base no cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

#### **d) Provisões para contingências**

A Empresa discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

### **2.2 – Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação dos Correios, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações serão reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial

resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

### 2.3 – Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, entre Correios e sua subsidiária Correiospar, são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados.

### 2.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores reconhecidos são representados por: Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. As aplicações financeiras estão classificadas como títulos mantidos para negociação.

A Correiospar mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

### 2.5 – Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD. Esta é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas incorridas na realização desses créditos. O valor da PECLD pode ser ajustado com base na recuperação dos valores das perdas incorridas, bem como pela mudança na situação financeira dos clientes.

### 2.6 – Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido, quando esses apresentarem-se menores que o valor de custo.

Quando aplicável, é constituída a perda não dedutível de estoque classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

### 2.7 – Adiantamentos

Estão representados, na maior parte, por saldos de adiantamentos salariais e adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte ou em parcelas, conforme acordo coletivo.

Os demais adiantamentos são constituídos, principalmente, por valores a receber de empregados cedidos aos órgãos públicos, líquidos da perda não dedutível constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pagos.

### 2.8 – Convênio Postal Saúde – Ativo / Passivo

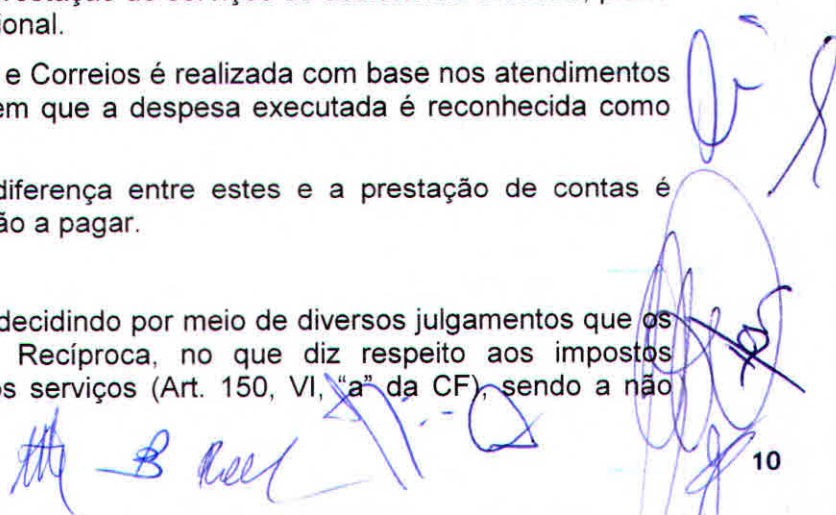
O convênio com a Postal Saúde engloba a prestação de serviços de assistência à saúde, plano de benefício medicamentos e saúde ocupacional.

A prestação de contas entre a Postal Saúde e Correios é realizada com base nos atendimentos efetuados na rede credenciada, momento em que a despesa executada é reconhecida como definitiva e a diferença como provisão.

Com relação aos repasses efetuados, a diferença entre estes e a prestação de contas é reconhecida como adiantamento ou obrigação a pagar.

### 2.9- Ativo Contingente

O Pleno do Supremo Tribunal Federal vem decidindo por meio de diversos julgamentos que os Correios gozam da Imunidade Tributária Recíproca, no que diz respeito aos impostos incidentes sobre a renda, o patrimônio e os serviços (Art. 150, VI, "a" da CF), sendo a não



incidência do tributo por imperativo constitucional, o resultado prático desta imunidade. Fundamenta a corte que a imunidade aplica-se tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que o resultado da imunidade tributária recíproca da ECT é sui generis, pois a decisão coloca todas as receitas auferidas pela empresa sob o manto da imunidade. Tem-se a imunidade recíproca ampla.

Diante desse contexto, a empresa estima ter o direito de créditos tributários de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão nos últimos cinco anos, decorrentes de impostos alcançados pela imunidade recíproca, que foram pagos em exercícios anteriores. O registro destes direitos não foi ativado no patrimônio dos Correios por ainda existirem incertezas quanto à recuperabilidade, contudo o pleito dos créditos tributários na esfera administrativa não foi prejudicado.

## 2.10 – Investimentos

### 2.10.1 – Participações Societárias

No Balanço da controladora, o investimento na controlada - Correiospar, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base no Patrimônio Líquido desta, ao final do exercício.

### 2.10.2 – Propriedades para Investimento

Existem imóveis que são mantidos para geração de renda ou para valorização (cedidos, alugados, desocupados), e, nesse sentido, são classificados como propriedades para investimento e registrados pelo custo de aquisição acrescido do custo atribuído.

As políticas de classificação adotadas pela Empresa para reconhecimento dos imóveis como de propriedades para investimento são:

- Cedidos/alugados - Imóveis próprios com 50% ou mais da área edificada, ocupada por terceiros;
- Desocupados - Imóveis próprios sem uso pelos Correios ou com 50% ou mais da área ocupada por terceiros em processos de desocupação.

A depreciação dos imóveis e instalações cedidas e alugadas é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual, conforme laudo de avaliação emitido por empresa contratada para este fim em 2014.

### 2.10.3 – Demais Investimentos

Os demais investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido das perdas não dedutíveis na realização do investimento, ou na redução ao valor de mercado, quando este for inferior.

## 2.11 – Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear, baseando-se na vida útil econômica e no valor residual quando houver, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais Equipamentos de Proc. de Dados	5 anos	5 anos
Computador e Impressora	5 anos	4 anos
Máquinas e Equipamentos.	10 anos	10 anos
Motocicletas	4 anos	3 anos
Veículos Leves - Carga até 1.000 Kg	5 anos	6 anos
Veículos Leves - Carga acima de 1.000Kg	5 anos	7 anos
Veículos Motorizados Pesados	6 anos	10 anos

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*[Large handwritten signature in blue ink]*

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Veículos Não-Motorizados	5 anos	5 anos
Moveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Ferramentas e Instrumentos	5 anos	5 anos

O método de depreciação, a vida útil econômica e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Terrenos não são depreciados.

As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias definitivas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, momento em que se inicia a depreciação/amortização.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação ou o tempo de vida útil da obra dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na Demonstração do Resultado do Exercício em que o ativo foi baixado.

## 2.12 – Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear, com base na vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

## 2.13 – Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

### 2.13.1 – Ativos Financeiros

Conforme disciplina o CPC 38, anualmente, os Correios efetuam estudos sobre os seus ativos financeiros a fim de estabelecer o percentual de perda incorrida sobre os ativos e assim constituir as perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, composta por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender a legislação societária e fiscal (Lei 9.430/96).

### 2.13.2 – Investimentos

Os Correios realizaram, em dezembro de 2015, testes de recuperabilidade em seus investimentos não relevantes (Participação em Companhias Telefônicas), baseando-se na cotação dos papéis no mercado, com base em dados fornecidos pelos bancos que detêm a custódia dos títulos. O resultado desse estudo apontou que não há indicações de desvalorização, não tendo assim a necessidade de reconhecimento de perdas.

Devido ao desempenho negativo que vem ocorrendo desde o exercício de 2002, os Correios mantêm a perda não dedutível de 100% nos seus investimentos em incentivos fiscais FINAM/FINOR.

Para o investimento na Correiospar, anualmente, é verificado se há indicativo de perda com base em fatores externos ou internos. Em 2015 não houve indicativo de perda, mantendo-se o valor contábil ajustado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

### 2.13.3 – Imobilizado/Intangível

Para os bens imóveis, anualmente, é verificado se existe indicativo de perda dos imóveis com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo de perda, procede-se a avaliação do bem no mercado ou mantém-se o valor contábil.

Em 2014 foram reconhecidos ajustes ao valor recuperável de 141 imóveis que estavam com o valor contábil acima do valor de mercado. Em 2015, após avaliação interna, verificou-se que as condições presentes à época da elaboração dos laudos emitidos por empresa contratada em 2014 não tiveram alterações significativas, mantendo-se o ajuste realizado no exercício anterior.

Para os bens móveis e intangíveis (softwares) a perda do valor recuperável é reconhecida mensalmente por meio da depreciação/amortização com base na vida útil econômica deste. Destaca-se, que no ano de 2014 para estes bens foi aplicado o teste de recuperabilidade considerando a unidade geradora de caixa e o fluxo de caixa descontado, o que não representou perda naquele exercício, além da reconhecida por meio da depreciação/amortização. Observa-se nesse sentido que a mudança de política para a manutenção somente da depreciação/amortização, que considera o desgaste e a perda do valor do bem no tempo, não gerou impactos em relação ao ano anterior.

#### **2.14 – Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam a melhor estimativa.

Como os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores são de recebimento/pagamento de curto prazo, cálculos realizados pela Empresa demonstram que o ajuste a valor presente não seria relevante.

#### **2.15 – Obrigações com Fornecedores**

São realizadas, mensalmente, provisões de despesas com fornecedores, para os casos em que não são possíveis a entrada do documento fiscal no sistema até a data do fechamento contábil, atendidas as seguintes condições:

- a) existir uma obrigação futura de um evento passado;
- b) existir saída provável de recursos; e
- c) existir estimativa confiável da obrigação.

#### **2.16 – Obrigações Financeiras a Pagar**

Com a realização do distrato do Banco Postal, os valores antes registrados como receita a apropriar foram atualizados e passaram a ser registrados como obrigações financeiras a pagar. Considerando as características do distrato, os valores referentes aos juros sobre saldo remanescente a ser devolvido, serão diferidos em 30 meses.

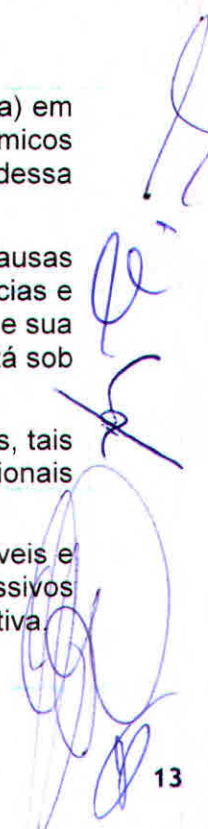
#### **2.17 – Passivo Contingente**

As provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor dessa obrigação possa ser feita.

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos divididos em causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perdas considera as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico cuja classificação em provável, possível ou remota está sob responsabilidade da área jurídica dos Correios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.



## 2.18 – Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade dos Correios e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de plano de saúde pagáveis ao fim do vínculo empregatício com a aposentadoria do empregado. Os riscos sobre os benefícios pós-emprego de previdência complementar são avaliados anualmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1).

A Empresa é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Variável – PostalPrev.

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Esse Plano reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio, pensão por morte ou renda vitalícia). A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

Nos planos de Benefício Definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem sobre patrocinadores, participantes e assistidos na forma prevista na Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 28/2008. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões, assim definido como em extinção. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008 e, em 2010, houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do adicional da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA. Desde 01/08/2010, a obrigação é considerada uma dívida com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% a.a., deduzidos os pagamentos efetuados.

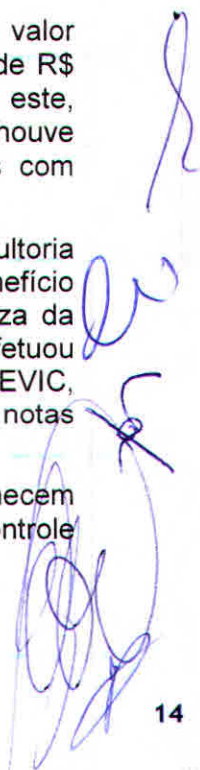
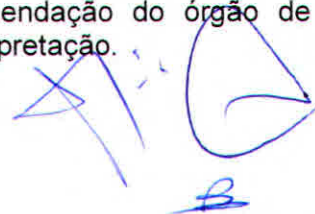
Conforme posicionamento e recomendações da STN/MF e do DEST/MP em 2014, do valor original de R\$ 793,0 milhões registrados no Balanço Patrimonial dos Correios, o valor de R\$ 475,8 milhões (valor original) não é devido pela Patrocinadora (Correios), devendo este, acrescido da atualização de INPC mais 6% de juros, ser revertido. Assim, naquele ano, houve a reversão da provisão a título de RTSA atualizada no valor de R\$ 1.086 milhões com contrapartida o resultado do exercício.

Durante o exercício de 2015, os Correios contrataram a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, para emitir parecer técnico atuarial sobre a RTSA do Plano de Benefício Definido (PBD), o qual apresentou interpretação diversa da STN a respeito da natureza da RTSA. Nessa esteira, haja vista a dissonância das posições técnicas, a empresa efetuou consulta formal junto ao órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar – PREVIC, nos termos da lei federal 12.154/2009, sem resposta do regulador até o fechamento das notas explicativas.

Nesse contexto, em razão da posição legal vinculante do DEST, os Correios não reconhecem provisão contábil a título de RTSA, aguardando a recomendação do órgão de controle (PREVIC) que ratifique ou eventualmente modifique essa interpretação.



Roberto C



Desde o exercício de 2013, os Correios reconhecem os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 R1:

- a) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- b) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da Empresa.

No caso do Postalís, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada, e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no Balanço Patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos dos Correios. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

### **2.18.1 - Participação nos Lucros e Resultados – PLR**

Os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho devidamente estabelecidas no início de cada ano, efetua o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais a seus empregados e dirigentes.

Para a PLR dos empregados, mensalmente, respeitando o regime de competência, é constituída pela Empresa uma obrigação a pagar no passivo de um percentual de 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas não podendo o montante final a pagar exceder a 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

### **2.19 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos**

#### **2.19.1 – Impostos Correntes**

O encargo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente é calculado conforme as leis tributárias promulgadas na data do balanço. Os tributos correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

#### **2.19.2 – Impostos Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos foram reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias, sobre o prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL possam ser compensados, em observância as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32.

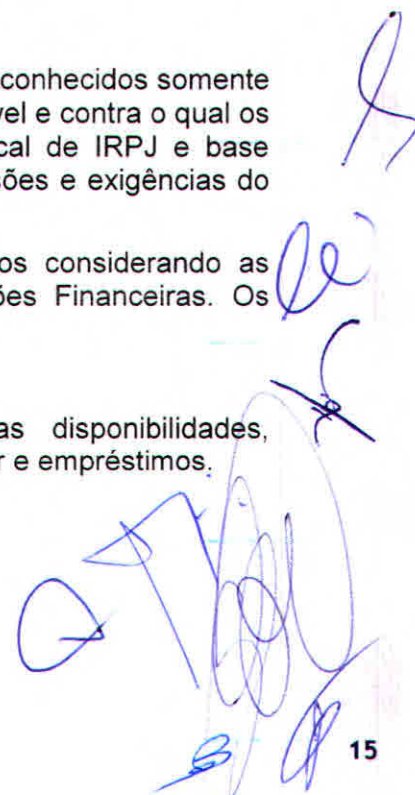
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e as leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras. Os impactos/detalhes encontram-se na Nota 17.

### **2.20 – Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros dos Correios são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- \* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- \* Empréstimos e recebíveis;
- \* Disponível para venda.



Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado refere-se às aplicações financeiras mantidas para negociação.

Os empréstimos e recebíveis são valores a receber de clientes e são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, menos perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros disponíveis para venda referem-se a ações de companhias telefônicas que são instrumentos financeiros não avaliados pela método de equivalência patrimonial e são classificados neste grupo por não serem classificados nos demais grupos de ativo financeiro. Contudo, permanecem classificados no realizável a longo prazo em função da Empresa não ter intenção de vender estas ações.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

## 2.21 – Receitas e Despesas

Os Correios têm como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

## NOTA 3 – APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

### 3.1 - Impacto da reapresentação sobre o ativo, passivo e patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2014.

	Em 01 de janeiro de 2014 (Reapresentado 2014)	Ajustes	Em 01 de janeiro de 2014 (Reapresentado 2015)
<b>Passivo</b>			
<b>Não Circulante</b>	<b>8.983.669</b>	<b>155.011</b>	<b>9.138.680</b>
Passivos Contingentes (1)	509.147	155.011	664.158
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(386.972)</b>	<b>(155.011)</b>	<b>(541.983)</b>
Lucros Acumulados (1)		(155.011)	

(1) Contingências Cíveis e Trabalhistas

### 3.2 - Impacto da reapresentação sobre o ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014.

	Em 31 dez de 2014 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2014 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>4.130.890</b>	<b>(100.000)</b>	<b>4.030.890</b>
Convênio Postal Saúde (1)	105.125	(100.000)	5.125
<b>Não Circulante</b>	<b>12.697.508</b>	<b>100.000</b>	<b>12.797.508</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>5.595.417</b>	<b>104.411</b>	<b>5.699.828</b>
Investimentos não permanentes(2)	-	4.411	-
Convênio Postal Saúde-Ativo Garantidor(1)	-	100.000	-
<b>Investimentos</b>	<b>437.700</b>	<b>(4.411)</b>	<b>433.289</b>
Investimentos(2)	-	(4.411)	-
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>3.827.157</b>	<b>(319.592)</b>	<b>3.507.565</b>

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

	Em 31 dez de 2014 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2014 (Reapresentado)
<b>Benefício Pós-Emprego(3)</b>	<b>654.862</b>	<b>(319.592)</b>	<b>335.270</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>10.338.398</b>	<b>504.826</b>	<b>10.843.224</b>
Benefício Pós-Emprego (3)	7.339.289	319.592	7.658.881
Passivos Contingentes (4)	262.215	185.234	447.449
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.662.843</b>	<b>(185.234)</b>	<b>2.477.609</b>
Lucros Acumulados (4)	-	(185.234)	-

- (1) Reclassificação do Ativo Garantidor do Circulante para o Não Circulante.  
 (2) Reclassificação de Investimentos para o Realizável a Longo Prazo.  
 (3) Reclassificação do Benefício Pós-Emprego de curto para Longo Prazo.  
 (4) Contingências Cíveis: até 2013 R\$ 3.091 e em 2014 R\$ 118 e Trabalhistas até 2013 R\$ 162.273 e em 2014 R\$ 19.752.

### 3.3 - Impacto da Reapresentação sobre a Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2014

	Em 31 dez 2014 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2014 (Reapresentado)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>2.286.517</b>	<b>30.222</b>	<b>2.316.739</b>
Contingências/Precatórios (1)	-	30.222	-

- (1) Contingências Cíveis e Trabalhistas.

### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	737	737	568	568
Bancos	5.025	5.025	8.214	38.214
Aplicações	1.158.551	1.190.338	1.366.746	1.366.746
<b>TOTAL</b>	<b>1.164.313</b>	<b>1.196.100</b>	<b>1.375.528</b>	<b>1.405.528</b>

**4.1 – Caixa:** em 31/12/2015, o valor de R\$ 737 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.442 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2016.

**4.2 – Bancos:** representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2015 é de R\$ 5.025.

**4.3 – Aplicações:** as disponibilidades financeiras estão aplicadas em Fundos de Investimentos extra mercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTV M e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado exclusivos no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTV M registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

#### 4.3.1 – Títulos mantidos para negociação

##### 4.3.1.1 – Posição em 31/12/2015



Paulo




APLICAÇÃO	Consolidado 2015	(%)
LTN	575.185	28,95
NTN-B	1.158.821	58,34
Op. Compr. <sup>1</sup>	220.745	11,11
Cotas - Fundo <sup>2</sup>	31.787	1,60
<b>Subtotal</b>	<b>1.986.538</b>	<b>100,00</b>
Ajustes <sup>3</sup>	(39)	0,00
<b>Total</b>	<b>1.986.499</b>	<b>100,00</b>
Imposto de Renda	(5.583)	(0,28)
<b>Líquido</b>	<b>1.980.917</b>	<b>99,72</b>

<sup>1</sup> Operações Compromissadas.

<sup>2</sup> Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

<sup>3</sup> Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

Do patrimônio líquido total das aplicações dos Correios, R\$ 594.972 estão aplicados no Fundo 13A, R\$ 902.662 no Fundo 13B, ambos no Banco do Brasil, e R\$ 451.496 no Fundo X na Caixa, totalizando R\$ 1.949.130. O Patrimônio Líquido da Controlada, R\$ 31.787 está aplicado no Fundo BB Extramercado FAE, não exclusivo.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2020, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2016	575.185	368.243	220.745	31.787	(5.583)	(39)	1.190.338
<b>TOTAIS</b>	<b>575.185</b>	<b>368.243</b>	<b>220.745</b>	<b>31.787</b>	<b>(5.583)</b>	<b>(39)</b>	<b>1.190.338</b>

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	-	219.095	-	-	-	-	219.095
2018	-	395.709	-	-	-	-	395.709
2019	-	110.697	-	-	-	-	110.697
2020	-	65.077	-	-	-	-	65.077
<b>TOTAIS</b>	<b>-</b>	<b>790.578</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>790.578</b>

#### 4.3.1.2 – Posição em 31/12/2014

APLICAÇÃO	VALOR	(%)
LTN	446.174	12,99
NTN-B	2.565.297	74,68
Op. Compr. <sup>1</sup>	423.559	12,33
<b>Subtotal</b>	<b>3.435.030</b>	<b>100,00</b>
Ajustes <sup>2</sup>	(64)	0,00
<b>Total</b>	<b>3.434.966</b>	<b>100,00</b>
Imposto de Renda	(1.785)	(0,05)
<b>Líquido</b>	<b>3.433.181</b>	<b>99,95</b>

<sup>1</sup> Operações Compromissadas.

<sup>2</sup> Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

*Handwritten signature*  
Rafael

*Handwritten signature*  
18

Composição do Curto Prazo (Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2015	446.174	498.863	423.559	(1.786)	(64)	1.366.746
<b>Totais</b>	<b>446.174</b>	<b>498.863</b>	<b>423.559</b>	<b>(1.786)</b>	<b>(64)</b>	<b>1.366.746</b>

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2016	-	1.277.572	-	-	-	1.277.572
2017	-	337.213	-	-	-	337.213
2018	-	365.694	-	-	-	365.694
2019	-	50.270	-	-	-	50.270
2020	-	35.686	-	-	-	35.686
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>2.066.435</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.066.435</b>

#### NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	2015	2014
Serviços Faturados	1.495.953	1.434.317
Serviços a Faturar	163.704	126.028
Cartões de Crédito	11.495	4.441
ACF/Prestação de Contas	681	512
ACF/Débitos Negociados	514	-
ACC/Prestação de Contas	2.307	2.480
AGC/Prestação de Contas	120	124
Débitos Internacionais	826.376	473.582
AGF/Prestação de Contas	1	900
AGF/ Débitos Negociados	2.201	1.338
Valores a receber de AGF	66.342	63.855
Direito a receber AGF – Lei postal	1.110	978
Outros Débitos de Clientes	16	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.570.820</b>	<b>2.108.555</b>

O detalhamento de serviços faturados e outros débitos de clientes, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	2015	2014
Vencidos até 30 dias	108.956	55.229
Vencidos de 31 a 60 dias	61.746	15.154
Vencidos de 61 a 90 dias	46.521	11.960
Vencidos de 91 a 120 dias	10.667	3.612
Vencidos de 121 a 180 dias	4.863	3.129
Vencidos de 181 a 365 dias	5.926	3.339
Acima de 365 dias	5.422	13.830
<b>Total de Valores Vencidos</b>	<b>244.101</b>	<b>106.253</b>
A Vencer	1.251.852	1.328.064
<b>Total a Receber</b>	<b>1.495.953</b>	<b>1.434.317</b>

**5.1 – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa:** foi constituída ao final do exercício, à base de 36,59% e 8,32% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

PECLD – 2015	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2015 (36,59% do saldo)	11.120
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2015 (8,32% do saldo)	7.708
<b>TOTAL</b>	<b>18.828</b>
PECLD – 2014	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2014 (29,73% do saldo)	16.771
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2014 (13,23% do saldo)	7.297
Títulos de empresas em recuperação judicial (100% dos títulos vencidos e a vencer)	847
<b>TOTAL</b>	<b>24.915</b>

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis e das perdas não dedutíveis, conforme disciplina a Lei 9.430/96 e alterações.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2015	2014
<b>Saldo Total em 1º de janeiro</b>	<b>24.915</b>	<b>28.764</b>
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(3.234)	(4.769)
<b>PECLD não dedutível em 1º de janeiro</b>	<b>21.681</b>	<b>23.995</b>
Baixas	(2.983)	(2.314)
<b>PECLD não dedutível em 31 de dezembro</b>	<b>18.698</b>	<b>21.681</b>
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	130	3.234
<b>Saldo Total em 31 de dezembro</b>	<b>18.828</b>	<b>24.915</b>

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas dedutíveis e não dedutíveis, é adicionado à apuração do Lucro Real.

**5.2 – Serviços Faturados:** correspondem aos direitos a receber de clientes, por serviços prestados ou produtos vendidos em cobrança bancária ou administrativa.

**5.3 – Serviços a Faturar:** representam os direitos a receber por serviços prestados ou produtos vendidos a clientes, em processo de emissão de fatura.

**5.4 – Cartões de Crédito:** crescimento de R\$ 7.054 registrado na rubrica referente ao aumento dos recebíveis pagos na modalidade de Cartão de Crédito quando da venda de produtos e serviços.

**5.5 – ACF/Prestação de Contas:** referem-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

**5.6 – ACC/Prestação de Contas:** referem-se aos direitos junto aos permissionários, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

**5.7 – Débitos Internacionais:** o valor de R\$ 826.376 corresponde aos direitos decorrentes das relações dos Correios e outros Correios mundiais. O saldo de 2015 ainda traz influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios estão obrigados a seguir. Para esta conta foi constituída uma PECLD na ordem de R\$ 6.458, referente aos valores a receber em 2015 que os Correios ainda aguardam o pagamento.

**5.8 – Débitos Negociados de AGF:** referem-se a valores em atraso a receber de AGF, com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento.

**5.9 – Direito a Receber de AGF – Lei postal:** corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

**5.10 – Valores a Receber de AGF:** referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

#### NOTA 6 – ESTOQUES

Estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. Foi constituída uma perda não dedutível com estoque referente a itens inservíveis, vencidos e obsoletos aguardando destinação para venda de sucata ou descarte.

MATERIAIS ESTOCADOS	2015	2014
Material para consumo	48.058	40.552
Material para revenda/almoxxarifados	24.311	15.759
Material em consignação	326	335
Perdas com estoque	(918)	(1.007)
<b>TOTAL</b>	<b>71.777</b>	<b>55.639</b>

#### NOTA 7 – CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS

CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	2015	2014
Benefício Medicamento	-	5
Ressarcimento de Despesa Administrativa	-	5.120
Serviço Saúde	61.704	-
Dividendos a Receber	82	-
<b>TOTAL</b>	<b>61.786</b>	<b>5.125</b>

**7.1 – Serviço Saúde:** o valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos), realizados pelos Correios, os quais ainda não foram inclusos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

**7.2 – Dividendos a Receber:** o valor registrado na controladora refere-se ao repasse de dividendos mínimos obrigatórios da Controlada referente ao exercício de 2015.

#### NOTA 8 – OUTROS VALORES E BENS

##### 8.1 – Adiantamentos

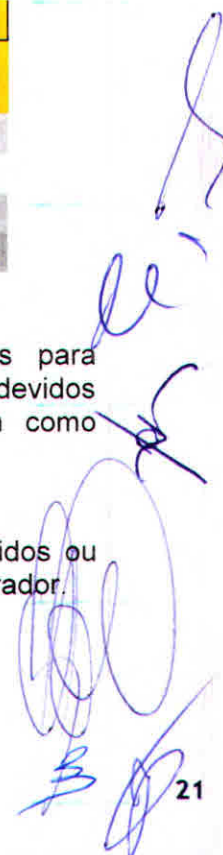
	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento Salarial	3.334	3.358	3.307	3.307
Adiantamento de Férias	115.471	115.479	115.323	115.323
Demais Adiantamentos	3.937	3.937	3.638	3.638
<b>TOTAL</b>	<b>122.742</b>	<b>122.774</b>	<b>122.268</b>	<b>122.268</b>

**8.1.1 – Demais Adiantamentos:** referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referente aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

##### 8.2 – Valores a Compensar / Restituir

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais pagos e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco, os quais serão compensados no momento da liquidação do fato gerador.



	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ISS retenção por clientes	5.389	5.389	12.515	12.515
Salário-maternidade/família	871	871	793	793
IRRF/Aplicações financeiras	6.548	6.631	2.746	2.746
IR a restituir	231.161	231.482	237.438	237.438
ICMS a recuperar/compensar	290	290	594	594
CSLL a restituir	32.279	32.286	30.822	30.822
IR - retido na fonte - Lei nº 9.430	20.352	20.352	20.065	20.065
CSLL retido na fonte - Lei nº 9.430	5.173	5.173	5.182	5.182
COFINS retido na fonte - Lei nº 9.430	533	533	346	346
PIS/PASEP retido na fonte - Lei nº 9.430	355	355	434	434
INSS retenção por clientes	109	109	117	117
Recolhimentos indevidos - Lei nº 10.833/03	1.000	1.000	1.684	1.684
Recolhimento indevido - INSS	42.289	42.289	123	123
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	709	709	664	664
Pagamentos Transitórios	1.266	1.266	24.302	24.302
PIS a restituir/compensar	46	46	-	-
COFINS a restituir/compensar	268	268	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>348.638</b>	<b>349.049</b>	<b>337.825</b>	<b>337.825</b>

**8.2.1 – ISS Retenção por Clientes:** a variação no saldo da conta refere-se à transferência de valores para rubrica "Cobrança Jurídica ISS", no circulante.

**8.2.2 – Imposto de Renda Retido na Fonte/Aplicações Financeiras:** o saldo refere-se ao imposto de renda, compensável, incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras. O incremento em 2015 decorre da estimativa dos valores que serão retidos sobre os rendimentos em maio de 2016, conforme dispõe a legislação específica.

**8.2.3 – IR a Restituir e CSLL a Restituir:** as contas abrigam os saldos dos tributos retidos por clientes e não utilizados até o final do exercício, os quais passam a adquirir a característica de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL. A variação do saldo justifica-se pela utilização dos valores para pagamentos de débitos administrados pela Secretária da Receita Federal.

**8.2.4 - Recolhimento indevido – INSS:** o valor refere-se a recuperação de créditos de INSS Patronal incidente sobre os pagamentos efetuados a cooperativas, conforme previsto no Ato Declaratório Interpretativo/ADI Receita Federal do Brasil nº 5/2015.

**8.2.5 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430/1996:** refere-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da administração pública federal, quando do pagamento de faturas de serviços prestados ou produtos adquiridos.

**8.2.6 – Pagamentos Transitórios:** refere-se a faturas a receber de órgãos públicos, através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, nos últimos dias do ano, aguardando transferência do recurso para a conta de movimentação dos Correios. A redução de R\$ 23.036 ocorreu em função do recebimento em janeiro de 2015, via SIAFI, de ordem bancária referente ao serviço de distribuição de cadernos de provas e cartões de confirmação de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2014.

### 8.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, cuja cobrança está no âmbito judicial.

*Radall 11/6*

*[Handwritten signatures and initials]*

<b>COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Faturas em cobrança jurídica	117.223	102.303
PECLD de faturas em cobrança jurídica	(116.738)	(101.549)
Cheques em cobrança jurídica	9	37
Perdas não-dedutíveis de cheques cob. jurídica	(8)	(35)
Alcances	5	2
Débitos de empregados em cobrança jurídica	7.349	5.055
Perda não-dedutível de débitos de empregados	(6.908)	(5.004)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	85.759	60.521
Perda não-dedutível de débitos de terceiros	(85.668)	(58.705)
Inadimplentes – ACF	871	2.615
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACF	118	163
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACF	4.284	5.937
Perdas não-dedutíveis de ACF	(4.848)	(8.558)
Inadimplentes - ACC	596	724
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACC	49	151
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACC	2.320	1.759
Perdas não-dedutíveis de ACC	(2.831)	(2.554)
Inadimplentes - AGC	-	-
Inadimplentes AGF	5.238	11.485
Inadimplentes com cobrança jurídica - AGF	108	409
Descredenciadas com cobrança jurídica - AGF	2.644	442
Perdas não dedutíveis de AGF	(6.142)	(4.641)
Cobrança jurídica - ISS	14.939	-
Perdas dedutíveis cobrança jurídica - ISS	(398)	-
Perdas dedutíveis cobrança jurídica - Empregados	(275)	-
Perdas dedutíveis cobrança jurídica de terceiros	(92)	-
Perdas dedutíveis ACC	(1.374)	-
Perdas dedutíveis ACF	(722)	-
Perdas não-dedutíveis cobrança jurídica - ISS	(14.541)	-
<b>TOTAL</b>	<b>967</b>	<b>10.557</b>

**8.3.1 – Faturas em Cobrança Jurídica:** o montante de R\$ 117.223 refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual utilizado para a constituição de Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD nos processos em “Cobrança Jurídica” foi revisado, conforme o CPC 38, baseado nos levantamentos dos acordos judiciais sob responsabilidade da área jurídica que estão sendo cumpridos pelo devedor, bem como os valores de recebimento dos acordos ocorridos até novembro de 2015, estabelecendo um percentual de 99% de PECLD.

As PECLD foram constituídas ao final do exercício, demonstrando um aumento de R\$ 15.189 entre a parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e não dedutíveis, conforme detalhamento a seguir:

<b>PECLD – 2015</b>	
99% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	47.956
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	68.782
<b>Saldo final da PECLD em 31/12/2015</b>	<b>116.738</b>

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

**PECLD – 2014**

97% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	24.389
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	77.160
<b>Saldo final da PECLD em 31/12/2014</b>	<b>101.549</b>

A seguir, o demonstrativo da movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

<b>MOVIMENTAÇÃO PECLD</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Saldo Total em 1º de janeiro</b>	<b>101.549</b>	<b>86.059</b>
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(77.160)	(69.012)
- <b>PECLD não dedutível em 1º de janeiro</b>	<b>24.389</b>	<b>17.047</b>
Adições	71.945	14.944
Baixas	(48.378)	(7.602)
<b>PECLD não dedutível em 31 de dezembro</b>	<b>47.956</b>	<b>24.389</b>
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	68.782	77.160
<b>Saldo Total em 31 de dezembro</b>	<b>116.738</b>	<b>101.549</b>

Para fins fiscais, o eventual excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

**8.3.2 – Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF:** o montante de R\$ 4.284 refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas devido ao descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, os Correios têm ajuizado ações de cobrança. A perda não dedutível de ACF é constituída à base de 77% do saldo da conta inadimplentes ACF e 95% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

**8.3.3 – Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica:** o montante de R\$ 7.349 refere-se a débitos de ex-empregados apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial, e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. Mensalmente, é constituída uma perda não dedutível à base de 98% do saldo acumulado na rubrica.

**8.3.4 – Cobrança Jurídica de Terceiros:** refere-se à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. O aumento de R\$ 25.238 refere-se, principalmente, ao direito a receber de multas aplicadas em fornecedores. A perda não dedutível é constituída à base de 100% do saldo registrado nesta rubrica.

**8.3.5 – Inadimplentes AGF:** refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. A perda não dedutível de AGF é constituída à base de 65% do saldo da conta inadimplentes AGF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

**8.4 – Valores a Apurar**

<b>PREJUÍZOS EM APURAÇÃO</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Prejuízos a apurar – delitos externos	4.943	6.032
Prejuízos a apurar – delitos internos	20.762	25.158
Perdas não-dedutíveis de prejuízos a apurar	(25.705)	(31.190)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**8.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos:** os montantes de R\$ 4.943 e R\$ 20.762 referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros e por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face dos

Correios pertencerem ao Governo Federal, todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

A perda não dedutível, constituída a base de 100% dos saldos constantes nas contas de prejuízos a apurar delitos internos e externos, deve-se ao fato de ainda estarem em processo de apuração de responsabilidade, não podendo estabelecer certeza quanto ao recebimento.

## 8.5 – Outros Créditos

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Vale postal internacional - importação	161	161	148	148
Outros débitos de terceiros	20.298	20.298	6.790	6.790
Outros débitos de empregados	10.253	10.253	7.947	7.947
Venda de imóveis funcionais	751	751	508	508
<b>TOTAL</b>	<b>31.463</b>	<b>31.463</b>	<b>15.393</b>	<b>15.393</b>

**8.5.1 – Outros Débitos de Terceiros:** o montante de R\$ 20.298 refere-se principalmente a multa aplicada a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 66% das multas aplicadas a fornecedores e 99% da diferença entre o valor registrado e a parcela correspondente à multa de fornecedores.

**8.5.2 – Outros Débitos de Empregados:** o montante de R\$ 10.253 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

**8.5.3 – Venda de Imóveis Funcionais:** o valor de R\$ 751 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída anualmente de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal para posterior repasse.

## NOTA 9 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

### 9.1 – Investimentos não permanentes

#### 9.1.1 – Outras Aplicações - DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina os Pronunciamentos Técnicos – CPC 38, 39, 40(R1), OCPC 3 e ICPC 16, que tratam de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	2015	2014
Participações não relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda não-dedutível no investimento	(28.062)	(28.062)
Outros investimentos	895	895
<b>TOTAL</b>	<b>4.411</b>	<b>4.411</b>

**9.1.1.1 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR:** são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

**9.2 – Imóveis Funcionais Vendidos:** o valor de R\$ 2 corresponde a resíduo de parcela a venda de imóveis funcionais efetuados em 1991, vencíveis após o exercício seguinte, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90.

**9.3 – Tributos Diferidos:** Os tributos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos observando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros, conforme disciplina Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12). O IRPJ e CSLL diferidos devem ser classificados no não circulante, mesmo que sua expectativa de realização seja de curto prazo. O detalhamento da movimentação e composição está na Nota 17.2 e 17.3.

#### 9.4 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	2015	2014
Depósitos judiciais	26.026	22.825
Depósitos recursais	16.705	16.659
Depósitos recursais administrativos	65.045	62.155
<b>TOTAL</b>	<b>107.776</b>	<b>101.639</b>

Os valores de R\$ 26.026 e R\$ 16.705 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 65.045 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS referente às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais são exigidos para interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente todos os meses;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo.

As provisões passivas dos processos referentes a estes depósitos estão demonstrados na nota 14.2.

**9.5 – Valores a Compensar:** o saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte pelo Banco do Brasil S/A, por ocasião da assinatura do contrato do Banco Postal. Face à rescisão contratual, o saldo foi incrementado pelo retorno das parcelas contabilizadas no Ativo Circulante. Os créditos remanescentes serão solicitados à Receita Federal mediante pedido de restituição.

O saldo é composto principalmente pelos tributos retidos sob os recebimentos decorrentes da parceria entre Correios e Banco do Brasil no negócio - Banco Postal. A rescisão contratual ocasionou a impossibilidade de dedução direta da base de cálculo dos impostos e contribuições a pagar, uma vez que não mais haveria receita tributável originada por este negócio.

Em atenção aos prazos prescricionais dos créditos, os pedidos de restituição/compensação junto à Receita Federal, serão protocolados em 2016.

**9.6 – Convênio Postal Saúde:** Representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PEL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

No entanto, por não haver previsão de ocorrência de situação de insolvência da OPS no curso do exercício subsequente, o referido valor foi reclassificado em 2015 para o Ativo Não Circulante, considerando: a) a natureza jurídica do evento, ou seja, o bem dado em garantia



para eventual satisfação de débitos com credores da Caixa de Assistência; b) a impossibilidade de se determinar ou prever possível ocorrência de situação de insolvência da operadora do plano de saúde no curso do exercício subsequente; c) Os valores de responsabilidade dos Correios referente as despesas da Postal Saúde estão provisionados.

### 9.7 – Outros:

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros créditos a realizar	2.080	571	3.915	3.915
Bens sucateados	-	-	1.350	1.350
Débitos de ex-empregados	1.136	1.136	2.237	2.237
Outros débitos de empregados	739	706	80	80
Ressarcimentos da Correiospar	134	-	-	-
Despesa Estrutura e Serv. Gerais Correiospar	178	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.267</b>	<b>2.413</b>	<b>7.582</b>	<b>7.582</b>

**9.7.1 – Outros Créditos a Realizar:** do montante de R\$ 2.080 nesta rubrica, R\$ 1.202 refere-se a direito a receber da Correiospar referente a folha de pagamento.

**9.7.2 – Bens Sucateados:** refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte que, no exercício de 2015, em face do considerável volume de baixas não foram processados.

**9.7.3 – Débitos de ex-empregados:** refere-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

**9.7.4 – Ressarcimentos da Correiospar:** refere-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

**9.7.5 – Despesa Estrutura e Serviços Gerais a Correiospar:** refere-se a utilização da estrutura e serviços gerais dos Correios para execução das atividades operacionais da Correiospar.

### NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CorreiosPar	30.264	-	30.000	-
Museus e coleções	1.001	1.001	1.031	1.031
Imóveis Mantidos para Investimento	528.978	528.978	403.763	403.763
Deprec. de imóveis mantidos para investimento	(3.341)	(3.341)	(1.505)	(1.505)
<b>TOTAL</b>	<b>556.902</b>	<b>526.638</b>	<b>433.289</b>	<b>403.289</b>

#### 10.1 – Investimentos Permanentes

As rubricas: Participações não relevantes, FINAN, FINOR, Perda não-dedutível no investimento e em Outros investimentos, classificadas em 2014 como Investimentos Permanentes foram reclassificadas para Ativo Não-Circulante Realizável a Longo Prazo, nota 9.1.1, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina os Pronunciamentos Técnicos – CPC 38, 39, 40(R1), OCPC 3 e ICPC 16, que tratam de Instrumentos Financeiros.

**10.1.1 – Imóveis Mantidos para Investimentos:** Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter

*Handwritten signatures and initials*

rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 2.10.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências entrada <sup>2</sup>	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/12/2015 <sup>1</sup>
Terrenos cedidos/alugados	65.807	-	-	6.798	-	-	72.605
Prédios cedidos/alugados	6.426	-	-	1.081	-	(1.392)	6.115
Instalações cedidas/alugadas	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos desocupados	315.539	-	(7.838)	120.418	(113)	-	428.006
Prédios desocupados	14.249	-	(167)	5.085	(190)	(90)	18.887
Instalações desocupadas	237	-	-	618	(831)	-	24
<b>TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO</b>	<b>402.258</b>	<b>-</b>	<b>(8.005)</b>	<b>134.000</b>	<b>(1.134)</b>	<b>(1.482)</b>	<b>525.637</b>

(1) O valor líquido em 31/12/2015 corresponde ao valor líquido de 31/12/2014 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

(2) Transferências entrada impactadas pela reclassificação de Terrenos (Nota 11) para Terrenos cedidos/alugados e Terrenos desocupados, e de Prédios (Nota 11) para Prédios cedidos/alugados e Prédios desocupados.

**10.2 – Correiospar:** Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante foi integralizado em 02 de dezembro de 2014, para sua constituição, o valor de R\$ 30.000 em depósito vinculado no Banco do Brasil, em favor da subsidiária, atendendo o disposto no art.80, incisos II e III, da Lei nº 6.404/76.

Durante o exercício de 2015 a Correiospar apresentou um lucro proveniente das aplicações financeiras de R\$ 346 mil, gerando dividendo mínimos obrigatórios de R\$ 82 mil que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado.

#### NOTA 11 – IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 2.10.

Rubrica	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2015
Terrenos	3.822.721	124	-	112	(126.462)	-	3.696.495
Prédios	1.423.405	314	-	11.756	(6.756)	(42.722)	1.385.997
Instal. em Prédios Próprios	2.065	82	-	25.227	(3.587)	(4.937)	18.850
Benfeit. em Imóveis de Terc.	29.378	365	(45)	20.955	(325)	(15.699)	34.629
Obras em Andamento	178.316	78.557	(1.471)	441	(59.148)	-	196.695
<b>Subtotal De Imóveis</b>	<b>5.455.885</b>	<b>79.442</b>	<b>(1.516)</b>	<b>58.491</b>	<b>(196.278)</b>	<b>(63.358)</b>	<b>5.332.666</b>
Móveis e Utensílios	232.371	43.761	(2.272)	6.882	(7.193)	(36.492)	237.057
Maquinas e Equipamentos	186.928	40.135	(1.304)	12.520	(20.406)	(24.871)	193.002
Veículos Motorizados	517.925	98.335	(872)	1.246	(1.246)	(64.066)	551.322
Veículos não Motorizados	8.603	870	(266)	146	(146)	(2.134)	7.073
Ferramentas e Instrumentos	1.432	97	(13)	19	(13)	(905)	617
Equip. Processamento de Dados	151.996	100.685	(152)	23.421	(10.287)	(48.732)	216.932
Aquisições em Andamento	5.753	88.283	-	-	-	-	94.036
<b>Subtotal De Móveis</b>	<b>1.105.008</b>	<b>372.167</b>	<b>(4.880)</b>	<b>44.234</b>	<b>(39.291)</b>	<b>(177.200)</b>	<b>1.300.039</b>
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>6.560.893</b>	<b>451.609</b>	<b>(6.396)</b>	<b>102.725</b>	<b>(235.569)</b>	<b>(240.558)</b>	<b>6.632.705</b>

(1) O valor líquido em 31/12/2015 corresponde ao valor líquido de 31/12/2014 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

(2) Transferências saída impactadas pela reclassificação de Terrenos para Terrenos cedidos/alugados e Terrenos desocupados (Nota 10), e de Prédios para Prédios cedidos/alugados e Prédios desocupados (Nota 10).

## NOTA 12 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 2.12.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência entrada	Transferência saídas	Depreciação / Amortização	Valor Líquido em 31/12/2015 <sup>1</sup>
Software, Licenc. Similares	103.498	38.330	-	2.597	(2.597)	(28.485)	113.343
<b>TOTAL INTANGÍVEL</b>	<b>103.498</b>	<b>38.330</b>	<b>-</b>	<b>2.597</b>	<b>(2.597)</b>	<b>(28.485)</b>	<b>113.343</b>

(1) O valor líquido em 31/12/2015 corresponde ao valor líquido de 31/12/2014 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

## NOTA 13 – PASSIVO CIRCULANTE

**13.1 – Fornecedores:** representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte. O aumento de R\$ 437.104 em relação ao exercício anterior deve-se principalmente ao provisionamento de R\$ 280.067 das despesas da Postal Saúde e R\$ 123.457 em outras despesas como a Rede Postal Noturna, Propaganda e Publicidade e Mão de Obra Temporária.

**13.2 – Salários e Consignações:** correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações Trabalhistas	16.181	16.181	10.476	10.476
INSS - Empregado	40.383	40.383	40.693	40.693
Postalis (BD) - Empregado	1.942	1.942	3.940	3.940
Postalis (PostalPrev) - Empregado	24.576	24.576	47.195	47.195
Retenção SEST/SENAT	2	2	3	3
Férias	1.014.506	1.014.506	970.780	970.780
Honorários	-	32	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.097.590</b>	<b>1.097.622</b>	<b>1.073.087</b>	<b>1.073.087</b>

O aumento de R\$ 24.503 neste grupo deve-se, principalmente, a concessão da gratificação do acordo coletivo de trabalho 2015/2016 no valor fixo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) que produz reflexos sobre o pagamento das férias e outras rubricas de caráter pessoal.

O decréscimo de R\$ 1.998 e R\$ 22.619 nas rubricas Postalis BD e Postalis (Postalprev) respectivamente ocorreu em função do pagamento em dezembro/2015 da parcela apropriada referente ao 13º salário, ficando em aberto o valor correspondente a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2015. Em 2014 o pagamento relativo a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2014 e 13º salário de 2014 foi paga em janeiro/2015.

**13.3 – Encargos Sociais:** correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais. O decréscimo na comparação com 2014 decorre, principalmente, da redução nos encargos com a PostalPrev - empregador.

ENCARGOS SOCIAIS	2015	2014
INSS - empregador	122.336	116.967
Postalis - empregador	2.017	4.005
SENAI adicional	900	892
Salário educação	11.234	11.151

Paulo A. L. B.

ENCARGOS SOCIAIS	2015	2014
FGTS	53.451	52.563
INSS - contribuinte individual	338	323
INSS - cooperativas	1	286
PostalPrev - empregador	22.820	44.549
<b>TOTAL</b>	<b>213.097</b>	<b>230.736</b>

O decréscimo de R\$ 1.988 e R\$ 21.729 nas rubricas Postalis e Postalprev empregador, respectivamente, ocorreu em função do pagamento em dezembro/2015 da parcela apropriada referente ao 13º salário, ficando em aberto o valor correspondente a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2015. Em 2014 o pagamento relativo a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2014 e 13º salário de 2014 foi paga em janeiro/2015.

**13.4 – Impostos e Contribuições:** correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, às contribuições do PIS e da Cofins sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

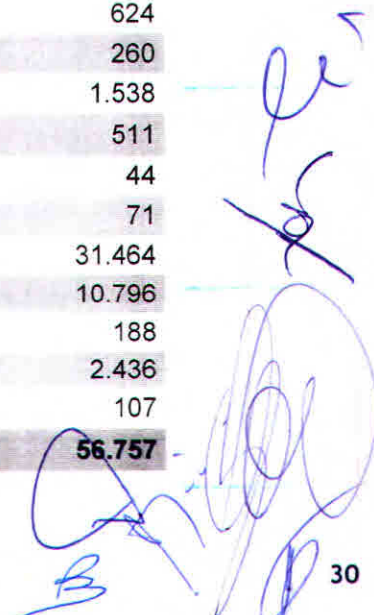
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2015	2014
INSS Empresas - retenção fonte	6.633	6.753
INSS retenção - contribuinte individual	166	162
Cofins	52.197	46.091
Pasep	11.189	9.992
ICMS	2.556	3.986
ISSQN - retido de terceiros	5.740	6.370
IRF - retido de empregados	44.224	44.033
IRF - retido de terceiros	2.727	2.116
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	28.689	32.173
Outras obrigações tributárias	129	29
<b>TOTAL</b>	<b>154.250</b>	<b>151.705</b>

**13.4.1 – IRPJ/CSLL:** Em face do prejuízo fiscal apurado no exercício de 2015, não há exigibilidade tributária referente ao IRPJ e a CSLL.

**13.5 – Arrecadações e Recebimentos:** as obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	2015	2014
Emissão vale postal nacional	10.786	8.415
Vale postal internacional - importação	291	303
Vale postal internacional - exportação	70	624
Reembolso postal – entrega	85	260
Venda de título de capitalização	1.651	1.538
Venda de produtos de terceiros e consignados	402	511
Recebimento de contas – serviços públicos	24	44
Recebimento de contas – serviços particulares	63	71
Recebimento para o Postalis	31.538	31.464
Recebimento de imposto de importação	11.605	10.796
Serviços virtuais	259	188
Certificado digital	1.690	2.436
Outros recebimentos/arrecadações	131	107
<b>TOTAL</b>	<b>58.595</b>	<b>56.757</b>





**13.5.1 – Emissão de Vale Postal Nacional:** o valor de R\$ 10.786 corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

**13.5.2 – Recebimento para o Postalís:** refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís – dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

**13.5.3 – Recebimento de Imposto de Importação:** refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

**13.5.4 – Certificado Digital:** refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

**13.5.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados:** referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc. A redução de R\$ 109, em comparação a 2014, deve-se, principalmente, à venda de cartões telefônicos registrados como produtos em consignação.

**13.6 – Adiantamentos de Clientes:** refere-se principalmente a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de dezembro.

**13.7 – Contas Internacionais a Pagar:** o valor de R\$ 104.460 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e cias. aéreas em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2014 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

**13.8 – Precatórios Judiciais:** são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2015 equivale às obrigações vencíveis em 2016.

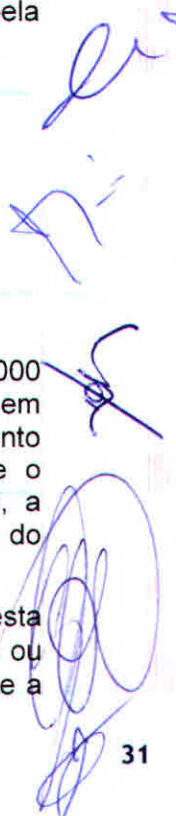
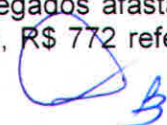
PRECATÓRIOS JUDICIAIS	2015	2014
Precatórios (Circulante)	87.840	80.134
<b>TOTAL</b>	<b>87.840</b>	<b>80.134</b>

**13.9 – Empréstimos e Financiamentos:** as obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, foram quitadas sendo paga a última parcela relativa ao Financiamento JBIC, no dia 14/12/15. Os pagamentos relativos ao ano de 2015 estão discriminados, na tabela a seguir:

Financiamento JBIC	19ª Parcela - Paga em 12/06/2015	20ª Parcela - Paga em 14/12/2015
Amortização	1.642	2.047
Juros	34	22
Comissão BB Grand Caymann	3	2
<b>TOTAL</b>	<b>1.679</b>	<b>2.071</b>

A garantia do Contrato de Outorga de Contra garantia nº. 10.322, celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e os CORREIOS, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencido em 12/12/2015), teve o Banco do Brasil como o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco fosse o garantidor das operações, os CORREIOS pagou comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda deixou bloqueado parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extra mercado 13B.

**13.10 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR:** dos R\$ 29.667 registrados nesta rubrica, R\$ 2.624 referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, R\$ 1.071 à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, R\$ 772 refere-se a



dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, R\$ 1.450 relativos à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, referente ao critério utilizado para definição dos empregados elegíveis e inelegíveis, em 2012, 2013 e 2014 R\$ 23.750 refere-se a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

**13.11 – Receitas a Apropriar:** do montante de R\$ 17.537, registrado nesta rubrica, R\$ 17.065 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2016; e R\$ 472 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios. A redução de R\$ 1.395 em relação ao exercício de 2014, deve-se a transferência deste saldo para obrigação financeira a pagar em função do Distrato do Banco Postal com o Banco do Brasil.

**13.12 – Obrigações Financeiras a Pagar:**

Com a promulgação da Lei nº 12.490/11 e do Decreto 7.483/11, o estatuto social dos Correios foi amplamente modificado, permitindo constituir subsidiárias ou adquirir controle ou participação acionária em sociedades empresárias, podendo, assim desenvolver novos negócios relacionados com o seu objeto social da forma mais ampla, permitindo inclusive a exploração de serviços financeiros.

Esse evento fez rever o acordo firmado em 2011 entre os Correios e o Banco do Brasil, a fim de estabelecer novas bases para uma parceria de longo prazo entre as instituições, ampliando as atividades desenvolvidas pelo Banco Postal. Como resultado, ocorreu a rescisão contratual, cuja assinatura do Distrato estava condicionada a constituição do Contrato de Correspondente - Banco Postal - e Outras Avenças que garantisse a continuidade e ampliação dos serviços prestados pelo Banco Postal.

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$ 405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL			
Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado a assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Em 02/01/2015, foi realizado o pagamento da primeira parcela de R\$ 662.014, faltando duas parcelas consecutivas e anuais, com vencimento estabelecido em 02/01/2016 e 02/01/2017, no qual o valor de cada parcela será corrigido monetariamente pela taxa Selic, considerando-se o período compreendido entre a data do Distrato e o efetivo pagamento da parcela. Nestes termos, a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL					
Saldo da Obrigação Líquida em Dez/14	Amortização da dívida	Despesa do exercício	Saldo da Obrigação Líquida em Dez/15	Despesa a apropriar*	Dívida Total
1.675.316	(662.014)	337.761	1.351.063	148.585	1.499.649

\* Refere-se às parcelas restantes da atualização monetária de R\$ 405.233

O Contrato de Correspondente - Banco Postal - e Outras Avenças, prevê em cláusula específica que a rescisão deste instrumento por vontade ou descumprimento contratual por parte do Banco do Brasil desobrigaria os Correios do pagamento dos custos do Distrato que

*[Handwritten signatures and initials]*

ainda não houvessem sido quitados. No entanto, caso a rescisão imotivada, seja pela vontade ou responsabilidade dos Correios, a antecipação do pagamento deverá ocorrer em até 30 dias corridos da data do evento.

Dessa forma, considerando o princípio da confrontação da Receita com a Despesa e da possibilidade de não pagamento dos custos da operação devidos na eventual rescisão, os juros já transcorridos não foram reconhecidos na sua totalidade no exercício de 2014.

Destarte, a política contábil adotada pelos Correios, ensejou no reconhecimento de um valor de "obrigação financeira a pagar", distinto daquele registrado como "direitos recebíveis dos Correios", nas Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil.

Nesse entendimento, o montante da dívida reconhecida na contabilidade dos Correios, corresponde aos valores líquidos a serem devolvidos, sendo a diferença entre o valor principal e o total a pagar ao Banco do Brasil tratada como encargos financeiros, à luz dos preceitos do pronunciamento técnico CPC 38.

### 13.13 – Convênio Postal Saúde:

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	2015	2014
Serviço Saúde	-	48.797
Saúde Ocupacional	8.413	4.694
Ressarcimento de Despesas Administrativas	1.796	-
Ambulatórios	10.423	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.632</b>	<b>53.491</b>

### 13.14 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	2015	2014
Convênio Sesi/Senai	5.280	6.183
Caução de fornecedores	17.827	20.187
Outros créditos diversos	2.969	2.471
Valores a regularizar	3.582	7.006
Outros	767	1.003
<b>TOTAL</b>	<b>30.425</b>	<b>36.850</b>

**13.14.1 – Convênio Sesi/Senai:** o montante de R\$ 5.280 refere-se parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao Sesi/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

**13.14.2 – Caução de Fornecedores:** o valor de R\$ 17.827 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

## NOTA 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### 14.1 – Benefício Pós-Emprego

#### 14.1.1 – Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individuais e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões:



Provisão para Benefícios Pós-Emprego		
Descrição	2015	2014
CorreiosSaúde	5.917.519	6.214.526
Postalís – BD	1.619.721	1.783.629
<b>Total da obrigação atuarial*</b>	<b>7.537.240</b>	<b>7.998.155</b>

\* Devido às peculiaridades do Plano Postalís – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 2.016 em 2015, registrados na conta Postalís – Empregador em encargos sociais.

Os benefícios são disponibilizados à empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

#### 14.1.1.1 – Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalís e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

#### 14.1.1.2 – Plano de Previdência – Previdência Complementar

- **PostalPrev – CV**

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postalís. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.



• **Postalis – BD**

O Plano de Benefício Definido do Postalis foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O plano de benefício definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

**14.1.1.3 – Quantidade de participantes**

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES DOS PLANOS								
Descrição	2015				2014			
	Ativos	Assistidos	Dependente	Total	Ativos	Assistidos	Dependente	Total
CorreiosSaúde	121.450	21.933	270.791	414.174	126.408	16.722	274.102	417.232
PostalPrev - CV	107.667	2.939	-	110.606	110.865	2.438	-	113.303
Postalis - BD	72.259	24.814	-	97.073	76.702	23.111	-	99.813

**14.1.1.4 - Análise de Riscos**

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre os Correios e participantes e assistidos, na ordem de 50% para a empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2006.

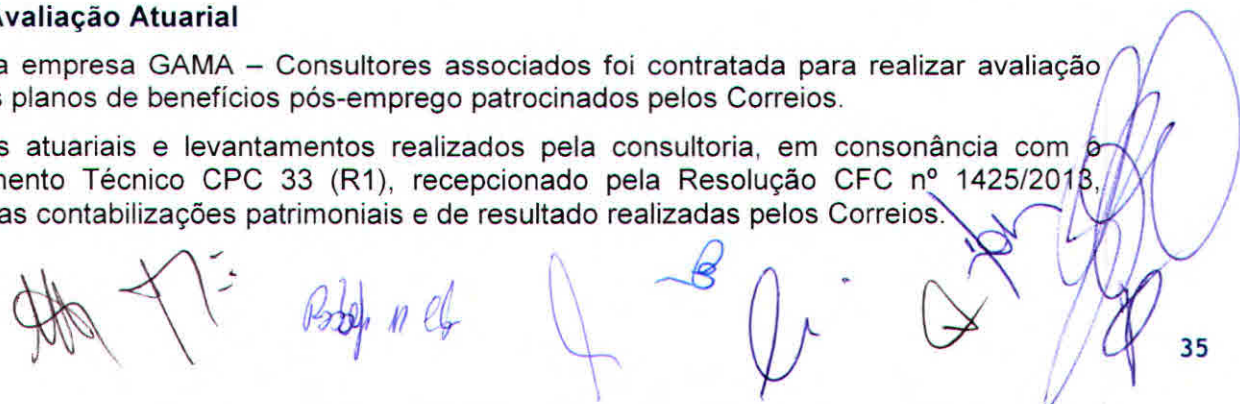
**RISCOS ATUARIAIS DO PLANO**

Risco de investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em títulos públicos, quotas de fundos de investimentos (curto prazo, renda fixa, ações, direitos creditórios, participações e imobiliário), entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

**14.1.1.5 - Avaliação Atuarial**

Em 2015, a empresa GAMA – Consultores associados foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CFC nº 1425/2013, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.



O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

#### 14.1.1.6 - Principais Premissas

As principais premissas usadas na avaliação atuarial, considerando a base dados coletada em novembro de 2015, foram as seguintes:

Descrição	PREMISSAS ATUARIAIS			
	CorreiosSaúde	PostalPrev - CV	Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Financeiras:</b>				
Taxas de juros de desconto atuarial anual	19,31%	13,72%	19,31%	13,72%
Taxas de juros real de desconto atuarial anual	7,22%	6,32%	7,22%	6,32%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	15,13%	11,28%
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	11,28%	6,96%
Taxa média de inflação anual	11,28%	6,96%	11,28%	6,96%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A	N/A	19,31%	13,72%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento	2,52%	vetor de custos por faixa etária	-	-
Taxa de crescimento real dos custos por aumento nos valores dos procedimentos.	1,81% a.a.	2% a.a.	-	-
<b>Demográficas:</b>				
Taxa de rotatividade	2,81% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	2,81% até 48 anos e 0% após 48 anos	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten signature*

**PREMISSAS ATUARIAIS**

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento

Composição familiar para custos de pensão:

Participantes/aposentados	Média Hx definida pelo administrador do plano		Média Hx definida pelo administrador do plano		Média Hx definida pelo administrador do plano		Média Hx definida pelo administrador do plano		Média Hx definida pelo administrador do plano	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Taxa de juros de desconto	19,31% a.a.	13,72% a.a.	19,31% a.a.	13,72% a.a.	19,31% a.a.	13,72% a.a.	19,31% a.a.	13,71% a.a.	19,31% a.a.	13,71% a.a.
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	1,81% a.a.	2% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-

**Principais hipóteses e parâmetros:**

Para o CorreiosSaúde, foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

**14.1.1.7 - Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes**

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Custo do serviço:</b>						
Custo de serviço corrente líquido	(213.264)	(187.534)	(5.961)	(269.924)	47.473	45.379
Custo de juros líquido	(852.633)	(758.396)	5.782	(3.506)	(489.071)	(285.864)

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego</b>	<b>(1.065.897)</b>	<b>(945.930)</b>	<b>(179)</b>	<b>(273.430)</b>	<b>(441.598)</b>	<b>(240.485)</b>
<b>Remensurações do plano de benefício definido:</b>						
Ganhos e perdas sobre o ativo justo	-	-	(39.875)	(136.328)	(585.508)	(1.013.590)
Reversão da provisão de RTSA	-	-	-	-	-	(1.086.098)
Ganhos e perdas sobre a obrigação atuarial de benefício definido:						
- Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	322.462	815.988	6.891	212.284	511.624	(49.855)
- Ganhos e perdas resultantes da alteração de pressupostos Financeiros	967.954	(209.765)	37.746	(2.331)	885.264	(92.916)
- Ganhos e perdas resultantes de alteração de pressupostos demográficos	(91.536)	-	(16.713)	-	(103.696)	-
Mudança da restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	(163.909)	1.146.121
Juros sobre o efeito da restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	-	-
Mudança do teto do ativo	-	-	(54.027)	-	-	-
Efeito do não reconhecimento em exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes</b>	<b>1.198.880</b>	<b>606.224</b>	<b>(65.977)</b>	<b>73.625</b>	<b>543.775</b>	<b>(1.096.338)</b>
<b>Total dos componentes de custo do plano de benefício definido</b>	<b>132.983</b>	<b>(339.707)</b>	<b>(66.156)</b>	<b>(199.805)</b>	<b>102.177</b>	<b>(1.336.823)</b>

**14.1.1.8 – Status do Fundo e Passivo/Ativo Reconhecidos**

**STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS**

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial	(5.917.519)	(6.214.526)	(366.184)	(2.674.685)	(8.325.253)	(8.719.528)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	1.619.721	1.783.629
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida</b>	<b>(5.917.519)</b>	<b>(6.214.526)</b>	<b>(366.184)</b>	<b>(2.674.685)</b>	<b>(6.705.532)</b>	<b>(6.935.899)</b>
Valor justo dos ativos do plano no final do período	-	-	462.352	2.716.826	5.085.811	5.152.269

**Status do plano de benefícios:**

Valor presente da obrigação atuarial

(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial

Valor presente da obrigação atuarial líquida

Valor justo dos ativos do plano no final do período

STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Passivo/ativo líquido: Status do plano de benefícios:</b>						
<b>Déficit/Superávit</b>	(5.917.519)	(6.214.526)	96.168	42.141	(1.619.721)	(1.783.630)
(-) Efeito da restrição sobre o ativo	-	-	-	-	-	-
<b>Responsabilidade líquida decorrente da obrigação do plano de benefício</b>	(5.917.519)	(6.214.526)	96.168	42.141	(1.619.721)	(1.783.630)
<b>Movimentação do passivo/ativo reconhecido no balanço:</b>						
<b>Passivo/ativo reconhecido no início do período</b>	(6.214.526)	(6.052.646)	-	(27.978)	(1.783.630)	(1.654.911)
Reversão da provisão da RTSA	-	-	-	-	-	1.086.098
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	164.024	177.826	66.156	269.924	61.732	122.006
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.065.897)	(945.930)	(179)	(273.429)	(441.598)	(240.485)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.198.880	606.224	(65.977)	73.624	543.775	(1.096.338)
<b>Passivo/ativo reconhecido no final do período</b>	(5.917.519)	(6.214.526)	-	42.141	(1.619.721)	(1.783.630)
<b>Apuração do efeito do limite do teto de ativo (asset ceiling)</b>						
Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	-	-	96.168	42.141	-	-
<b>Apuração do efeito do compartilhamento de risco pelos participantes e assistidos do plano:</b>						
Valor presente das contribuições extraordinárias de amortização do déficit	-	-	-	-	1.619.721	1.783.630
<b>Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (participantes e assistidos)</b>	-	-	-	-	1.619.721	1.783.630

14.1.1.9 - Conciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial

*Poddy*

CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

Descrição	Correios Saúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período *</b>	<b>(6.214.526)</b>	<b>(6.052.646)</b>	<b>(314.203)</b>	<b>(2.239.949)</b>	<b>(8.719.528)</b>	<b>(7.870.139)</b>
Custo de juros	(852.633)	(758.396)	(43.108)	(280.666)	(1.195.405)	(981.406)
Custo de serviço corrente	(213.264)	(187.534)	(53.537)	(589.213)	(16.737)	(15.065)
Benefícios pagos pelo plano	164.024	177.826	16.740	192.420	313.225	284.922
Despesa administrativa paga pelo plano	-	-	-	32.770	-	4.931
<b>Remensurações de ganhos/perdas atuariais:</b>	<b>1.198.880</b>	<b>606.224</b>	<b>27.924</b>	<b>209.953</b>	<b>1.293.192</b>	<b>(142.771)</b>
Decorrentes de ajuste de experiência	322.462	815.988	6.891	212.284	511.624	(49.855)
Decorrentes de alterações de premissas biométricas	(91.536)	-	(16.713)	-	(103.696)	-
Decorrente de alterações de premissas financeiras	967.954	(209.765)	37.746	(2.331)	885.264	(92.916)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período**</b>	<b>(5.917.519)</b>	<b>(6.214.526)</b>	<b>(366.184)</b>	<b>(2.674.685)</b>	<b>(8.325.253)</b>	<b>(8.719.528)</b>

\* Referente aos participantes e assistidos vinculados à Empresa patrocinadora do plano.

\*\* O valor reconhecido pelos Correios em 2015, a título de Postalis - PB, e conciliado com o Postalis apresenta a seguinte composição: CPC 33 (R\$1) R\$ 8.325.253, Impacto da redução da taxa de juros R\$ 1.915.702, alteração do método de financiamento R\$ 598.311 que totalizam o PBD Postalis - Balanete base Nov/15 no valor de R\$10.839.266.

14.1.1.10 – Descrição da Política de Investimentos

A política de investimentos do Fundo é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis. A política tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial do plano. A meta do plano a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,45% a.a. Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando:

- a) Taxa esperada de retorno;
- b) Preservação de capital;
- c) Diversificação;
- d) Tolerância a risco;
- e) Estabilidade;
- f) Liquidez; e
- g) Regra geral de benefícios.

Boad 114

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

#### 14.1.1.11 – Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

A taxa de desconto atuarial foi definida considerando a *duration* do Plano apurada para fins de Avaliação Atuarial em atendimento a Deliberação CVM 695/12, posicionada em 31/12/2015, no valor de 14,47 anos, ocasionando na definição da taxa no percentual de 7,22%.

#### 14.1.1.12 – Conciliação do Valor Justo dos Ativos do Plano

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano:

Descrição	CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO					
	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postais - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do período</b>	-	-	<b>356.344</b>	<b>2.211.971</b>	<b>5.152.269</b>	<b>5.577.720</b>
Receita de juros	-	-	48.890	277.160	706.334	695.542
Contribuições do patrocinador	164.024	177.826	66.156	269.924	61.732	122.006
Contribuições dos participantes	-	-	47.576	319.290	64.210	60.444
Benefícios pagos pelo plano	(164.024)	(177.826)	(16.740)	(192.420)	(313.225)	(284.922)
Despesas administrativas do plano	-	-	-	(32.770)	-	(4.931)
Ganhos/perdas sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	-	-	(39.875)	(136.329)	(585.508)	(1.013.590)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do período</b>	-	-	<b>462.352</b>	<b>2.716.826</b>	<b>5.085.811</b>	<b>5.152.269</b>

#### 14.1.1.13 - Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o Plano nesta demonstração de posição financeira do final do período.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de juros		HCCTR		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
<b>CorreiosSaúde</b>							
Valor presente da obrigação atuarial	6.112.022	5.724.452	5.723.587	6.122.009	6.128.735	5.716.794	5.917.519
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
<b>Superávit/Déficit do plano</b>	<b>(6.112.022)</b>	<b>(5.724.452)</b>	<b>(5.723.587)</b>	<b>(6.122.009)</b>	<b>(6.128.735)</b>	<b>(5.716.794)</b>	<b>(5.917.519)</b>
<b>Variações:</b>							
Aumento/redução da obrigação atuarial	3,3%	-3,3%	-3,3%	3,5%	3,6%	-3,4%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	3,3%	-3,3%	-3,3%	3,5%	3,6%	-3,4%	-
<b>PostalPrev - CV</b>							
Valor presente da obrigação atuarial	359.201	373.659	356.883	375.967	N/A	N/A	366.184
Valor justo dos ativos do plano	462.352	462.352	462.352	462.352	N/A	N/A	462.352
<b>Superávit/Déficit do plano</b>	<b>103.151</b>	<b>88.693</b>	<b>105.469</b>	<b>86.385</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>96.168</b>
<b>Variações:</b>							
Aumento/redução da obrigação atuarial	-1,9%	-2,0%	-2,5%	2,7%	N/A	N/A	-
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	7,3%	-7,8%	9,7%	-10,2%	N/A	N/A	-
<b>Postais - BD</b>							
Valor presente da obrigação atuarial	8.419.144	8.227.262	8.107.107	8.553.622	N/A	N/A	8.325.253
Valor justo dos ativos do plano	5.085.811	5.085.811	5.085.811	5.085.811	N/A	N/A	5.085.811
<b>Superávit/Déficit do plano</b>	<b>(3.333.336)</b>	<b>(3.141.451)</b>	<b>(3.021.296)</b>	<b>(3.467.811)</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>(3.239.442)</b>
<b>Variações:</b>							
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,1%	-1,2%	-2,6%	2,7%	N/A	N/A	-

Adm NS



ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de juros		HCCTR		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	2,9%	-3,0%	-6,7%	7,0%	N/A	N/A	-

**14.1.1.14 - Projeção de Receitas, Despesas e Pagamentos para 2016**

As receitas, despesas e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

Descrição	PROJEÇÕES PARA 2016			
	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD	
<b>Montantes de:</b>				
Custo do serviço corrente líquido	(159.220)	45.306	(14.455)	
Custo de juros líquido	(1.118.074)	-	(306.003)	
<b>Total da despesa/receita a reconhecer</b>	<b>(1.277.294)</b>	<b>45.306</b>	<b>(320.458)</b>	

**14.2 – Passivos Contingentes:** os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas de Construção Civil e ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2015, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with dates like '43'.

#### 14.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingenciadas:

Natureza	Saldo em 31/12/2015	Valor alterado p/ perda possível ou remota	Valor convertido em precatório	Provisões adicionais	Valor alterado (1)	Atualização monetária	Registro Complementar	Saldo em 31/12/2014 Reapresentado
<b>DEMANDAS JUDICIAIS</b>								
Trabalhista	394.502	(9.476)	(25.655)	199.399	2.531	30.346	(181.382)	378.740
Civil	26.033	(151.613)	(23.975)	1.021	8	(1.735)	143.339	58.986
Tributária	18.370	(1.925)	-	2.814	-	7.976	-	9.506
<b>TOTAL</b>	<b>438.905</b>	<b>(163.014)</b>	<b>(49.630)</b>	<b>203.234</b>	<b>2.539</b>	<b>36.587</b>	<b>(38.043)</b>	<b>447.232</b>
<b>DEMANDAS ADMINISTRATIVAS</b>								
Trabalhista	-	(27)	-	-	-	-	-	27
Civil	32	-	-	-	-	5	-	27
Tributária	2	(163)	-	2	-	-	-	163
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>(190)</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>217</b>

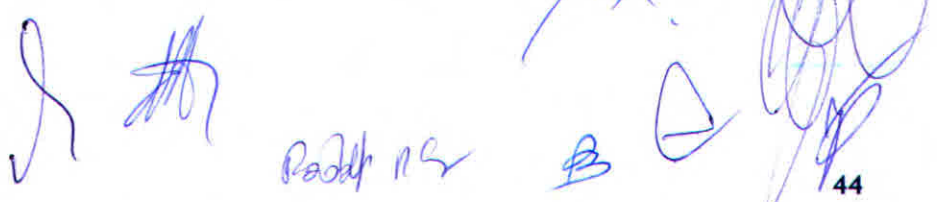
(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais, recursais conforme valores detalhados na nota 9.4.

Em 31/12/2015, os Correios eram réus em 6.809 processos classificados como de perda provável. Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
Manhães Advogados Associados	Cível Recebimentos de honorários sucumbenciais	5.652
Tiefbau-Engenharia	Cível Correção monetária de faturas	4.945
Evandro Jose Junqueira da Silva e outros	Trabalhista Progressão salarial	4.655
Nilton Wagner Segundo Santos	Trabalhista Reintegração	5.937
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços e implantação na folha de pagamento	30.684
Roberto Mascarenhas das Virgens	Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	6.465
Alexandrino Aparecido Alves	Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	4.074
INSS	Fiscal Contribuição Previdenciária, multa e juros	2.876

#### 14.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados



#### 14.2.2.1 – Perda Possível

Em 31/12/2015, Os Correios eram réu em outros 17.106 processos judiciais nas esferas cível, fiscal, trabalhista e criminal com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante atualizado é de R\$ 2.126.447, bem como em mais 1.282 processos do âmbito administrativo, cujo montante corresponde a cerca de R\$ 3.239.124. De acordo com o CPC nº 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

**14.3 – Tributos Compensados:** O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa quitar débitos por meio de compensação tributária em 2014.

	2015	2014
Tributos Compensados	10.911	10.639
<b>TOTAL</b>	<b>10.911</b>	<b>10.639</b>

**14.4 – Tributos Diferidos:** Com base no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes. Foram considerados também passivos diferidos sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização.

	2015	2014
Tributos Diferidos	1.755.386	1.737.834
<b>TOTAL</b>	<b>1.755.386</b>	<b>1.737.834</b>

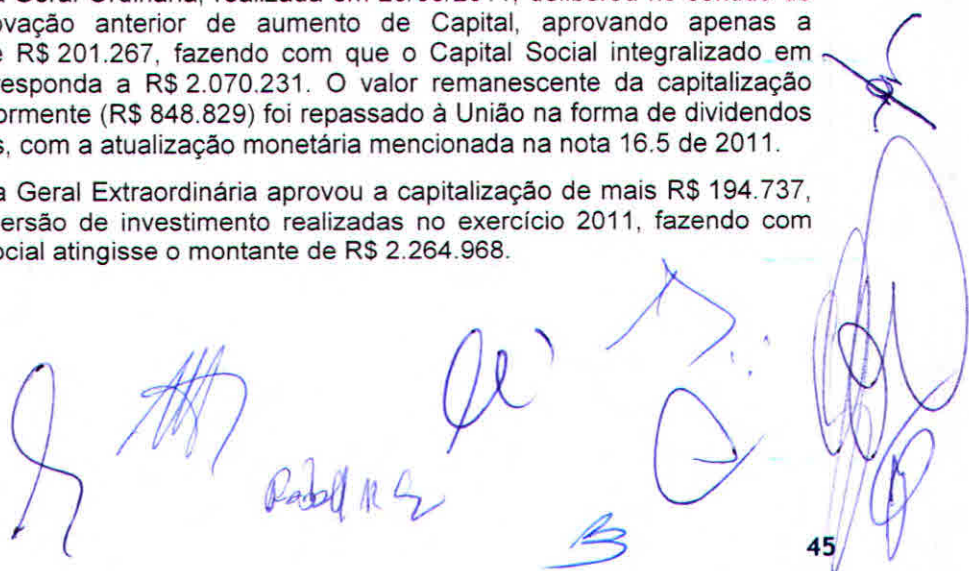
**14.5 – Mandados e Precatórios:** são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2015 equivale às obrigações vencíveis em 2016:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2015	2014
Precatórios (Não-Circulante)	38.163	15.077
<b>TOTAL</b>	<b>38.163</b>	<b>15.077</b>

### NOTA 15– PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 15.1 – Composição Acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
	Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.868.964 para R\$ 2.919.060, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050.095.
	O estatuto dos Correios, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, informava o Capital Social de R\$ 1.868.964.
R\$ 3.179.458	A 1ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201.267, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070.231. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848.829) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5 de 2011.
	A 6ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de mais R\$ 194.737, oriundos da reversão de investimento realizadas no exercício 2011, fazendo com que o Capital Social atingisse o montante de R\$ 2.264.968.



**CAPITAL SOCIAL**

**ACIONISTA**

Em 2012 foi proposta a capitalização de mais R\$ 418.561, oriundos das reservas de investimento realizadas no decorrer do decorrer do exercício (R\$ 380.965) e da reserva de capital (R\$ 37.596), majorando o Capital Social para R\$ 2.683.529. Aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 21/03/2013 e ratificado na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 19/04/2013. Decisão de adiamento, para ulterior Assembleia, da proposta de aumento do capital social, conforme parecer da STN nos termos da 3ª Assembleia Geral Ordinária.

No exercício de 2013 foi publicado novo estatuto, aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, informando o Capital Social dos Correios de R\$ 2.070.231.

Em 2013, juntamente com as Demonstrações Financeiras, houve a capitalização de R\$ 495.929, oriundos de reservas de investimento, fazendo com que o Capital Social seja de R\$ 3.179.458.

Em 2014, a 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, delibera pela aprovação do aumento do capital social, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras de 2013.

No exercício de 2015, em função da absorção do prejuízos do exercício, não há proposta de aumento de Capital Social. O valor do Capital está em processo de atualização no estatuto.

**15.2 – Ajuste de Avaliação Patrimonial:** valores correspondentes a adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	2015	2014
Custo Atribuído - Imóveis	4.961.407	5.003.928
Tributo Diferido	(1.685.776)	(1.707.818)
<b>TOTAL</b>	<b>3.275.631</b>	<b>3.296.110</b>

**15.3 – Reservas de Lucros**

**15.3.1 – Reserva Legal:** a reserva foi totalmente utilizada no exercício de para absorver parte do prejuízo do exercício gerado conforme determina a Lei 6.404/76.

**15.3.2 – Reserva de Lucros a Realizar:** devido à reversão proporcional do IRPJ/CSLL diferidos sobre diferenças temporárias pertinentes a exercícios anteriores a 2011, houve a realização de R\$ 23 milhões no saldo desta rubrica. Em contrapartida, o valor realizado foi destinado para Lucros Acumulados e o excedente absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados.

<b>Lucros a Realizar em 31/12/2014</b>	<b>33.934</b>
Contingências Trabalhistas	(20.715)
Provisão para débitos de ACF	(1.583)
Outras provisões	(958)
<b>Lucro Realizado</b>	<b>(23.256)</b>
<b>Absorção de parte do prejuízo do exercício</b>	<b>(10.678)</b>
<b>Lucros a Realizar em 31/12/2015</b>	<b>-</b>

**15.4 – Outros Resultados Abrangentes:** valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2015	2014
Passivo atuarial líquido – BD	(1.121.756)	(1.665.532)



OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2015	2014
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – BD	381.397	566.281
Passivo atuarial líquido – Correios saúde	(3.379.472)	(4.578.350)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – Correios saúde	1.149.021	1.556.639
Passivo atuarial líquido – POSTALPREV	(65.977)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(3.036.788)</b>	<b>(4.120.962)</b>

**15.5 – Prejuízos Acumulados:** o prejuízo do exercício de R\$ 2.121.238 foi absorvido parcialmente com as reservas de lucro, conforme estabelece Lei 6.404/76, resultando um prejuízo acumulado de R\$ 1.955.714.

## NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

### 16.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

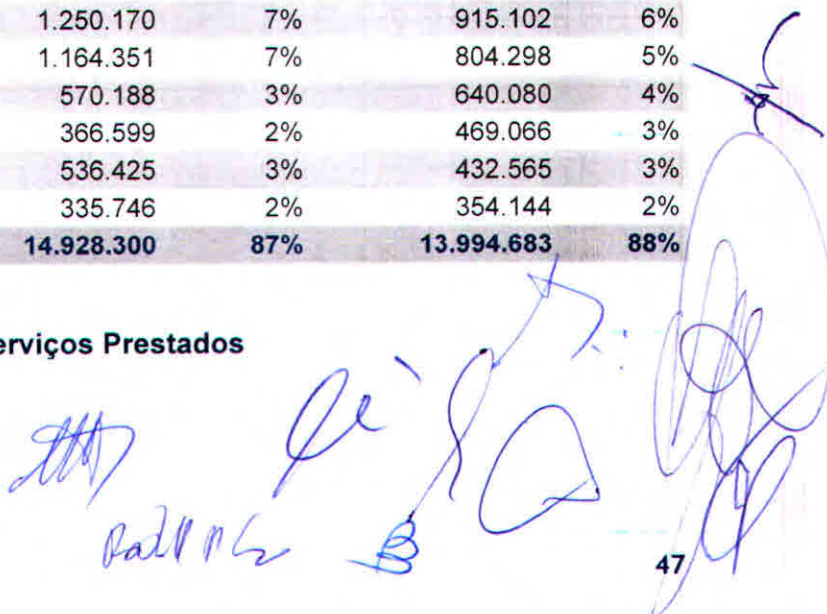
	2015	2014
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>17.781.647</b>	<b>16.658.797</b>
Receitas Nacionais	17.346.424	16.236.998
Receitas Internacionais	435.223	421.799
<b>(-) DEDUÇÕES</b>	<b>642.919</b>	<b>603.778</b>
Impostos e abatimentos sobre a Receita Bruta	626.607	592.736
Receitas canceladas	16.312	11.042
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>17.138.728</b>	<b>16.055.019</b>

Em 2015 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 17.138.728. Levando-se em consideração os nove maiores destaques nas vendas, que alcançam 87% da receita líquida, no qual o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuíram com 48% da receita do período.

No decorrer do exercício de 2015, alguns serviços foram reclassificados para outros segmentos, visando melhor enquadramento da característica de cada serviço ao respectivo grupo, razão pela qual os valores de 2014 foram reapresentados para efeito de comparabilidade.

RECEITAS	2015	(%)	2014 Reapresentado	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas FAC	5.148.657	30%	4.809.942	30%
Sedex	3.037.098	18%	3.163.198	20%
Carta	2.519.066	15%	2.406.288	15%
PAC Contrato	1.250.170	7%	915.102	6%
Banco Postal	1.164.351	7%	804.298	5%
Mala Direta Postal	570.188	3%	640.080	4%
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	366.599	2%	469.066	3%
E-Sedex	536.425	3%	432.565	3%
PAC à vista	335.746	2%	354.144	2%
<b>TOTAL</b>	<b>14.928.300</b>	<b>87%</b>	<b>13.994.683</b>	<b>88%</b>

### 16.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados



Os custos em 2015 atingiram R\$ 14.611.729. Desse total, R\$ 9.633.454 referem-se a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

### 16.3 – Despesas com Vendas/Serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 1.204.293.

### 16.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$3.754.792 sendo que a despesa de R\$ 3.753.241. refere-se à Controladora e R\$ 1.551 refere-se à Controlada.

### 16.5 – Resultado de participação em controlada

Representa valor decorrente do resultado da Correiospar no exercício de 2015.

### 16.6 – Outras Receitas Operacionais

	2015	2014
Luvas - Banco Postal	-	235.487
Despesas recuperadas	58.160	87.117
Multas de fornecedores	106.426	60.138
Atividades não continuadas	23.406	31.119
Multas de clientes	43.269	29.224
Anuidade de ACF's	10.490	10.125
Outras	6.376	3.210
<b>TOTAL</b>	<b>248.127</b>	<b>456.420</b>

**16.6.1 – Despesas Recuperadas:** referem-se as despesas recuperadas no exercício de 2015.

### 16.7 – Outras Despesas Operacionais

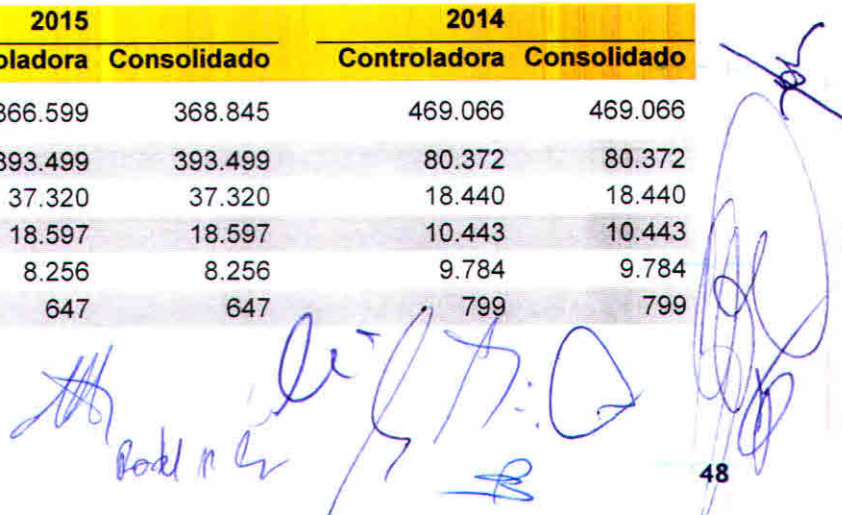
Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	2015	2014
Impostos vinculados à receita	158.766	148.797
Prejuízos na alienação de bens	11.440	2.993
<b>TOTAL</b>	<b>170.206</b>	<b>151.790</b>

### 16.8 – Receitas Financeiras

O aumento no total do grupo deve-se, principalmente, à variação cambial internacional que, em 2015, foi impactada pela variação do dólar que gerou um crescimento de R\$ 313.127 em relação ao ano anterior.

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	366.599	368.845	469.066	469.066
Variação Cambial Internacional	393.499	393.499	80.372	80.372
Juros	37.320	37.320	18.440	18.440
Variação Monetária	18.597	18.597	10.443	10.443
Outras Receitas Financeiras	8.256	8.256	9.784	9.784
Variação Cambial	647	647	799	799



	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Financiamentos				
<b>TOTAL</b>	<b>824.918</b>	<b>827.164</b>	<b>588.904</b>	<b>588.904</b>

### 16.9 – Despesas Financeiras

O aumento de R\$ 251.372 neste grupo deve-se, principalmente, pelos juros gerados com o Distrato do Banco Postal e variação do dólar.

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Encargos Financiamento dívida interna	337.896	337.906	216.228	216.228
Variação Cambial	194.321	194.321	48.068	48.068
Perdas em Aplicações Financeiras	7.397	7.397	24.703	24.703
Outras	14.680	14.680	13.923	13.923
<b>TOTAL</b>	<b>554.294</b>	<b>554.304</b>	<b>302.922</b>	<b>302.922</b>

### NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

#### 17.1 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram esses efeitos foram contabilizados.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o tributo corrente e diferido, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IR E CSLL	2015		2014 Reapresentado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do JSCP	(2.081.644)	(2.081.401)	(13.445)	(13.445)
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	(116.453)	(116.453)	(13.814)	(13.814)
Resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL) IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(2.198.097)	(2.197.854)	(27.259)	(27.259)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(747.353)	(747.286)	(9.268)	(9.268)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	7.985	8.116	(6.347)	(6.347)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	-	-	12.204	12.204
Adições	611.887	611.933	(122.134)	(122.134)
Exclusões	2.963.021	2.963.067	1.593.712	1.593.712
	(2.351.134)	(2.351.134)	(1.715.846)	(1.715.846)

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IR E CSLL	2015		2014 Reapresentado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL</b>	(127.480)	(127.237)	(125.544)	(125.544)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	243	6.864	6.864
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	<b>39.594</b>	<b>39.594</b>	-	-

Apesar da reapresentação do lucro de 2014, o qual passa ao status de prejuízo contábil devido à contabilização de provisões, que produziram impacto direto para constituição de tributos diferidos em 2014, a administração no exercício de 2015 não efetuou nenhum ajuste no saldo dos ativos diferidos de IRPJ e CSLL, por entender que não há perspectiva de lucro tributável futuro para compensar o incremento destes ativos, ocasionado pela reapresentação dos resultados de 2014.

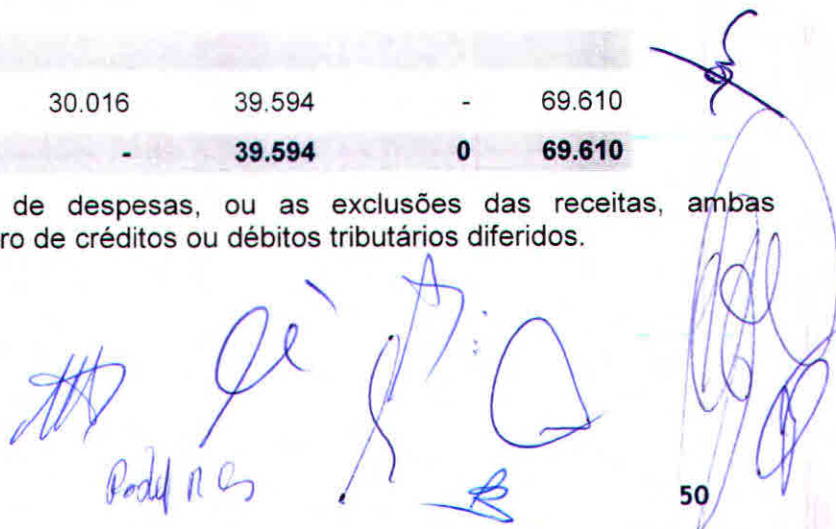
Por essa razão, os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos, permanecem no quadro acima, os mesmos de 2014, antes da reapresentação, uma vez que a consideração dos ajustes mudaria os saldos publicados para o valor de R\$ 3.411 ao invés de R\$ 6.684. Outras informações encontram-se na nota 17.2.

### 17.2 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Diferido

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
<b>Ativos de Impostos Diferidos</b>				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	210.024	127.480	0	337.504
Contingências Trabalhistas	66.893	102.157	(34.919)	134.131
Contingências Cíveis	18.973	5.290	(15.401)	8.862
Fornecedores Provisão	135.248	2.398.281	(2.261.429)	272.100
Reservas a Amortizar Déficit BD – Postalís	38.791	129.831	0	168.622
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	556.299	306.637	0	862.936
Outras Contingências	112.737	118.272	(74.330)	156.679
<b>Ajustes RTT</b>				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	167	-	-	167
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	17.159	-	-	17.159
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	485	-	-	485
<b>Total de Ativos de Impostos Diferidos</b>	<b>1.156.776</b>	<b>3.187.948</b>	<b>(2.386.079)</b>	<b>1.958.645</b>
<b>Passivos de Impostos Diferidos</b>				
<b>Ajustes RTT</b>				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	30.016	39.594	-	69.610
<b>Total de Passivos de Impostos Diferidos</b>	<b>-</b>	<b>39.594</b>	<b>0</b>	<b>69.610</b>

Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Dessa forma, para o ano de 2015 apesar de haver base para constituição de ativos fiscais diferidos sobre o prejuízo fiscal de IRPJ e sobre a base negativa de CSLL em um montante de R\$ 800 milhões, as projeções de resultado para os próximos exercícios são suficientes apenas para suportar a perspectiva de realização dos saldos existentes até 31/12/2014.

As incertezas quanto ao cenário macroeconômico do país, sedimentam a decisão por não constituir ativos diferidos no exercício de 2015, bem como nenhum incremento relativo a reapresentações de exercícios anteriores, uma vez que as projeções podem oscilar significativamente. Dessa forma, permanecem no balanço de 2015, os saldos de ativos de tributos diferidos constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais até 31/12/2014, conforme quadro a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
<b>Ativos de Impostos Diferidos</b>				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	210.024	-	-	210.024
Contingências Trabalhistas	66.893	-	-	66.893
Contingências Cíveis	18.973	-	-	18.973
Fornecedores Provisão	135.248	-	-	135.248
Reservas a Amortizar Déficit BD - Postalís	38.791	-	-	38.791
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	556.299	-	-	556.299
Outras Contingências	112.737	-	-	112.737
<b>Ajustes RTT</b>				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	167	-	-	167
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	17.159	-	-	17.159
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	485	-	-	485
<b>Total de Ativos de Impostos Diferidos</b>	<b>1.156.776</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.156.776</b>
<b>Passivos de Impostos Diferidos</b>				
<b>Ajustes RTT</b>				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	30.016	39.594	-	69.610
<b>Total de Passivos de Impostos Diferidos</b>	<b>-</b>	<b>39.594</b>	<b>-</b>	<b>69.610</b>

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sobre o prejuízo fiscal do IRPJ, a base negativa da CSLL e as diferenças temporárias serão realizados nos próximos exercícios conforme demonstrado a seguir:

Ano	Valores
2016	-
2017	-
2018	63
2019	185
2020	291

Roberto 11/29




Ano	Valores
2021	438
<b>Total do Diferido</b>	<b>977</b>

As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração, quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante ativo fiscal diferido.

### 17.3 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido:

Foram constituídos tributos diferidos ativos e passivos sobre outros resultados abrangentes e sobre os ajustes de avaliação patrimonial no PL, em decorrência da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme demonstração a seguir:

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP)	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
<b>Ativo de Impostos Diferidos Decorrentes de Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:</b>				
Benefício Pós Emprego Plano de Saúde	1.556.640		(407.619)	1.149.021
Benefício Pós emprego Postalís BD	566.281		(184.884)	381.397
<b>Total de Ativos de Impostos Diferidos</b>	<b>2.122.921</b>		<b>- (592.503)</b>	<b>1.530.418</b>
<b>Passivos de Impostos Diferidos Decorrentes de Receitas Reconhecidas Diretamente no Patrimônio Líquido:</b>				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	1.707.818		(22.042)	1.685.776
<b>Total de Passivos de Impostos Diferidos</b>	<b>1.707.818</b>		<b>(22.042)</b>	<b>1.685.776</b>

Para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram aplicadas às alíquotas de 25% e 9% respectivamente, sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

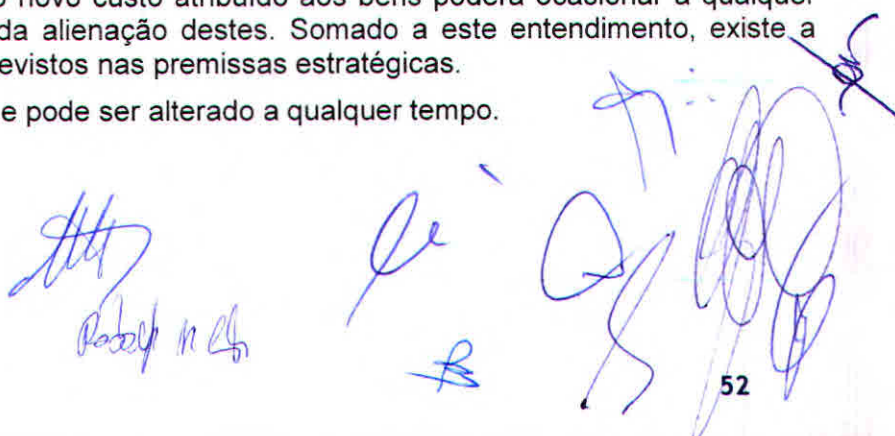
Os Ativos Fiscais Diferidos têm o seu aproveitamento em função da realização dos eventos que os originaram. Considera-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, identificada a partir de análises de tendências futuras reveladas em estudo técnico elaborado com base em premissas estratégicas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, os quais podem vir a sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos sobre os Outros Resultados Abrangentes considerando que a Empresa possui um passivo fiscal diferido, ou seja, uma obrigação referente a um valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Nesse entendimento, o confronto dos eventos futuros, quais sejam: os valores lançados contra outros resultados abrangentes e o acréscimo patrimonial advindo do custo atribuído, sintetizam-se em um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido que em parte se justificam.

A realização destes direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.



## NOTA 18 – SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURADO
Edifício Sede/BSB	Tokio Marine Seguradora S/A	337.274
Edifício Apolo	Mapfre Vera Cruz Seguradora	3.377
Edifício Pasteur	Tokio Marine Seguradora S/A	8.217
Universidade Correios	Tokio Marine Seguradora S/A	26.797
Edifício Sede e anexos/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	75.655
<b>TOTAL SEGURADO</b>		<b>451.320</b>

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

## NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

### 19.1 – Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Comunicações, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

### 19.2 – Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações financeiras de 2015, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério das Comunicações	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Mantenedora
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinadora

### 19.3 – Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes com partes relacionadas dos Correios foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

#### 19.3.1 – Transações com a Correiospar:

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, trata-se de subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos ("CONVÊNIO"), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

No ano de 2015, os Correios reconheceram o importe de R\$ 134, de acordo com o valor apurado de custos administrativos, tendo como base os parâmetros e procedimentos de cálculo sob a gestão do Departamento de Custos, contabilizado na rubrica Ressarcimentos da Correiospar.

### 19.3.2 – Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

### 19.3.3 – Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, plano de benefício pós-emprego, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

Os recursos do Postalis são provenientes das contribuições dos participantes e de sua patrocinadora. Em 2015, os Correios, na qualidade de patrocinador da referida entidade de previdência complementar, contribuiu, em paridade de contribuição normal com o participante, o montante de R\$ 395.977, contabilizado na rubrica do Postalis BD R\$ 75.249 e Postalprev R\$ 320.728, destinado ao custeio dos benefícios previstos nos regulamentos dos planos de benefícios do Instituto e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento desses Planos.

### 19.4 – Remuneração do pessoal chave da administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		CorreiosPar <sup>3</sup>		Postal Saúde <sup>1</sup>		Postalis	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>			5.063	4.714	910	-	-	-	2.632	2.409
Conselho de Administração/Deiberativo <sup>2</sup>	24	24	352	51	158	-	-	-	293	275
Conselho Fiscal	14	14	171	51	95	-	-	-	192	183
Diretoria Executiva	20	20	4.246	4.289	657	-	-	-	2.147	1.951

*Roby n.45*



54

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Exercício 2015**  
 R\$ milhares



	Total de Membros		Correios		CorreiosPar <sup>3</sup>		Postal Saúde <sup>1</sup>		Postalis	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	323	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	294	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>58</b>	<b>5.063</b>	<b>4.714</b>	<b>910</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.632</b>	<b>2.409</b>

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.  
 (2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.  
 (3) Os conselhos e diretoria da Correiospar passaram a receber honorários a partir de maio de 2015.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

**NOTA 20 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

**20.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes**

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	2015	2014
Menor salário	1.434	1.284
Maior salário	42.453	44.503
Salário médio	3.555	3.332
<b>Dirigentes</b>	<b>Jan a Nov</b>	<b>Dez/15</b>
Presidente	46.728	27.841
Vice-presidentes	40.633	27.841
		38.698
<b>Conselheiros</b>	<b>Jan a Nov</b>	<b>Dez/15</b>
Conselho fiscal	4.475	3.351
Conselho de administração	4.475	3.351
		4.262

*Reddy n 25*

## NOTA 21- EVENTOS SUBSEQUENTES

### 21.1 – Máquina de Automação da Triagem

A Empresa está adquirindo e modernizando as máquinas de automação da triagem – Mectri e há expectativa de desembolso na ordem de R\$ 64.217 no exercício de 2016, correspondentes aos montantes de US\$ 14.738 e ¥ 172.693.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 06 de abril de 2016.



Giovanni Correa Queiroz  
Presidente



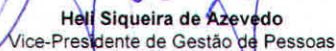
Gerson Carrion de Oliveira  
Vice-Presidente de Finanças e Controles Internos



Rodolfo Ramalho Catão  
Vice-Presidente do Negócio Postal



Ney Jorge Campello  
Vice-Presidente da Rede de Agências e Varejo



Heli Siqueira de Azevedo  
Vice-Presidente de Gestão de Pessoas



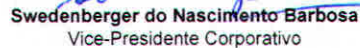
Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues Júnior  
Vice-Presidente de Encomendas



Andrea Almeida Mendonça  
Vice-Presidente de Serviços



José Furian Filho  
Vice-Presidente de Logística



Swedenberger do Nascimento Barbosa  
Vice-Presidente Corporativo



Hudson Alves da Silva  
Contador CRC/DF - 014.022/O

**FILTROS APLICADOS:**

CPF / CNPJ: 77998276000135

Data da consulta: 25/02/2021 16:42:45

Data da última atualização: 25/02/2021 12:00:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							